

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Geociências – Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Juliana Gomes Parreiras

**OS DESAFIOS PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM
TERRITÓRIOS MINERÁRIOS NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO DE MINAS
GERAIS**

Belo Horizonte,

2023

Juliana Gomes Parreiras

OS DESAFIOS PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM
TERRITÓRIOS MINERÁRIOS NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO DE MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia do Instituto de Geociências (IGC) da
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Área de Concentração: Geografia Cultural e Ecologia
Política.

Linha de Pesquisa: Produção do espaço, ecologia, política,
cultura, educação em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus.

Belo Horizonte,

2023

P259d
2023

Parreiras, Juliana Gomes.

Os desafios da salvaguarda do patrimônio cultural em territórios minerários no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais [manuscrito] / Juliana Gomes Parreiras. – 2023.

803 f., enc. il. (principalmente color.)

Orientador: José Antônio Souza de Deus.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2023.

Área de concentração: Geografia Cultural e Ecologia Política.

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura, Educação em Geografia.

Bibliografia: f. 149-160.

Inclui apêndice.

1. Patrimônio cultural – Quadrilátero Ferrífero (MG) – Teses. 2. Mineração – Quadrilátero Ferrífero (MG) – Teses. 3. Geografia humana – Teses. 4. Ecologia política – Teses. I. Deus, José Antônio Souza de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 504.03(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"OS DESAFIOS PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM TERRITÓRIOS MINERÁRIOS NO
QUADRILÁTERO FERRÍFERO DE MINAS GERAIS"

JULIANA GOMES PARREIRAS

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia 25 de outubro de 2023, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, constituída pelos seguintes professores:

José Antônio Souza de Deus

IGC/UFMG

Weber Soares

IGC/UFMG

Márcia Maria Cavalieri

IBMEC-BH

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Antonio Souza de Deus, Presidente**, em 26/10/2023, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Cavalieri, Usuária Externa**, em 26/10/2023, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weber Soares, Professor do Magistério Superior**, em 26/10/2023, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2698205** e o código CRC **5CBD24C5**.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado à toda população atingida pelas mazelas promovidas pela mineração.

- Fernão Dias, Fernão Dias,
Deixa a Uiara dormir!

Trecho do poema “Lendas das pedras verdes”,
Henriqueta Lisboa, 1980.

RESUMO

O presente trabalho busca investigar, à luz das categorias de análise e paradigmas de interpretação da Geografia Cultural e da Ecologia Política, a situação em que se encontra o Patrimônio Cultural em territórios do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais (QF) em virtude da atuação da exploração mineral na região, tendo como recorte temático o Patrimônio Cultural Edificado acautelado pelo Estado – Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) – e pela União – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A pesquisa busca verificar os possíveis impactos causados aos bens culturais dentro do contexto do QF dentro de um possível quadro de minério-dependência e as consequências para fruição e autonomia na manutenção desses bens.

Diante do panorama de rigidez locacional dos minérios e a concentração de um patrimônio cultural significativo – que se relacionam historicamente –, a região do QF ganhou reconhecimento e visibilidade internacional, contudo, há um significativo desafio para manutenção deste patrimônio em detrimento da implantação e ampliação da exploração mineral.

Compreendendo o Patrimônio Cultural como direito fundamental supranacional de caráter coletivo e difuso da pessoa humana e o atual debate contraditório entre o desenvolvimento sustentável e o contexto neoliberal, vislumbra-se a urgência na análise dos instrumentos e estratégias utilizados pelo capital – benfeitor ou ameaça? – e pelo Estado para garantir a salvaguardadas características essenciais deste patrimônio cultural, compreendendo sempre seus aspectos materiais e imateriais como integrais e indissociáveis.

O trabalho é construído metodologicamente a partir de uma pesquisa exploratória, amparada por uma abordagem qualitativa de natureza aplicada, tendo o Território como categoria analítica central e incluindo as dinâmicas ambiental, social, cultural e política como produtos dessas relações territoriais.

Palavras-chave: patrimônio cultural; mineração; Quadrilátero Ferrífero; conflitos; minério-dependência.

ABSTRACT

This research seeks to investigate, according to the analysis categories and interpretation paradigms of Cultural Geography and Political Ecology, the situation in which Cultural Heritage finds itself in territories of the Iron Quadrangle of Minas Gerais - QF due to the activities of mineral exploration in the region, having as its thematic focus the Built Cultural Heritage protected by the State agency (IEPHA – State Institute of Historical and Artistic Heritage of Minas Gerais) and by the National agency (IPHAN – National Historical and Artistic Heritage Institute). The research seeks to verify the possible impacts caused to cultural assets within the context of the QF in a mineral-dependence framework and the consequences for the enjoyment and autonomy to maintain these assets.

Given the panorama of rigid locational minerals and the concentration of significant cultural heritage - which are historically related -, the QF region has gained international recognition and visibility, however, there is a significant challenge in maintaining this heritage to the detriment of the implementation and expansion of mineral exploration.

Understanding Cultural Heritage as a supranational fundamental right of a collective and diffuse nature of the human person, the current contradictory debate between sustainable development and the neoliberal context, highlights the urgency in analyzing the instruments and strategies used by capital – benefactor or threat? – and by the State to guarantee the safeguarding of essential characteristics of this cultural heritage, always understanding its material and immaterial aspects as integral and inseparable.

This research is methodologically constructed from exploratory research, supported by a qualitative approach of an applied nature, with Territory as the central analytical category and including environmental, social, cultural and political dynamics as a product of these territorial relations.

Keywords: cultural heritage; mining; Quadrilátero Ferrífero; conflicts; ore-dependency.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Tela “O Terramoto de 1755”, de João Glama (1708-1792), retrata Lisboa após o desastre	16
Figura 2: Planta urbana da Baixada Pombalina.....	17
Figura 3: Sistema construtivo de Gaiola Pombalina	17
Figura 4: A cidade de Dresden, Alemanha, após bombardeios, em 1945	18
Figura 5: A cidade de Dresden, Alemanha, reconstruída pós-guerra.....	18
Figura 6: Territórios de Bento Rodrigues, município de Mariana, e do Córrego do Feijão, município de Brumadinho, destruídos pela lama de rejeito de minério de ferro.....	20
Figura 7: Procissão em Bento Rodrigues, Mariana, após o desastre.	21
Figura 8: Sr. Filomeno (atingido) com parte do altar-mor da Capela de São Bento, destruída no desastre de Mariana.	21
Figura 9: Sítio arqueológico de Pompeia, Itália, descoberto em 1748, quase dois mil anos após seu colapso, provocado pela erupção do vulcão Monte Vesúvio.	35
Figura 10: Desenhos da Catedral de Notre Dame, desenvolvidos por Viollet-le-Duc. Registro do sistema construtivo e projeção de uma forma ideal.....	37
Figura 11: Destruição da região portuária do Rio de Janeiro, conhecida como Reforma de Pereira Passos ou Bota-Abaixo, entre 1902 e 1906.....	42
Figura 12: A nova Avenida Rio Branco, construída aos moldes da cidade de Paris.....	42
Figura 13: Cartaz de divulgação da Semana de Arte Moderna realizada em 1922.....	44
Figura 14: Encontro entre Cândido Portinari, Antônio Bento, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco, em 1936	44
Figura 15: Decreto que institui o tombamento, em 1937	46
Figura 16: Decreto que institui a Vale, em 1942.....	46
Figura 17: Igreja Matriz de São Pedro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco, Rio Grande, datada de 1755, primeiro bem tombado pelo SPHAN, processo 1-T-1938	48

Figura 18: Palácio Monroe, Avenida Beira Mar, Rio de Janeiro, em 1970	51
Figura 19: Palácio Monroe, no processo de demolição, em 1976.....	53
Figura 20: Desmontagem da cúpula central	53
Figura 21: Escultura de leões vendidos pela própria empreiteira.....	53
Figura 22: Praça Mahatma Gandhi, em 1976, onde existia o antigo palácio e posteriormente passa a receber um chafariz.....	53
Figura 23: Sede da fazenda reconstruída após 30 anos	54
Figura 24: Vista do novo sítio, localizado em frente a barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale S.A.	55
Figura 25: Mapa geológico e estratigráfico do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.	57
Figura 26: Zonas metalíferas do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais	60
Figura 27: Lavagem do mineral ouro perto da montanha do Itacolomi, Johann Moritz Rugendas (1821-1825)	62
Figura 28: Mapa das Comarcas de Minas Gerais no século XVII, autor: anônimo	63
Figura 29: Mapa das Comarcas de Minas Gerais no século XVIII, autor: Eschwege	63
Figura 30: Moeda cunhada em Minas Gerais, entre 1724 e 1727	64
Figura 31: Registro panorâmico de Sabará, feito pelo alemão Georg Grim no século XIX	66
Figura 32: Gráfico da evolução da exploração mineral no Quadrilátero Ferrífero	67
Figura 33: Documento para captação de recurso estrangeiro para CEFVM	68
Figura 34: Mapa geológico simplificado do Quadrilátero Ferrífero, produzido por P. Claussen de <i>l'Institut Brésilien</i> , em 1941	69
Figura 35: Crescimento das ações da Vale antes e após os eventos de Mariana (2015) e Brumadinho (2018)	75
Figura 36: Castigo de escravizado em praça pública nas imediações das igrejas como ato cívico, por Jean-Batist Debret, início do século XIX.....	79
Figura 37: A acelerada evolução urbana de Ouro Preto no período colonial.....	81

Figura 38: Fazenda dos Martins, em Brumadinho, arquitetura rural.....	82
Figura 39: Casa de Câmara e Cadeia, em Mariana, arquitetura civil pública	82
Figura 40: Igreja Matriz de São Bartolomeu, em Ouro Preto, 1º período do barroco mineiro, possui altares no estilo nacional português.....	84
Figura 41: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Ouro Preto, apresenta elementos de transição entre o 2º e 3º período do barroco mineiro.....	84
Figura 42: Conjunto de apóstolos em pedra sabão, em Congonhas, por Aleijadinho	85
Figura 43: Pintura no forro da nave da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, por Mestre Ataíde	85
Figura 44: Estação ferroviária de Brumadinho, inaugurada em 1917.....	86
Figura 45: Casario na rua Alvarenga, por Carlos de Paula Andrade, em Ouro Preto	86
Figura 46: Residência operária, Vila Elisa, antiga Fábrica de Tecidos de Marzagão, em Sabará	86
Figura 47: Igreja anglicana protestante, Conjunto da Mina da Passagem, em Mariana.....	86
Figura 48: Edifício da Estação Central em estilo eclético, em Belo Horizonte	88
Figura 49: Palacete Dantas em estilo eclético, Avenida Cristóvão Colombo, em Belo Horizonte	88
Figura 50: Edifício Chagas Dória, rua Sapucaí, Belo Horizonte, estilo <i>Art Deco</i>	88
Figura 51: Edifício Lutétia, rua São Paulo, Belo Horizonte, estilo <i>Art Deco</i>	88
Figura 52: Cidade de Congonhas, croqui de Tarsila do Amaral	89
Figura 53: Conjunto Paisagístico da Pampulha, patrimônio da UNESCO, Belo Horizonte	90
Figura 54: Mapa de Bens Culturais oficialmente protegidos de Minas Gerais	91
Figura 55: Mapa de Bens Culturais federais e estaduais sobre a Estrada Real	92
Figura 56: Museu de Minas e Metal restaurado com verba de capital privado.....	110
Figura 57: Visita do governador Aécio Neves e do empresário Eike Batista ao museu.	110
Figura 58: Arquitetura primitiva restaurada e aberta ao público.....	111

Figura 59: Corredores revestidos com chapa de bronze e abastado acervo minerário.....	111
Figura 60: Comunidades atingidas em Conceição do Mato Dentro, sem nenhum beneficiamento pelos empreendimentos minerários ou a contrapartida do mesmo.....	112
Figura 61: Santuário Bom Jesus do Matozinhos, Congonhas.	117
Figura 62: Romaria, Congonhas.....	118
Figura 63: Passo, Congonhas.....	118
Figura 64: Santuário Bom Jesus de Matozinhos, Romaria e Passos, Congonhas, a aproximadamente 2000m da Barragem de rejeitos Casa de Pedra, zona de autossalvamento do PAEBM.	120
Figura 65: Igreja de Santo Amaro, Santa Bárbara.....	124
Figura 66: Igreja Matriz de Santo Amaro, Santa Bárbara a 1.500 m da barragem CDS da Anglo Gold Ashanti, no vale do Rio Santa Bárbara, zona de salvamento do PAEBM.	125
Figura 67: Ermida Nossa Senhora do Rosário, Itabira.	126
Figura 68: Ermida Nossa Senhora do Rosário, Itabira, aproximadamente 900m abaixo da Mina do Cauê.....	126
Figura 69: Tempo construído na década de 60 sobre a ruína primitiva.	127
Figura 70: Registros da matriz primitiva do século XVIII.....	127
Figura 71: Igreja de São Vicente Ferrer, Itabirito, localizada a aproximadamente 1000m da mineração Jaguar Mining CPA, zona de salvamento do PAEBM.	128
Figura 72: Ruínas de Gongo Soco sem manutenção adequada.	129
Figura 73: restrito as ruínas, pela empresa Vale.....	129
Figura 74: Ruínas de Congo Soco, distrito de Socorro, Barão de Cocais, a aproximadamente 1000m da Mina Congo Soco.	130
Figura 75: Igreja Matriz de São João Batista, Barão de Cocais.	131
Figura 76: Igreja Matriz de São João Batista, Barão de Cocais, dentro da Zona de Autossalvamento - ZAS do PAEBM da Mina Congo Soco, no vale do Rio Santa Bárbara. .	132

Figura 84: Acesso a Igreja de Nossa Senhora da Conceição feito pelo cruzeiro e escadaria.	133
Figura 85: Localização da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, distrito de Camargos, Mariana, a jusante de duas barragens de mineração.....	133
Figura 77: Capela de São Bento, destruída pelo rejeito da Barragem de Fundão.	134
Figura 78: Capela de Nossa Senhora das Mercês, aguardando restauração após o desastre..	134
Figura 79: Distrito de Bento Rodrigues, Mariana, aproximadamente 2000m da barragem de Germano, mina de Fabrica Nova.....	135
Figura 80: Escola Municipal de Bento Rodrigues destruída pela lama.....	136
Figura 81: Imaginárias e entalhamentos da Capela de São Bento carregados pela lama.....	136
Figura 82: Organização popular para preservação do território e das práticas culturais e sociais.	137
Figura 83: Procissão no território atingido – Bento Rodrigues.....	137
Figura 86: Equipe de Bombeiros no resgate dos corpos das vítimas.	138
Figura 87: Área destruída pela passagem da lama de rejeitos.....	138
Figura 88: Ato de denúncia contra o desastre no município.	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Esfera de tutela do patrimônio cultural investigado.....	96
Gráfico 2: Localidade dos bens acautelados.....	96
Gráfico 3: Estado de conservação atual dos bens.....	97
Gráfico 4: Tipo de uso predominante dos espaços.....	98
Gráfico 5: Forma de acesso comunitário.....	99
Gráfico 6: Forma de acesso comunitário.....	99
Gráfico 7: Tipo de ocupação comunitária.....	100
Gráfico 8: Quem administra os referidos bens culturais.....	101
Gráfico 9: Instituições privadas com relação de posse ou propriedade.....	102
Gráfico 10: Quem financia a manutenção do patrimônio cultural.....	103
Gráfico 11: Instituições privadas que financiam o patrimônio cultural.....	103
Gráfico 12: Instituições públicas que financiam o patrimônio cultural.....	104
Gráfico 13: Grupos comunitários que financiam o patrimônio cultural.....	105
Gráfico 14: Estado de conservação do entorno imediato ao bem.....	107
Gráfico 15: Impactos na paisagem cultural do bem.....	108

LISTA DE SIGLAS

ANM – Agência Nacional de Mineração

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória Minas

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração Mineral

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONEP – Conselho Estadual do Patrimônio Cultural

COVID-19 – *CoronavirusDisease 2019*

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

EPIC – Estudo Prévio de Impacto Cultural

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

ICOMOS – *International Council of Monuments and Sites*

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISS – Imposto Sobre Serviços

OMS – Organização Mundial de Saúde

PND – Programa Nacional de Desestatização

PNSB – Barragens inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragem

QF – Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais

RIPIC – Relatório de Impacto no Patrimônio Cultural

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

USGS – *United States Geological Survey*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CATEGORIAS DE ANÁLISE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
3. PATRIMÔNIO CULTURAL	28
3.1 A “invenção” do patrimônio cultural como instrumento de salvaguarda da tradição e da memória	33
3.2 O reconhecimento e salvaguarda no patrimônio cultural no Brasil.....	41
4. O QUADRILÁTERO FERRÍFERO DE MINAS GERAIS: UM TERRITÓRIO EMBLEMÁTICO / ESTRATÉGICO	57
4.1 O potencial minerário e a construção de um imaginário de desenvolvimento	61
4.2 A cartografia cultural no território do Quadrilátero Ferrífero	78
5. E AGORA JOSÉ? UM TERRITÓRIO EM DISPUTA.....	95
6. CONCLUSÃO	143
7. REFERÊNCIAS	147
APÊNCIDE A: Mapas de bens patrimoniais acautelados pelo Estado e pela União.....	159
APÊNDICE B: Banco de dados do Patrimônio Cultural acautelado pelo IEPHA e IPHAN no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.....	163

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das sociedades ao longo da história sempre esteve atrelado ao alcance de novas técnicas, à melhoria de instrumentos e infraestruturas para manutenção da vida cotidiana e, paralelamente, à garantia da transmissão de saberes e valores para as gerações futuras: um mecanismo de sobrevivência aprimorado com o passar das gerações, que, segundo Harari (2015), supera o progresso biológico da raça humana. Postulamos que essa capacidade de transmissão dos conhecimentos, das técnicas, dos saberes e valores – que ocorre através da memória por meio de artefatos, oralidade e, posteriormente, também através da escrita e demais mídias – pode ser abordada dentro da compreensão de Cultura; tratar-se-ia de singularidades herdadas socialmente que, ao serem experimentadas e vivenciadas pelo indivíduo, contribuem para formação das identidades dos sujeitos e das sociedades, assim como para a percepção e conexão de nós mesmos com o mundo (CARSALADE, 2007). Dessa forma, a Cultura estaria articulada, vale ressaltar, ao contexto natural e histórico – que se apoia, muitas vezes, nas referências do passado, na tradição –, podendo ser encarada como uma “autoridade” que auxilia a construção do futuro desconhecido.

Nesse contexto, contudo, no âmbito do processo de desenvolvimento humano, eventos traumáticos, como desastres de várias naturezas, de origem antrópica ou natural, ocupam um significativo papel de transformação da sociedade e podem impactar de formas distintas a transmissão ou a fruição da cultura em um determinado território. Compreendido pela UNESCO (2015) como consequências advinda de exposição a situações de risco, os “desastres” são classificados como

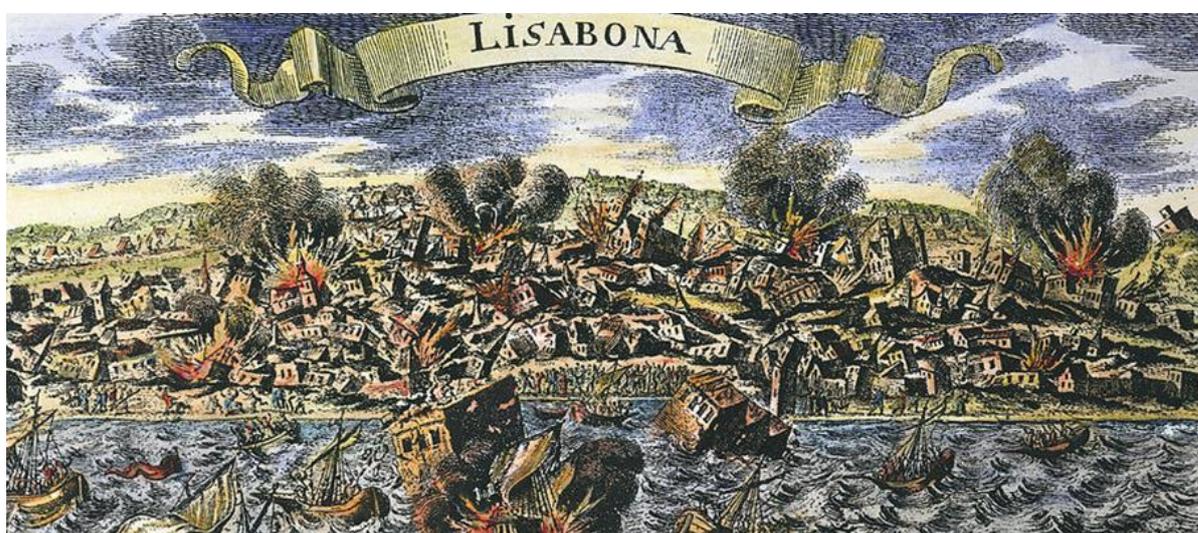
uma perturbação grave do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade, causando amplas perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais que excedem a capacidade da comunidade afetada ou a sociedade para lidar com a situação por meio de recursos próprios. (UNESCO, 2015, p. 12).

Os resultados nefastos que podem surgir nesses cenários são definidos por Oliver-Smith (1999) como processos que acarretam problemas sociais que perturbam a vida cotidiana de uma comunidade e que vão além de eventos colapsantes. Os danos e prejuízos continuados desses eventos têm o potencial de agravar quadros de vulnerabilidade social que, segundo Marandola e Hogan (2009), não podem ser mensurados ou avaliados de forma concreta: impactam o cotidiano e a paisagem, de forma direta e indireta, e apresentam necessidade de modificar e/ou

reassignificar os paradigmas em muitos aspectos da vida, o que promove a necessidade de busca de alternativas urgentes, às vezes inovadoras e revolucionárias, para a retomada da vida digna.

Para explicitar eventos traumáticos que impactaram o curso da história, vejamos o caso do Terremoto de Lisboa. O desastre ocorrido em 1755 resultou na morte de 10 a 70 mil pessoas e na destruição da parte baixa, região portuária, da cidade de Lisboa. O desastre natural provocou mudanças profundas nas dinâmicas econômicas, sociais, culturais e políticas da época (LIMA; NETO, 2017).

Figura 1: Tela “O Terramoto de 1755”, de João Glama (1708-1792), retrata Lisboa após o desastre



Fonte: Blog *História em Cartaz* (2015).¹

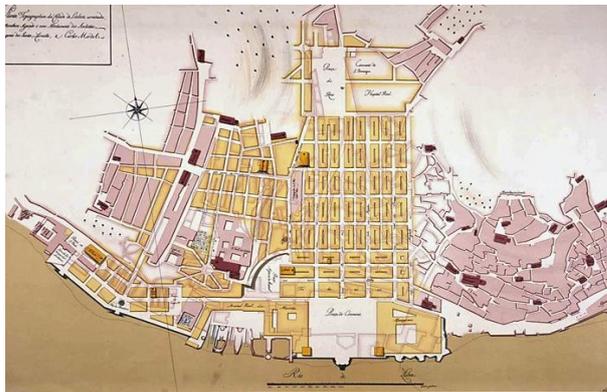
As medidas de recuperação da cidade foram determinadas pela “destruição” da área atingida e a “reconstrução” e “renovação” com estruturas modernas, principalmente na Baixa Lisboa, que passou a ser chamada de Baixa Pombalina. Já os templos religiosos, muito importantes na época, foram, na medida do possível, “consertados” ou “reparados” nos estilos originais, entendendo-se o valor artístico e de memória daqueles que eram referidos na época como “edifícios notáveis, suntuosos ou majestosos” (LIMA; NETO, 2017, p. 40). As obras foram adaptadas às experiências de Londres (incêndio em 1666) e aos debates urbanísticos então em curso na França, respeitando suas diferenças conjecturais e as imposições monárquicas absolutistas de Dom José I (1714-1777), coordenadas pelo ministro Sebastião José de Carvalho

¹ Disponível em: <https://historiaemcartaz.blogspot.com/2015/04/historia-o-terremoto-de-lisboa-de-1755.html>. Acesso em: 29 set. 2023.

e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782). Houve mudanças no desenho urbano e em seus princípios estéticos, tendo-se implantado um novo traçado urbano regular com vias largas, priorizando a simetria entre altura e volume dos edifícios, e a renovação no escoamento das águas e descarte de dejetos. Na engenharia, houve avanço nos estudos da sismologia, além da implantação de um novo sistema construtivo antissísmico, chamado Gaiola Pombalina (BUENO, 2005).

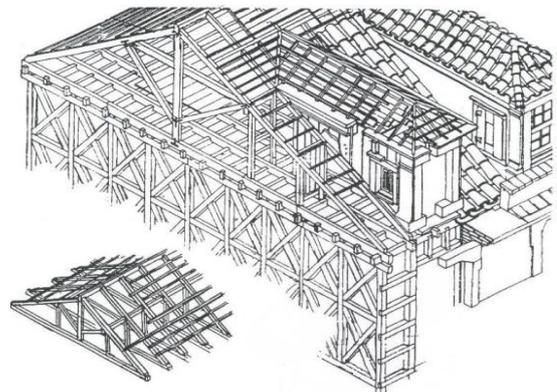
Obviamente, não apenas questões estéticas nortearam o projeto de reconstrução de Lisboa [...] procurou resolver o problema do lixo e da insalubridade [...] o problema dos terremotos [...] o problema dos incêndios [...] o problema da circulação do ar, da insolação e das pestes [...] o problema do tráfego [...] o problema da insegurança noturna e das umidades no térreo etc. (BUENO, 2005, p. 13).

Figura 2: Planta urbana da Baixada Pombalina



Fonte: Blog *Made in Portugal* ([20--])².

Figura 3: Sistema construtivo de Gaiola Pombalina



Fonte: Fernandes (2016)³.

O evento também causou impacto no imaginário da época, e, no campo filosófico, personagens como Voltaire (1694-1778), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Immanuel Kant (1724-1804) tiveram seus pensamentos influenciados pelo acontecimento e chegaram a discursar acerca do papel, ou possível culpa, de Deus e da sociedade quanto a ocorrência deles, no contexto das reflexões sobre novas percepções de mundo inspiradas em ideais iluministas. Economicamente, o desastre promoveu a ampliação da exploração das colônias portuguesas, principalmente em regiões minerárias, com aumento de impostos com objetivo de financiar a reconstrução de Lisboa. Isso provocou o acirramento dos conflitos locais. No Brasil, a Derrama

² Disponível em: <https://made-portugal.blogspot.com/2017/09/lisboa-pombalina.html>. Acesso em: 29 set. 2023.

³ Disponível em: <https://docplayer.com.br/76957235-Reabilitacao-das-estruturas-interiores-do-edificio-pombalino.html>. Acesso em: 29 set. 2023.

de 1771, acoplada às urgências de Portugal após o terremoto, contribuiu para o desgaste e divergências com a Coroa e a conseqüente emergência do movimento separatista da Inconfidência Mineira em 1792.

Outro evento traumático que causou grandes mudanças no percurso da humanidade, mas dessa vez um de origem antrópica, foi a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O conflito produziu destruição material, econômica, social e cultural em escala mundial, mesmo tendo concentrado os enfrentamentos em território europeu (BENÉVOLO, 2004).

Os danos parecem tão graves, ao final da guerra, que dão impressão de que comprometeram por um longo período de tempo a reconstrução dos países devastados; ao invés disso, por várias razões – o auxílio americano, o progresso das técnicas modernas – logo se inicia um período de expansão econômica que impõe grandes transformações sociais, mais rápidas e mais profundas [...] produz-se em quase toda parte um conflito entre os procedimentos de emergência exigidos pela destruição e os procedimentos de longo alcance exigidos pelo desenvolvimento econômico. (BENÉVOLO, 2004, p. 647).

Figura 4: A cidade de Dresden, Alemanha, após bombardeios, em 1945



Fonte: Portal *Zheit* (2019)⁴.

Figura 5: A cidade de Dresden, Alemanha, reconstruída pós-guerra



Fonte: Portal *Zheit* (2019).

Adelman (2016), ao fazer um panorama das conseqüências da guerra, aponta para mudanças profundas e aceleradas em escala global, como novas divisões políticas internacionais firmadas por acordos e alianças, surgimento de novas categorias de trabalhadores profissionais e dos serviços, emergência de novos grupos de atores sociais e novas tendências políticas e culturais organizadas, tendo no centro da pauta o meio ambiente e o futuro do planeta, revolução

⁴ Disponível em: <https://zheit.com.br/post/guerra-em-fotos-as-ruinas-de-dresden>. Acesso em: 29 set. 2023.

eletrônica e o novo poder da mídia na formação da cultura e da subjetividade e novos debates dentro das ciências sociais. Além disso, podemos incluir aqui a renovação do sistema alimentar global, a moda, as artes, a arquitetura, e a lista não para. Uma nova sociedade, globalizada e acelerada, que altera as paisagens culturais e sociais do mundo, mas apresenta uma massiva demanda pelo resgate das tradições, promovendo, segundo Catriota (2009), uma inflação patrimonial (conceito cunhado por Françoise Choay no livro *Alegoria do Patrimônio*, de 2017) e um enorme conjunto de documentos internacionais que orientam a conservação, a proteção e a promoção do Patrimônio da Humanidade, as Cartas Patrimoniais⁵.

Sendo assim, o que se observa diante dos danos, muitas vezes irreparáveis, promovidos pela experiência desses desastres é a urgência em debater e formular estruturas sociais, tecnológicas, políticas e econômicas que promovam a gestão de riscos e a reparação integral em casos de ocorrência desses eventos. Nesse sentido, Choay (2017) descreve o Patrimônio Cultural como elemento de testemunho, signo, relíquia com função antropológica de “co-memorar” e “re-memorar” os feitos do passado. Entendendo esses bens como fundamentais contribuintes para salvaguardar a cultura e a identidade dos territórios atingidos, a UNESCO (2015, p. 68) descreve o papel importante deles na recuperação e reabilitação pós-desastre, podendo contribuir das seguintes maneiras: 1. uso das habilidades e capacidades tradicionais; 2. fornecimento de evidências do modo de vida local, das tecnologias e das fontes de subsistências; 3. reconhecimento do patrimônio cultural e natural como fonte de identidade, que pode contribuir para a recuperação psicológica das vítimas; e 4. uso de mecanismos de enfrentamento locais pelas redes sociais tradicionais para promover a recuperação.

Contudo, o que se observa no contexto de desastres é que, frente às demandas urgentes de manutenção da vida humana e do meio ambiente, a preservação e o resgate do Patrimônio Cultural ficam em segundo plano, como algo que não é visto como essencial, em alguns casos sendo negligenciados de forma global nos processos de reparação de danos causados pelos eventos traumáticos. Para Chauí *et al.* (2016, p. 286), que compreendem a Cultura como instrumento de transformação social, esse cenário, a propósito, se dá pela precariedade histórica de construção de políticas culturais, que são tratadas como “uma espécie de luxo, de supérfluo

⁵ A Carta de Atenas, de 1931, é reconhecida como o marco inicial do conjunto de documentos que doutrinam acerca da salvaguarda e promoção do patrimônio cultural mundial e auxiliam na construção de ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais sobre o tema.

ou de sobremesa das coisas ‘sérias’, isto é, a economia e a política”. Já a UNESCO (2015, p. 6) descreve que as ações de proteção e recuperação dos Patrimônios Culturais diante de desastres são tratadas como “um ônus” nos processos, pois isso “exige esforços e recursos para sua proteção, em um momento em que as atenções deveriam estar voltadas para salvar vidas humanas”. E, nesse contexto, a salvaguarda do patrimônio fica à mercê da compreensão, interesse e articulação dos agentes dominantes, como o Estado e o Capital, deixando, muitas vezes, a manutenção dos patrimônios a cargo das populações locais (salvo casos de bens com maior apelo midiático).

Diante da problemática apresentada, o presente trabalho tem como objetivo observar a atual situação do Patrimônio Cultural no contexto brasileiro, tendo como recorte territorial o Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais (QF) e seus territórios minerários. A região ganhou grande reconhecimento e visibilidade internacional em virtude da concentração de minério de ferro – que conforma um imaginário popular mineiro, onde o desenvolvimento econômico e social se baseia na exploração mineral – e do significativo acervo patrimonial que se formou e se consolidou na região. O QF enfrenta atualmente um quadro de conflitos territoriais agravados – ou evidenciados midiaticamente –, em virtude dos desastres tecnológicos ocorridos nos municípios de Mariana (em 2015) e Brumadinho (em 2019).

Figura 6: Territórios de Bento Rodrigues, município de Mariana, e do Córrego do Feijão, município de Brumadinho, destruídos pela lama de rejeito de minério de ferro



Fonte: Compilação pela autora (2022).

Os dois desastres que foram provenientes do rompimento de barragens de rejeito de minério de ferro comprometeram a vida local, o meio ambiente, a economia, os territórios e parte significativa do Patrimônio Cultural. Tais tragédias evidenciaram a situação de minério-

dependência que o território se encontra, e conseqüentemente levantaram a situação sensível que permeia o patrimônio cultural nesse contexto.

Figura 7: Procissão em Bento Rodrigues, Mariana, após o desastre.



Fonte: *Jornal A Sirene* (2016)⁶.

Figura 8: Sr. Filomeno (atingido) com parte do altar-mor da Capela de São Bento, destruída no desastre de Mariana.



Fonte: *Jornal A Sirene* (2016).

⁶ A SIRENE. Mariana, MG: A Sirene, 7. ed., ano 1, set. 2016.

2. CATEGORIAS DE ANÁLISE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Frente a esse cenário, observa-se uma complexa relação entre a preservação de memória e identidade através do Patrimônio Cultural e o desenvolvimento econômico com base em um modelo neoextrativista. Sendo assim, o presente trabalho busca analisar os desafios para preservação do Patrimônio Cultural edificado, no contexto do QF, assim como elucidar as estratégias e os instrumentos utilizados pelas empresas de mineração em relação a esse Patrimônio Cultural.

Os caminhos para a realização desse trabalho foram construídos a partir de uma pesquisa de caráter exploratório, amparada por uma abordagem quali-quantitativa de natureza aplicada (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), à luz de paradigmas e conceitos da Geografia Cultural e da Ecologia Política, que procurou acionar/retrabalhar o contexto dos recortes temáticos e territoriais adotados. Os procedimentos metodológicos alinham-se a uma verificação de dados secundários – revisões bibliográfica e documental –, evoluindo para uma análise/(re)interpretação crítica dos fatos em busca de uma interpretação conceitual da realidade (FONSECA, 2002, p. 11 *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 14). Ressalta-se que não foram incluídos no trabalho dados primários que envolvessem pesquisa de campo e observação direta junto às comunidades detentoras do patrimônio e os demais agentes, e enfatiza-se que isso se deu em virtude da atual situação sanitária do país e das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) a respeito das proteções contra a covid-19⁷.

A abordagem exploratória adotada cumpre a função de aprofundar e explicitar o tema através de uma análise bibliográfica e documental (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) que busca articular abordagens da Ecologia Política e da Geografia Cultural com o objetivo de demonstrar as estratégias empresariais que envolvem o Patrimônio Cultural no contexto minerário⁸. Para isso, foram utilizadas bibliografias que conceituam e problematizam o tema, pareceres técnicos, notificações dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e dados quantitativos sobre o

⁷ Doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, a covid-19 foi classificada pelas Organizações Mundial de Saúde como uma pandemia no dia 11 de março de 2020, em decorrência do seu alto grau de transmissão geográfico. A cepa do coronavírus, que pode provocar desde quadros assintomáticos a síndromes respiratórias de diversos níveis ou óbito, representou risco a saúde pública mundial e tem provocado mudanças nas práticas cotidianas de todas as nações com o objetivo de “interromper a propagação do vírus”. (Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 10 abr. 2022).

⁸ O que poderia remeter talvez a discussões desenvolvidas na interface entre as Geografias Política e Cultural sobre o que hoje conceitualmente se define como “territórios corporificados”.

Patrimônio Cultural e as mineradoras atuantes no QF, assim como registros recentes obtidos em mídias digitais, tanto no formato de denúncia quanto de publicidade de empresas e do governo.

É importante salientar, nessa perspectiva, que a problematização dessa pesquisa se deu também a partir da vivência pessoal, como residente do QF, e experiências profissionais, com a atuação, nesse território, como assessora técnica de comunidades atingidas em territórios em situação de conflitos socioambientais. A observação direta das comunidades atingidas, entre os anos de 2017 e 2021, permitiu o acesso aos processos de reparação de danos, aos encaminhamentos acerca da manutenção do Patrimônio Cultural, assim como as percepções e atuação comunitária nessas resoluções. Foi possível acompanhar, nesse processo, tanto os encaminhamentos técnicos e normativos quanto a narrativa e os sentimentos das comunidades em relação à memória e identidade que se vinculam ao território atingido, principalmente nos casos de deslocamento compulsório e deslocamento *in situ*, nos quais ocorrem significativas mudanças das condições materiais e sociais para a permanência da comunidade (TEIXEIRA, ZHOURI; MOTTA, 2020). Nesse sentido, pode-se afirmar que uma “atitude fenomenológica”⁹ – tal qual a que entende Amorim Filho (1999) –, permeia a pesquisa, ainda que fluidamente, valendo ressaltar que, na obtenção de dados secundários, buscou-se fazer a apuração de manifestações e posicionamentos comunitários, que também remetem à vivência e foram registrados em mídias digitais – jornais, revistas e redes sociais.

A escolha do aporte teórico-conceitual fundamentado na composição entre a Ecologia Política e a Geografia Cultural se mostrou, por sua vez, coerente para problematizar o tema – que tem um caráter interdisciplinar –, o que se procurou fazer de forma abrangente, através do desenvolvimento de um diálogo multidisciplinar, valendo assinalar que, atualmente, encontra-se pouca interlocução a respeito no campo dos desastres de mineração e do neoextrativismo. Essa abordagem teve a intenção de compreender a complexidade do tema e contribuir no avanço

⁹ A abordagem fenomenológica é, segundo Almeida (2020), uma ferramenta cujo acionamento apresenta um desafio dentro do campo da Geografia Humanista e Cultural e que tem como objetivo a aproximação da ciência com a vida cotidiana, com o meio. É uma abordagem prioritariamente qualitativa que não se baseia num método rígido e que tem foco na interpretação e na subjetividade. Nesse contexto, o pesquisador demanda do empirismo e da experimentação na busca fenomenológica do saber, para isso, precisando estar inserido no campo de pesquisa através de aproximação corporal e mental. Contudo, é fundamental também que o pesquisador tenha a humildade de se perceber como parte do processo e detentor de uma perspectiva que talvez nunca permita uma compreensão total do fenômeno, em virtude do seu lugar de sujeito – outro – que é possuidor de um olhar parcial ou intencional e que vem carregado de vivências prévias, o que não extingue futuras e novas possibilidades de interpretação do mesmo fenômeno (ALMEIDA, 2020).

da literatura com intenção de atrair o urgente debate sobre um desenvolvimento humano ecologicamente equilibrado (GRIMONE, 2012) em um momento em que observamos apropriações violentas dos territórios e da natureza exercida pelo Capital. Entre os autores das geografias Cultural e Humanística acionados¹⁰, podemos discriminar: Claval (2002), Cosgrove (2012), Tuan (1980), Raffestin (1993), Amorim Filho (1999), Maria Geralda de Almeida (2020), Marandola Jr. (2009) e Holzer (1997).

A Ecologia Política é descrita por Alimonda (2015) como uma linha de pensamento crítico, que deriva de correntes filosóficas anglo-saxãs, que estudam a ecologia humana e culturas urbanas, e correntes francesas pós-estruturalistas e neo-marxistas, que compreendem a crise ambiental como uma crise da sociedade moderna que se conforma em uma estrutura tecnocrata de profunda alienação. Leff (2015) pontua a Ecologia Política como oportunidade para um debate de emancipação e desconfiguração de políticas e modelos hegemônicos que excluem grupos sociais tradicionalmente subalternizados e subjugados. No contexto da América Latina, a Ecologia Política ganha novas perspectivas e assume novos “desafios, promovendo análises interdisciplinares e um giro eco-político”, além de “uma nova dimensão entre Capital/Natureza” (ALIMONDA, 2015, p. 162).

[...] amplo movimento social e político por justiça ambiental que é mais forte na América Latina que em outros continentes. Este movimento luta contra as injustiças ambientais em âmbito local, nacional, regional e global [...] um terreno de pensamento próprio de relevância internacional [...] implica na perspectiva das políticas de desenvolvimento e de direitos humanos. (ALIER, 2014 *apud* ALIMONDA, 2015, p. 163-164, tradução da autora).

Contudo, o trabalho busca avançar além da relação Capital *versus* Natureza, recorrentemente debatida na Ecologia Política. Ao acionar conceitos da Geografia Cultural, possibilita a leitura de mundo, de *espaço vivido*, a partir das relações sociais e culturais, as quais, segundo Claval (1999 *apud* DEUS, 2005), vão além das relações clássicas de poder. Holzer (1997, p. 79), a propósito, descreve a Geografia como ciência plurívoca, que pode ser analisada “enquanto ciência das essências [...] que se refere à existência humana e a nossa experiência do mundo”. Nessa perspectiva é que, aliás, a Geografia Cultural avança para uma abordagem mais ampla que as Geografias Clássicas – desenvolvidas entre os séculos XIX e XX e baseadas na ideia de um funcionalismo evolucionista – e as Geografias Modernas – nascidas em meados do século

¹⁰ Internacionais e brasileiros, clássicos e atuais...

XX no contexto do pós-guerra e com base positivista (NAME, 2010). Cosgrove (1987 *apud* Deus, 2005), ao discorrer sobre essa Nova Geografia Cultural, que evolui a partir de uma revisão da Geografia Humanista, foca na transformação do Espaço e das Paisagens exercida pelo homem através da cultura e dos sentidos atribuídos ao meio em que ele habita. O autor salienta que essas transformações não ocorrem como consequência pura dos eventos ocorridos num determinado espaço e tempo, ao contrário, entende a cultura como categoria central que propicia uma análise profunda da ação humana com potencial de modificar o *espaço vivido* tanto quanto é modificado por ele, num arranjo de expressões socioculturais descritas por ele como dominantes ou subordinadas (residuais, excluídas ou emergentes).

Para o desenvolvimento da pesquisa, é priorizada, metodologicamente, a categoria de Território como ferramenta analítica central, por se tratar de uma categoria que, segundo Raffestin (1993) e Souza (2000), é um produto dos agentes sociais que se materializam num processo das relações de poder e “revelam as decisões da sociedade na organização do espaço” (SOUZA, 2019, p. 8). Souza (2000) salienta que, além de suas características naturais, sociais, identitárias e afetivas, é fundamental compreender os interesses para a sua manutenção ou dominação.

Para conceituar o Território, Deus (2005) cita Gonçalves, que define a categoria como:

categoria estruturante do pensamento e das práticas geográficas, havendo um consenso entre geólogos e antropólogos de que território significa “espaço apropriado em comum” e “imagicamente construído por determinado grupo humano” (GONÇALVES, 2000, p. 176, *apud* DEUS, 2005, p. 55).

Haesbaert (2004), ao problematizar o conceito, apresenta-o em quatro agrupamentos que são usuais em sua caracterização e que podem ser distinguidos de acordo com as questões contestadas e/ou priorizadas: 1. Território Político, institucionalizado e controlado através de poderes que se relacionam com o poder político e estatal em sua maioria; 2. Território Cultural, no qual o simbólico e o subjetivo são priorizados, sendo o território compreendido como resultado da valorização do espaço vivido; 3. Território Econômico, referente às relações econômicas presentes no espaço e às fontes de recurso, o que inclui as relações Capital-Trabalho; e 4. Território Natural, ambiente físico, vivido, que apresenta as relações sociedade e natureza. Todavia, esta categoria pode também ser descrita como uma contextualização mais aprofundada e filosófica, sendo entendido por Haesbaert (2004) como:

- a) binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: I. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); II. A perspectiva “integradora” de território, na resposta a

problemáticas que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

- b) binômio espaço-tempo, em dois sentidos: I. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); II. Sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s). (HAESBAERT, 2004, p. 41).

Vale ressaltar ademais que, ao buscar uma leitura ampliada do Território, a presente pesquisa não tenta excluir ou se distanciar das categorias de Lugar e Paisagem, tão caras à Geografia Cultural e Humanista; e que se mostram fundamentais para a conformação integrada e ampla do Espaço – matriz que engloba todas as demais categorias –, sobrepostas e incorporadas entre si num campo abstrato.

Sendo assim, sob o ponto de vista geográfico, e tendo em vista as problemáticas apresentadas acerca do Patrimônio Cultural em risco, o trabalho buscou amparar-se nas perspectivas de um Território “integrador” que inclui as dinâmicas ambiental, social, cultural e política, assim como incorpora suas “historicidades e geograficidades” (HAESBAERT, 2004), que é constituído pelos lugares e que conforma paisagens culturais (SOUZA, 2019). Esse debate se faz necessário diante dos desafios presentes na contemporaneidade para romper paradigmas dominantes e promover a valorização e preservação das culturas e identidades através da manutenção do Patrimônio Cultural, podendo também ser explorado como uma estratégia de resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Posto isso, como já citado anteriormente, o trabalho tem como recorte territorial o Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, destacando-se que, como objeto das análises, o foco se deu nos bens culturais edificados e salvaguardados nas esferas estadual e federal. Nas abordagens sobre o Quadrilátero, assumiram relevância aportes/postulados de autores que trabalham com o tema da Geologia acoplada aos Estudos Culturais, a exemplo de Costa (2011a; 2011b) e Ruchkys e Machado (2013).

A escolha desse recorte temático, que não abarca outras tipologias do patrimônio nem os bens acautelados na esfera municipal, se deu em virtude de um conjunto de fatores: 1. a viabilidade de execução desta pesquisa dentro do programa de mestrado (24 meses) frente ao grande volume de bens (mais de cinco mil itens) e a expansão territorial do QF (aproximadamente 7.000 km); 2. a expressiva e relevante concentração dos bens estaduais e federais dentro do território do QF e do perímetro da Estrada Real, evidenciando uma possível relação dos bens

com o histórico minerário da região; 3. O conflito territorial que se mostra mais evidente entre os bens edificados e a rigidez locacional dos minérios.

Além disso, vale registrar que a pesquisa teve como objetivos específicos: 1. contextualizar geopoliticamente a formulação dos conceitos de patrimônio cultural; 2. compreender/tentar elucidar as relações de poder incidentes nos territórios dentro do QF, assim como a sua formulação geográfica e imagética; 3. observar as estratégias empresariais que interferem de forma positiva ou negativa nos patrimônios culturais edificados acautelados pelo IEPHA e pelo IPHAN localizados em territórios do QF; e 4. verificar possíveis impactos que as interferências das empresas mineradoras em relação ao patrimônio cultural podem gerar nas dinâmicas comunitárias.

3. PATRIMÔNIO CULTURAL

Para introduzir o debate sobre o Patrimônio Cultural precisamos analisar os conceitos de Cultura e Patrimônio como elementos distintos, assim como buscar entender a forma na qual os conceitos se entrelaçam e se manifestam na vida cotidiana dos povos. Ressalta-se que a pesquisa não teve a intenção de promover avanços nos estudos da teoria da Cultura ou do Patrimônio em si; buscou-se, essencialmente, elucidar as interpretações até aqui construídas sobre tais dimensões da realidade para, assim, dar a devida fundamentação ao nosso objeto central, o Patrimônio Cultural.

A ideia de cultura vem sendo debatida por muitos campos do conhecimento, de forma ambígua e polissêmica, partindo da busca pela compreensão da natureza do homem. Ela seria, segundo Cosgrove (2012), uma estrutura que segue em constante mutação e que admite muitas possibilidades de leitura distintas, simultâneas e igualmente válidas. A etimologia da palavra cultura, como entendida na atualidade, foi feita pelo antropólogo britânico Edward Tylor (1832-1917), e deriva do termo inglês “*Culture*”, que é uma associação das palavras *Kultur* – de origem germânica e que representa características espirituais de um povo – e *Civilization* – de origem francesa e que remete a conquistas materiais de um grupo. O termo do inglês se refere a um conjunto de comportamentos que são aprendidos socialmente e que dependem da interação com o meio vivido, sem ter relação com qualquer determinismo geográfico ou biológico (LARAIA, 2001). É pertinente ainda observar que:

[...] uma das melhores introduções gerais à antropologia, o *Mirror for Man*, de Clyde Kluckhohn. Em cerca de vinte e sete páginas do seu capítulo sobre o conceito, conseguiu definir a cultura como: 1. “o modo de vida global de um povo”; 2. O legado social que o indivíduo adquire do seu grupo”; 3. “uma forma de pensar, sentir e acreditar”; 4. “uma abstração do comportamento”; 5. “uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente”; 6. “um celeiro de aprendizagem em comum”; 7. “um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes”; 8. “comportamento aprendido”; 9. “um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento”; 10. “um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens”; 11. “um precipitado da história”, e voltando-se, talvez em desespero, para as comparações, como um mapa, como uma peneira e como uma matriz. (GEERTZ, 1978, p.14).

Bauman (2012), em sua obra “Ensaio sobre o conceito de cultura”, descreve a cultura a partir da sociologia e busca diferenciar o tema a partir de três pensamentos distintos: 1. cultura como conceito hierárquico, um ideal da natureza humana que é adquirido, herdado de forma individual e que distingue pessoas cultas das incultas, que tende a privilegiar os grupos

dominantes, relacionando a cultura com a ascensão social; 2. cultura como conceito diferencial, compreendida como manifestação coletiva de um determinado grupo que irá diferenciá-lo dos demais; 3. cultura como conceito genérico, numa perspectiva antropocêntrica onde a cultura é entendida como atributo de todos os homens.

Diante de tantas narrativas, o antropólogo Clifford Geertz (1978) se manifesta em busca de uma coerência interpretativa da teoria da cultura, se é que isso seria possível. O autor descreve a cultura como uma matriz, um mapa que se conforma de maneira processual e que deve ser analisado essencialmente por uma perspectiva semiótica. Geertz (1978) salienta que a compreensão da cultura demanda uma análise etnográfica do que são e do que querem transmitir seus signos, “como uma ciência interpretativa, à procura do significado” que se organiza de forma sistêmica, sem, contudo, garantir um padrão ou uniformidade (GEERTZ, 1978, p. 15).

Já no campo jurídico, a cultura ganhou o *status* constitucional de direito fundamental, categoria de caráter supranacional – vinculado ao direito internacional – que reconhece os direitos da pessoa humana para uma vida digna independente de sua crença, etnia, gênero ou nacionalidade e que inclui uma vasta gama de direitos individuais, sociais, nacionais e políticos (GRIMONE, 2012). Nesse sentido, ao elucidar a relação entre culturas e a diversidade cultural dos povos e sua importante contribuição para evolução humana, Lévi-Strauss (2012) faz uma crítica ao evolucionismo cultural e ao darwinismo social que classifica as distintas culturas como superiores e inferiores. Essa interpretação parte de uma análise etnocêntrica que tem o Ocidente, principalmente o continente Europeu, como base qualitativa de análise. Lévi-Strauss (2012) enfatiza os riscos da ideia de igualdade universal entre os homens, a qual nega a diversidade cultural e que, se funciona no campo do discurso igualitário, nega, contudo, as diferentes interpretações de mundo. O autor propõe a relativização e fim das visões comparativas entre as culturas que não poderiam, em sua ótica, ser analisadas por uma forma linear, padronizadas e unívocas, pois as culturas são singulares e únicas e se desenvolvem constantemente de forma dinâmica a partir da inter-relação com outras culturas.

No contexto da filosofia e da política, Chauí *et al.* (2016) salientam o papel que a cultura passou a ocupar na contemporaneidade e a importância da construção de uma política cultural. Os

autores descrevem a cultura como instrumento/ferramenta de poder e política¹¹ apropriada pelo Estado e pelos grupos dominantes para convencimento e legitimação de uma ideia ou modelo social. Chauí *et al.* (2016) descrevem a utilização da cultura tanto pelas práticas exercidas pela indústria cultural, que se manifestam através da produção de conteúdo cultural massificado – TV, rádio, publicações editoriais, imprensa – quanto pelas políticas culturais que conformam políticas públicas instituídas pelo Estado, postulando que a cultura “não pode ser feita por um grupo de intelectuais iluminados que decreta do alto” (CHAUÍ *et al.*, 2016, p.285).

[...] a questão cultural deveria ser considerada uma das prioridades [...] quando se leva em conta o papel da cultura seja como fator de discriminação sociopolítica, seja como instrumento de dominação ideológica, seja como forma de resistência de classes dominadas, seja, enfim, como forma de criação com potencial de emancipação e de libertação histórica. Se a cultura fosse algo de menor importância, seria incompreensível a atenção que lhe é dada pelo Estado contemporâneo e a expansão dos meios de comunicação de massa como instrumentos de legitimação da ordem vigente e de conformismo social e político. (CHAUÍ, *et al.*, 2016, p. 277).

Na perspectiva da Geografia Cultural, a cultura, que se processa socialmente de forma tangível e intangível, se consolida, muitas vezes, através de imposições e reproduções de um grupo dominante num processo de subalternização de uma outridade (COSGROVE, 1998), reforçando a crítica de Marilena Chauí *et al.*, citados anteriormente. Essas construções das estruturas socioculturais impactam drasticamente na formação e na percepção dos Territórios, categoria analítica que, segundo Claval (1996, *apud* DEUS, 2005, p. 54), nos permite a percepção dos lugares construídos pelo homem, pois “reflete uma imagem deles próprios e os auxilia a tomar consciência do que eles partilham”.

Para a transmissão da Cultura utiliza-se, indispensavelmente, a Memória como meio, sendo esta descrita por Chauí *et al.* (2000, p. 158) como “uma evocação do passado [...] capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total”. Para Halbwachs (1990), a memória pode ser percebida tanto no campo individual quanto no coletivo, formando, assim, tipos distintos de memória. Entre eles, o autor apresenta a memória coletiva ou social,

¹¹ O conceito de “política” que Chauí *et al.* (2016) se referem se limita a um conjunto de práticas governamentais.

que se constrói a partir de vínculos afetivos construídos em grupo. Olender (2017), ao trabalhar o conceito de memória social apresentado por Halbwachs, descreve que esta é:

construída coletivamente, a partir do compartilhamento de situações e expressões materiais e intelectuais vivenciadas por um determinado grupo, [...] A memória social (que não se confunde com a História, processo cognitivo), não é uma simples rememoração coletiva de fatos passados, mas uma seleção das representações de fatos passados, compartilhados de maneira a estabelecer vínculos afetivos de pertencimento e solidariedade. (OLENDER, 2017).

E, nesse exercício de lembrar e de esquecer, o afeto se apresenta vital, pois quando há a ausência de afetação¹², não há mais interlocução e presença; nesse momento se inicia o apagamento da memória (OLENDER, 2017).

Seguindo as possíveis leituras da memória, Assman (2011, p. 283) nos apresenta a ideia de uma memória cultural como um meio de “comunicação entre épocas e gerações [...] que não dá prosseguimento, sozinha, a si mesma, sempre precisa ser renegociada, estabelecida e mediada uma vez mais, readquirida”. E para auxiliar o exercício de lembrar, utilizamos instrumentos diversos, como a oralidade, a repetição de ritos, condutas, técnicas, e a fruição dos objetos que se conservam no tempo e conectam gerações. Para Assmann (2011), essa transferência só se faz efetiva quando praticada, entendendo a experimentação como suporte para a materialização da memória e, conseqüentemente, da cultura. Assim, passamos a eleger, seja deliberadamente ou inconsciente, dentro das práticas e dos lugares, a nossa herança cultural. Com isso, ao considerarmos essa ideia de herança, entendemo-la como um processo em que recebemos, adquirimos por direito, um patrimônio que é transmitido de forma sucessiva, acompanhado de direitos e deveres para o novo sucessor.

Essa construção do conceito de patrimônio, que nos é mais caro neste trabalho, tem origem etimológica do termo derivado da palavra em latim *patrimonium*, que se refere ao bem pertencente ao pai, a referida herança. Utilizado no campo jurídico, econômico, social e cultural, o termo foi alargado e reformulado para atender a ampla diversidade de bens em espécie e suas diferentes concepções e representações. É interpretado na atualidade a partir de uma perspectiva ocidental centrada na propriedade, que, segundo Gonçalves (2009, p.26) pode ser entendida como uma

¹² Na perspectiva geográfica do Lugar essas afetações irão se manifestar de forma topofílica ou topofóbicas, de maneira a delinear as relações com o espaço (TUAN, 1980).

atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar domínio subjetivo em oposição ao outro [...] suas qualificações acompanham as divisões estabelecidas pelas modernas categorias de pensamento: economia, cultura, natureza, etc. [...] A categoria ‘patrimônio’ tal como é usada na atualidade, nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas. [...] Constituem, de certo modo, extensões morais de seus proprietários, e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduo. (GONÇALVES, 2009, p. 26-27).

Como categoria de pensamento, o patrimônio se faz presente em todos os grupos humanos, e, segundo Gonçalves (2009, p. 26), é “extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade”, mas teve suas distinções e “contornos semânticos” alterados ao longo do tempo. O conceito como é aplicado na atualidade constituiu-se nos processos de formação dos Estados nacionais. Fundada a partir de estrutura de pensamento ocidentalizado, o conceito é aplicado para descrever conjuntos de propriedades, sejam eles financeiros, materiais, genéticos, históricos ou culturais (GONÇALVES, 2009).

Na perspectiva geográfica o patrimônio é compreendido um catalisador dos sentimentos identitários, um “resgate memorial por gravar no território, físico e psíquico, sentimentos que remetem a lembranças de tramas diárias e de manifestações sociais” (ALVES *et.al.*, 2019, p.17). Assim, ao projetarmos a cultura, a memória e o patrimônio no Território, nos deparamos com a materialização de valores, símbolos e percepções de um povo que, além de estabelecer códigos e condutas sociais, vai definir os ordenamentos arquitetônicos, a morfologia, as técnicas, os materiais, a geometria, as cores e as possibilidades de uso do espaço. Conformam nos territórios o “produto e o testemunho das diferentes tradições e realizações intelectuais do passado e constituem, portanto, um elemento essencial da personalidade dos povos” (ONU, 1968, p. 1), que, segundo Olender (2017) ao citar Halbwachs, seguem em constante processo de modificação,

pois, quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita a se adaptar às coisas materiais que a ele resistem, conseqüentemente, o lugar recebe a marca do grupo e vice-versa. (OLENDER, 2017, p. 336).

Esses ambientes modificados pelo homem possuiriam, segundo Carsalade (2007), a capacidade de incorporar múltiplas dimensões, entre elas, as funções de uso, de documento, de memória e de identidade que vão formar e transformar a paisagem. Nessa perspectiva, o ambiente construído e a arquitetura se apresentam como instrumentos importantíssimos para consolidar a memória e a cultura (CHOAY, 2017) pela possibilidade de sua materialidade atravessar gerações, o que os torna narradores e conectores de uma história de outrora: manifestam-se

como representantes imponentes para o reconhecimento identitário coletivo por se manifestarem no cotidiano da vida e pela percepção do espaço vivido na formação dos Lugares e Paisagens que impactam na compreensão de mundo e construção das subjetividades (ALVES *et al.*, 2017).

Já a imaterialidade, apesar de preencher o ambiente construído e as estruturas materiais, em virtude do seu caráter sutil, pode ser transformada com maior facilidade, tanto pelo esquecimento quanto pela ressignificação. Contudo, a imaterialidade é um fator vital para valorização de um patrimônio, pois conduz a percepção, constrói identidade, tanto individual quanto coletiva, e contribui para conectar o ser de hoje com os ensinamentos do passado, garantindo a ‘afetação’, o que torna fundamental a experimentação e a vivência com o bem para assim o tornar um Patrimônio Cultural.

Podemos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais. (MENESES, 2012, p. 31).

3.1 A “invenção” do patrimônio cultural como instrumento de salvaguarda da tradição e da memória

Adentrando a construção do imaginário de um Patrimônio Cultural como conhecemos hoje, é preciso avaliar os valores culturais a ele atribuídos. Entende-se valor como atribuído a algo a partir da sua utilidade e raridade, e que, quando unido à ideia de cultura, enuncia algo produzido pelo homem que “detém informações (utilidades) que registram a satisfação das suas necessidades, e a priori, é escassa (rara)” (TINOCO, 2013, p. 2). Alois Riegl (1858-1905), em seu texto clássico *O culto moderno aos monumentos*, classifica esses valores em dois grupos: 1. valores de rememoração, classificados como valor de ancianidade, valor histórico e valor de rememoração intencional; e 2. valores de contemporaneidade, divididos em valor de uso, valor artístico, valor de novidade, e valor artístico relativo.

Para além de uma construção imagética, Meneses (2012) relaciona a formação do patrimônio cultural a partir de um gráfico de tempo e espaço, onde o tempo se relaciona a transmissão da memória, coletiva e individual, e o espaço se refere a construção dos lugares e paisagens. Essa relação, tempo-espaço, configura geograficamente também os territórios, que dialogam com os agentes territorializados e desterritorializados, obviamente de maneiras distintas. No que tange aos agentes territorializados (*insiders*), Meneses (2012) afirma que a relação com o espaço

acontece de forma indissociável da experiência existencial e “[...] que envolvem dimensões profundas e abrangentes do ser, da subjetividade [...]”; já os agentes desterritorializados (*outsiders*) experimentam uma fruição corpórea transitória e superficial de “contemplação de um lugar de culto” (MENESES, 2012, p. 28).

Historicamente, o Patrimônio Cultural, como conceito, foi construído a partir de uma leitura essencialmente eurocêntrica, como já citado, e que evoluiu da observação dos monumentos e da urgência de construir uma memória coletiva de nação. A partir da compreensão do potencial identitário presente na arquitetura, consolidou-se na Itália, a partir do século XV, a ideia de Monumento Histórico, em virtude da sua permanência dentro de um tempo-espaço que culmina na conexão de gerações. Esse bem que deveria ser reconhecido coletivamente teria o objetivo de evocar o passado e rememorar feitos espetaculares e crenças através da sua materialidade (CHOAY, 2017).

Nesse período, nos deparamos também com um acelerado quadro de mudanças tecnológicas, científicas e econômicas – que culminam no avanço do capitalismo comercial, nas grandes navegações, na dominação e colonização de outros territórios e povos –, em que a valorização da cultura e das artes se torna ferramenta para “preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar” (CHOAY, 2017, p. 18). Contudo, essa estrutura de preservação identitária era mantida somente para os grupos dominantes, europeus, promovendo um etnocídio¹³ dos povos originários nos territórios colonizados. No contexto iluminista dos séculos XVII e XVIII, destacava-se a racionalidade e a difusão do conhecimento, questionava-se os poderes autoritários e implantava-se – ainda dentro dos grupos elitistas – um pensamento acadêmico e a problematização crítica dos temas oriundos da cultura.

Johann Joachim Winckelmann (1717-1768), Giovanni Battista Piranesi (1720-1778) e Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy (1755-1849) tiveram expressiva participação nesse desenvolvimento metodológico científico e acadêmico. Nos trabalhos de Winckelmann, historiador da arte e arqueólogo alemão, são observadas a sistematização das categorias de estilo e noções como “o respeito pela matéria original; a idéia (sic) de reversibilidade e distinguibilidade da intervenção; a importância de documentação, extensa e precisa da obra antes, durante e depois da intervenção”. Em Piranesi, arquiteto e artista veneziano, evidencia-se a historicização da arquitetura e dos aspectos conservativos e de mínima intervenção, desenvolvidos sob o método da catalogação em seus estudos sobre as ruínas da Antiguidade. Já em

¹³ Etnocídio, relacionado ao conceito de genocídio, se refere ao extermínio e a subalternização das culturas de um povo em detrimento de uma cultura dominante (DEUS, PAIVA, PARREIRAS, 2023, p. 106).

Quatremère de Quincy, arquiteto e escultor francês, tem-se a formulação de um corpo teórico e disciplinar para as artes e a arquitetura, desenvolvido por meio de seus estudos e publicados em sua *Encyclopédie Méthodique*. (TEBET, AMARAL, 2022, p. 2)

Nesse momento, passa-se a buscar a relação ampliada com a antiguidade e com a arqueologia, em que passa a haver interesses além fronteiriços, em busca dos “vestígios das civilizações-mães da Grécia, do Egito e da Ásia Menor” (CHOAY, 2017, p. 61). Essa expansão propicia a descobertas de importantes sítios arqueológicos e abre o campo da museologia, dos antiquários e dos grandes colecionadores.

Figura 9: Sítio arqueológico de Pompeia, Itália, descoberto em 1748, quase dois mil anos após seu colapso, provocado pela erupção do vulcão Monte Vesúvio.



Fonte: Portal *iG Turismo* (2021)¹⁴.

Já no século XIX, com a consolidação da Revolução Industrial¹⁵, ocorreria uma drástica modificação nos meios de produção e no habitat humano; o período de “progresso,” que contou com grandes reformas urbanas, abandono do campo e reorganização das estruturas sociais (BENÉVOLO, 2004), foi descrito por Choay (2017, p. 135) como “uma ruptura traumática do tempo”. No campo da geopolítica, ainda militarizada, iniciava-se então um forte movimento nacionalista das potências econômicas do Norte que impactaria todos os territórios do globo em

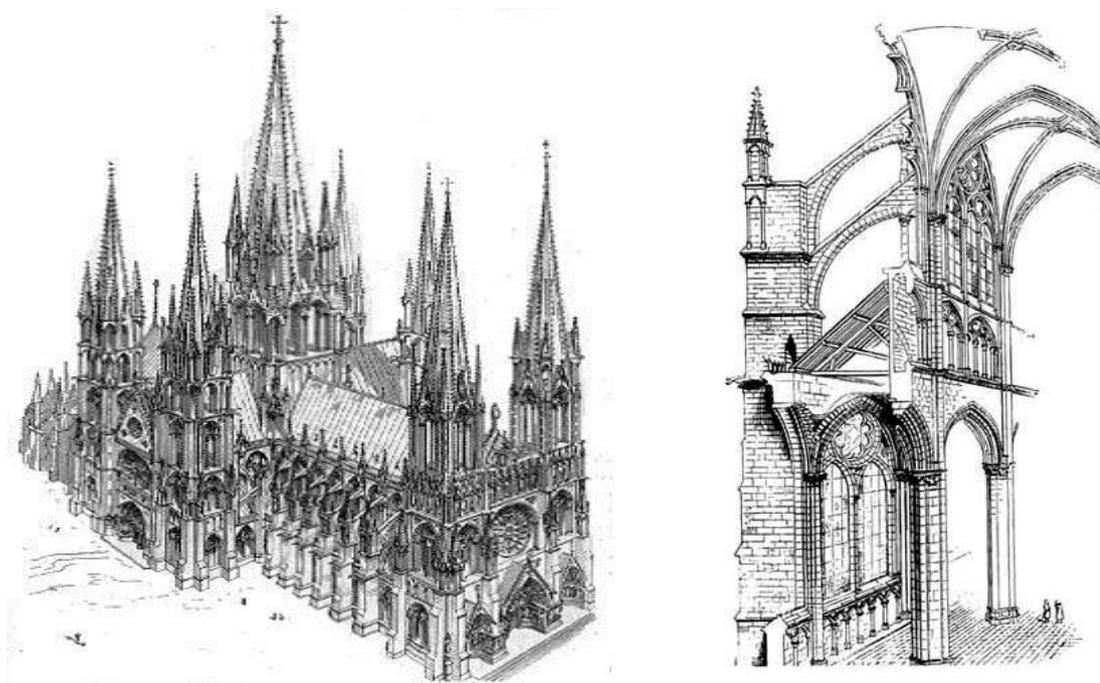
¹⁴ Disponível em: <https://turismo.ig.com.br/destinos-internacionais/2021-10-19/pompeia-italia.html?Foto1>. Acesso em: 29 set. 2023.

¹⁵ Ocorrida entre meados do século XVIII e o final do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, e tardiamente, nos países “colonizados”, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX.

micro ou macroescala. É nesse contexto que o debate sobre a preservação da cultura, protagonizado por França e Itália, expandiu-se para o reconhecimento de um Patrimônio Cultural Nacional e para a implantação das primeiras políticas públicas de salvaguarda, com a criação de comissões, conselhos que ordenam, ou até mesmo impõe, a forma de “construir o passado”.

Como resultado, tivemos a formalização de doutrinas sobre o patrimônio que, segundo Choay (2017), propiciaram a estruturação de uma disciplina especializada, sendo Viollet-le-Duc (1814-1879) reconhecido como o primeiro grande teórico do patrimônio. O francês foi precursor do “restauro estilístico”, que focava na produção de pesquisas aprofundadas sobre as técnicas e a forma “autêntica” do bem. Na prática restaurativa, isso implicava no preenchimento de todas as lacunas e no estabelecimento de um estilo puro, integral, mesmo que isso implicasse na implantação ou supressão de elementos com a intenção de tornar o edifício em um exemplar “original” do passado. John Ruskin (1819-1900), outro importante nome no debate patrimonial, contrapunha-se a Viollet-le-Duc, aceitando que a finitude do bem fazia parte do processo natural e defendendo que deveríamos primar pela mínima intervenção. As ideias anti-intervencionistas de Ruskin se alinham com os processos naturais de esquecimento que também fazem parte da construção da memória e que deram fôlego para reflexões futuras sobre autenticidade.

Figura 10: Desenhos da Catedral de Notre Dame, desenvolvidos por Viollet-le-Duc. Registro do sistema construtivo e projeção de uma forma ideal



Fonte: Revista *Arquitextos* (AMARAL, 2007)¹⁶.

Caminhando para o século XX, num cenário pós 1ª e 2ª Guerras Mundiais – descrito pelo filósofo Walter Benjamin (1892-1940) como um momento de ruína das tradições –, houve uma evolução e adaptação dos pensamentos de Le-Duc e Ruskin, onde Camilo Boito (1834-1914) e Gustavo Giovannoni (1873-1947) conduziram o “restauro científico”. Essa nova doutrina, que se apresentava conjuntamente com a implementação de políticas nacionalistas, a ascensão do capitalismo industrial e a renovação tecnológica, passou a equilibrar os apontamentos originais de Le-Duc e Ruskin, que propunha mínimas intervenções e reversibilidade e racionalização das condutas para as intervenções no patrimônio. Boito apresenta uma possibilidade de diferenciação entre as ações de restauro, podendo ser uma intervenção arqueológica, pitoresca ou arquitetônica, sendo todas entendidas pelo autor como um ato cívico. Já Giovannoni amplia o debate para a escala da cidade, entendendo que a ambientação, a inserção do bem na paisagem, também precisa ser incorporada nos debates. Os pensamentos de Boito e de Giovannoni

¹⁶ Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.090/194>. Acesso em: 29 set. 2023.

influenciaram o texto da Carta de Atenas, a primeira Carta Patrimonial¹⁷, que conduziu parâmetros globais para salvaguarda do patrimônio cultural.

Cesare Brandi (1906-1988), por sua vez, formulou as teorias do “restauro crítico” que reconhece as obras como produtos da ação humana que carregam seu caráter estético e histórico e que necessitam da salvaguarda da materialidade na sua integralidade, mas salienta que a preservação da unidade precisa respeitar a distinguibilidade para não ocorrer a produção de um falso histórico. Os princípios brandianos também ressaltam sobre a preservação da passagem do tempo, da pátina, entendendo o processo como parte da história do bem, colocando em xeque ideias de “originalidade”.

Esses ordenamentos teóricos refletem em muito a compreensão de um tempo que não se limita ao tema patrimonial por si só. A evolução ocorre numa perspectiva política que integra o habitat humano e os valores. Como exemplo disso, no século XX, paralelamente a esse cenário de efervescentes contestações, ocorreu a formação de diversos movimentos sociais e ambientais que reivindicavam respostas a respeito do futuro do planeta. Novas alianças, acordos econômicos e criação de agências e instituições de controle e regulação internacional foram firmados, e tinham como discurso central evitar a repetição das mazelas ocorridas durante os períodos de guerra, assim como a recuperação econômica e a promoção de desenvolvimento das nações (ALTVATER, 1995). Dentre as organizações, destaca-se aqui a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ambas em 1945, e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em 1965, e seu importante papel na promoção e salvaguarda do patrimônio cultural. Nesse período, consolidou-se a ideia de Desenvolvimento Sustentável¹⁸, conceito formulado na Conferência de Estocolmo, em 1972, e que promoveu o discurso de preservação

¹⁷ As Cartas Patrimoniais são um conjunto de documentos normativos elaborados por distintos grupos de especialistas e oriundos de encontros e debates de técnicos e especialistas do campo, com o objetivo de elucidar, nortear e fomentar a salvaguarda do patrimônio em escala global.

¹⁸ O Relatório Brundtland (1987) descreve o Desenvolvimento Sustentável como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Contudo, no campo da Ecologia Política o conceito é analisado por muitos autores como uma estrutura discursiva que não soluciona os problemas ecológicos, que remodela o Capital para uma produção racionalizada alinhada com pautas sociais, mas que não altera a lógica de lucro máximo e custos mínimos. Sendo assim, não há uma conciliação entre economia e meio ambiente, tornando o conceito uma contradição (ESCOBAR, 2002).

de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que inclui, entre outros temas, o patrimônio cultural como direito fundamental da pessoa humana (GRIMONE, 2012).

Essa nova estrutura de pensamento e comportamento também provocou uma mudança de paradigmas geográficos, aproximando-se de uma geografia mais “humanística”, que, segundo Cosgrove (1998), atua na busca dos signos, linguagens e expressões presentes nas paisagens humanas além das percepções centradas na demografia e economia, sendo assim mais próxima dos debates e urgências no campo da preservação do patrimônio cultural. Passa-se então a englobar o patrimônio cultural numa escala territorial – natural e cultural –, e não mais o bem descontextualizado, iniciando uma aproximação mais efetiva dos debates territoriais, paisagísticos e urbanísticos como proposto inicialmente por Giovannoni.

Esse processo de refinamento do conceito promoveu a “inclusão de novos tipos de bens e alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas” se afastando da valorização exclusiva de bens de caráter excepcional e heterogêneo (CHOAY, 2017, p. 12). Consequentemente houve também uma demanda de revisão dos métodos de avaliação para valorização dos bens, que segundo Meneses (2012) pode ser solucionado a partir de um roteiro, classificando por:

- 1) Valor cognitivo: Se (ou quando) [...] tiver condições de conhecimento [...] como documento, ao qual se dirigem questões para obter, como resposta, informação de múltipla natureza. É um valor de fruição basicamente intelectual [...].
- 2) Valores formais: [...] como oportunidade qualificada para gratificar sensorialmente [...] valor predominantemente formal ou estético. [...] Trata-se, no caso, do efeito da presença, nos objetos, de atributos capazes de aguçar a percepção, de levar a uma apreensão mais profunda, de induzir a produção e a transmissão mais ampla de sentidos [...].
- 3) Valores afetivos: [...] relacionados a memória e não a conhecimento controlado [...] Não são propriamente históricos, já que se trata de formulação de autoimagem e reforço de identidade. São afetivos, pois constam de vinculações subjetivas [...] Envolvem mecanismos complexos, como as representações sociais e o imaginário social [...].
- 4) Valores pragmáticos: [...] condições de uso disponível [...] capazes de relativamente qualificar sua prática [...] são valores de uso percebido como qualidades [...].
- 5) Valores éticos: [...] associados não aos bens, mas às interações sociais em que eles são apropriados e postos a funcionar [...]. (MENESES, 2012, p. 35 – 37)

Na passagem para o século XXI, Muñoz Vinãz (2005) destaca que o avanço nos debates patrimoniais, a construção de políticas públicas, a formulação de conselhos internacionais e o reconhecimento do patrimônio imaterial como categoria abrem caminho para valorização dos interesses primários dos sujeitos detentores do bem em relação ao objeto. Beatriz M. Kuhl

(2006, n.p.) discorre que “na concepção contemporânea alargada sobre os bens culturais, a tutela não mais se restringe apenas às ‘grandes obras de arte’, como ocorria no passado, mas se volta também às obras ‘modestas’ que com o tempo assumiram significação cultural”.

Patrimônio Cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo. (ICOMOS, 1985, p. 4).

Os símbolos, a experiência se tornam partes estruturantes do patrimônio cultural, indo muito além da preservação da materialidade. Torna-se fundamental para os processos de intervenção patrimonial a participação democrática e dialética dos especialistas e os detentores do bem. Nesta lógica, o Território e a Paisagem ganham notoriedade como “elementos culturais”, palcos e produtos da materialização dessas relações, o que possibilita distintas leituras.

Entretanto, os novos arranjos desenvolveram-se sem metas concretas para a salvaguarda dentro das agendas de desenvolvimento sustentável e, nesse processo de “inflação patrimonial” (CHOAY, 2017), houve uma escalada de conflitos territoriais. A visão eurocêntrica de mundo que define o que é patrimônio e cultura consolida um imaginário de valores que negligencia e subalterniza identidades locais e privilegia as resoluções favoráveis ao capital (IBÁÑEZ, 2016). Os diferentes interesses e percepções das territorialidades sobre o território promovem disputa de poder e geram possíveis relações topofóbicas¹⁹, em alguns casos provocando fenômenos de topocídio dos lugares em detrimento do interesse de uma territorialidade, que prioritariamente se destaca no capital financeiro (AMORIM FILHO, 1999).

No século XXI com o patrimônio ocupando um papel central na reflexão não só sobre a cultura, mas também nas abordagens que hoje se fazem do presente e do futuro das cidades, do planejamento urbano e do próprio meio ambiente. Se pensarmos no patrimônio como “campo”, no sentido que lhe dá Pierre Bourdieu, espaço simbólico onde representações em disputa são determinadas e validadas pelos diversos agentes, vemos o quanto este campo se tornou mais complexo nas últimas décadas, passando de uma temática de interesses restrito e limitada a algumas camadas de experts, para um objeto que provoca

¹⁹ Tal como reinterpreta o conceito Yi-Fu Tuan (AMORIM FILHO, 1999).

controvérsia, mobilização e comoção pública ao redor do globo (CASTRIOTA, 2009, p.11).

3.2 O reconhecimento e salvaguarda no patrimônio cultural no Brasil

Assim posto, para apresentar o contexto territorial e as problemáticas específicas que a pesquisa busca trabalhar, precisamos primeiramente elucidar como o patrimônio cultural foi construído no cenário brasileiro e como formularam-se as políticas públicas do direito do patrimônio cultural.

O contexto socioeconômico que se apresentava no país era de uma recente Proclamação da República, em 1889, e uma Revolução Industrial tardia que tinha como meta central o “progresso”, buscando a transformação da economia agrícola para uma economia industrial (PILAGALLO, 2009). Esse momento culminou em grandes reformas políticas que incentivavam a industrialização nacional, com forte investimento de capital estrangeiro, abertura de ferrovias, adoção de novos estilos arquitetônicos – a exemplo, o Eclético e a *Art Deco*. Além disso, contou com construção de novas capitais e reformulações urbanas – acompanhando o modelo de Haussmann para a cidade de Paris em meados do século XIX –, que destruíram massiva parte do tecido urbano das capitais com objetivo de trazer ordenamento, embelezamento e saneamento (BENEVOLO, 2004).

Era uma forma de alinhar as ideologias e valores cosmopolitas, acoplada a uma vocação moderna e de progresso. Contudo, esse novo ordenamento tecnicista, baseado em um racionalismo militarizado, ignorava as memórias coletivas e as relações identitárias presentes no traçado original das cidades. Esse movimento promoveu uma acelerada migração para as capitais, o que potencializou o êxodo rural e o declínio de diversos outros núcleos urbanos, como foi o caso das cidades minerárias de Minas Gerais.

Figura 11: Destruição da região portuária do Rio de Janeiro, conhecida como Reforma de Pereira Passos ou Bota-Abaixo, entre 1902 e 1906



Fonte: Arquivo Histórico do Museu da República (apud Portal MultiRio, 2016)²⁰.

Figura 12: A nova Avenida Rio Branco, construída aos moldes da cidade de Paris



Fonte: Portal *Estudos do Brasil Republicano* (2021)²¹.

Nesse contexto, as primeiras discussões a respeito do reconhecimento e preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro apareceram como um projeto político disfarçado de revolução cultural. A partir da intervenção de intelectuais e artistas, inspirados por movimentos ocorridos na Europa em defesa de seus monumentos e sítios históricos (CHOAY, 2017), iniciou-se um debate acerca da identificação de um patrimônio cultural que representasse o povo brasileiro.

[...] como invenção europeia, o patrimônio histórico deriva de uma mesma mentalidade em todos os países da Europa. Na medida em que se tornou uma instituição planetária, ele termina por fazer todos os países se defrontarem com as mesmas interrogações e urgências. (CHOAY, 2017, p. 29).

Como palco das primeiras ações em prol da cultura e identidade brasileira, temos a Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, na cidade de São Paulo. Reconhecida como marco dos debates sobre a necessidade de reconhecer uma autêntica identidade nacional que englobasse todas as formas de arte. O evento, que reuniu um grupo de elite artística com discurso de superação da herança e dos valores tradicionais lusitanos (PILAGALLO, 2009), apresentou vários desdobramentos no campo das artes. Benévolo (2004, p. 711) descreve o movimento como um deslocamento de interesses culturais até então associados à Europa, no qual “floresce

²⁰ Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/8802-pereira-passos,-o-prefeito-da-reforma>. Acesso em: 11 out. 2023.

²¹ Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/323-reformas-urbanas-do-rio-de-janeiro-no-inicio-do-seculo-xx.html>. Acesso em: 11 out. 2023.

também a tendência para valorizar a tradição indígena e o movimento antropofágico de 1928”. Contudo, ainda que apresentasse um discurso emancipatório e nacionalista, apresenta contradições ao ser financiado por uma elite cafeeira. Esses modernistas, herdeiros da oligarquia e elite brasileiras – como diz Castro (2022, p.2), “filhos dos ditos latifundiários ou comensais de seus salões” –, não demonstravam uma intenção inicial, declarada ou explícita, de rompimento com as estruturas políticas tradicionais, a não ser pelo discurso de renovação alinhado com os ideais republicanos, que não avançavam no campo da transformação das centralidades de poder e reforçavam um interesse em estreitamento das relações diplomáticas com o exterior (PILAGALLO, 2009).

Oswald de Andrade mencionou, genericamente, que o café “promovia os recursos”. Poderia ter sido mais específico. No caso da Semana de Arte Moderna, os barões do café foram os financiadores do evento. Burgueses com verniz cultural, os fazendeiros de São Paulo tinham interesse nas artes, embora não necessariamente naquela que os modernistas faziam. Patrocinavam a iniciativa devido a uma conjunção de circunstâncias políticas, econômicas, culturais e até sentimentais. [...] Politicamente, tratava-se de um festival com o apoio oficial de São Paulo, inclusive do Correio Paulistano, jornal do Partido Republicano Paulista, que puxava a claqué dos modernistas. [...] A circunstância econômica foi mais decisiva. Os cafeicultores tinham interesse em agradar a Graça Aranha, autor do consagrado romance *Canaã*, que emprestou à causa modernista seu prestígio político e literário. Como chefe de missões diplomáticas no exterior, Graça Aranha trabalha em prol dos interesses dos cafeicultores na Europa. Era hora de retribuir [...] Quanto ao peso cultural, veio a reboque do entusiasmo do intelectual Paulo Prado com o modernismo. Herdeiro de uma das famílias mais ricas de São Paulo tinha fazendas de café, ferrovias e bancos entre seus negócios. Por sua influência, foi cedido o Teatro Municipal. Sob sua liderança, os cafeicultores abriram as carteiras. Segundo Mário de Andrade, Paulo Prado foi o “fator verdadeiro” da Semana de 22. (PILAGALLO, 2009, p. 19-20).

Figura 13: Cartaz de divulgação da Semana de Arte Moderna realizada em 1922



Fonte: Mundo Educação ([20--])²².

Figura 14: Encontro entre Cândido Portinari, Antônio Bento, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco, em 1936



Fonte: Agência Brasil (2013)²³.

O evento, que durou apenas três dias (dia 13/02/1922 dedicado a pinturas e esculturas, dia 15/02/1922, à literatura e dia 17/05/1922, à música) e provocou incômodo e rejeição inicial do público. O jornalista e biógrafo Ruy Castro, em sua coluna publicada pela Folha de São Paulo, em 5 de fevereiro de 2022, questiona o título de “marco zero” da cultura dado à Semana de Arte Moderna, que, segundo ao autor, negligencia tudo o que foi produzido anteriormente no país. Seu apogeu e reconhecimento como movimento vanguardista ocorreu somente 50 anos depois, em 1972, durante as comemorações dos 150 anos da Independência. O ato promovido pela ditadura militar apresentava uma narrativa heroica da história nacionalista brasileira.

[...] pode-se contestar a imagem nazarena, quase bíblica, de Tiradentes – ninguém sabe direito como ele era. Ou denunciar que, na cena do Ipiranga às margens plácidas, dom Pedro não estava a cavalo, mas num burrico – Pedro Américo, o pintor, quis tornar a coisa mais heroica e marcial. Ou insinuar que o marechal Deodoro, monarquista, não sabia que, ao depor por dom Pedro II, estava proclamando a República – seus colegas só lhe contaram metade do plano. Enfim, vale tudo. Menos questionar a Semana de Arte Moderna de 1922. (CASTRO, 2022, n.p.).

Entretanto, inegavelmente, os debates e alinhamentos políticos que se seguiram deram espaço para os primeiros passos do reconhecimento e da salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

²² Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/literatura/a-semana-arte-moderna.htm>. Acesso em: 11 out. 2023.

²³ Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cultura/2013/06/exposicao-traz-projetos-culturais-pensados-por-mario-de-andrade>. Acesso em: 11 out. 2023.

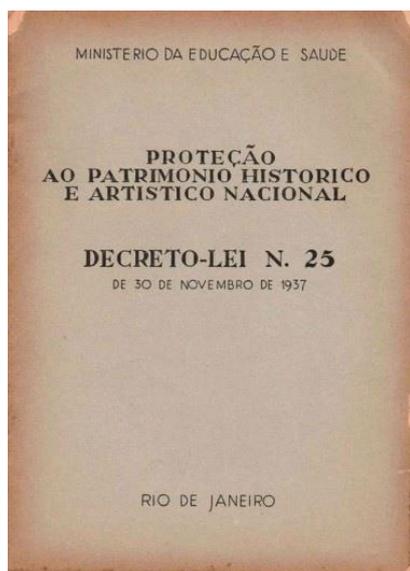
As articulações, que foram encabeçadas por nomes como Mario de Andrade, Gustavo Capanema e Rodrigo Melo Franco, certamente promoveram avanços e deram origem a transformações significativas nas políticas públicas voltadas à salvaguarda e ao registro do patrimônio histórico e cultural brasileiros, os quais foram, então, inseridos pela primeira vez na Constituição Federal de 1934, no seu art. 10, § III (“compete concorrentemente à União e aos Estados: proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”). As mudanças contribuíram para a transformação da lógica do direito absoluto sobre a propriedade, que passou a incluir a obrigatoriedade de cumprimento de uma função social. Iniciava-se a construção de uma nova cartografia cultural brasileira, um avanço, mas que ainda refletiria os valores eurocêntricos e excludentes de outrora e reforçava as estruturas de poder hegemônicas já existentes (SEEMAN, 2001).

Como exemplo icônico dessa dualidade, no campo da arquitetura e urbanismo, os representantes estilísticos do patrimônio nacional centram-se no Modernismo – que carrega os princípios lecorbusianos que priorizam o racionalismo e o funcionalismo – e o Barroco Colonial, que, segundo Chuva (2009, p. 33), é, nesse contexto, “resgatado como representante mais genuíno da nacionalidade” em virtude de uma mixagem intercultural, tipicamente brasileira. Sem desqualificar a excepcionalidade e importância cultural e estética do Modernismo e do Barroco produzido no Brasil, sua escolha como expressão nacional de forma isolada, sem incorporar produções arquitetônicas que representassem outros grupos étnicos formadores da nação, demonstrou uma perspectiva elitista acerca do patrimônio cultural adotada pelo movimento. Pois é evidente que tal seleção (ou priorização) reproduz heranças coloniais que negligenciam a multiculturalidade nacional (CHUVAS, 2009).

Os episódios aqui descritos se desenvolveram já num contexto do Estado Novo (1937-1946), sob o governo de Getúlio Vargas, no qual se consolidava uma agenda desenvolvimentista que modificou as estruturas territoriais com forças díspares; de um lado, a valorização do patrimônio e das identidades culturais; do outro, a abertura para o capital estrangeiro e a industrialização. Internamente, o governo não alterou sua base, originalmente estruturada em uma burguesia doméstica que ocupava o poder desde as oligarquias (CHUVAS, 2009). O reconhecimento e a regulamentação do patrimônio cultural se estabelecem em paralelo a um desenvolvimento econômico baseado em uma estrutura neoliberal de caráter primário explorador, estrutura que transformou o país na sexta maior economia do mundo, sem, contudo, garantir a superação do subdesenvolvimento, nos tornando, segundo Coelho (2012, p. 139), “basicamente produtores de *commodities* [...]”.

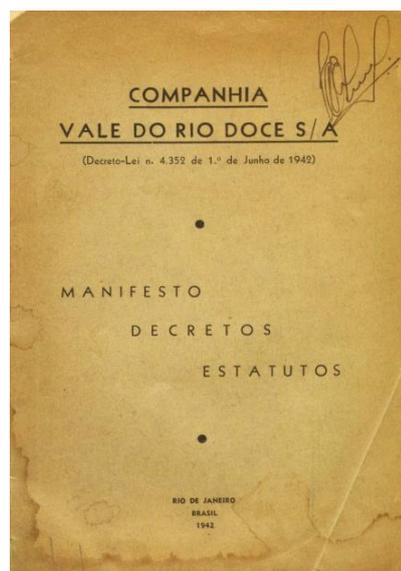
[...] país atingiu certo grau de industrialização, ainda sim o país se insere de forma subalterna na economia mundial. [...] o desenvolvimento econômico e industrial no Brasil foi direcionado e limitado, nunca foi realmente autônomo, sendo assim, experimentamos o desenvolvimento do subdesenvolvimento [...] relação com o capital externo se daria de forma subordinada onde a burguesia nacional seria o sócio menor do capital externo na acumulação capitalista. (COELHO, 2012, p. 137-138).

Figura 15: Decreto que institui o tombamento, em 1937



Fonte: Rede de Formação Continuada (2018)²⁴.

Figura 16: Decreto que institui a Vale, em 1942



Fonte: Vale ([20--])²⁵.

A primeira ação em prol do patrimônio veio com o Decreto nº 24.735, de 14 de junho de 1934, que regulamentava o Museu Histórico Nacional, promovendo o início da catalogação e da pesquisa sobre o assunto. Foi seguido pela promulgação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituído pelo Governo Vargas e Gustavo Capanema, em 13 de janeiro de 1937. Neste mesmo ano, os avanços legais no campo preservacionista deram também origem ao Decreto-Lei nº 25/37, que regulariza o tombamento como primeira medida de tutela do patrimônio cultural no país, instrumento que teve fundamental papel no resgate e manutenção de diversos bens. Meneses (2012) descreve essas primeiras ações como projeto político de unificação da nação no contexto do Estado Novo, como pode ser observado pelo artigo 1º da lei:

²⁴ Disponível em: <https://rfp.sesc.com.br/moodle/mod/glossary/showentry.php?eid=151>. Acesso em: 11 out. 2023.

²⁵ Disponível em: <https://www.vale.com/pt/espaco-memoria>. Acesso em: 11 out. 2023.

Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

O tombamento produz três efeitos jurídicos principais: afetação do bem ao patrimônio público cultural/natural do povo, com o conseqüente dever de conservação permanente; instituição de obrigações concretas e indelegáveis para particulares e Administração; possibilidade de cobrança administrativa e judicial dos deveres negativos e positivos correlatos. (BRASÍLIA, 2023, p. 10)

O país iniciava o que os autores descrevem como “fase heróica”, sob coordenação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, então presidente do SPHAN, e com equipe técnica que contou com nomes como Lucio Costa, Carlos Drummond de Andrade e Prudente de Moraes Neto. Houve nos primeiros 30 anos uma significativa produção de inventários e tombamentos, ações emergenciais de restauro e conservação, além de iniciativas de fomento e popularização do tema, sendo que, só no primeiro ano de funcionamento do SPHAN, houve o tombamento de 292 bens. Entre esses bens tombados destaca-se, coleções e acervos, edifícios, bens móveis ou integrados, ruínas, infraestrutura ou equipamento e conjuntos urbanos.

Já nos anos que se seguiram, as atenções voltaram-se prioritariamente para a preservação dos bens acautelados e conciliação entre os processos de desenvolvimento econômico locais. Em meio a esse processo, em 1946, o SPHAN passa a ser denominado Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) pelo Decreto-Lei nº 8.534 e, em 1975, torna-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal que, frente os desafios urbanos do “milagre brasileiro”²⁶, passa a contar paralelamente com o apoio internacional da UNESCO.

²⁶ Período da ditadura militar quando houve ascensão econômica, estruturada no que Santos (2012) chama de “maldição da abundância”.

Figura 17: Igreja Matriz de São Pedro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco, Rio Grande, datada de 1755, primeiro bem tombado pelo SPHAN, processo 1-T-1938



Fonte: Portal *Ecult* (2019)²⁷.

Assim, a trajetória do então IPHAN fica indissociável do ordenamento jurídico brasileiro que rege sobre o direito e salvaguarda do patrimônio cultural, tendo como base os axiomas contidos nas Cartas Patrimoniais protagonizadas pela UNESCO, das quais o país é signatário. Em um resumo sobre a legislação nacional, Silva (2016) apresenta uma evolução jurídica na compreensão do tema: Constituição de 1934, art. 10, inclusão a tutela do patrimônio cultural pela primeira vez no país; Constituição de 1937, art. 134, defesa da cultura e monumentos; Constituição de 1967, art. 172, complementação à CF de 1937 e inclusão de jazidas arqueológicas como bem de valor; Emenda Constitucional nº 1 de 1969, repetição do texto da CF de 1967; Decreto-Lei 80.978 de 1977, e incorporação da proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.

O grande salto normativo ocorre com a Constituição Federal de 1988, que reconhece o patrimônio cultural como direito fundamental da pessoa humana. Nos artigos 215 e 216, que tutelam objetivamente a salvaguarda do patrimônio cultural em caráter da sua natureza difusa, ocorre um deslocamento da matriz de valores que direciona o patrimônio para a sociedade civil

²⁷ Disponível em: <https://ecult.com.br/topo/catedral-sao-pedro-comeca-a-ser-restaurada-em-rio-grande>. Acesso em: 11 out. 2023.

ao descrever o patrimônio cultural como elementos “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”²⁸. Silva (2009) também apresenta outros pontos do texto constituinte que garante o direito ao patrimônio cultural a partir da sua compreensão como direito fundamental da pessoa humana

art. 1: “(...) estabelece (...) princípios fundamentais, dentre outros, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Tais bases são importantes para a construção do meio ambiente cultural, que resulta no processo natural de interação dos homens entre si e com o seu meio [...] art. 4, inciso III: “princípios das relações internacionais (...) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade [...] art. 5, inciso LXXIII: “estabelece a legitimidade de qualquer cidadão que propor ação popular que vise anular ato lesivo ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. (SILVA, 2009, p. 18-35).

Já no ano 2000, o Brasil foi pioneiro, como destaca Silva (2009), com o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial pelo Decreto-Lei 3.551 de 2000, que antecede a atuação da própria UNESCO em 2003; da implantação do Plano Nacional de Cultura através da Ementa Constitucional n. 48/2005, que garante, entre seus objetivos, a promoção do patrimônio cultural; e da promulgação das Portarias 1/2015 e 60/2015 do IPHAN, que colocam o órgão também como ente regulador dos licenciamentos ambientais quando houver a presença de patrimônios tombados, isso em virtude do grau de degradação ambiental promovido pela mineração, descrito pelas portarias como de nível III: “de média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo, grandes áreas de intervenção, com limitada ou inexistente flexibilização para alterações de localização e traçado”, reforçando a compreensão de rigidez locacional que esses empreendimentos implicam.

Em Minas Gerais, as restrições ao Licenciamento Ambiental se ampliam com a obrigação do Licenciamento Cultural, conforme a Portaria nº 52/2014 do IEPHA, que, através de deliberação normativa do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (CONEP), prevê o órgão como fiscalizador. A partir de um diagnóstico do Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC) e do Relatório de Impacto no Patrimônio Cultural (RIPC), as empresas devem demonstrar os possíveis impactos causados pelo empreendimento e a proposta de um programa de salvaguarda

²⁸ Na Constituição Federal, nos artigos 215 e 216 o patrimônio cultural passa a ser classificado nas seguintes categorias: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas e tecnológicas; as obras e objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

que contemple medidas de prevenção, mitigação e compensação. Ressalva-se que a deliberação também prevê distinção entre efeito real ou potencial, material ou imaterial, sobre área ou bem e distingue as áreas de afetação como Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII) (CONEP, 2014, p.1).

Além das normas objetivas, o ordenamento jurídico que se instituiu nessas décadas passou a incorporar o tema em diversos pontos. A exemplo disso, o Código Penal, de 1961, que prevê sanções a danos provocados ao patrimônio cultural em seus artigos 165 e 166; o Código Civil, que trata a responsabilidade civil de forma ampla e prevê reparação de atos ilícitos e de abuso de poder em seus artigos 186, 187, 239, 927 e 965; a Resolução nº 94 do Tribunal de Contas da União, que permite, a partir de um convênio com IPHAN, acesso dos municípios e estados ao uso de recursos da cota-parte do Fundo de Participação de Estados e Municípios (FPM); o Licenciamento ambiental, Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que prevê a exploração de sítios arqueológicos somente sob aprovados por órgão responsável; a implantação de órgãos estaduais e municipais de proteção, nas décadas de 1960 e 1970, que incorporou outras especialidades técnicas e ampliação da salvaguarda; a Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938 de 1981, que criou, entre outras agências, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que instituiu como instrumento de controle e fiscalização de empreendimentos de impacto a Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) e, em 1986, incorporou os Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima), reconhecendo, além do meio ambiente, o patrimônio cultural, até aqui explicitado como bem material; Lei de Crime Ambiental (Lei nº 9.605/1998), artigos 62 e 63, que passa a prever punição a danos ao patrimônio cultural; e também a Lei Complementar 140/2011 (que amplia a Política Nacional de Meio Ambiente, Lei 6.938/1981), e prevê a fiscalização estatal e a definição de medidas compensatórias pelos danos estimados para realização de empreendimento. Entretanto, há também a aprovação de leis contraditórias, como o polêmico Decreto-Lei nº 3.866 de 1941, que autoriza o destombamento quando atender aos interesses públicos.

Esse conjunto de normas possibilitou a proteção e o acautelamento de centenas de bens por órgãos federais, estaduais e municipais, contudo, em meio a esse conjunto de regulações, ainda há espaço para interpretações dúbias sobre a salvaguarda do patrimônio cultural, que colocam os bens em risco frente aos interesses econômicos. Cunha (2023, n.p.), ao apontar falhas no ordenamento jurídico atual, principalmente no que tange ao instrumento do tombamento, ressalta que “conscientemente ou não, o setor cultural, a despeito de um discurso ultrademocrático, com frequência e abundância está envolto em práticas que contrariam o

verbo.” Obviamente, houve um avanço paulatino na construção de políticas públicas, como a reformulação de algumas normas de reconhecimento e proteção, ampliação das categorias dos bens e construção de programas de incentivo (MIRANDA, 2021). Contudo, ainda há relação conflituosa, principalmente com agentes econômicos, o que induz alguns casos de fracasso na salvaguarda do patrimônio cultural, como são os casos do Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, e da Fazenda do Pontal, em Itabira.

Construído para ser um pavilhão na Feira de Saint Louis, EUA, em 1904, o Palácio Monroe foi projetado para impressionar o mundo e demonstrar o alinhamento ideológico brasileiro com a potência norte-americana, objetivo esse que foi alcançado com prestígio internacional. A edificação construída em estrutura metálica tinha como premissa a transportabilidade “associando-se a uma atitude que é típica da sociedade industrial” (ATIQUÉ, 2011, p. 2).

Figura 18: Palácio Monroe, Avenida Beira Mar, Rio de Janeiro, em 1970



Fonte: Canal Boituí (2017)²⁹.

Conhecido no Brasil como Palácio de São Luiz, por conta de sua destinação original, foi renomeado para Palácio Monroe, por sugestão do então embaixador, Joaquim Nabuco (1849-1910), como homenagem a James Monroe (1758-1831), fundador da Doutrina Monroe, que

²⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ABYr_KQftZg&t=61s. Acesso em: 11 out. 2023.

primava pela independência das Américas, reconhecida como fundamental para a construção de políticas panamericanas.

Remontado na cidade do Rio de Janeiro, em 1904, durante as reformas do “Bota Abaixo” de Pereira Passos³⁰, o prédio foi implantado em um terreno de 5.000m², entre a Avenida Rio Branco, antiga Avenida Central, e o Aterro do Flamengo, com vista para a Baía de Guanabara. O palácio foi inicialmente palco da Terceira Conferência Pan-Americana, realizada em 1906; posteriormente, serviu como centro de eventos, até 1914, como Câmara dos Deputados, até 1922, e como Senado, até 1975 (sendo que, entre 1960 e 1975, seria mantido como sucursal, em virtude da transferência da capital para Brasília).

Opiniões conflitantes sobre a relevância da edificação se formaram e dividiam a opinião pública e de especialistas. Para uns, um “monstrengo arquitetônico”, para outros, “espaço útil e de importância para a memória republicana” (ATIQUE, 2011, p. 10-13). Contudo, o Palácio Monroe foi demolido em 1976 por decreto assinado pelo então presidente, general Ernesto Geisel, sem uma justificativa que se fizesse plausível. Inicialmente, o argumento se deu pelas obras no metrô Cinelândia que passariam pela área e “justificariam” a demolição, porém a obra ocorreu sem impactar o imóvel. Mesmo diante da proposta de tombamento como conjunto arquitetônico remanescente da Avenida Central pelo processo nº 860-T-72, do IPHAN, o palácio não foi poupado e é até hoje tema de debates sobre a autonomia das autoridades, desacerbada em conservar ou destruir o patrimônio cultural sem efetiva consulta pública.

³⁰ Período de expressiva reforma urbana ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, como já referenciado nas figuras Imagem 11 e Imagem 12.

Figura 19: Palácio Monroe, no processo de demolição, em 1976



Fonte: Acervo *O Globo* (1961)³¹.

Figura 20: Desmontagem da cúpula central



Fonte: Revista Especialidades (2018)³².

Figura 21: Escultura de leões vendidos pela própria empreiteira



Fonte: Blog *Brasil Real* (2020)³³.

Figura 22: Praça Mahatma Gandhi, em 1976, onde existia o antigo palácio e posteriormente passa a receber um chafariz



Fonte: Acervo *O Globo* (1976)³⁴.

Contemporâneo ao Palácio Monroe, um exemplo de caráter teoricamente protetivo foi a Fazenda do Pontal, em Itabira. A emblemática fazenda barroca, orgulho da comunidade

³¹ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/demolicao-do-palacio-monroe-9251107>. Acesso em: 11 out. 2023.

³² Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1757/0709bbd972c19cad768cbd308740d1a83087.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

³³ Disponível em: <https://dobrasilreal.files.wordpress.com/2020/06/palacio-retirada.jpg?w=276>. Acesso em: 11 out. 2023.

³⁴ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/demolicao-do-palacio-monroe-9251107>. Acesso em: 11 out. 2023.

itabirana, pertenceu à família do poeta Carlos Drummond de Andrade³⁵, que passou a infância na propriedade. Em 1973, o bem foi negociado com objetivo de ampliar a mineração do município. As edificações originais deram lugar à construção de uma barragem de rejeito de minério de ferro, de propriedade da empresa Vale S.A. A casa sede foi desmontada pela mineradora, com a promessa de transposição para um novo sítio. Todavia, essa reconstrução demorou três décadas para ser executada, rompendo com a relação identitária de uma geração inteira. Somente em 2004 a edificação foi reconstruída, de forma parcialmente original, e devolvida a comunidade em forma de museu-casa.

Apesar da conduta de preservar a materialidade do bem, a ação ainda prioriza de forma indiscriminada o capital econômico diante de uma expressiva destruição simbólica e paisagística do bem.

Figura 23: Sede da fazenda reconstruída após 30 anos



Fonte: Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade Fazenda do Pontal (c2023)³⁶.

³⁵ O poeta, que foi parte da formação da preservação nacional do patrimônio e que é símbolo na luta contra o avanço e crimes cometidos pela mineração, expunha uma forte crítica à exploração minerária no Estado. O seu poema Lira Itabirana foi apropriado pelos movimentos sociais após o rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, em Mariana. Essa memória do poeta atrelada à resistência contra a exploração mineral torna a transposição do patrimônio cultural simbolicamente mais problemática, pois está localizada em frente à barragem que originou o seu deslocamento, havendo uma ruptura dos símbolos assim como impactos drásticos na paisagem cultural.

³⁶ Disponível em: <https://fccda.com.br/novo/fazenda-do-pontal/>. Acesso em: 11 out. 2023.

Figura 24: Vista do novo sítio, localizado em frente a barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale S.A.



Fonte: Portal *Partiu Feriado* ([201-])³⁷.

Zhouri e Laschefsky (2010) ressaltam que, diante das possibilidades de desenvolvimento econômico que são teoricamente assentadas no tripé “economia, ecologia, equidade” – mas que na prática promovem ações racionalizadas para a ampliação dos mercados e lucros –, nos deparamos com um Estado ambíguo, havendo necessidade de revisitação legislativa que não coloque o patrimônio cultural e os territórios em cheque.

Reconhecendo essa demanda, a Carta de Ouro Preto para Legislação do Direito ao Patrimônio Cultural (SNDPC, 2023) reforça as orientações e apresenta diretrizes para legislação, que inclui, entre as questões consideradas:

[...] lacunas legislativas que margeiam diferentes categorias do patrimônio cultural [...] (especialmente áreas de povos indígenas, de comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais) e os patrimônios sensíveis e dolorosos; a necessidade de se identificar e consolidar a principiologia de regência do Direito do Patrimônio Cultural, como elemento basilar da

³⁷ Disponível em: <https://partiuferiado.com.br/atracoes/pontal-centro-cultural-fazenda-em-itabira-minas-gerais/>. Acesso em: 11 out. 2023.

produção normativa e ação administrativa; necessidade de valorização e a garantia de autonomia financeira e funcional dos órgãos de proteção ao Patrimônio Cultural. (SNDPC, 2023, p. 2).

A realidade, ainda precária, do patrimônio cultural no Brasil é por muito debatida e salientada. Miranda (2023), ao escrever sobre as urgências da salvaguarda do patrimônio arqueológico (que compõe o patrimônio cultural), resgata a fala de Paulo Duarte³⁸ durante os debates sobre a Lei 3.924/1961 para salvaguarda dos sítios e jazidas arqueológicas, e que ainda se mostra atual e ampla para todas as tipologias do patrimônio cultural:

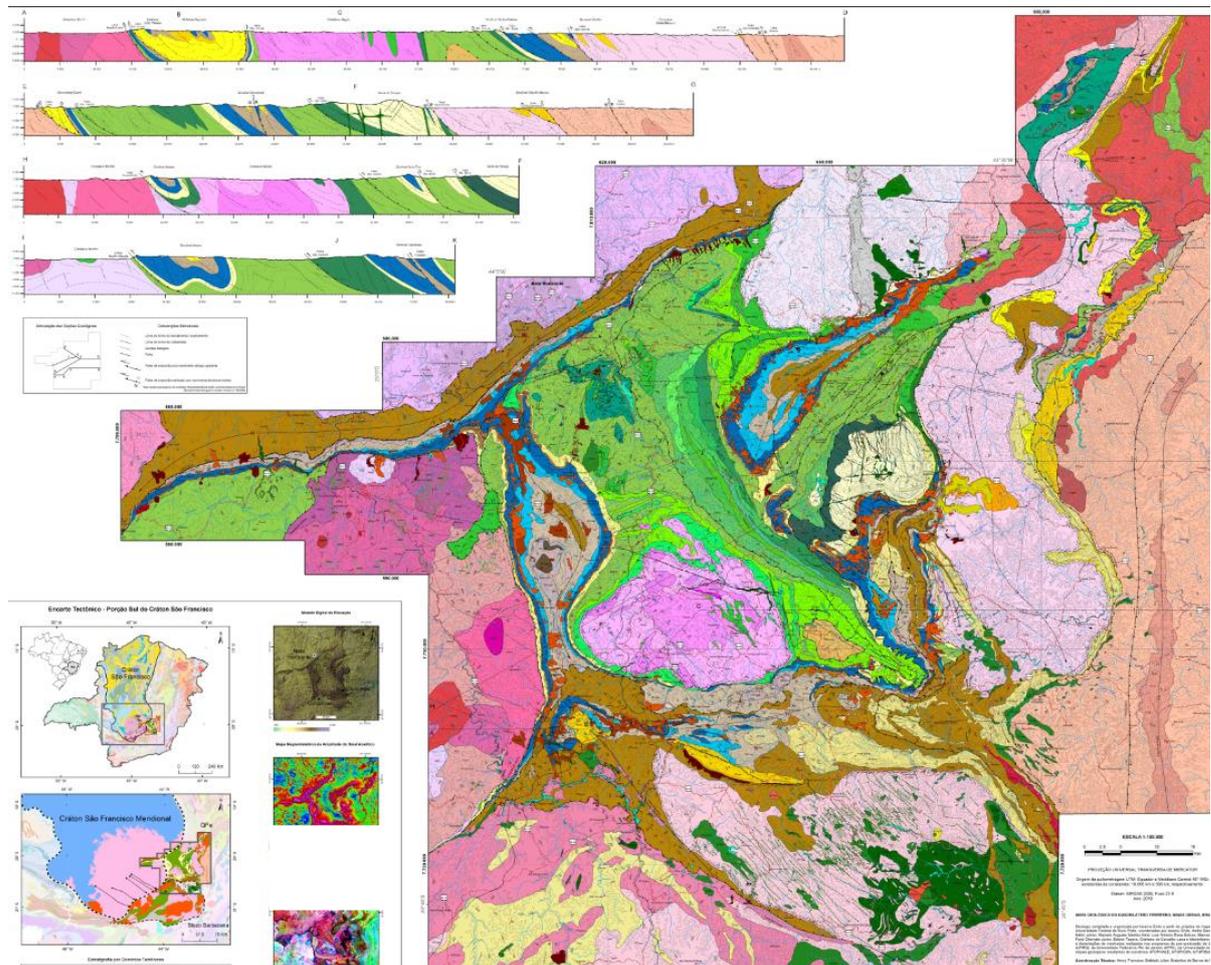
A última batalha de agora é para que a lei se cumpra em todo Brasil. Contra isso aí estão ainda numerosíssimos políticos. Aliados a numerosíssimos homens de negócio. Todos com muita sensibilidade financeira, mas sem nenhuma sensibilidade cultural. (MIRANDA, 2023, p. 42).

³⁸ Entre as muitas atividades que desenvolveu, Paulo Alfreu Junqueira Duarte (1889-1984) foi professor e esteve à frente da presidência da Comissão de Pré-História de São Paulo, onde atuou na construção do Projeto de Lei 3.537 de 1957, que deu origem à Lei 3.924 de 1961 e teve como influência a Carta de Nova Deli e a legislação francesa sobre o tema.

4. O QUADRILÁTERO FERRÍFERO DE MINAS GERAIS: UM TERRITÓRIO EMBLEMÁTICO / ESTRATÉGICO

Diante das problemáticas apresentadas, voltamo-nos aqui para o objeto de estudo dessa pesquisa (e nossa área de foco da investigação): o Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e as relações de conflito territorial que envolvem a mineração e o patrimônio cultural acautelado pelo Estado e pela União.

Figura 25: Mapa geológico e estratigráfico do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.³⁹



Fonte: UFOP (2019)⁴⁰.

³⁹ Imagem representativa sem escala.

⁴⁰ Disponível em: <https://qfe2050.ufop.br/news/mapa-geol%C3%B3gico-do-quadri%C3%A1tero-ferr%C3%ADfero-vers%C3%A3o-2019>. Acesso em 28 de dez 2023.

O recorte territorial denominado Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais (QF), é uma província mineral, descrita por Castro (2020, p. 9) como o “berço da mineração organizada no Brasil”. Está localizado na região centro-sul do Estado, entre duas importantes bacias hidrográficas, dos rios Piracicaba e Velhas, com altitudes médias entre 1400 e 1600 metros e possuindo um perímetro de aproximadamente 7.000 km² que ligam em seus vértices os municípios de Mariana, Congonhas, Itaúna e Itabira (PIUZANA *et al*, 2011). O território é classificado como um dos domínios pré-cambrianos⁴¹ mais notáveis do mundo, com uma reserva de minérios estimada em 29 bilhões de toneladas, entre ouro, ferro, manganês e outros minérios em menor escala. Em virtude da sua importância e alto potencial econômico, foi geologicamente mapeado – e dividido em quadrículas –, numa escala de detalhe (1:25.000), no início do século XX, pelo governo brasileiro em parceria com o *United States Geological Survey* (USGS⁴²), com a justificativa de ordenar o território e impulsionar a modernização industrial e econômica do país.

Colocando em evidência este recorte territorial específico⁴³, é relevante assinalar que o conceito é descrito adequadamente por Ruchkys e Machado (2013, p. 135) como “herdeiro de uma história extrativa secular”. Compõe uma revolução mineral que foi força motriz para a ocupação dos territórios americanos e que “se converteu materialmente em dinheiro do emergente comércio mundial” mercantilista (ARAOZ, 2023, p. 2). Conseqüentemente, gestou-se nesse território uma paisagem cultural particular ligada à “saga” da mineração, a qual se destaca inclusive pela presença de registros toponímicos⁴⁴ que desvelam certo viés “economicista” ligado à atividade mineral desenvolvida historicamente na região (e áreas contíguas): Ouro Preto, Ouro Branco,

⁴¹ Trata-se de uma província mineral e de um domínio geológico metassedimentar, onde afloram rochas como: itabiritos, quartzitos, filitos, mármore dolomíticos etc. (litologias estratigraficamente incluídas na unidade geológica conhecida como Super Grupo Minas). O Quadrilátero é também notabilizado pelos seus imponentes marcos fisiográficos (Serra do Curral, picos do Cauê, do Itacolomi, do Itabirito...) e pela presença de fitofisionomias peculiares, típicas dali, como os campos rupestres (incidentes em áreas de canga).

⁴² Serviço Geológico dos Estados Unidos.

⁴³ O Quadrilátero pode efetivamente ser encarado, conceitualmente, como um território, na medida em que se confrontam ali diferentes interesses e iniciativas: de corporações, do Estado, das municipalidades, das comunidades locais etc.

⁴⁴ Vale ressaltar que a toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do Espaço; corresponderia a um traço da Cultura e uma herança cultural. A Toponímia constitui ainda “relevante marca cultural”, expressando uma efetiva apropriação do Espaço por determinado grupo cultural. Ela constituiria poderoso elemento identitário (DEUS, 2015).

Catas Altas, Lavras Novas, Itabira⁴⁵, Itaúna, Itabirito⁴⁶, Ribeirão dos Cristais, Morro da Pedreira, Esmeraldas, entre outros. Em termos etnológicos e etno-históricos, é significativo pontuar que, nos períodos pré-colombiano e colonial, o Quadrilátero situava-se numa área intermediária, transicional entre os territórios de ocupação indígena de grandes “nações”, entre elas, os grupos étnicos *jês* ou *macro-jês*⁴⁷ (os “Tapuias”⁴⁸: Cataguás, “Botocudos”⁴⁹, Kayapós⁵⁰...).

Essa reocupação do território, assim como a exploração de seus recursos, passou por distintas fases. Primeiramente, com a mineração artesanal e rudimentar do ouro de aluvião⁵¹ e a implantação, ali, das pequenas vilas provincianas do período colonial, nos séculos XVII e XVIII; passando pela mineração industrializada do ferro e pela chegada de siderúrgicas, protagonizadas pelos ingleses após o declínio do ouro, entre os séculos XIX e XX, que resultaram em novas conformações urbanas que incluíram o estabelecimento de vilas operárias, arquiteturas utilitárias e ferrovias (FRANCO, 2001), tendo também um breve período de estatização das indústrias em meados do século XX, e chegando à implementação de megaempreendimentos multinacionais e consequente incidência de seus impactos em grande escala, sejam de caráter econômico, social, cultural ambiental e político, que geraram lá territórios corporificados, tal como o conceito é compreendido em estudos hoje desenvolvidos na área da Geografia Econômica.

⁴⁵ Pedra Brilhante, em tupi (Itaberá).

⁴⁶ Rocha metamórfica (formação ferrífera bandeada), que contém a hematita (Fe₂O₃), mineral-minério de ferro. Os itabiritos do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais estão inseridos na unidade geológica conhecida como Formação Cauê (Grupo Itabira).

⁴⁷ Cujos remanescentes (povos Maxakalí, Krenak, Pataxó, Xakriabá...) permanecem ocupando áreas reduzidas e remotas do estado (reservas indígenas, localizadas nos vales dos rios Doce, Mucuri e São Francisco).

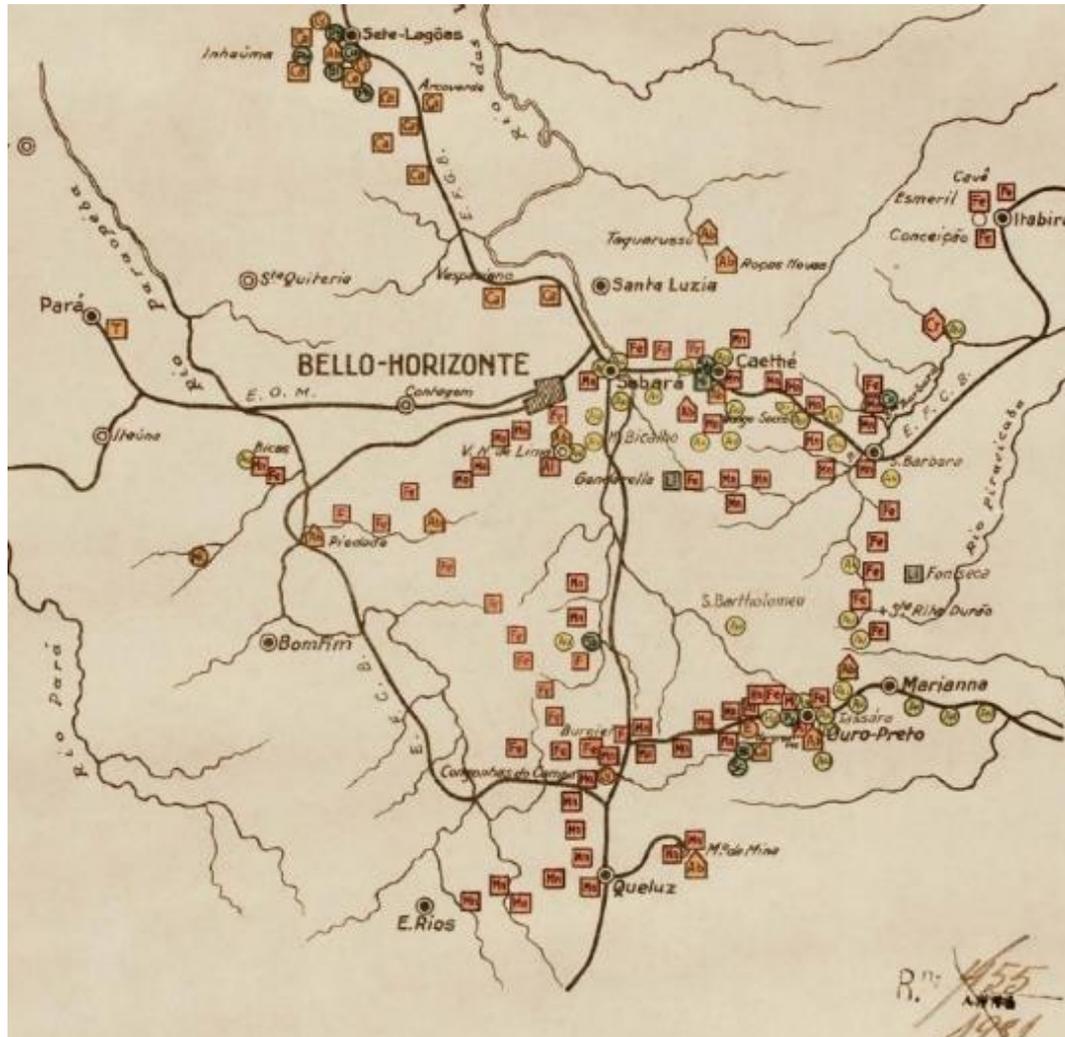
⁴⁸ Índios do hinterland brasileiro.

⁴⁹ Aimorés, Guerén, Borun(s), dos quais os atuais Krenak do Rio Doce são “remanescentes”.

⁵⁰ Ubirajara, Kayapós do Sul, Panarás.

⁵¹ “Faiscação”.

Figura 26: Zonas metalíferas do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais



Fonte: Canal Boituí (2017)⁵².

Essa estrutura histórica, segundo Carsalade (2016), gerou um significativo impacto na formação sociológica do território.

Responsável pela formação de um lugar social de memória, de identidade regional e configurador de uma percepção territorial própria, características estas, que se apresentam materializadas na configuração paisagística das localidades minerárias industriais. (CARSALADE, 2016, p. 164).

Não se busca aqui questionar a importância da mineração para o desenvolvimento do estado, nem se quer negar seu papel fundamental na evolução da humanidade, desde a Idade da Pedra⁵³

⁵² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ABYr_KQftZg&t=61s. Acesso em: 11 out. 2023.

⁵³ Os primeiros elementos minerados se referem ao *eolithos*, artefatos feitos de pedra, e as pinturas rupestres, que utilizavam minerais para a produção de pigmentos, seguidos das cerâmicas para uso utilitário e adornos.

(500.000 a. C.) (CASTRO, 2011). Da mesma forma, não se nega a inevitável modificação, seja ela positiva ou negativa, gerada em pequena ou grande escala, que a atividade mineral proporciona ao meio onde se desenvolve. O que se questiona são os modelos atuais que priorizam o lucro num sistema globalizado de mercado e que provocam prejuízos imensuráveis, vulnerabilizantes, muitas vezes irreparáveis, em sua escala local. E, nesse sentido, buscamos compreender: o que resta de original dos/nos territórios e paisagens locais? Como se conserva o patrimônio cultural em todas as suas instâncias?

4.1 O potencial minerário e a construção de um imaginário de desenvolvimento

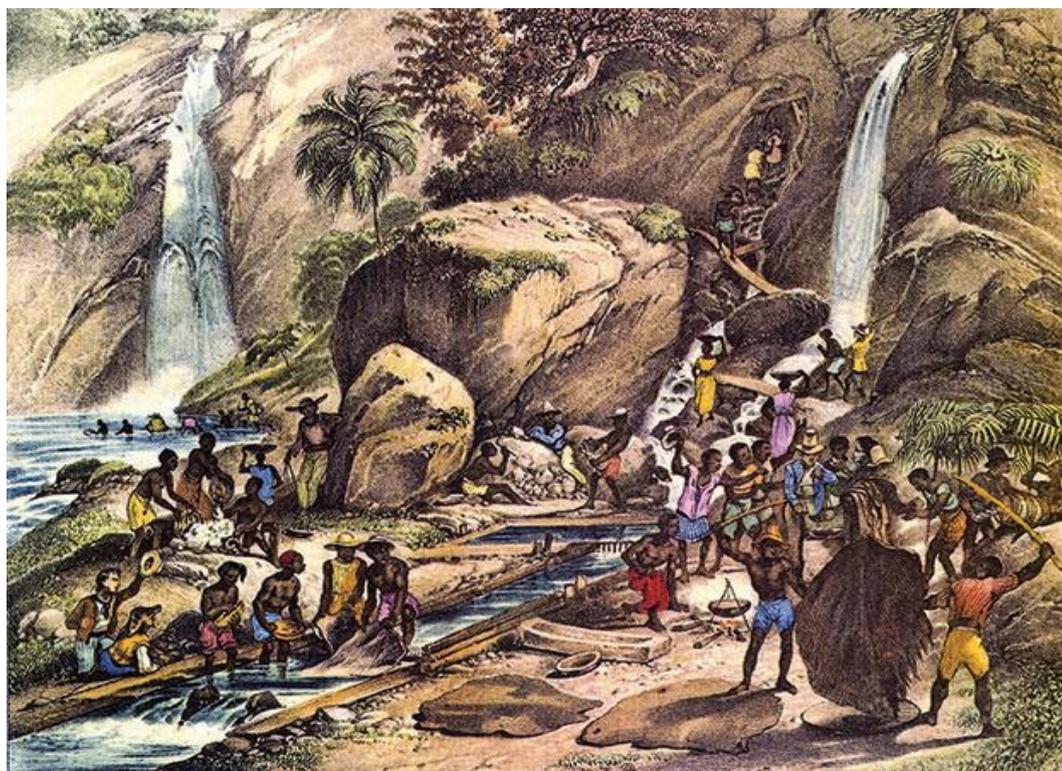
O início da ocupação para a exploração aurífera do Quadrilátero ocorreu num contexto geopolítico de expansão mercantil ultramarina, onde a economia era centrada no desenvolvimento da Metrópole (Portugal). O desenvolvimento construído através da exploração de suas colônias, com espoliação dos territórios ameríndios⁵⁴, tinha como metas “a libertação da mão de obra na Metrópole, a expansão do mercado nacional [português], proteção da incursão hostil de outros Estados rivais, [...] [e] acumulação de reservas monetárias” (FURTADO, 2007, p. 12). Nesse regime de subordinação colonial, onde a terra e seus recursos estavam a serviço da Coroa, Portugal utilizou-se da máxima exploração de recursos (naturais e humanos), promoveu-se o tráfico de pessoas, a escravização e negligenciou-se qualquer necessidade da sociedade local (PRADO JR., 2011). Castro *et al.* (2011, p. 14-15) esclarecem que os esforços da Coroa foram estruturados em duas estratégias centrais: “procura incessante de acesso ao ouro e prata relatados pelos indígenas [...] e investidas a esmo dos bandeirantes pelos sertões do Brasil Centro-Oeste”⁵⁵.

A interiorização da população de origem europeia nos dois primeiros séculos no Brasil Colônia se deu com a procura e a descoberta de riquezas de origem mineral. O ouro, a prata e as pedras preciosas eram o foco principal não só devido ao valor que alcançam na Europa, como também, pela facilidade de transporte, já que pequenas quantidades eram passíveis de serem transportadas aos portos e daí para a corte portuguesa. (CASTO *et al.*, 2011, p. 14).

⁵⁴ Em Minas Gerais, a bandeira de Lourenço Castanho Taques (1662/1675), por exemplo, hostilizou o “gentio” cataguá confrontando-se com tal “tribo” em diversos rincões do território mineiro (Caeté, Itapecirica, Itaguara, Paracatu, Passa Tempo, Patrocínio, Serra do Salitre, Patos de Minas, Carmo do Rio Claro, Caxambu, Araxá...). Nesse período, aliás, o território mineiro era ainda conhecido como “Campos de Cataguá”, Sertão dos Cataguases ou Minas dos Cataguases.

⁵⁵ No *hinterland* brasileiro.

Figura 27: Lavagem do mineral ouro perto da montanha do Itacolomi, Johann Moritz Rugendas (1821-1825)



Fonte: Portal *Ensinar História* (2016)⁵⁶.

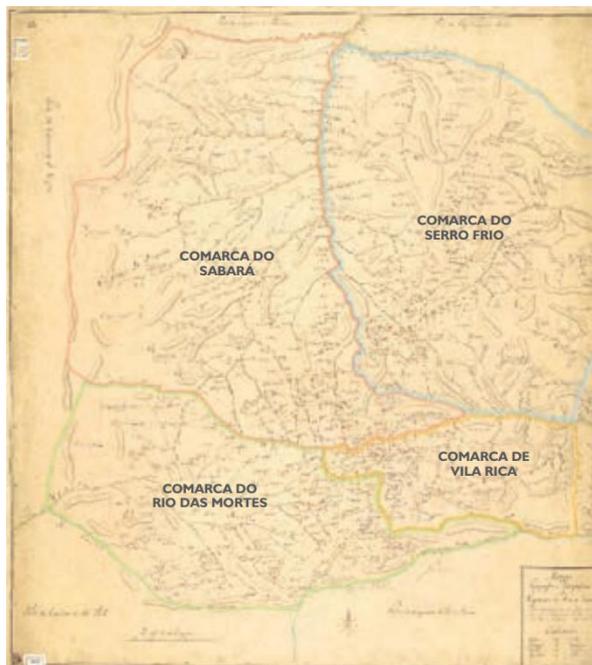
Essa vocação mineral do território e a promessa de obtenção de riqueza através do extrativismo⁵⁷, após a descoberta de depósitos aluvionares de ouro, em 1694, trouxe milhares de pessoas para o interior do país, principalmente para as comarcas⁵⁸ de Minas (Comarca de Vila Rica, Comarca do Rio das Mortes, Comarca do Serro Frio e Comarca de Sabará, que, a partir de 1815, se desdobra em Comarca do Rio das Velhas, e Comarca de Paracatu) pertencentes à Capitania de São Paulo e Minas de Ouro até 1720 e, posteriormente, à Capitania de Minas Gerais (COSTA, 2011).

⁵⁶ Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/mineracao-sob-olhar-de-rugendas/>. Acesso em: 11 out. 2023.

⁵⁷ Gudynas (2016, p. 14) classifica extrativismo como: “conjunto particular de apropriações de recursos naturais caracterizados pelo grande volume removido em alta intensidade, onde metade ou mais são exportados como matéria prima”.

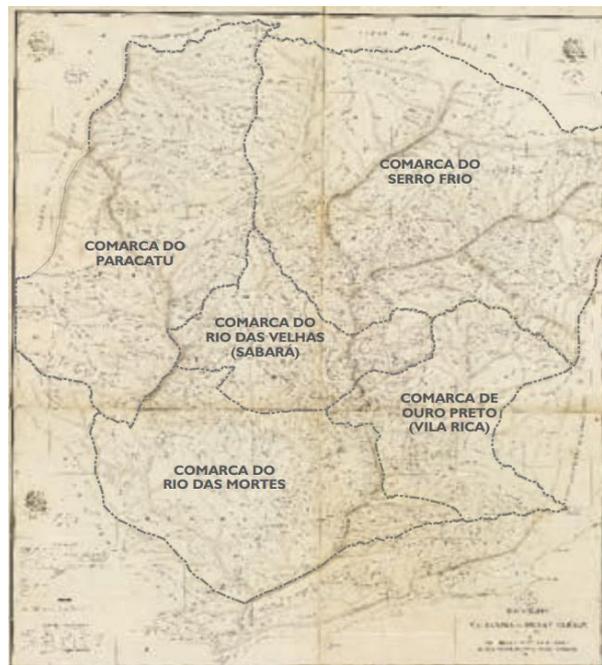
⁵⁸ “As comarcas correspondiam a importantes subdivisões territoriais das Capitânicas criadas na América Portuguesa, que se encontravam sob a jurisdição de um Ouvidor. [...] Embora relacionadas à antiga organização judiciária de Portugal que estendia se a suas colônias, as comarcas eram também importantes referências territoriais para o exercício de atividades administrativas dos Capitães Governadores das Capitânicas, como por exemplo, a arrecadação de tributos.” Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponimia/img/folder_Patrimonio_Toponimico_CRCH.pdf.

Figura 28: Mapa das Comarcas de Minas Gerais no século XVII, autor: anônimo



Fonte: Cartografia Histórica de Minas Gerais (2016)⁵⁹.

Figura 29: Mapa das Comarcas de Minas Gerais no século XVIII, autor: Eschwege



Fonte: Cartografia Histórica de Minas Gerais (2016).

Com a mentalidade de exploração desenfreada, a população prioritariamente de migrantes, que até então não exprimia relações tofólicas⁶⁰ nem mantinha laços identitários com o lugar, explorou o território na chamada Corrida do Ouro. Os primeiros cem anos de exploração decorreram de forma economicamente profícua, gerando a exportação do ouro de aluvião em grande escala, com volume estimado de 120 a 200 toneladas do metal enviado a Portugal. Ocorreram, nesse contexto, diversos conflitos, como a Guerra dos Emboabas⁶¹, entre 1707 e 1709, e a Inconfidência Mineira⁶², em 1789. Contudo, mesmo havendo eventos violentos e uma forte espoliação portuguesa (e posteriormente inglesa), houve paralelamente o avanço das vilas

⁵⁹ Disponível em:

https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponimia/img/folder_Patrimonio_Toponimico_CRCH.pdf. Acesso em: 11 out. 2023.

⁶⁰ Tal como os conceitos são hoje compreendidos/trabalhados nas geografias da Percepção e das Representações.

⁶¹ Conflito armado em disputa pelo território e suas jazidas, promovido pelos bandeirantes, vindos de São Paulo, e por um grupo conhecido como Emboabas, que contava prioritariamente com portugueses e nordestinos. Esse, segundo Torres (2001, p. 73), foi “o ‘clímax’ de um processo de substituição de culturas, realizado em grande escala e que originou o atual povo mineiro”.

⁶² Conspiração mineira contra a Coroa e a exploração econômica após a ordem da “derrama”, que fixava a taxa mínima de impostos (o quinto) em 100 arrobas de ouro por ano.

numa sociedade que passou a contar com estruturas complexas para atender a esta “nova sociedade” que se formava e que enriquecia, dando origem a importantes polos, como Sabará, Ouro Preto e Mariana.

O controle da mineração aurífera era feito a partir das Casas de Fundição, encontradas nos principais centros urbanos, onde o sistema de taxaço ocorria de forma progressiva – cada vez mais restritivo –, tendo como instrumentos de sua implementação as Datas, distribuição dos terrenos e jazidas a pessoas com maior número de escravos ou capacidade de exploração, o Quinto, cobrança de taxa porcentual pelo volume extraído, a Capacitação, taxa cobrada pelo volume de escravos dedicado a operação, e a Derrama, taxaço compulsória para os casos da falta de arrecadação mínima desejada. O Ciclo do Ouro, que além do território de Minas Gerais também incidia e se desenvolvia nos territórios hoje correspondentes aos estados de Mato Grosso e Goiás, em menor escala, foi equivalente à metade da produção mundial do metal nos séculos XVI, XVII e XVIII. (CASTRO, 2011).

Figura 30: Moeda cunhada em Minas Gerais, entre 1724 e 1727



Fonte: Portal *O Pharol* (2022)⁶³.

Primeiro, encontrava-se muito ouro nos rios, fácil e abundante. Rápido, porém, ai-se ele de todo. Os infatigáveis pesquisadores subiam os ribeirões menores e começavam a revolver montanhas de cascalho. Depois – o metal fugindo sempre –, passavam a escavar a montanha. Faziam-lhes profundo sulcos, que hoje costumamos a acreditar serem obras das mãos do homem, pois rasgaram a montanha do alto a baixo, em traços profundos e enormes. Finalmente, tinham de procurar o ouro escondido no seio da rocha. Aqui, então apareciam as minas, profundas galerias mergulhadas no interior da serra. (TORRES, 2011, p. 69).

⁶³ Disponível em: <https://jornalopharol.com.br/2022/12/e-se-minas-gerais-pedisse-todo-seu-ouro-de-volta-para-portugal/>. Acesso em: 11 out. 2023.

Esse cenário de elevada exploração contava com a ostentação da Coroa portuguesa. Sob o controle e Dom João V (1689-1750), houve inúmeras ações de afirmação diante das demais cortes europeias e a formação de contas e dívidas exorbitantes na Metrópole (financiamento da Corte, financiamento de guerras, quitação de dívidas externas e obras de infraestrutura), ao passo que havia pouco investimento na colônia, tanto tecnológico quanto administrativo, até que tomou-se consciência da escassez das reservas aluvionais superficiais. Essa má gestão foi crucial para o declínio da mineração e para a decadência das cidades barrocas no território (WERKEMA, 2018).

A falta de recursos técnicos e materiais [...] à medida que prosseguiram as escavações, tornando difícil, até afinal impossível, a exploração destas camadas que se aprofundavam no solo. [...] os instrumentos usados, a rotina dos processos, a ignorância completa dos mineradores em tudo quanto dizia respeito ao ofício, salvo os conhecimentos empíricos adquiridos pela experiência e que se reduziam a umas poucas medidas, sempre as mesmas, impossibilitavam, num momento dado e em cada caso, a continuação da exploração. (PRADO Jr., 2011, p. 179).

Assim sendo, podemos supor que nesse momento houve a primeira associação das ideias de “desenvolvimento” e “progresso” ligadas à exploração mineral, tendo a retração da atividade provocado a estagnação econômica e social da região. Contudo, isso se deveu também à falta de diversificação econômica efetiva (havia a presença da pecuária e agricultura na região, mas sem uma escala econômica que se comparasse à mineração), o que culminou no abandono de muitas centralidades e no declínio dos arraiais que não atendiam mais aos anseios da população. Werkema (2018, p. 218) salienta que, ao final do Ciclo do Ouro, em 1780, a exploração mineral rudimentar seguiu em proporções menores, e, paralelamente, houve a formação da siderurgia também em pequena escala, com o objetivo de produzir artefatos para atender demandas locais. Protagonizada, *a priori*, pelo povo preto, a siderurgia, assim como a exploração do minério de ferro, não recebeu, contudo, nenhum incentivo da Coroa, sendo a atividade classificada como ilegal no território brasileiro entre 1785 e 1795. Nesse cenário de ausência dos holofotes da Metrópole e de ausência das grandes massas, o território foi ressignificado com a manufatura do ferro e os reflexos da Inconfidência Mineira (CASTRO, 2011).

Somente com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, é que os interesses se voltam novamente para Minas e para seus minerais. Os impactos da transferência da Corte para o Brasil foram imensos, havendo significativa transformação na urbanização, nos hábitos, na política e nos anseios sociais e econômicos. No campo da pesquisa, havia um notório interesse pela

geologia e pela botânica, o que levou diversos desbravadores estrangeiros à realização de expedições que alardearam os potenciais naturais no interior do continente.

Figura 31: Registro panorâmico de Sabará, feito pelo alemão Georg Grim no século XIX

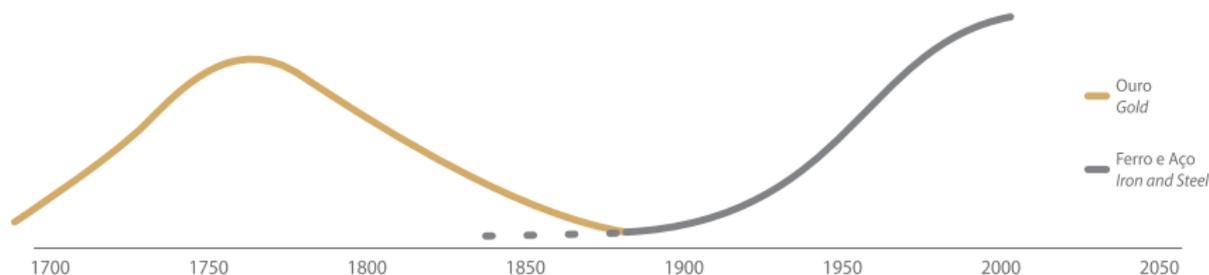


Fonte: Enciclopédia *ItaúCultural* (c2023)⁶⁴.

Entre as primeiras ações da Coroa após sua implantação em terras brasileiras, estavam a abertura dos portos e o acesso mais irrestrito de outros países, principalmente a Inglaterra, e a implantação das primeiras universidades com o investimento em pesquisas, incluindo a criação da Escola de Minas, em 1876, voltada ao desenvolvimento da exploração minerária e metalúrgica. Nesse contexto, houve concessões para a exploração minerária cedidas a grupos estrangeiros, em que o governo oferecia benefícios para exploração (em forma de monopólios) com o objetivo de alcançar a industrialização. Nesse período, quem possuía a posse das terras também tinha o direito de propriedade sobre o subsolo. Assim, firma-se o novo ciclo do Quadrilátero: o Ciclo do Ferro e do Aço.

⁶⁴ Disponível em: <https://d3swacfcujrr1g.cloudfront.net/img/uploads/2000/01/000978006019.jpg>. Acesso em: 11 out. 2023.

Figura 32: Gráfico da evolução da exploração mineral no Quadrilátero Ferrífero



Fonte: Portal *O Pharol* (2020)⁶⁵.

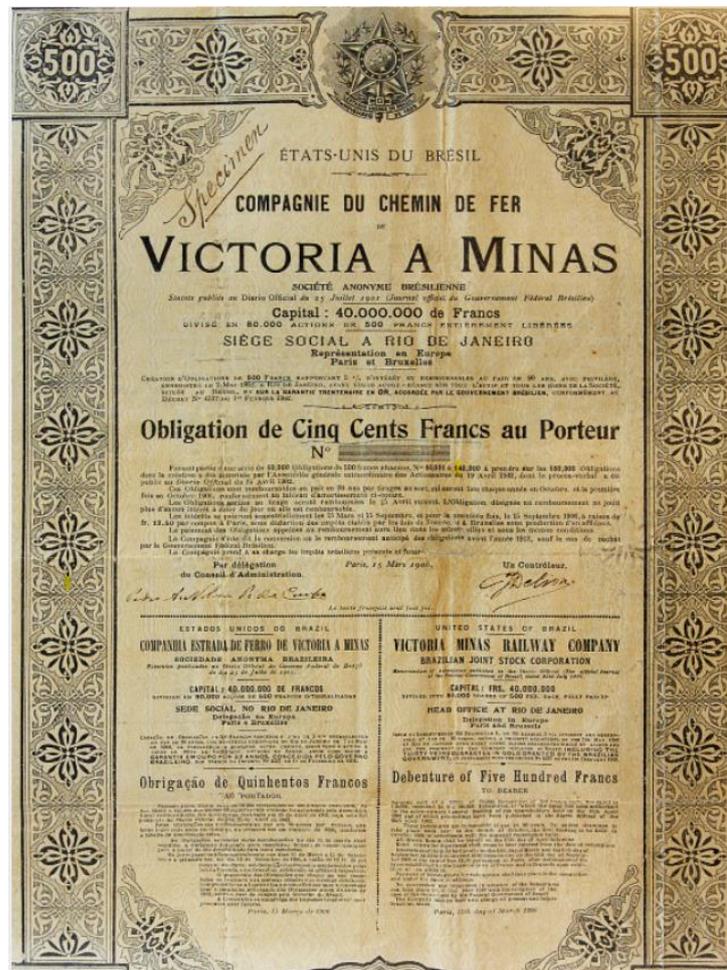
Já no contexto do Brasil República, proclamado em 1889, o discurso da exploração dos recursos primários como matriz salvadora do território mineiro (e do país) se fortifica. Wekema (2018), ao apresentar a narrativa de políticos, estudiosos e lideranças, demonstra uma narrativa da mineração como “o grande agente da civilização”, sem o qual poderíamos incorrer na permanência de um estado de selvageria (ignorando qualquer outra possibilidade de saber ou tecnologia preexistentes no país). Ao citar um trecho do livro de Demerval José Pimenta (1893-1991), importante engenheiro mineiro, Werkema (2018) apresenta um texto distribuído em Londres no início do século XX para a venda de jazidas em território brasileiro. O texto em questão descreve, de forma capciosa, o Brasil como um “país amigo” a ser explorado, contudo não se previa (assim como não se prevê na atualidade) o desenvolvimento, tampouco a segurança do território explorado.

Devemos assegurar o nosso futuro adquirindo em países amigos, como o Brasil, reservas que valorizam com o tempo. Dentro de algumas dezenas de anos, as jazidas do Rio Doce poderão valer milhões de vezes o preço pelo qual poderíamos adquiri-las hoje, e o Império Britânico disporá da maior reserva de minério de ferro do mundo. Se cada banqueiro, cada industrial, cada inglês, dispender sem esperanças de remuneração imediata, algumas libras para adquirir ações do sindicato que acabamos de fundar, ficará assegurado o futuro da siderurgia britânica. (WERKEMA, 2018, p. 227)

⁶⁵ Disponível em: <https://jornalopharol.com.br/2022/12/e-se-minas-gerais-pedisse-todo-seu-ouro-de-volta-para-portugal/>. Acesso em: 11 out. 2023.

Nesse contexto, a chegada das ferrovias permite o avanço da exploração mineral do território do QF. A Companhia Estrada de Ferro Vitória Minas (CEFVM), inaugurada em 1904, passa a transportar minério já na sua primeira década, o que propicia a ampliação da exploração das jazidas minerais e um avanço na ocupação territorial, assim como carregamento de manufaturados para o interior do Estado, suprimindo a demanda dos habitantes de Minas.

Figura 33: Documento para captação de recurso estrangeiro para CEFVM



Fonte: Vale ([20--])⁶⁶.

Em 1907, foi implantada a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), primeiro centro de pesquisas geológicas do país – hoje chamado Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro –, e que teve como uma das primeiras ações a participação no XI Congresso Internacional de Geologia, em 1910, realizado em Estocolmo, em que foi apresentado ao mundo

⁶⁶ Disponível em: <https://www.vale.com/pt/espaco-memoria>. Acesso em: 11 out. 2023.

um relatório sobre as jazidas de Minas Gerais e seu rico potencial de exploração (CASTRO, 2011). O evento europeu fortaleceu a construção da ideia de “destino mineral” do território e potencializou o interesse estrangeiro em Minas Gerais (TORRES, 2011, p. 17). Nesse período, houve um expressivo volume de aquisições de terras na região de Itabira e a fundação do *Brazilian Hematite Syndicate*, em 1909.

Figura 34: Mapa geológico simplificado do Quadrilátero Ferrífero, produzido por P. Claussen de *l'Institut Brésilien*, em 1941



Fonte: Blog *Fazenda Velha Rio Acima* (2015)⁶⁷.

Em contrapartida a esse movimento de exploração estrangeira, o Governo Vargas, em um processo de formação do Estado nacionalista, estimula, então, a nacionalização das reservas minerais: sanciona, através da Constituição Federal de 1934, alterações dos direitos de

⁶⁷ Disponível em: <https://fazendavelhariocima.files.wordpress.com/2015/06/mapa-geologico-quadrilatero-ferrifero-sec-xix.jpg>. Acesso em: 11 out. 2023.

concessão de lavra, em que o subsolo passa a ser de propriedade da União; institui o Imposto Único sobre Minerais (IUM) por meio da Lei Constitucional nº 4 de 1940; cria o Código de Minas, que regulamenta a exploração sobre as jazidas minerais, assim como a fiscalização do Estado sobre as atividades minerárias; e cria a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) nos anos de 1941 e 1942, respectivamente.

O território retomava um quadro de acumulação de capital (experimentado no Ciclo do Ouro) mediante um processo de maquinação mineral (TORRES, 2011, p. 77), no qual “as preocupações com os cálculos dos riscos econômicos são superiores às dos riscos ambientais” (COELHO, 2017, p. 89). Passa a ser acionada, então, “uma máquina mineradora na transformação avassaladora da geologia e da ecologia sociocultural desse território material e afetivo” (TORRES, 2011, p. 18). E, também nesse contexto, destaca-se a atuação da *Itabira Iron Ore Company*, que explorou ferro em Itabira por meio de capital inglês num período com benefícios de redução expressiva dos impostos para a atividade minerária (COSTA, 2011) e que posteriormente seria transformada na Companhia Vale do Rio Doce, pelos termos do Acordo de Washington:

[...] o governo britânico se comprometeria a adquirir e transferir ao governo brasileiro, livre de quaisquer ônus, as jazidas de minério de ferro pertencentes à *Itabira Iron*, enquanto o governo norte-americano forneceria um financiamento no valor de 14 milhões de dólares [...] destinado a aparelhar as minas itabiranas, prolongar e restaurar a Estrada de Ferro Vitória a Minas e equipar o porto de Vitória. Em contrapartida caberia ao Brasil extrair, transportar e exportar 1,5 milhão de toneladas por ano “a serem compradas em partes iguais, pelos dois países, [...] a um preço bastante inferior ao do mercado”, por um período de três anos renovável até o fim da guerra. (WISNIK, 2018, p. 106-107).

A fundação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), como uma empresa estatal, ocorreu através do Decreto-Lei nº 4.352, na cidade de Itabira, vértice ao noroeste do Quadrilátero.

Se os americanos entravam com os dólares do financiamento milionário, e os ingleses arcavam financeiramente com a devolução das jazidas de propriedade anglo-americana, o Brasil entrava, afinal, com a montanha de ferro itabirana⁶⁸: estoque bruto a ser expressamente sacado como capital in natura, ao mesmo tempo em que a entidade natural e simbólica a ser tacitamente sacrificada. O caráter sacrificial da operação é a sua parte silenciada e evidentemente não contabilizada nos contratos. (WISNIK, 2018, p. 107).

⁶⁸ O Pico da Cauê, localidade-tipo da formação homônima.

Num contexto histórico posterior (e diferenciado), a atual Vale S. A. foi privatizada em 1997 por meio do Programa Nacional de Desestatização (PND). O PND compunha uma agenda neoliberal, apoiado pelo Ministério do Planejamento e Orçamentos e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), tendo sido aprovado pelo Congresso Nacional em 1990 e incluída a privatização da Usiminas⁶⁹. O processo de venda ocorreu em três etapas, sendo a primeira por meio de leilão de 40% a 45% oferecido a grupo de investidores; a segunda com a abertura da empresa em ações para funcionário da então CVRD; e a terceira etapa com oferta pública no Brasil e exterior (BNDES, 1997). A venda realizada no valor de R\$3,3 bilhões foi justificada pelo BNDES, por meio de uma cartilha informativa, da seguinte maneira:

Para que ela seja ainda mais lucrativa e mais produtiva, o que é bom para o Brasil. [...] Sob gestão estatal, a Vale enfrenta uma série de restrições, desde entraves burocráticos para adquirir equipamentos e contratar pessoal, até a perda de autonomia para decidir sobre investimentos estratégicos. Todas as compras feitas pela Companhia seguem uma rigorosa legislação aplicável às estatais, que obriga a realização de licitações, o que por vezes inviabiliza a simples padronização de equipamentos. Isto sem considerar o fato de que o acionista controlador atual, a União, está praticamente impedido de fazer novos aportes de capital, o que, às vezes, é requerido em qualquer empresa que pretenda aproveitar oportunidades lucrativas de investimento e melhorar sua posição relativa nos mercados em que atua. É exatamente o caráter estatal da Vale que restringe a agilidade e a flexibilidade necessárias em mercados concorrenciais. [...] Para o País, isso representará mais empregos e maior arrecadação de impostos. (BNDES, 1997, p. 5).

Neste percurso de exploração mineral realizada do século XX, foram criados, com o objetivo de regulamentar a exploração mineral, o Ministério das Minas e Energia pela Lei 3.782, em 1960; o Código da Mineração, instituído através do Decreto-Lei 227/1967; a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) pelo Decreto-Lei 764/1969; um regime de licenciamento regulamentado por meio da Lei 6.567, em 1978; e, em 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente pela Lei 6.938 (já citado anteriormente na proteção do patrimônio cultural), que reconhece, em seu anexo VIII, extração e tratamento de minerais como atividades de alto potencialidade de poluição e exploração de recursos ambientais.

Em 1988 é ratificada a atual Constituição Federal (CF/88), que restringe a participação estrangeira na exploração mineral por meio do artigo 20.

⁶⁹ Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A (Usiminas), empresa fundada na década de 1950 (século XX) em Coronel Fabriciano, hoje território do município de Ipatinga, sob governo do então presidente Juscelino Kubitschek. Foi a primeira estatal a ser privatizada pelo PND, do governo de Fernando Collor de Mello.

É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração. (BRASIL, 1988).

Seguindo a evolução normativa da CF/88, no artigo 20, inciso IX, alínea 1º, foi implantada, por sua vez, a Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM), que altera o imposto de 1% do IUM para até 3% da arrecadação líquida. Essa compensação econômica pela extração de recursos naturais é calculada mensalmente sobre o faturamento líquido das empresas e deve ser aplicada em programas ou ações que beneficiem direta ou indiretamente as comunidades locais. Todavia, conforme a revisão do tributo instituída pela Lei 13.540, de 18 de dezembro de 2017, “serão destinados, preferencialmente, pelo menos 20% (vinte por cento) de cada uma dessas parcelas para atividades relativas à diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico”, garantindo, ao menos parcialmente, o retorno monetário para as atividades minerárias, sem haver especificação de investimentos obrigatórios com saúde, educação, cultura ou infraestrutura que beneficiem as comunidades locais atingidas pela atividade minerária.

Além do CFEM a CF/88 também institui o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) através do artigo 155, inciso II e artigo 158 inciso IV. Estipula-se a arrecadação de 25% da circulação líquida da exploração mineral para distribuição entre os entes federativos (Município, Estado e União) conforme quota-parte estabelecida pela constituição (CARVALHO *Et al.*, 2012)

Em 2013 foi criada a Agência Nacional de Mineração (ANM) e o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), que se articulam em prol do desenvolvimento da mineração com discursos de sustentabilidade e progresso, mas que, segundo Milanez (2019), aproximam o poder de decisão para as empresas minerárias por meio de estratégias institucionais que cooptam o Estado através do seu poder econômico e simbólico e de sua influência direta sobre agentes públicos.

Esse conjunto de regulamento e tributações consolida-se como um sistema amplo diante da complexidade que o setor minerário representa. Demonstra eficiência e rentabilidade para pesquisa e ampliação da exploração com foco no desenvolvimento econômico, tendo como premissa a mineração como essencial e de interesse público. Entretanto o ordenamento jurídico

mostra-se ainda incipiente quanto às consequências socioambientais provocadas nos territórios minerários. Há tentativas institucionais de mitigação de danos ambientais através de promulgação de leis e decretos diversos, mas ainda sem solucionar de forma efetiva as Zonas de Sacrifícios que se estabelecem em muitos territórios minerários.

Na atualidade, o Quadrilátero apresenta uma estrutura de extrativismo modernizada, classificada por Gudynas (2016, p. 14) como extrativismo de terceira e quarta geração (ou seja, que se vincula, “respectivamente, [à adoção] de práticas como da megamineração a céu aberto e os monocultivos”). Esse extrativismo se difere das indústrias – refere-se a “atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados apenas parcialmente) e que se destina, sobretudo, à exportação” (ACOSTA, 2016, p. 50) –, originou-se na colonização das Américas e África e estruturou-se a partir da demanda dos países colonizadores, que gera altos índices de receita econômica sem, contudo, resultar em riqueza e desenvolvimento local equivalentes aos bens extraídos e exportados (LASCHEFSKI, 2021). E vale ressaltar, a propósito, que não levar em conta os limites ecológicos ou sociais do território explorado é uma dinâmica que mantém até os dias atuais uma relação de dependência colonizada, embora modernizada com estratégias mais sofisticadas de pacificação e controle, tanto nos governos locais neoliberais quanto nos “progressistas”.

Essa estrutura econômica, é relevante assinalar, provocou uma nova ordem econômica que Svampa (2013) classifica como consenso entre as *commodities*⁷⁰, e que Santos (2012), por sua vez, nomeia de maldição da abundância. Dentro de uma agenda ambiental distorcida que prioriza o lucro sobre a natureza (ESCOBAR, 2002), a lógica capitalista circunda a renovação tecnológica e a abertura de novos mercados, resultando no neoextrativismo, que segundo Svampa (2013):

gera vantagens comparativas, visíveis no crescimento econômico, ao passo que produz novas assimetrias e conflitos sociais, econômicos, ambientais e político-culturais [...] pode ser definido como padrão de acumulação baseado na superexploração de recursos naturais, em grande parte não renováveis, assim como na expansão das fronteiras de territórios antes considerados como improdutivos. O neoextrativismo instala uma dinâmica vertical que rompe os territórios e desestrutura economias regionais, destruindo biodiversidades e aprofundando de forma perigosa o processo de acumulação de terras, ao expulsar ou deslocar as comunidades rurais, campesinas e indígenas, e

⁷⁰ Consenso de Commodities: “desenvolvimento neoextrativista que gera vantagens comparativas, visíveis em no crescimento econômico, ao passo que produzem novas assimetrias e conflitos sociais, econômicos, ambientais e político-culturais.” (SVAMPA, 2013, p. 30).

violentando processos de decisão comunitários. Assim caracterizado, o neoextrativismo desenvolvimentista contempla atividades consideradas tradicionalmente como tal (mineração e exploração de hidrocarbonetos) e aquelas ligadas a novos sistemas agroalimentares. (SVAMPA, 2013, p. 30-34).

Como consequência desse modelo econômico, vislumbra-se uma ascensão momentânea dos países subdesenvolvidos, ampliação das políticas redistributivas nos governos “progressistas” e diminuição da pobreza, mas tais transformações são acompanhadas de ampliação da exploração da natureza, aumento das pressões e dependência do capital estrangeiro, bem como de flexibilização das regulações e instrumentos de exploração dos bens naturais e do território (LANDER, 2017).

O discurso do desenvolvimento abre a possibilidade ilusória da resolução dos problemas sociais da região, atividade que se traduz, efetivamente, em um pequeno número de empregos e divisas criadas. Os problemas causados pela mineração são naturalizados por uma dicotomia da dependência onde entram em comparação ônus versus bônus.[...] Essa dependência de uma única empresa, ou atividade econômica, possibilita uma maior tolerância por parte da população frente aos prejuízos, não só ambientais, mas também sociais [...]. Em questão de tributos os benefícios ao município minerador são irrisórios. Segundo a Constituição brasileira, as mineradoras devem pagar royalties, que não são classificados como impostos, mas como compensação pelos danos sofridos. (COELHO, 2012, p. 140-142).

Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), o CEM arrecadado em Minas no ano de 2021 totaliza R\$4.602.778.098,51 (quatro bilhões, seiscentos e dois milhões, setecentos e setenta e oito mil, noventa e oito reais e cinquenta e um centavos), ressaltando-se que, destes valores, 65% estão concentrados no Quadrilátero Ferrífero, área que corresponde territorialmente a menos de 1% do território do estado de Minas Gerais, demonstrando alta concentração de recursos, de exploração e, conseqüentemente, de degradações. E esse quadro, deve-se notar, promove a centralidade e a priorização das atividades minerárias sobre as demais territorialidades, em virtude do prestígio a elas atribuído em narrativas em que elas são, essencialmente, consideradas e visualizadas como ações ‘impulsionadoras do desenvolvimento’. “Essa ficção de que a mineração é de interesse público segue sendo uma herança colonial. Ela, na verdade, era de interesse prioritário para os reis, e hoje segue sendo de interesse prioritário para o Estado e suas corporações” (ARAOZ, 2023, p. 4). Um modelo de economia que Araoz (2023) classifica como “necroeconomia” por priorizar as arrecadações pecuniárias sobre a produção de meios fundamentais de sobrevivência.

Nesse sentido, temos diversos exemplos atuais que mostram como a necroeconomia existe: a Vale, por exemplo, é uma empresa que provocou a morte de mais de 200 pessoas em 2019, e continua tendo valores exorbitantes

de lucro em suas atividades. É importante repetir a pergunta feita pelas pessoas que perderam alguém nesse processo: quanto vale a vida? (ARAOZ, 2023, p. 3).

Retomando à trajetória da Vale S. A., como afirmado por Araoz (2023), um trágico marco da história da empresa e do país, que mudou todos os paradigmas até então aceitos sobre o risco ambiental dos empreendimentos minerais, ocorreu nos anos de 2015 e 2019, quando a empresa foi protagonista de dois desastres tecnológicos e ambientais no Quadrilátero após o rompimento das barragens de Fundão e Córrego do Feijão, respectivamente nos municípios de Mariana e Brumadinho. Tais desastres/crimes foram traumáticos, pois mataram centenas de pessoas, comprometeram a integridade da fauna e flora locais⁷¹, contaminaram as bacias dos rios Doce e Paraopeba, desterritorializaram diversas comunidades e impactaram a dinâmica política, social, econômica, física e mental de todos os agentes envolvidos. Isso, contudo, sem impactar na estrutura operacional da empresa. Em 2017, período entre os desastres, a Vale abriu mercado na bolsa de valores; hoje sustenta fundo de investimento e fundo de pensão e se enquadra como a principal empresa minerária do Brasil e quarta do mundo.

Figura 35: Crescimento das ações da Vale antes e após os eventos de Mariana (2015) e Brumadinho (2018)



Fonte: retirado do Google Finanças⁷².

Milanez (2019) denuncia e justifica esse crescimento em detrimento da estrutura operacional da empresa por meio de uma Rede Global de Produção (RGP). Esse formato é utilizado para garantir a captura de valor em diversas escalas, dando manutenção a sua estrutura de poder. Ele

⁷¹ Inclusive em áreas protegidas, vale ressaltar, como o Parque Estadual do Rio Doce e as terras indígenas Krenak (Resplendor/MG) e Tupinikim (Aracruz/ES).

⁷² Disponível em: <https://www.google.com/finance/quote/VALE3:BVMF?sa=X&ved=2ahUKEwjz4sLUr-mAAxUQppUCHYqLBlsQ3ecFegQIRRAh&window=MAX>. Acesso em: 11 out. 2023.

opera numa abordagem de cadeia de valor e cadeia global de *Commodities*⁷³ que incorpora empresas, Estado, sindicatos, organizações não governamentais, clientes, fornecedores e movimentos sociais, com o objetivo de influenciar receita, mercado e custos de processos operacionais. Entre as estratégias para captura de poder, Milanez (2019) discrimina:

- 1. Estratégia de mercado:** “posicionamento corporativo alinhado com demandas sociais, políticas e de empresas competidoras; concorrência, sistemas de precificação, oferta, compra e venda.
- 2. Estratégia financeira:** agenciamento de recursos empresariais para redução de despesas de capital, custo de produção, política de dividendos, empréstimos. As fontes de recursos podem se desdobrar em:
 - Fluxo de caixa: depende dos preços de minérios, relacionando-se com as estratégias de mercado, somada à redução de despesas e o aumento de produção;
 - Empréstimos de agente público: linha de crédito com o Estado, programas de incentivo e bancos públicos;
 - Empréstimos de agente privado: sistema de *Debêntures*, que são títulos de dívida emitidos com juros e taxas fixas, diferente de ações que possuem renda variável.
- 3. Estratégia institucional:** Poder exercido sob Estado e seus agentes: nas escalas nacional, regional e local e que permite acesso e influência aos processos decisórios, provocando captura de valor, enfraquecimento do monitoramento e controle; segundo Fuchs (2013), podem aparecer em três dimensões:
 - Estruturalista material: força na esfera municipal (poder econômico desproporcional aos municípios), contribuinte para orçamento público com CFEM (parceria e financiamento de obra pública);
 - Estruturalista ideacional: empresa benfeitora (faz obra, gera emprego); controle do discurso e opiniões sociais;
 - Instrumental: incidindo nas escalas estadual e federal, com atuação dos agentes públicos por meio de financiamento de campanha, acesso privilegiado nos espaços de decisão e regulação e sistema de “porta giratória” com nomeação de ex-agentes empresariais para cargos públicos.

⁷³ Produtos in natura (de extração mineral ou cultivo) que podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. Possuem cotação global, sendo negociados em bolsas – ou seja, são transacionados no mercado internacional podendo apresentar volatilidade nos preços.

4. **Estratégia de relações de trabalho:** enfraquecimento de trabalhadores e sindicatos; terceirização e quarteirização das contratações; precarização e redução de gastos com saúde e segurança; tentativa de controle do sindicato por meio de financiamento de chapas.
5. **Estratégias Sociais:** atuação local com a comunidade de entorno para contenção e gerenciamento dos grupos sociais, podendo incluir mecanismos de coerção, violência ou convencimento. Hostilidade contra movimentos e moradores sociais através de falácias jurídicas com apoio policial; Impacto nas escalas nacional e internacional.
6. **Estratégias territoriais:** atuação principalmente local, mas que chega ao nível do Estado. Mecanismos de controle do território, recursos e consequentemente das dinâmicas territoriais, se manifesta como:
 - Ordenamento de fluxos: controle de acesso com barreiras ou vigilância (câmeras, muros, placas proibitivas, portões e cercas);
 - Domínio de áreas e recursos: aquisição de propriedades por meio de mecanismos legais e ilegais (apropriação, grilagem, compra, título minerário, desapropriação e deslocamento compulsório nas áreas de servidão);
 - Planejamento e concepção de espaço;
 - Deslocamento político e de capital: organização de outras estruturas de gestão do território, promovendo governança com maior independência associada a níveis federais.

Esse modelo exerce um poder repaginado e modernizado que incorpora estratégias de controle e pacificação da crítica e das territorialidades por meio da postulação de uma “ideologia da harmonia”, também chamada de harmonia coerciva (NADER, 1994), e que, num contexto neoextrativista, conforma territórios subordinados e dependentes da mineração, com consequências que ultrapassam os territórios extrativistas, efeitos esses descritos por Gudynas (2016) como Efeito Derrame, sendo classificados e desdobrados em:

1. **Ambiental:** mercantilização da natureza com menores controles e flexibilizações normativas;
2. **Territorial:** geração/exercício e predomínio de novas territorialidades sobre outras preexistentes e ausência do Estado;
3. **Social:** pouca informação e participação social, reforços de imaginários, violação de direitos humanos e não humanos, criminalização e violência contra movimentos sociais e lideranças comunitárias;

4. **Econômico:** reprimarização⁷⁴ e configuração de enclaves econômicos⁷⁵ em que o enriquecimento e o avanço tecnológico não se relacionam com a economia local;
5. **Excedentes:** apropriação de recursos humanos e naturais sem a devida compensação dos envolvidos;
6. **Internacional:** ajustes a regras internacionais para manutenção da alta exportação, criando dependência econômica nacional;
7. **Propriedade e articulação global:** renovação do regime de propriedade e apropriação de recursos;
8. **Compensação e justiça:** reconhecendo o extrativismo como indispensável, regularizam-se, nesse caso, medidas de financeirização⁷⁶, através de contrapartidas ou medidas compensatórias para garantir a continuidade das explorações.
9. **Política e democracia:** legitimação e construção de normas essencialmente assimétricas que beneficiam prioritariamente o empreendimento mineral.

4.2 A cartografia cultural no território do Quadrilátero Ferrífero

Paralelamente a todo o potencial minerário e à exploração histórica ocorrida no Quadrilátero, busca-se, também, observar as formações socioculturais do território, que são em muitos aspectos reflexos da atividade extrativista. Para isso, retomamos a análise para o início da ocupação minerária, com objetivo de compreender a acelerada ocupação que resultou na formação de uma rede urbana peculiar e um significativo acervo cultural.

As alterações ocorridas no território não se limitavam às cavas minerárias e provocaram transformações e ressignificações em toda topografia e paisagens. Ibanéz (2016), ao discorrer sobre a formação das cidades coloniais, expõe que elas se conformam sobre um imaginário

⁷⁴ Reprimarização é uma tendência econômica presente em toda a América Latina que ocorre com a “privatização e estrangeirização do aparato produtivo regional (ARÁOZ, 2020, p. 227) e articula-se por meio da “produção em larga escala de bens primários e exportação de commodities [...] entrada massiva de investimento estrangeiro direto [...] baixa transformação e valor agregado, com fins à exportação e ao crescimento do Produto Interno Bruto – PIB” (ZUCARELLI, 2018, p. 36-34).

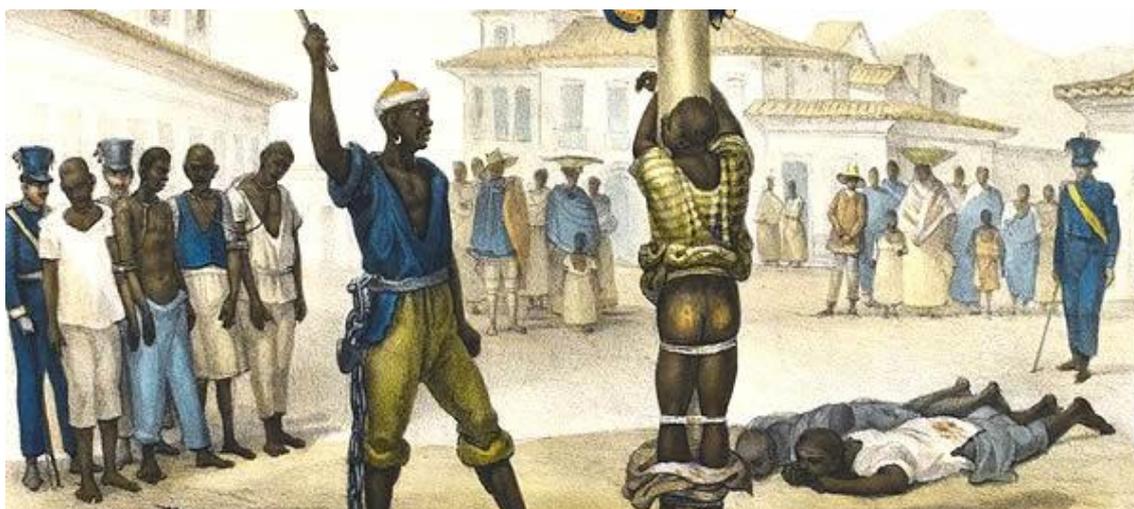
⁷⁵ Entende-se por enclave estruturas econômicas de extrema dependência e dominação do capital estrangeiro sobre uma economia local que provoca “alienação territorial”, uma “[...] forte concentração das exportações e baixa incidência na geração de valor agregado interno e na criação de postos de trabalho, assim como uma pouca contribuição fiscal.” (ARÁOZ, 2020, p. 166).

⁷⁶ Financeirização gera “aumento do poder de agentes financeiros em âmbito interno e, conseqüentemente, maior pressão por retornos crescentes de curto prazo” (MILANEZ, 2019, p. 1). Há “um aumento da exigência de captura de valor por parte de seus acionistas e outros agentes financeiros” que resulta em operações de partilha de controle territorial.

dominante que se estrutura sobre a relação com as Metrópolis, o processo de modernização e consumo.

Nasceram coloniais, e essas características, assim como a colonialidade em nossas vidas, permanece até hoje. [...] ergueram-se a partir da despossessão dos territórios dos habitantes originários, e a consolidaram o externo por meio da penetração violenta, que não estava disposta a conversar, mas a impor sua presença. As cidades foram erguidas seguindo dois critérios básicos: primeiro, a proximidade de um ‘recurso natural’ para ser explorado e saqueado em benefício dos invasores e da potência colonial; e segundo, contar com fontes de água para resolver as necessidades básicas de sobrevivência. [...] construíram-se a partir de uma lógica de proteção, de defesa militar diante dos inimigos que ia se constituindo no ‘outro’ a ser banido pela dominação colonial: o índio-rural. [...] configuraram-se arquitetonicamente a partir de uma praça central que aglutinava o poder simbólico e real da época: a administração política, a igreja, o comércio [...]. (IBANÉZ, 2016, p. 299-300).

Figura 36: Castigo de escravizado em praça pública nas imediações das igrejas como ato cívico, por Jean-Batist Debret, início do século XIX



Fonte: Blog *NetMundi* (2019)⁷⁷.

No território do Quadrilátero, as primeiras ocupações colonizadas foram protagonizadas pelas bandeiras paulistas⁷⁸ que adentraram o território e auxiliaram na formação da Estrada Real e

⁷⁷ Disponível em: <https://www.netmundi.org/home/2019/jean-baptiste-debret-40-imagens-para-ver-e-baixar/>. Acesso em: 11 out. 2023.

⁷⁸ Grupos de homens com diferentes origens étnicas, que durante as Missões Sertanistas do período colonial se aventuravam em expedições pelo interior do continente em busca de riquezas e terras. Vindos da Capitania de São Paulo de Piratininga, foram responsáveis pela anúncio da existência de ouro em Minas, Mato Grosso e Goiás. Sua ocupação nos territórios através de rudimentares rotas terrestres e fluviais provocou grande miscigenação cultural e étnica, enriquecimento da coroa portuguesa, massacre e desterritorialização das comunidades originárias.

dos arraiais em suas adjacências (PIUZANA *et al.*, 2001). Esses lugares, inicialmente de passagem, se transformaram rapidamente em lugares de permanência após a descoberta do ouro, o que promoveu uma migração em massa e um desenvolvimento acelerado dos centros urbanos. Isso resultou na formação de um significativo e peculiar acervo cultural, tanto material quanto imaterial, que culminou hoje em um dos territórios mais relevantes em termos de patrimônio cultural reconhecido.

João Camillo de Oliveira Torres (2011), ao analisar a construção morfológica dos primitivos arraiais mineiros, compara:

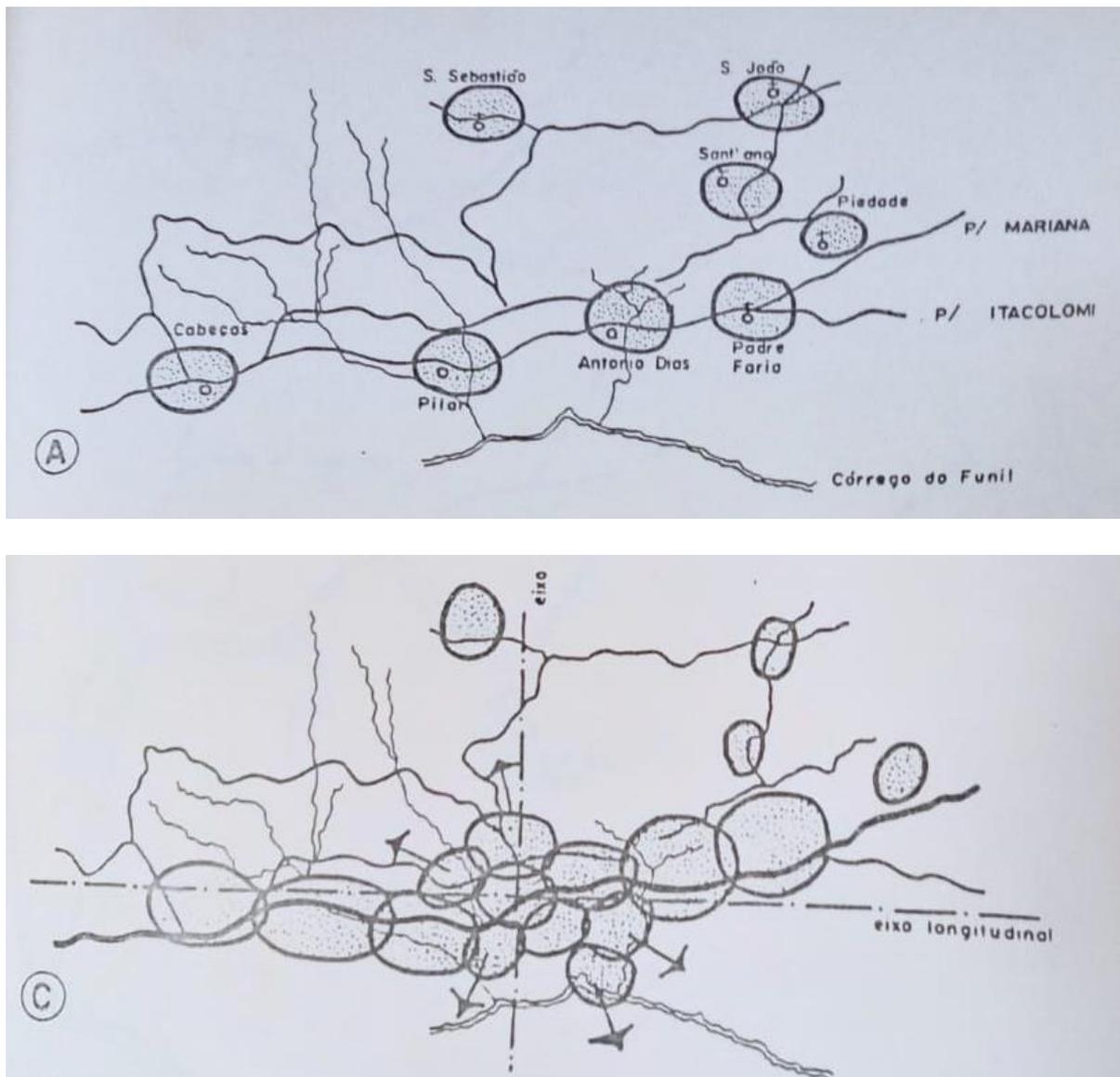
São várias as formas e os núcleos originais da cidade em todo mundo. Há aquelas que começam em torno das altas acrópoles, e aquelas que rodeiam os castelos; [...] A cidade mineira nasceu dos pontos de confluência das águas, das bacias de recolhimento da chuva. Isso pra dizer que a cidade mineira começou de uma forma qualquer, pra ter o que dizer. É um aglomerado. O ouro de Minas é originado pelo aluvião. Tiram-no das areias do fundo dos rios, areias que se acumulam nos colos do vale, nos fundos de bacias formados pelas confluências. A esses colos do vale vão ter as águas das chuvas e dos rios. Há sempre um remanso. E ouro em abundância, vindo da montanha próxima. Nesse lugar se fixam os mineiros. Ali plantam a capela. Mas, como a tendência do ouro aluvião é desaparecer logo, ninguém acredita no futuro. E ao conjunto de cabanas de pau que rodeiam as datas dão o nome de arraiais, isso é, acampamentos. Sendo também que o fundador sempre é um bandeirante, um nômade. Por isso apenas acampa. Mas se o ouro foge das baterias, por que não procurar no fundo da terra, onde mora a ‘mão do ouro’? A lavra, e depois a mina, enraíza definitivamente o homem. [...] E há a junção dos arraiais numa cidade; a multiplicidade das igrejas e o ar de estrada da rua ‘direita’ relembrando a origem plural da vida. (TORRES, 2011, p. 103-104)

Como mostram as cartografias históricas da Estrada Real, até o século XVIII, a ocupação se dava centrada no eixo da exploração do ouro e diamante. E esse processo de busca pelo ouro aluvião, nos vales dos rios, resultou nas primeiras ocupações bandeirantes. Como consequência, houve a hostilização e desterritorialização, de forma sistemática, dos grupos étnicos originários – como é o caso dos Cataguás (ao sul), Kayapós (a oeste) e “Botocudos” (a leste), sendo estes últimos ascendentes dos contemporâneos Krenak – e também, com a migração massiva e forçada, de grupos escravizados. Esses grupos, descendentes de diversas etnias, herdeiros de saberes e tecnologias, dão forma à identidade mineira, mas são invisibilizados nas narrativas históricas oficiais.

A vocação mineral e o potencial de riqueza que a expansão da economia aurífera prometia provocou a migração de milhares de pessoas para as Minas num curto espaço de tempo. Houve, segundo Werkema (2018, p. 204), um grande excedente econômico que propiciou a formação das vilas e de “um acervo patrimonial e artístico excepcional” que forjou uma “identidade

própria quanto à organização da vida cidadã”. Essa expansão da economia aurífera formou núcleos urbanos nos vales dos rios que demandavam um grande volume de produtos, como alimentos e ferramentas, o que propiciou a formação de vilas adjacentes, um cinturão que contribuiu para expansão da malha urbana ao longo dos rios das Velhas, Paraopeba e São Francisco (CASTRO, 2011).

Figura 37: A acelerada evolução urbana de Ouro Preto no período colonial



Fonte: Sylvio de Vasconcellos (1977, p. 72-80).

Já no que tange a arquitetura produzida em Minas Gerais, podemos descrevê-la como um derivado da arquitetura brasileira, que, de forma geral, configuram-se a partir das condicionantes locais, física e geográfica, dos ciclos econômicos e exploratórios, além,

obviamente, das referências sociais, religiosas e culturais que em sua maioria foram exportadas. As edificações eram inicialmente projetadas por engenheiros militares e se organizam prioritariamente em arquitetura de defesa, que apresenta programa funcional e baixa expressão artística – como fortes, baterias, quartéis e casa de pólvora -; arquitetura civil privada, prioritariamente sobrados que se dividiam em comércio, no térreo, e residência, nos demais pavimentos; arquitetura civil pública, que inclui equipamentos urbanos – chafarizes, pontes, fontes e outros – e edifícios para atividades públicas com elementos imponentes para promover ideias de austeridade, por exemplo, as Casas de Câmara e Cadeia; arquitetura rural, que se organizava em um esquema de edificações, a casa grande, a senzala, a capela e demais edificações menores de caráter funcional; e, por fim, a arquitetura religiosa, seio da morfologia urbana, com tecnologias e ornamentação mais complexas e exuberantes, atendendo os partidos estabelecidos por suas ordens religiosas, como os franciscanos, os carmelitas e os beneditinos (FEIBER, 2016).

Figura 38: Fazenda dos Martins, em Brumadinho, arquitetura rural



Fonte: autoria própria.

Figura 39: Casa de Câmara e Cadeia, em Mariana, arquitetura civil pública



Fonte: Blog *Guia Viagens Brasil* ([20--])⁷⁹.

No contexto de Minas Gerais a arquitetura ganhou contornos distintos. Tendo em vista o seu isolamento geográfico foi necessário adaptações tanto nas técnicas construtivas quanto nas ornamentais. Havia escassez de escolas e mão de obra formalmente qualificada somada a uma abundância de mão de obra africana que incorporavam métodos e técnicas próprias (VASCONCELOS, 1979). Os referenciais estilísticos vindos do litoral e da Europa chegavam somente de forma teórica, e muitas vezes tardia. Havia também a disponibilidade de matéria

⁷⁹ Disponível em: <https://www.guiaviagensbrasil.com/imagens/foto-da-camara-e-cadeia-de%20mariana-mg-0060.jpg>. Acesso em: 11 out. 2023.

prima peculiar, como é o caso das cangas⁸⁰ e pedra-sabão⁸¹ que foram incorporadas na construção civil. Além disso, a proibição da instalação das ordens religiosas pela Coroa Portuguesa promoveu maior flexibilidade criativa na produção dos templos que eram custeados por irmandades⁸² (WERKEMA, 2018). Esse conjunto de fatores proporcionou à arquitetura mineira do período barroco “aspectos técnicos e plásticos-formais peculiares” (FEIBER, 2016, p. 12) que integraram de forma eximia a arquitetura, a pintura e a escultura, formando uma complexa expressão cultural com características fundamentalmente nacionais, que, segundo Castriota (2009, p, 05), foi por muito tempo considerada excêntrica e sem importância, só sendo reconhecida no século XX pelo movimento modernista que o via “como uma síntese cultural própria, esboçada por uma sociedade no interior do País, que, isolada, retrabalhara à sua maneira as diversas influências culturais”.

Vasconcelos (1968), ao caracterizar os traços fundamentais que configuram a “mineiridade”⁸³, apresenta a evolução formal do traçado arquitetônico religioso, que se organiza em três períodos:

1º grupo: - 1700 / 1750 – (Estilo construções de madeira e barro. Primeiras matrizes muitas das quais depois acrescidas ou reconstruídas em pedra. Os frontispícios são planos e os frontões, retos. A cobertura das torres é em palha. A rusticidade sugere interpretação primitivista dos modelos eruditos.

2º grupo: - 1750 / 1770 – construções de pedra. Incorporação súbita do rococó. As torres recuam e as coberturas das torres se fazem bulbosas. Frontões curvilíneos. Neste período ocorrem as inovações fundamentais: as torres

⁸⁰ Camada superficial de componentes lateríticos (limonita principalmente) residuais endurecidos por ressecção, formando uma capa dura, química e fisicamente resistente aos processos intempéricos e erosivos. Forma-se acima do nível do lençol freático, por oxidação e dessecação, com a precipitação e reprecipitação de hidróxidos e óxidos, principalmente de ferro solúveis em níveis redutores.” Disponível em: <https://institutopristino.org.br/cangas-conhecer-e-preservar/>.

⁸¹ Pedra-sabão, ou esteatite, é uma rocha metamórfica, compacta e macia, composta sobretudo de talco [...] excelente capacidade de resistir a extremos de temperatura.

⁸² “As irmandades são associações formadas por leigos dedicadas ao incremento da devoção aos santos e santas da Igreja católica. [...] dotava de autonomia para gestão de seus bens e rendas, que eram arrecadados também por meio de doações de fiéis e das heranças dos irmãos congregados. Cada irmandade era regida por um estatuto ou compromisso, que era submetido à aprovação régia [...] a organização de irmandades se intensificou na Colônia e implicava, no mínimo, a obtenção de um altar onde se pudesse prestar a devoção ao santo patrono escolhido pelo grupo de fiéis. Era comum que em uma mesma igreja estivesse sediada mais de uma irmandade, e com o crescimento da associação e do volume de recursos arrecadados, a irmandade poderia construir sua própria igreja, existindo ainda a possibilidade de que um irmão abastado arcasse com a edificação da mesma.” Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3171&Itemid=351

⁸³ Termo cunhado pelo autor na década de 1960 para descrever o conjunto de características culturais que moldam a singularidade do povo mineiro.

cilíndricas, os frontões abertos para deixar brotar a peanha da cruz, a colocação das torres em diagonal, a insperção do nicho entre as duas janelas no coro e a valorização do óculo da empena como centro da composição.

3º grupo: - 1770 / 1850 – Construções ainda de pedra, desenvolvidas do partido adotado no período anterior. O impulso criador perde-se na repetição, nos pastichos e nas interpretações nem sempre felizes. Ocorrem ligeiras tentativas de adoção do espírito neoclassicista [...] O iluminismo racionalista que chega à região manifesta-se é na ordenação das liberdades dos rococós [...] na limpeza e na depuração dos excessos e não no apego a cânones e soluções cujas raízes mergulhassem firmes no Renascimento. A regularidade geométrica e simétrica das plantas elíticas estaria mais de acordo com os padrões iluministas do que com as tendências locais do barroco. (VASCONCELOS, 1968, p. 199-200).

Entre as grandes produções desse período, é preciso destacar o acervo de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1738-1814), que teve destaque na produção de esculturas em pedra sabão, e Manuel da Costa Ataíde, o mestre Ataíde (1762 – 1830), cujo maior reconhecimento se dá pelas pinturas. Ambos, com seus inúmeros aprendizes, se destacaram na produção artística barroca e são tema de estudos minuciosos até os dias atuais. O trabalho reconhecido como obra de arte era altamente solicitado nas localidades mais abastadas de exploração mineral, principalmente no território do Quadrilátero, o que nos deixou uma herança riquíssima em municípios como Ouro Preto, Mariana, Santa Bárbara e Sabará.

Figura 40: Igreja Matriz de São Bartolomeu, em Ouro Preto, 1º período do barroco mineiro, possui altares no estilo nacional português



Fonte: Prefeitura de Ouro Preto ([20--])⁸⁴.

Figura 41: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Ouro Preto, apresenta elementos de transição entre o 2º e 3º período do barroco mineiro



Fonte: Portal *iPatrimônio*, ([20--])⁸⁵.

⁸⁴ Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/turismo/distrito/35>. Acesso em: 11 out. 2023.

⁸⁵ Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/ouro-preto-igreja-de-nossa-senhora-do-rosario/>. Acesso em: 11 out. 2023.

Figura 42: Conjunto de apóstolos em pedra sabão, em Congonhas, por Aleijadinho



Fonte: Blog *Arte Eterna* (2015)⁸⁶.

Figura 43: Pintura no forro da nave da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, por Mestre Ataíde



Fonte: Portal Viagem e Turismo (2011)⁸⁷.

Todavia, a produção arquitetônica de Minas avança para além do período barroco. A presença do capital inglês no território, a partir do século XIX, marcou significativas mudanças na tipologia arquitetônica, assim como nos hábitos cotidianos. Com influência política e econômica sobre o Brasil, a Inglaterra conquistou benefícios fiscais e diplomáticos, que lhe permitiram aquisição de terras e de lavras, abertura de bancos e empresas e um sistema independente de juizados, além de hospitais e cemitérios próprios. Ademais, teve papel fundamental no reconhecimento internacional da Proclamação da República, em 1822, e no processo de abolição da escravatura⁸⁸ (BETHELL, 2009).

Fornecia ao Brasil a maior parte dos produtos manufaturados, “setenta e cinco por centos das importações inglesas eram têxtis, mas também havia produtos em vidros, porcelana, talheres, utensílios domésticos, mobília, pianos, roupas, remédios” (BETHELL, 2009, p. 57). Assim como os produtos manufaturados, havia comunidades inglesas presentes em diversos territórios nacionais, que, segundo Freire (2011), influenciaram os modos de vida, principalmente das classes em ascensão que buscavam um referencial de modernidade e sofisticação. Exemplos

⁸⁶ Disponível em: <http://arteclassicaeterna.blogspot.com/2015/09/os-12-profetas-de-aleijadinho-santuاريو.html>
Acesso em: 11 out. 2023.

⁸⁷ Disponível em: <https://viagemeturismo.abril.com.br/atracao/igreja-sao-francisco-de-assis-3>. Acesso em: 11 out. 2023.

⁸⁸ Após abolir a escravatura no país, em 1807, a Inglaterra adotou uma política internacional para combater o tráfico de pessoas, incluindo o bloqueio marítimo e a criminalização do ato.

dessa arquitetura pode ser observada nas estações ferroviárias – que eram de domínio inglês –, nas vilas operárias ou em imponentes edificações localizadas em áreas centrais das cidades, como é o caso das edificações ouro-pretanas construídas pelo engenheiro Carlos de Paula Andrade (1860-1931), pai de Carlos Drummond de Andrade.

Figura 44: Estação ferroviária de Brumadinho, inaugurada em 1917



Fonte: Site Estações Ferroviárias do Brasil (2022)⁸⁹.

Figura 45: Casario na rua Alvarenga, por Carlos de Paula Andrade, em Ouro Preto



Fonte: retirado do Google Maps⁹⁰.

Figura 46: Residência operária, Vila Elisa, antiga Fábrica de Tecidos de Marzagão, em Sabará



Fonte: Portal *iPatrimônio* ([20--])⁹¹.

Figura 47: Igreja anglicana protestante, Conjunto da Mina da Passagem, em Mariana



Fonte: Blog *Mochileiros* (2018)⁹².

⁸⁹ Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_paraopeba/brumadinho.htm. Acesso em: 11 out. 2023.

⁹⁰ Disponível em: <https://www.google.com/maps/search/nossa+senhora+do+rosario+ouro+preto/@-20.3836045,-43.5121262,92a,58.1y,5.23t/data=!3m1!1e3?entry=ttu>. Acesso em: 11 out. 2023.

⁹¹ Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/sabara-vila-elisa-vila-operaria-e-antiga-fabrica-de-tecidos-de-marzagao/#!/map=38329>. Acesso em: 11 out. 2023.

⁹² Disponível em: <https://www.mochileiros.com/topic/73842-tr%C3%AAs-locais-abandonados-em-mariana-mg-que-todos-deveriam-conhecer/>. Acesso em: 11 out. 2023.

Ainda na primeira metade do século XX, com a chegada da Revolução Industrial tardia no Brasil, houve a formação de novos ideais de desenvolvimento e progresso. Novas tecnologias urbanísticas passaram a ser implantadas, o que tornou as cidades barrocas, já esvaziadas com o declínio do ouro, em obsoletas. Nessa mudança de paradigmas, os referenciais passam a ser a produção francesa, seja na morfologia urbana, tendo como grande modelo as reformas de Haussmann, em Paris (1853-1870), quanto nas tipologias arquitetônicas, incorporando o Ecletismo – inspirada nas produções da *École des Beaux Arts* – e o *Art Deco* – aos moldes da *Exposition internationale des Arts décoratifs et industriels modernes*.

Os novos parâmetros funcionais e estilísticos foram incorporados de forma massiva na nova capital, Belo Horizonte, fundada em 1897. Construída por uma comissão coordenada pelo engenheiro Araújo Reis, teve o estilo eclético priorizado em seus edifícios públicos e nas edificações de proprietários mais abastadas; já o *Art Deco* foi incorporado de forma mais recorrente em edificações mais populares, que em muitas vezes mesclavam o uso comercial com o residencial.

Desde a descoberta do ouro no final do século XVII até os dias de hoje, a região do Quadrilátero Ferrífero abriga a maior concentração urbana do Estado de Minas Gerais. [...] é natural que o centro de decisões administrativas da província aí se localizasse: primeiro em Mariana, posteriormente em Ouro Preto, e desde o final do século XIX, em Belo Horizonte. (CASTRO, 2011, p. 15).

Figura 48: Edifício da Estação Central em estilo eclético, em Belo Horizonte



Fonte: Blog *A História de Nova Lima* ([20--])⁹³.

Figura 49: Palacete Dantas em estilo eclético, Avenida Cristóvão Colombo, em Belo Horizonte



Fonte: Site *ArqBH* (2007)⁹⁴.

Figura 50: Edifício Chagas Dória, rua Sapucaí, Belo Horizonte, estilo *Art Deco*



Fonte: Site *ArqBH* (2009)⁹⁵.

Figura 51: Edifício Lutétia, rua São Paulo, Belo Horizonte, estilo *Art Deco*



Fonte: Site *ArqBH* (2023)⁹⁶.

Já a partir da década de 30, o território do QF sofreu uma significativa transformação com a chegada do movimento Modernista. Iniciado em São Paulo, com a Semana da Arte Moderna,

⁹³ Disponível em: <http://historianovalima.no.comunidades.net/fotos-antigas-download-xxxvii>. Acesso em: 11 out. 2023.

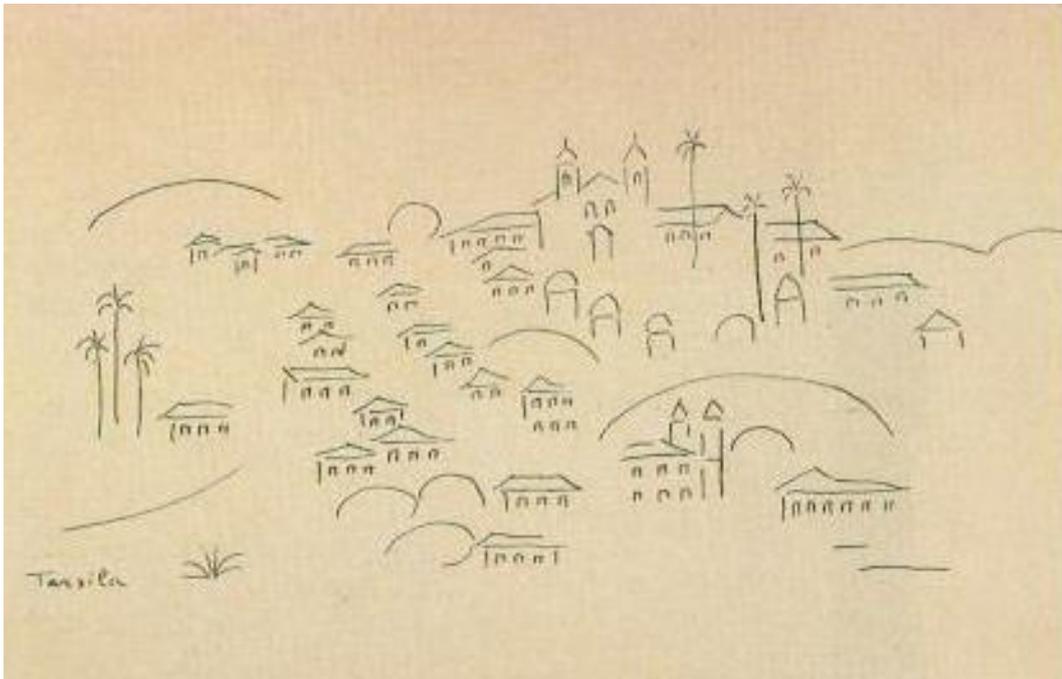
⁹⁴ Disponível em: <http://www.arqbh.com.br/2007/06/palacete-dantas.html?spref=pi>. Acesso em: 11 out. 2023.

⁹⁵ Disponível em: <http://www.arqbh.com.br/2009/02/edificio-chagas-doria.html>. Acesso em: 11 out. 2023.

⁹⁶ Disponível em: <http://www.arqbh.com.br/2023/03/edificio-lutetia.html>. Acesso em: 11 out. 2023.

em 1922, o movimento impactou as artes, a arquitetura e também a administração dos espaços construídos. A primeira grande interferência ocorreu após a expedição chamada de “Viagem de Descoberta do Brasil”, ou simplesmente “caravana modernista”, que contou com a presença de Oswald de Andrade, Godofredo da Silva Telles, René Thiollier, Tarsila do Amaral, Olívia Guedes Penteadó e do poeta francês Blaise Cendrars. A viagem, que percorreu vasto território brasileiro, passou por cidades históricas, como Ouro Preto, Sabará, Mariana, Congonhas, e culminou em uma série de tombamentos, compondo a chamada “fase heroica” do SPHAN. O reconhecimento do Barroco Mineiro como expressão original da identidade nacional provocou mudanças na perspectiva popular sobre as cidades barrocas, assim como no ordenamento jurídico para salvaguarda desses bens.

Figura 52: Cidade de Congonhas, croqui de Tarsila do Amaral



Fonte: Fundação Clóvis Salgado ([20--])⁹⁷.

Paralelamente, ocorreu também uma mudança na construção civil contemporânea, tendo como marco o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Lagoa da Pampulha, datado de 1942. Assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, pelo engenheiro Joaquim Cardozo, pelo artista plástico Candido Portinari e pelo paisagista Roberto Burle Marx, o projeto encomendado pelo

⁹⁷ Disponível em: <https://fcs.mg.gov.br/a-viagem-como-metodo-de-pesquisa-modernista-tarsila-e-as-cidades-de-minas/>. Acesso em: 11 out. 2023.

então prefeito, Juscelino Kubitschek, se mostrou altamente arrojado na técnica construtiva, nas formas e na integração com os espaços e as artes, exprimindo uma nova expressão arquitetônica e urbanística de significativa expressão, assim como foi o Barroco Mineiro em outrora.

Figura 53: Conjunto Paisagístico da Pampulha, patrimônio da UNESCO, Belo Horizonte



Fonte: Blog Mineiros na Estrada (2014)⁹⁸.

Esse conjunto de paisagens, dinâmicas e muito distintas formas os contornos do patrimônio cultural mineiro, patrimônio esse que se manifesta tanto nas produções dos espaços físicos quanto também na música, na literatura, na culinária, nos saberes populares e nas crenças. Minas Gerais é hoje o estado com maior número de bens culturais oficialmente reconhecidos e acautelados do país. Segundo o Mapa de Bens Culturais, elaborado pelo Observatório Leia.A⁹⁹, o estado possui atualmente:

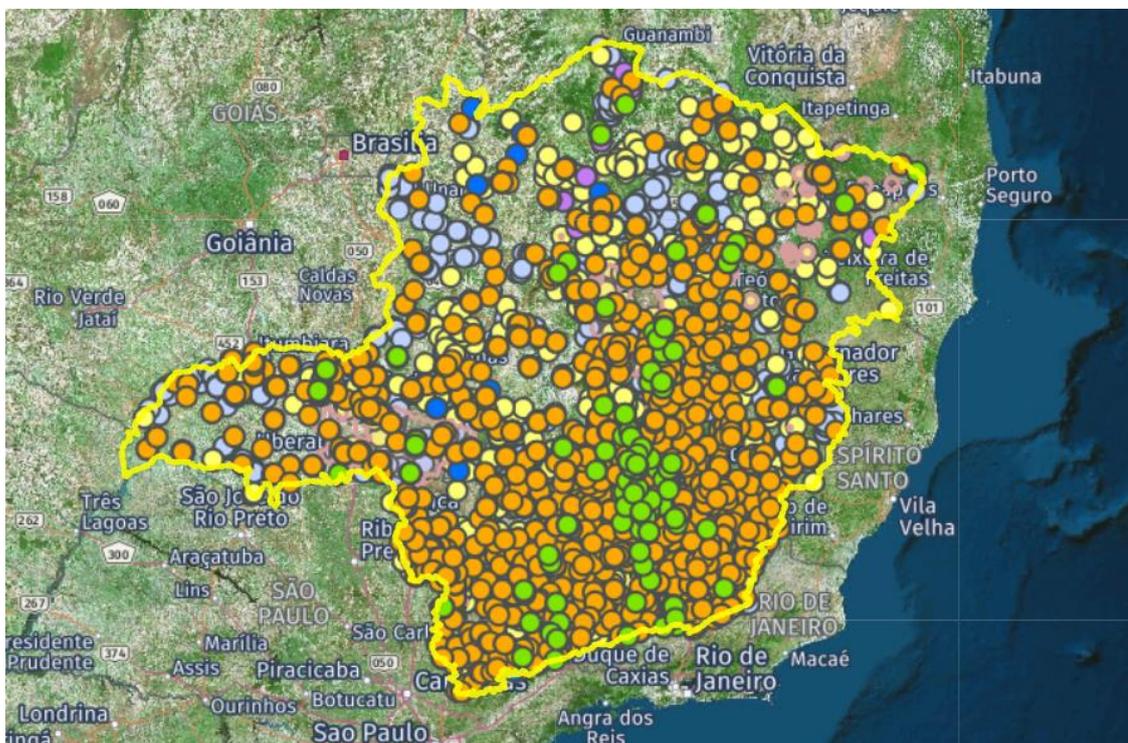
- 1394 Patrimônios Arqueológicos;
- 4 Patrimônios Mundiais da UNESCO;
- 11 Bens Culturais Registrados: Lugares;
- 206 Bens Culturais Registrados: Saberes;

⁹⁸ Disponível em: <http://www.mineirosnaestrada.com.br/conjunto-arquitetonico-da-pampulha/>. Acesso em: 11 out. 2023.

⁹⁹ Projeto de parceria entre o Ministério Público de Minas Gerais e a Associação dos Observadores do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural de Minas Gerais, aprovado e financiado pela Plataforma Sementes do Ministério Público e pelo Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS). Tem como objetivo fomentar a comunicação e o controle social a respeito das causas relacionadas ao meio ambiente.

- 245 Bens Federais Tombados;
- 196 Bens Estaduais Tombados;
- 3.210 Bens Culturais Municipais Tombados.

Figura 54: Mapa de Bens Culturais oficialmente protegidos de Minas Gerais



Fonte: Lei.A ([20--])¹⁰⁰.

Contudo, esta pesquisa tem como foco central os bens edificados e acautelados nas esferas estadual e federal, pelo IEPHA e pelo IPHAN, respectivamente, dentro do território do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. A escolha por esse recorte de análise, como já citado no segundo capítulo deste trabalho, se dá pela evidente relação com o processo minerário do território, seja pelos aspectos formadores, seja pelo atual quadro de conflito potencializado pela natureza de rigidez locacional que ambos possuem (os minérios e os edifícios). Além disso, o interesse especificamente pela arquitetura se dá pelo seu testemunho vivo do passado que se perpetua na atualidade e transpassa o cotidiano da vida coletiva.

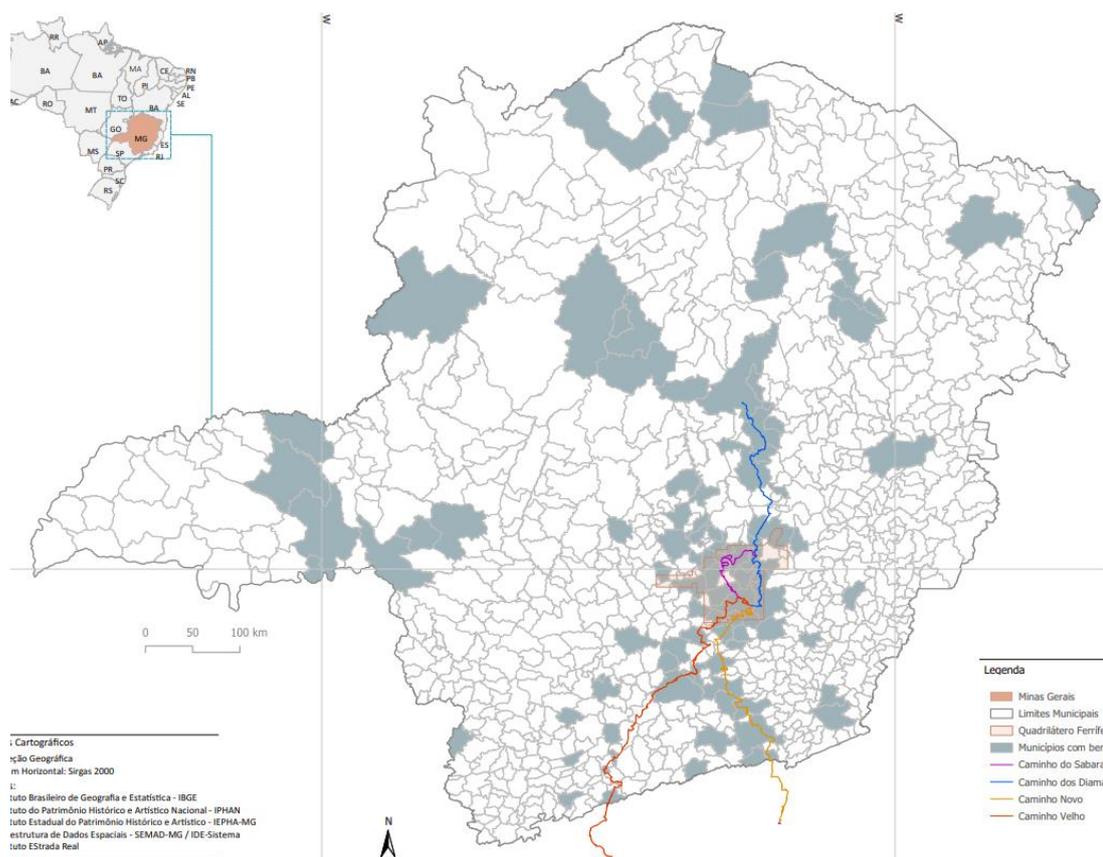
Arte útil, a mais social e material das artes [...] se entrega imediatamente à recepção de massa, promovendo hábitos e atitudes práticas [...] o que mais desperta o interesse pela arquitetura é justamente esse poder de afetar historicamente a natureza e a cultura. Suas implicações sensíveis existenciais

¹⁰⁰ Disponível em: https://monitore.leia.org.br/tema/mapa/35/patrimonio_cultural/. Acesso em: 11 out. 2023.

e ambientais, sua capacidade de modelar lugares de permanência, travessia e moradia, e de produzir prazer ou desconforto, comodidade ou transtornos, revelam ao mesmo tempo a potência enorme – por vezes temerária – da arquitetura e sua proximidade da vida comum. (LIRA, 2013, p. 11).

Este recorte restrito de análise se faz necessário em virtude do volume exorbitante de bens tombados no QF, e o limite temporal para conclusão deste trabalho, previsto para 24 meses. Entretanto, isso não se organiza de forma aleatória; a escolha dos bens tombados pelo IEPHA e IPHAN (estadual e federal) se tornou coerente ao observar que suas localizações estão prioritariamente centradas nas proximidades da Estrada Real, eixo esse que traça os percursos do ouro e do diamante até os portos do Rio de Janeiro durante o período colonial. Como observa-se na Figura 55, o percurso da Estrada Real apresenta uma mancha quase contínua, de ocupação com bens acautelados, havendo, na área do QF, uma imbricação das quatro fases da estrada sobrepostas a uma mancha mais adensada.

Figura 55: Mapa de Bens Culturais federais e estaduais sobre a Estrada Real



Fonte: mapa¹⁰¹ elaborado pela autora com dados do IBGE, IPHAN, IEPHA-MG e SEMAD-MG/IDE-Sistema e Instituto Estrada Real.

¹⁰¹ Disponível também nos apêndices deste trabalho para leitura ampla.

Os bens tombados no Quadrilátero nas esferas estadual e federal somam respectivamente, 32% (63 inscrições) e 38% (93 inscrições) de todos os bens do estado, até o ano de 2021. Esse extraordinário potencial cultural do território pôde ser aferido pelo fato de que esse volume de patrimônio está concentrado em área correspondente ao primeiro do território de Minas Gerais (os aproximados 7.000km² do QF), destacando também que, do total desses bens, três possuem títulos de Patrimônio Mundial da UNESCO – o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas e o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto.

Entretanto, esse expressivo patrimônio cultural, de valor nacional e internacional sofre uma significativa tensão no contexto específico dos territórios minerários devido a sobreposição dos interesses das distintas territorialidades existentes.

Assim, é importante ressaltar que a materialização dos territórios acontece de formas múltiplas, que coexistem e abrigam distintas territorialidades¹⁰², que, quando fragilizadas ou em conflitos, podem promover processos de desterritorialização e/ou reterritorialização. Deus (2009) descreve esses elementos (desterritorialização e/ou reterritorialização) como processos que podem comprometer a manutenção da cultura e da identidade, abordando a desterritorialização como processo que provoca perdas, violência e desaculturação e a reterritorialização como apropriação de um novo espaço, vinculada, por vezes, a um processo migratório numa lógica, sobretudo, desterritorializadora (DEUS, 2009). Outros conceitos podem ser acionados nesses processos, como a formação de sentimentos topofóbicos que se originam a partir das percepções psicológicas e da experimentação corpórea negativa que podem provocar o distanciamento, ou até mesmo o rompimento do elo afetivo com o lugar (TUAN, 1980).

No Quadrilátero Ferrífero enfrenta-se elementos como a rigidez locacional, que impede o deslocamento das atividades minerárias para outros campos, somada a construção de um imaginário de “vocação mineral” que prioriza e estimula a explora o resultam em um cenário de minério-dependência que provoca uma sequência de conflitos territoriais que resultam nos ‘Efeitos Derrames’ denunciados por Gudynas (2016). Os referenciados ‘Efeitos Derrame’ se

¹⁰² Territorialidade   descrita por Raffestin (1993) como uma representa o das rela oes de poder, que, segundo Deus (2009), se exprimem a partir do exercício de gestão e apropria o física, simbólica, cultural e identitária do Território dentro de um espaço tempo.

manifestam sobre os patrimônios culturais edificados¹⁰³ de formas distintas, e podem provocar danos imensuráveis, ou até irreversíveis, não só a materialidade do bem, mas como toda territorialidade envolvida. As vezes se manifestam em processos de financeirização do bem; as vezes como privação do uso e da fruição comunitária; ou com a degradação física e/ou simbólica, podendo chegar em quadros extremos de destruição, aniquilação do patrimônio cultural, ou até mesmo do território, em processos de topofilia e topocídio (AMORIM FILHO, 1999).

¹⁰³ Se estende também as demais tipologias de patrimônio cultural.

5. E AGORA JOSÉ?¹⁰⁴ UM TERRITÓRIO EM DISPUTA

Diante das problemáticas apresentadas nos capítulos anteriores e para compreensão da real situação do patrimônio cultural nos contextos minerários do Quadrilátero Ferrífero, foi realizado nessa pesquisa um trabalho de campo, onde foram analisados 130 imóveis nos municípios de: Barão de Cocais, Belo Horizonte, Belo Vale, Bom Jesus do Amparo, Brumadinho, Caeté, Catas Altas, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Itabira, Itabirito, Mariana, Mateus Leme, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Raposos, Sabará, Santa Bárbara e Santa Luzia. As visitas realizadas entre os meses de novembro de 2022 e julho de 2023 tinham como foco central observar o estado de conservação do imóvel; possíveis interferências impostas pela atividade minerária na Paisagem; compreender as formas de manutenção e administração do bem; além as relações com a comunidade local, principalmente no que tange o seu acesso.

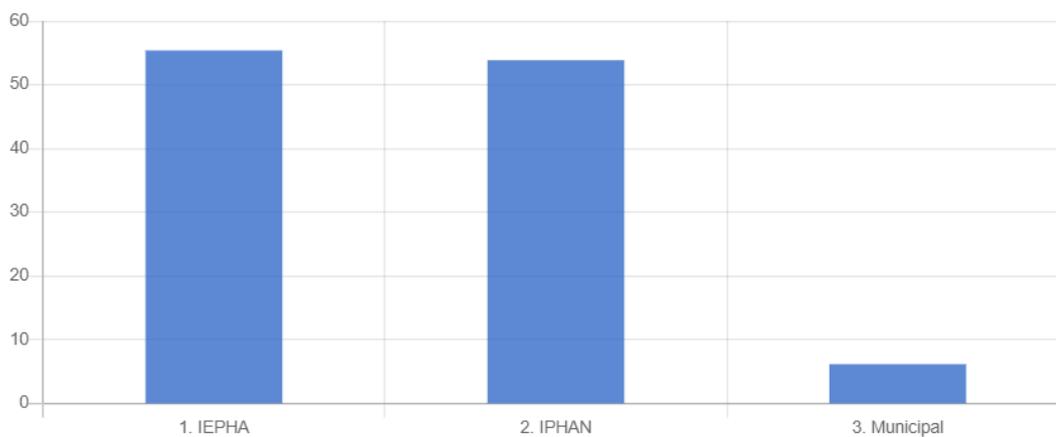
Para sistematizar as informações foram aplicados formulários via Plataforma KoboToolbox¹⁰⁵ que geraram gráficos e planilhamento estatístico da situação atual do patrimônio cultural. Segundo esses dados coletados, entre os 130 imóveis tombados analisados, obtivemos as seguintes informações:

Conforme apresenta os Gráfico 1 e Gráfico 2, o acautelamento dos bens culturais através do Estado (IEPHA) e da União (IPHAN) ocorre prioritariamente em lugares de maior concentração urbana, onde há também maior visibilidade e interesse político. O patrimônio cultural rural, doméstico e o patrimônio cultural associado a identidade afro-brasileira e indígena (os chamados “patrimônios ordinário”), mesmo presente de forma expressiva no território, não gera volume proporcional de acautelamento pelo poder público.

¹⁰⁴ Parafrazeando Drummond, em seu poema “José”, referencia-se o dramático entrelace que a obra do poeta teve com a mineração no território do QF e os impactos que as operações geram na “miúda realidade local até o cenário político nacional e o mercado mundial de minério [convertendo] as cidades num território mecanizado de exploração-exportação” (WISNIK, 2018, p.19).

“Com a chave na mão quer abrir a porta, não existe porta; quer morrer no mar, mas o mar secou; quer ir para Minas, Minas não há mais. José, e agora?” Trecho do poema “José”, de Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1942, Coletânea Poemas.

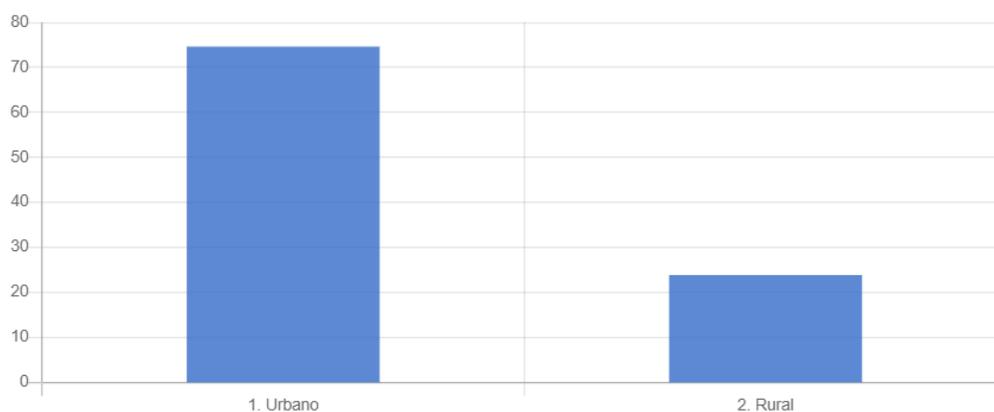
¹⁰⁵ KoboToolbox é uma ferramenta de uso livre (open-source) para coleta de dados através de formulários personalizados. Desenvolvida por Harvard e financiado pelas Nações é popularmente utilizada em ações humanitárias, permitindo a produção de grande volume de dados sistematizados de forma automática pelo programa.

Gráfico 1: Esfera de tutela do patrimônio cultural investigado¹⁰⁶.

Valor	Frequência	Porcentagem
1. IEPHA	72	55,38
2. IPHAN	70	53,85
3. Municipal	8	6,15

Fonte: KoboToolbox (2023).

Gráfico 2: Localidade dos bens acautelados.



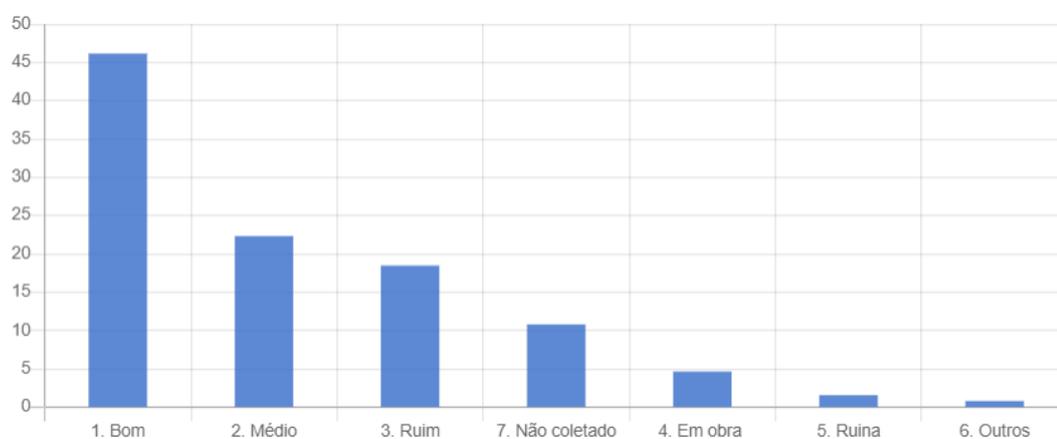
Valor	Frequência	Porcentagem
1. Urbano	97	74,62
2. Rural	31	23,85

Fonte: KoboToolbox (2023).

¹⁰⁶ O valor total de frequência (total de 150 resultados) é referente a sobreposição de acautelamentos, onde um único bem pode ser reconhecido tanto na esfera municipal, quanto na estadual e na federal.

Já o Gráfico 3 nos mostra que os bens investigados se encontram relativamente em bom estado de conservação, havendo casos específicos e isolados de abandono ou arruinamento. Todavia, salienta-se que em alguns casos há tombamento em múltiplas esferas (municipal, estadual e federal), e que as edificações de maior visibilidade ou excepcionalidade concentram mais recursos financeiros, destinado tanto do poder público quanto de agentes privados. Entretanto, o mesmo não ocorre para os bens com acautelamento unicamente municipal¹⁰⁷. A hipótese é que isso se dê pela escassez de recursos públicos disponíveis na esfera municipal, ou pelo interesse e/ou compreensão dos agentes públicos em dispor desses recursos para preservação do patrimônio cultural local.

Gráfico 3: Estado de conservação atual dos bens.



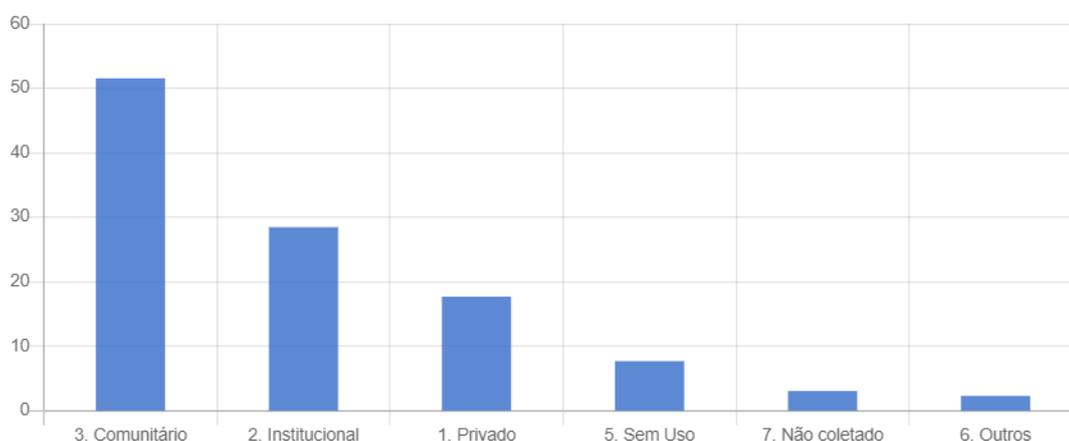
Valor	Frequência	Porcentagem
1. Bom	60	46.15
2. Médio	29	22.31
3. Ruim	24	18.46
7. Não coletado	14	10.77
4. Em obra	6	4.62
5. Ruina	2	1.54
6. Outros	1	0.77

Fonte: KoboToolbox (2023).

¹⁰⁷ Os dados sobre o patrimônio cultural acautelado pelos municípios não foram quantificados neste trabalho. Todavia, a relevante observação não poderia ser ignorada por se tratar de uma informação que irrompe sobre a relação de equivalência que deveria existir entre todos os bens culturais, sem hierarquização de interesses, mas que nos territórios recebem tratamento distinto.

Já no que diz respeito a apropriação dos espaços (Gráfico 4 a Gráfico 7), o uso comunitário tem maior frequência nos gráficos, o que retoma a função social do patrimônio cultural, que visa atender a fruição da sociedade. Além disso, os usos discriminados como institucionais também atendem, em sua maior parte, demandas comunitárias. Mesmo não havendo o livre acesso aos edifícios, essas instituições cumprem um papel na administração da vida pública da sociedade. Já o uso privado dos patrimônios culturais aparece como uma minoria, contudo, se faz também legítimo em virtude do direito de propriedade previstos pela Constituição Federal de 88, ficando o proprietário desses bens responsável pela sua manutenção para que o mesmo se conserve como exemplar para as próximas gerações.

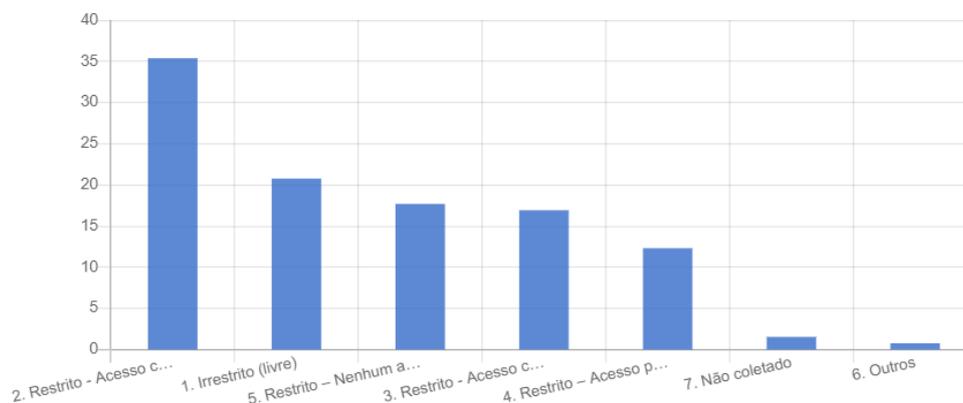
Gráfico 4: Tipo de uso predominante dos espaços.



Valor	Frequência	Porcentagem
3. Comunitário	67	51.54
2. Institucional	37	28.46
1. Privado	23	17.69
5. Sem Uso	10	7.69
7. Não coletado	4	3.08
6. Outros	3	2.31

Fonte: KoboToolbox (2023).

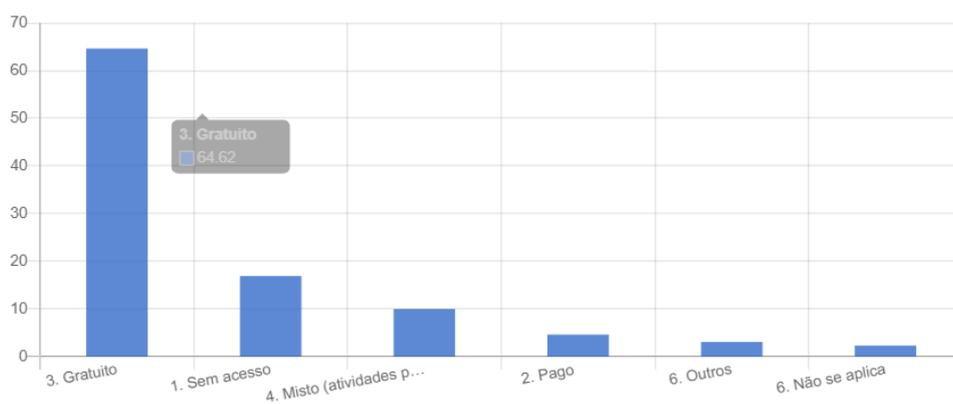
Gráfico 5: Forma de acesso comunitário.



Valor	Frequência	Porcentagem
2. Restrito - Acesso controlado (horários pré-estabelecidos)	46	35.38
1. Irrestrito (livre)	27	20.77
5. Restrito - Nenhum acesso	23	17.69
3. Restrito - Acesso controlado (diante solicitação)	22	16.92
4. Restrito - Acesso parcial ao bem	16	12.31
7. Não coletado	2	1.54
6. Outros	1	0.77

Fonte: KoboToolbox (2023).

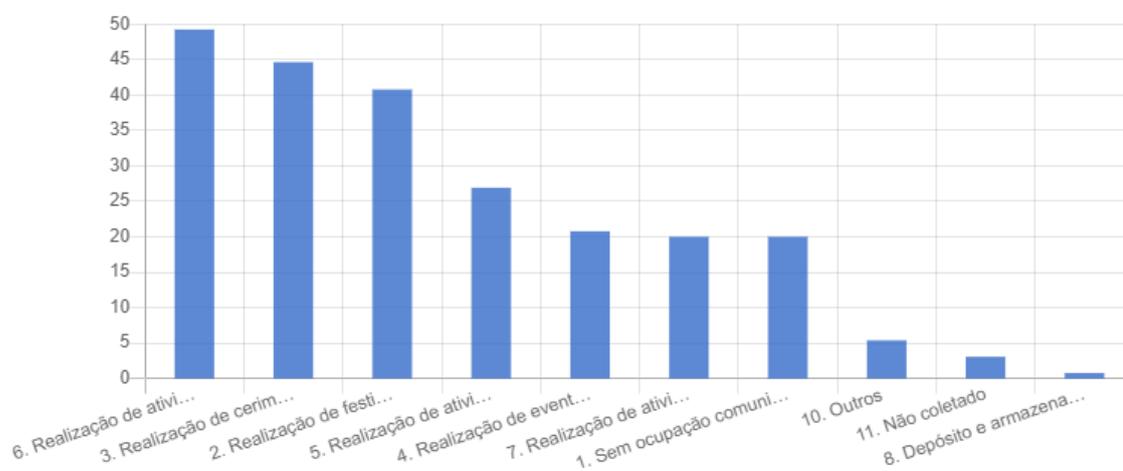
Gráfico 6: Forma de acesso comunitário.



Valor	Frequência	Porcentagem
3. Gratuito	84	64.62
1. Sem acesso	22	16.92
4. Misto (atividades pagas e gratuitas)	13	10
2. Pago	6	4.62
6. Outros	4	3.08
6. Não se aplica	3	2.31

Fonte: KoboToolbox (2023).

Gráfico 7: Tipo de ocupação comunitária.

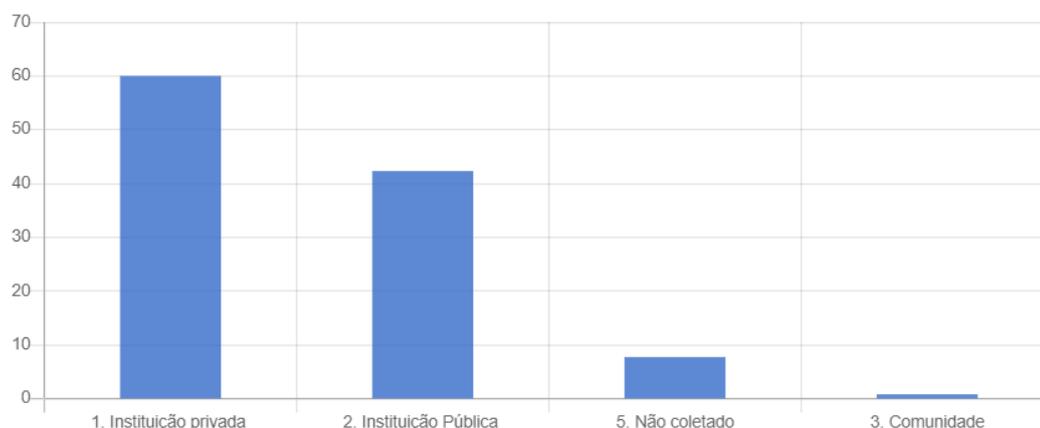


Valor	Frequência	Porcentagem
6. Realização de atividades culturais	64	49.23
3. Realização de cerimônias	58	44.62
2. Realização de festividades	53	40.77
5. Realização de atividades educativas	35	26.92
4. Realização de eventos e reuniões	27	20.77
7. Realização de atividades econômicas	26	20
1. Sem ocupação comunitária	26	20
10. Outros	7	5.38
11. Não coletado	4	3.08
8. Depósito e armazenamento	1	0.77

Fonte: KoboToolbox (2023).

No Gráfico 8 e Gráfico 9 observamos as relações de posse e propriedade dos bens, onde claramente existe uma predominância da administração de instituições públicas e privadas, com concentração de mais de 90% dos casos. Conseqüentemente, há uma irrelevante atuação comunitária nesse aspecto, que se organizam prioritariamente através de associações ou organizações populares.

Gráfico 8: Quem administra os referidos bens culturais.



Valor	Frequência	Porcentagem
1. Instituição privada	78	60
2. Instituição Pública	55	42.31
5. Não coletado	10	7.69
3. Comunidade	1	0.77

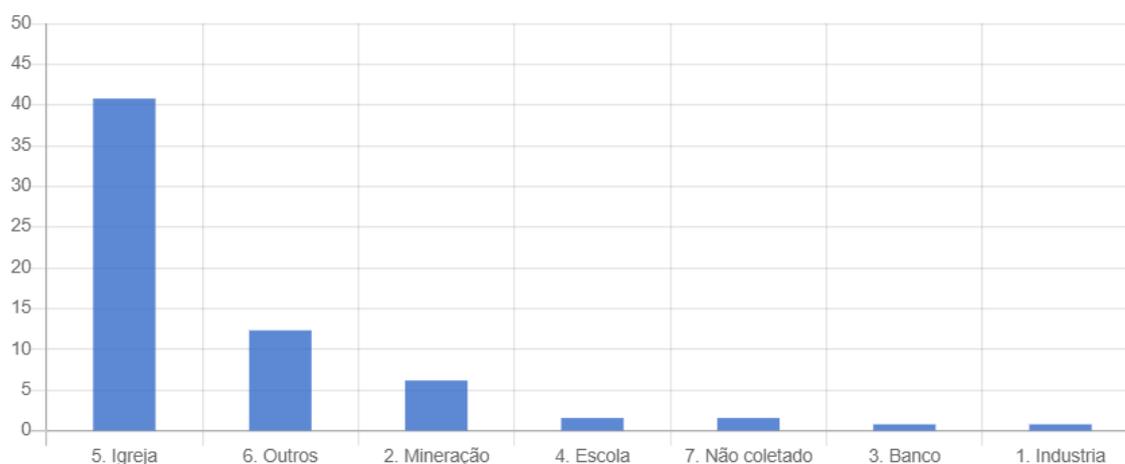
Fonte: KoboToolbox (2023).

Na relação das instituições privadas que tem posse e/ou propriedade sobre o patrimônio cultural edificado destaca-se aqui a Igreja Católica como a principal detentora. Todavia, paralelamente, constata-se que a instituição apesar de ter a responsabilidade direta¹⁰⁸ sobre o bem não dispõe de investimentos proporcionais para sua salvaguarda. Muitas vezes os recursos para manutenção e conservação desses patrimônios vem da atuação de zeladoria e organização comunitária dos fiéis, assim como, de recursos financeiros de outros agentes – de forma mais expressiva representada por recursos do Estado e do Capital Privado¹⁰⁹. A igreja muitas vezes assume o papel de administradora desses diversos recursos, que no território do Quadrilátero Ferrífero são assumidas pelas Arquidioceses de Belo Horizonte e Mariana.

¹⁰⁸ A responsabilidade direta dos proprietários, segundo o Direito Civil, implica não só na obrigação pela conservação do patrimônio cultural, mas também na responsabilização por qualquer tipo de lesão que o mesmo possa vir a sofrer, “[que] no Direito Civil chama-se responsabilidade objetiva (independente de culpa).” (PAIVA e SOUZA, 2018, p.55)

¹⁰⁹ Os recursos advindos do Estado podem ser destinados por meio de Fundos, repasses de tributações, a exemplo do ICMS, ou políticas de fomento. Já os recursos provenientes de Capital Privado dizem respeito investimentos feitos prioritariamente por meio de acordos de compensações e/ou mitigações por danos a igreja ou outrem, firmados nas esferas judicial ou extrajudicial.

Gráfico 9: Instituições privadas com relação de posse ou propriedade.



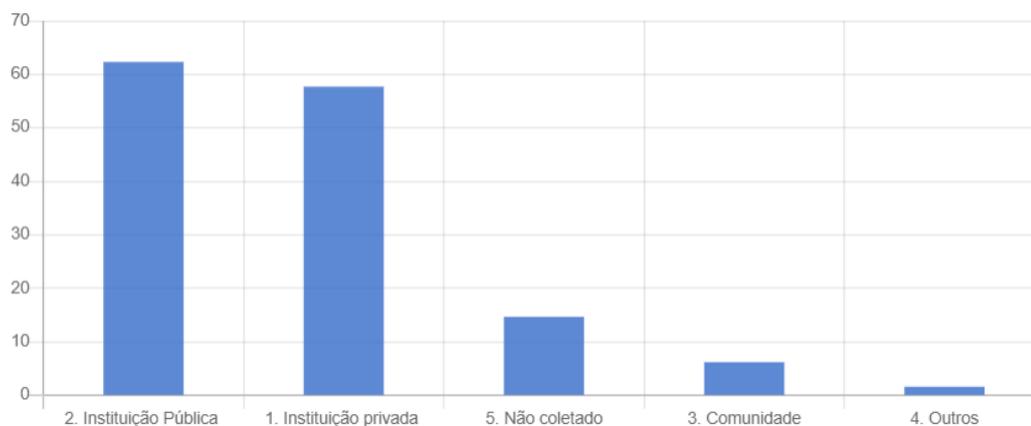
Valor	Frequência	Porcentagem
5. Igreja	53	40.77
6. Outros	16	12.31
2. Mineração	8	6.15
4. Escola	2	1.54
7. Não coletado	2	1.54
3. Banco	1	0.77
1. Industria	1	0.77

Fonte: KoboToolbox (2023).

Problematizando, os gráficos nos apresentam como as relações de poderes sociais hegemônicos são replicadas nas relações de posse e propriedade do patrimônio cultural. Um resultado que empiricamente poderíamos tratar como óbvio e que exclui em muitos aspectos os detentores dos bens. Uma relação histórica que implica inclusive na seleção dos bens a serem acautelados, e que nessa pesquisa está centrado em igrejas e edifícios do poder público, construídos em estilos arquitetônicos eruditos difundido no país através de intercâmbios culturais principalmente com a Europa.

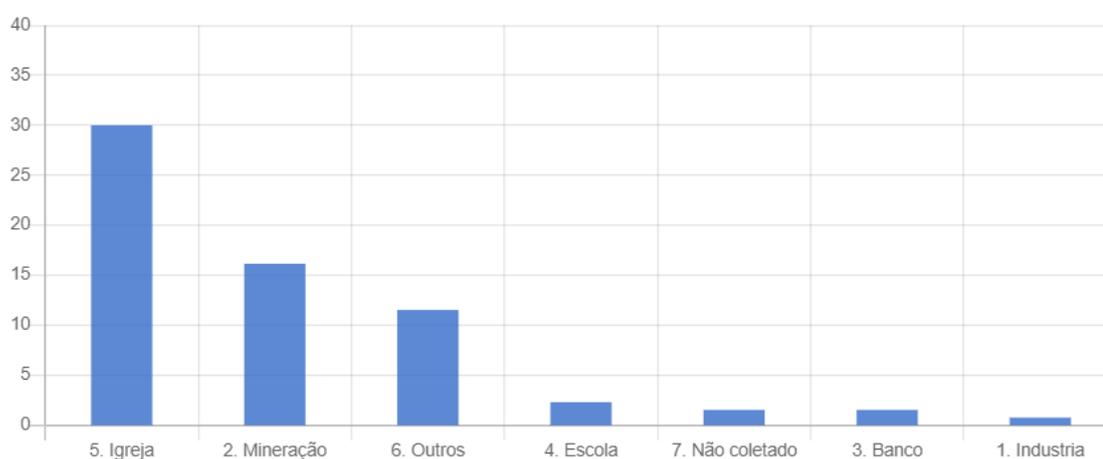
Complementando, os Gráfico 10 a Gráfico 13 apresentam os investimentos que são destinados ao patrimônio. Podemos aferir que as tomadas de decisão sobre o patrimônio estão novamente centralizadas em instituições historicamente relacionadas a poderes hegemônicos.

Gráfico 10: Quem financia a manutenção do patrimônio cultural.



Valor	Frequência	Porcentagem
2. Instituição Pública	81	62.31
1. Instituição privada	75	57.69
5. Não coletado	19	14.62
3. Comunidade	8	6.15
4. Outros	2	1.54

Fonte: KoboToolbox (2023).

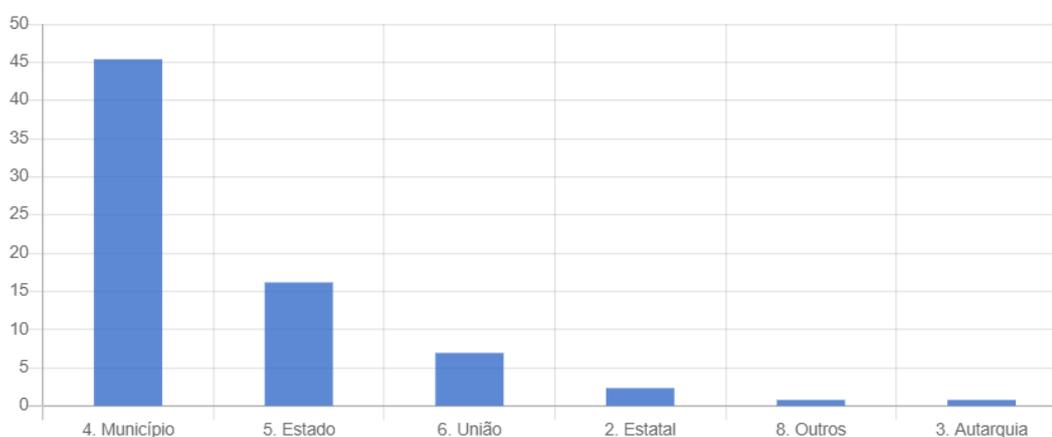
Gráfico 11: Instituições privadas que financiam o patrimônio cultural.¹¹⁰

¹¹⁰ Destaca-se que a frequência não corresponde a proporção dos investimentos. A Igreja com maior concentração de investimentos contribui em pequena escala financeira, entretanto, os recursos mais abundantes e significativos para conservação da materialidade dos bens são provenientes de outros agentes, como já citado anteriormente.

Valor	Frequência	Porcentagem
5. Igreja	39	30
2. Mineração	21	16.15
6. Outros	15	11.54
4. Escola	3	2.31
7. Não coletado	2	1.54
3. Banco	2	1.54
1. Indústria	1	0.77

Fonte: KoboToolbox (2023).

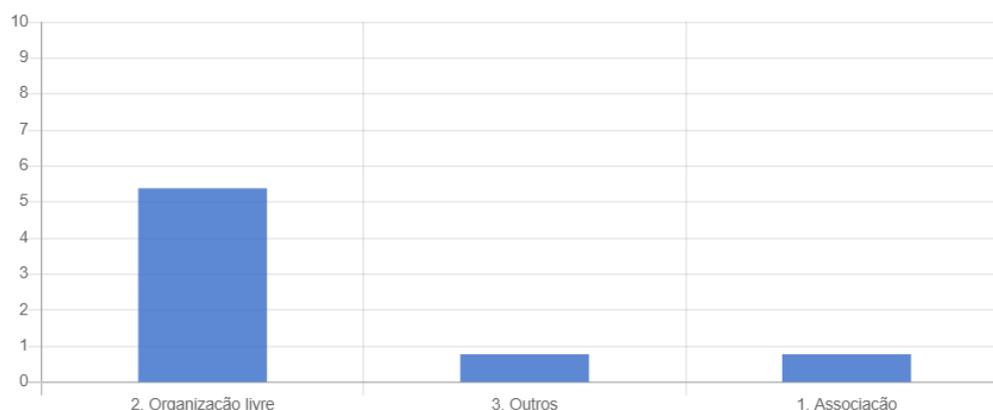
Gráfico 12: Instituições públicas que financiam o patrimônio cultural.



Valor	Frequência	Porcentagem
4. Município	59	45.38
5. Estado	21	16.15
6. União	9	6.92
2. Estatal	3	2.31
8. Outros	1	0.77
3. Autarquia	1	0.77

Fonte: KoboToolbox (2023).

Gráfico 13: Grupos comunitários que financiam o patrimônio cultural.



Valor	Frequência	Porcentagem
2. Organização livre	7	5.38
3. Outros	1	0.77
1. Associação	1	0.77

Fonte: KoboToolbox (2023).

Destaca-se que os investimentos de caráter pecuniários centralizam as tomadas de decisão. E novamente a atuação comunitária aparece como uma porção pequena.

Sobre os financiamentos feitos pelo capital privado destaca-se hipótese de dois motivos principais: primeiro, pela obrigação legal de manutenção do patrimônio cultural devido a relação de propriedade do bem; segundo, como instrumento de negociação de contrapartida, mitigação ou compensação por ações outras, e que ocorre com aval do Estado seja em caráter judicial ou extra judicial. Milanez (2019) denuncia essa situação como processos de financeirização, onde o investimento pecuniário feito por empresas de exploração, seja em infraestrutura urbana ou coletiva, viabiliza a manutenção e ampliação de *Commodities* dentro dos territórios. Esses processos de financeirização podem ocorrer através de acordos de compensação e/ou mitigação por danos ambientais por meio de Termos de Ajustamento de Conduta; ou contrapartida para instalação, ampliação de empreendimento de impacto, através de Licenciamento Ambiental. Entretanto, esse modelo de financeirização pelo capital privado, como poderá ser observado nos casos concreto, não garante o beneficiamento integral da comunidade atingida, nem mesmo a manutenção de suas territorialidades.

“De fato, na maioria das vezes, quando os interesses minerários identificam jazidas de alto interesse econômico, a sua ação é no sentido de criar estratégias para a sua exploração, independentemente de sua localização – se em locais ambientalmente sensíveis ou culturalmente ricos – ou das relações que essas possíveis minas tenham com as sociedades circundantes. A lógica

metodológica de licenciamentos baseada em Estudos de Impactos Ambientais e uma legislação baseada em mitigações desses impactos e compensações ambientais leva a uma prática que permite vislumbrar qualquer lugar como passível de minerar desde que haja uma negociação bem feita. Essas negociações, caso a caso, são mais ou menos tensas dependendo da vulnerabilidade ambiental e social dos lugares, mas são considerados normais no processo, quase como passos “naturais” a seguir. A mesma lógica pressupõe que as “compensações” ou os “efeitos mitigadores de impactos” serão sempre suficientes ou para restituir os potenciais paisagísticos e ambientais das áreas mineradas ou para substituí-los por algo melhor, mais “útil” à sociedade. O conceito de “jogo de licenciamento” é, assim, centrado nos atores e, como um negócio, já pressupõe que trocas existirão e concessões deverão ser feitas, mas como todo bom negócio, estas deverão ser vantajosas para o melhor negociador. Intermediando as duas forças negociadoras – as empresas mineradoras e os grupos sociais – surge o governo, sem organização suficiente, também pressionado pela necessidade dos recursos e a de outros benefícios sociais (como geração de empregos e riqueza momentânea de seus âmbitos locais), atuando sob uma base legal que apenas legitima as regras do jogo.” (CARSALADE, 2016, p.164 -165)

Já financeirização advinda do Estado, centrado na esfera municipal é prioritariamente proveniente de Fundos e políticas de fomento gerados por impostos, como por exemplo o ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (criado pela Lei nº 87, em 1996 que retorna parte dos lucros vindos da exploração de recursos naturais) e CFEM ou Imposto Sobre Serviços - ISS devido a serviços prestados as atividades minerárias dentro dos municípios. Uma estrutura que gira uma relação de dependência com a produção minerária nos territórios que são responsáveis pela maior parte da capitação de impostos, reforçando a ideia de atividade essencial ao desenvolvimento.

Já os recursos comunitários se apresentaram nessa pesquisa de forma insipiente para uma manutenção efetiva do patrimônio cultural. Entretanto, vale ressaltar que a análise foi centrada nas relações pecuniárias, e não foi verificado os demais investimentos para manutenção, como por exemplo: as medidas de conservação preventiva que muitas vezes é executada de forma voluntária pela comunidade, principalmente em contextos rurais ou comunidades periféricas. Entre as muitas ações promovidas de forma espontânea e coletiva, destaca-se: a organização de eventos, festividades e celebrações que conservam as agendas culturais; e a transmissão das práticas, dos saberes e das histórias no cotidiano das comunidades. Essas ações, entre outras, não dependem diretamente de investimentos pecuniários.

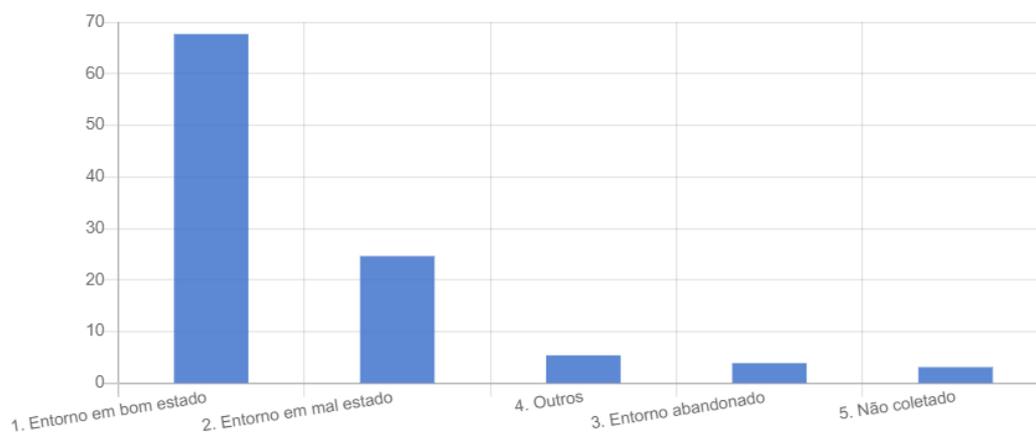
Entendendo a fundamental importância desses processos, que não podem ser valorados quantitativamente, Castriota (2009) salienta que em qualquer intervenção sobre o patrimônio cultural o objetivo precisa estar centrado na preservação dos valores do bem. Esses valores são compreendidos por Vásquez (2018) como elementos que vão além do objeto em si, são atributos

adquirido a partir da relação objeto e sujeito. A relação de troca, de experimentação, de vivência e de construção de memórias coletivas que precisam ser a base para preservação do patrimônio cultural (MENESES, 2017).

Além da análise sobre os bens, propriamente dito, aqui interessa também compreender como são os impactos minerário no entorno do bem e na sua paisagem cultural. Para melhor compreensão, resume-se o conceito de Paisagem como um processo que reúne as transformações ocorridas no território, mas que é também um elemento que implica nas percepções sensoriais no presente e que vão imprimir consequências no futuro.

Assim, os Gráfico 14 e Gráfico 15 demonstram uma contradição entre si. Sendo que no primeiro obtém um resultado positivo, relativo à qualidade dos entornos imediatos, classificados prioritariamente como em bom estado¹¹¹. Enquanto o gráfico seguinte apresenta impactos negativos a paisagem, todos relacionados a processos de “desenvolvimento” das cidades.

Gráfico 14: Estado de conservação do entorno imediato ao bem.

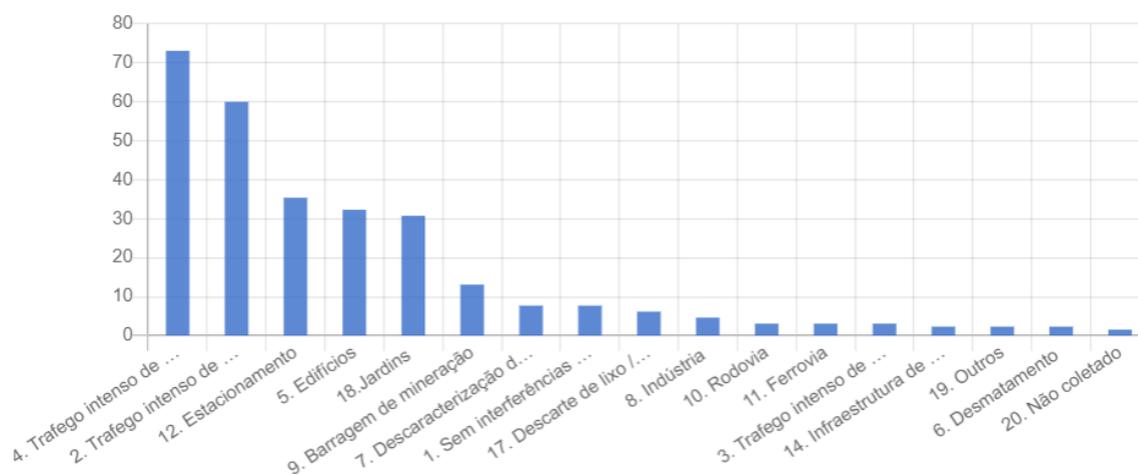


Valor	Frequência	Porcentagem
1. Entorno em bom estado	88	67.69
2. Entorno em mal estado	32	24.62
4. Outros	7	5.38
3. Entorno abandonado	5	3.85
5. Não coletado	4	3.08

Fonte: KoboToolbox (2023).

¹¹¹ A ideia de “bom” e “mal” são subjetivas e foram relatadas nessa pesquisa a partir de uma perspectiva pessoal que tinha como base a organização espacial dos lugares.

Gráfico 15: Impactos na paisagem cultural do bem.



Valor	Frequência	Porcentagem
4. Trafego intenso de veículos	95	73.08
2. Trafego intenso de pessoas	78	60
12. Estacionamento	46	35.38
5. Edifícios	42	32.31
18. Jardins	40	30.77
9. Barragem de mineração	17	13.08
7. Descaracterização da topografia	10	7.69
1. Sem interferências significativas	10	7.69
17. Descarte de lixo / entulho	8	6.15
8. Indústria	6	4.62
10. Rodovia	4	3.08
11. Ferrovia	4	3.08
3. Trafego intenso de animais	4	3.08
14. Infraestrutura de telecomunicação (torre)	3	2.31
19. Outros	3	2.31
6. Desmatamento	3	2.31
20. Não coletado	2	1.54

Fonte: KoboToolbox (2023).

Entre os elementos listados, a presença de barragens de mineração é destacada como algo inegavelmente agressor. Todavia, outros pontos podem ser resultantes de processos de

desenvolvimento associados a mineração, como por exemplo o tráfego intenso de veículos e pessoas e alterações da topografia.

Sendo assim, diante dos dados gerais apresentados, seguiremos observando casos concretos de bens culturais que sofrem diferentes interferência do capital minerário. Nessa averiguação da situação específica dos bens, identificou-se quatro grupos¹¹² de conflitos, como será apresentado a seguir. Nesses grupos observa-se um quadro sistemático de reabilitações do patrimônio cultural financiado pelo capital minerário como um meio de negociação – ou moeda de troca – sem considerar a reintegração efetiva da vida dentro dos territórios.

O financiamento feito nos muitos casos apresentados a seguir são instrumentos de mitigação e contrapartida por danos ambientais causados aos territórios minerários. Entretanto, muitas propostas não beneficiam de forma efetiva a comunidade do entorno, nem mesmo garante a fruição e acesso ao patrimônio.

Destaca-se ainda que, as análises apresentadas aqui não incorporam o histórico completo dos imóveis, mas situações atuais, observadas em campo e/ou através de dados secundários.

GRUPO I – MINERAÇÃO BENFEITORA

O primeiro quadro demonstra um grupo de bens que receberam o financiamento de mineradoras, seja através de medidas compensatórias de Licenciamentos Ambientais ou processos judiciais ou extra judicial de reparação e mitigação de danos pelas ações minerárias. Caracteriza-se um processo de financeirização onde o pagamento em pecúnia é apresentado a sociedade como uma ação benfeitora que garante visibilidade positiva para a empresa, além de permitir aproximação entre o capital privado e o Estado, numa estrutura de “filantropia estratégica” (HONKE, 2018). Além disso, destaca-se que os bens contemplados com esses recursos indenizatórios não necessariamente estão locados nos territórios de atuação das mineradoras, o que demonstra uma incongruência nos processos de reparação de danos aos territórios minerários.

¹¹² Os títulos desses referidos grupos são satirizados para demonstrar o caráter contraditório das narrativas da mineração como único caminho para o desenvolvimento socioeconômico, ao passo que é uma via rápida para a destruição.

Em destaque observamos o caso do financiamento do Museu Minas e Metal – MM Gerdau, em Belo Horizonte.

MM Gerdau, Belo Horizonte

O Museu Minas e do Metal localizado na Praça da Liberdade, bairro Funcionários, Belo Horizonte, foi sede do governo do Estado e abrigou originalmente a Secretaria de Educação de Minas Gerais. Construído entre 1895 e 1897 pelo arquiteto José de Magalhães em estilo eclético, possui tombamento estadual como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade pelo decreto 18.531 de 02 de junho de 1977.

Figura 56: Museu de Minas e Metal restaurado com verba de capital privado.



Fonte: Revista Garana (2021)¹¹³

Figura 57: Visita do governador Aécio Neves e do empresário Eike Batista ao museu.



Fonte: Wikipedia ([20--])¹¹⁴

A edificação eclética, popularmente conhecida como ‘Prédio Rosa’, foi restaurada em 2008, sob o mandato de Aécio Neves, então governador de Minas Gerais, para implantação do Museu Minas e Metal. A obra que custou 23 milhões de reais, foi feita integralmente pelo grupo EBX¹¹⁵, do empresário Eike Batista, como contrapartida à implantação de mineroduto Minas-

¹¹³ Disponível em: <https://revistasagarana.com.br/das-minas-ao-metal/> Acesso em 05 jun 2023.

¹¹⁴ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Museu_das_Minas_e_do_Metal,_inaugura%C3%A7%C3%A3o_1.jpg Acesso em 05 jun 2023.

¹¹⁵ *Holding* brasileira, atua com posse majoritária em outras inúmeras empresas no campo da mineração, metalurgia, produção energética e automobilística, e incorporação imobiliária. Além disso, o grupo já contou com empresas especializadas em esporte, entretenimento e logística e projetos socioambientais.

Rio que conecta o município de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, a São João da Barra, Rio de Janeiro.

Como proposta de intervenção arquitetônica observa-se a restauração integral do imóvel com implantação de anexo na parte posterior do edifício, garantindo acessibilidade e possibilidade de reversibilidade das intervenções. Além disso, a proposta prevê o uso e fruição comunitária e gratuita do bem, que tem entre as atividades do museu, exposição fixa sobre mineralogia, exposições temporárias, feiras e eventos voltados para educação e cultura. O museu aberto ao público em 2010 é hoje financiado pelo grupo Gerdau, que renomeou o espaço para MM Gerdau - Museu Minas e do Metal, e tem entre seus objetivos “contextualizar a intrínseca relação da história de Minas Gerais com a história das minas e do metal”, segundo o site da instituição.

Figura 58: Arquitetura primitiva restaurada e aberta ao público.



Fonte: MM Gerdau ([20--])¹¹⁶

Figura 59: Corredores revestidos com chapa de bronze e abastado acervo minerário.



Fonte: MM Gerdau ([20--])¹¹⁷

Entretanto, destaca-se que, o município de Conceição do Mato Dentro, território atingido pelo empreendimento, está localizado a 164km ao norte de Belo Horizonte – fora do Quadrilátero Ferrífero –, e que as instalações do mineroduto Minas-Rio se quer passam pela capital mineira. Contudo, o acordo de contrapartida pela implantação do projeto beneficia a antiga sede da secretaria do Estado sem contemplar a comunidade atingida em nenhum grau. Fica para o território minerário os honos da mineração, que amplia vulnerabilidades e provoca danos

¹¹⁶ Disponível em <https://mmgerdau.org.br/espacos-e-sessao-de-fotos/> Acesso em 05 jun 2023.

¹¹⁷ Disponível em <https://mmgerdau.org.br/espacos-e-sessao-de-fotos/> Acesso em 05 jun 2023.

socioambientais gravíssimos, estruturando o território como uma “zona de sacrifício”¹¹⁸, quadro esse, recorrente em contextos de *Commodities* (SVAMPA, 2013).

O projeto foi apresentado pelos meios de comunicação como “parceria” entre poder público e o capital privado sem elucidar a motivação dos recursos, advindo de medida compensatória.

Figura 60: Comunidades atingidas em Conceição do Mato Dentro, sem nenhum beneficiamento pelos empreendimentos minerários ou a contrapartida do mesmo.



Fonte: Brasil de Fato (2019)¹¹⁹

A comunidade local se encontra diante de um conflito territorial dispare com a mineração. Junior (2023) em sua dissertação sobre o Mineroduto Minas-Rio, apresenta trechos de falas da comunidade atingida, extraídos de atas de reuniões e assembleias sobre a ampliação do empreendimento, onde observa-se controvérsias sociotécnicas em relação as narrativas empresariais que justificam desenvolvimento econômico e social do território.

“(...) Tinha um rio na frente da minha casa, onde hoje corre lama, não serve para nada. Essa água não serve para nós. Não é apenas eu, são centenas de famílias que estão lá nessa situação, em Água Quente, no Município de

¹¹⁸ “territorios donde los daños ambientales producidos antes por el desarrollismo y ahora por el neoliberalismo, son vividos y justificados como el costo del progreso [...] se caracterizan por altos niveles de contaminación producida por la presencia de metales pesados como el plomo, cobre y arsénico, los que superan significativamente a los niveles registrados en otras regiones del territorio nacional.” (SVAMPA, 2013, p.36)

¹¹⁹ Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/30/moradores-que-se-sentem-em-risco-por-barragem-da-anglo-american-exigem-reassentamento/> Acesso em 05 jun 2023.

Conceição. (...) Estamos expondo aqui, hoje; somos pessoas simples, trabalhadoras. Eles acham que levaram desenvolvimento para lá, mas levaram sofrimento. (...)” (ALMG, 06/05/2013, p. 109-110)

“(...) A Serra da Ferrugem, ela tem o desenho muito bonito. Da fazenda onde a gente nasceu, a gente via, e nós sabíamos desenhar isso, assim, de cabeça. Só de fechar os olhos a gente lembra, porque, da nossa varanda, o dia inteiro, a gente via essa serra. Então, o desenho dela é assim: é uma ponta, uma ondinha como se fosse um ‘n’, um outro ‘arredondo’ no final, que termina ali no seu Zé Tomé. Aí a gente achou que essa imagem, além de gravada na memória, ia ficar ali, né?(...)” (MPMG, 10ª Reunião REASA, 15/08/2013, p. 33)

“(...) Além da história que será interrompida, esse vazio que fica na nossa alma, no nosso coração, nos nossos pés, nas nossas produções, a nossa história de vida completamente, o nosso modo de viver...” (MPMG, 10ª Reunião REASA, 15/08/2013, p. 13)

“(...) Nós não temos terra, nós temos território, nós não vamos vender o nosso território, território não se vende, nós temos uma história da minha tataravó, da minha bisavó, da minha avó, e nossa que continua, não tem dinheiro que paga!” (MPMG, 6ª Reunião REASA, 06/11/2012, p.15)

“O Sapo (São Sebastião do Bom Sucesso) tinha em maio a Festa de São Sebastião e a Festa de Nossa Senhora do Rosário e agora não tem mais, hoje a gente não tem nada, e o povo vai ficando triste, vai ficando acanhado, sem desejo de vida”. (MPMG, 8ª Reunião REASA, 18/02/2013, p.9) (JUNIOR, 2020, p.110-113)

Além do caso do MM Gerdau, se enquadraram no Grupo I:

Imóvel	Imagem	Fonte do recurso	Compensação por dano
Palácio da Liberdade, Belo Horizonte	 <p>Fonte IEPHA ([20--]).¹²⁰</p>	Ação Civil Pública nº 5055004-90.2021.8.13.0024, via Plataforma Sementes / MPMG	Danos ambientais provocado pela mineradora Vale. S.A.

¹²⁰ Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/449-palacio-da-liberdade-amplia-os-dias-de-visitacao-ao-publico>. Acesso em 05 set 2023.

<p>Igreja Matriz de Santo Antônio, Ouro Branco.</p>	 <p>Fonte: Juliana Parreiras, 2023.</p>	<p>Ação Civil Pública nº 5055004-90.2021.8.13.0024 via Plataforma Sementes / MPMG</p>	<p>Danos ambientais provocados pela mineradora Vale S.A.</p>
<p>Igreja Matriz de São Bartolomeu, Ouro Preto.</p>	 <p>Fonte: Juliana Parreiras, 2023.</p>	<p>Inquéritos Cíveis: nº. 0461.09.000006-2, 0461.09.000027-8, 0461.10.000021-9, 0461.10.000036-7, 0461.12.000047-0, 0461.12.10203.000230-2, 0461.13.000122-9, 0461.15.000333-7, 0461.15.000530-8, 0461.17.000458-8, 0461.18.000181-4.</p>	<p>Danos por abandono de bens públicos e dano ao patrimônio cultural no distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto, provocados pela mineradora Gerdau S.A.</p>
<p>Casa de Afonso Pena / Memorial Afonso Pena, Santa Bárbara.</p>	 <p>Fonte: Prefeitura de Santa Bárbara (2009).¹²¹</p>	<p>Inquérito Civil nº MPMG 0572.10.000016-3 via Plataforma Sementes / MPMG.</p>	<p>Dano ambiental contra a mineradora Anglo Gold Ashanti, pelas operações na Mina Córrego do Sítio, no distrito de Brumal, zona rural do município.</p>
<p>Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade, Caeté.</p>	 <p>Fonte: Explore MG (2021).¹²²</p>	<p>Ação Civil Pública nº 5055004-90.2021.8.13.0024</p>	<p>Dano ambiental contra a mineradora Vale S.A.</p>

¹²¹ Disponível em: <https://www.santabarbara.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/memorial-affonso-penna/6521> Acesso em 23 set 2023.

¹²² Disponível em: <http://www.exploremg.com/2021/06/serra-da-piedade-caete-mg.html>. Acesso em 23 set 2023.

<p>Santuário do Caraça, Catas Altas.</p>	 <p>Fonte: Juliana Parreiras, 2023.</p>	<p>Inquéritos Cíveis nº 0572.10.000016-3 e 0572.12.000039-1 via Plataforma Sementes / MPMG.</p>	<p>Dano ambiental contra a mineradora Anglo Gold Ashanti, pelas operações na Mina Córrego do Sítio, no distrito de Brumal, Santa Bárbara.</p>
<p>Sítio da Vargem do Lourenço, Conselheiro Lafaiete.</p>	 <p>Fonte: Juliana Parreiras, 2023</p>	<p>Ação Civil Pública n.º 5000668-57.2015.8.13.0183</p>	<p>Motivação não identificada nesta pesquisa, sendo as partes pagadoras: Gerdau Açominas S/A e ADESIAP - Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba.</p>
<p>Fazenda dos Martins, distrito de Marinhos, Brumadinho</p>	 <p>Fonte: IEPHA ([20--])¹²³</p>	<p>Ação Judicial 501709.36.2019.8.13.0024</p>	<p>Dano ambiental contra a companhia Vale S.A. pelo rompimento da Barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 2018.</p>

¹²³ Disponível em <http://iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/17/bens-tombados-fazenda-bona-vista-dos-martins> Acesso em 14 set 2023.

<p>Capela de Santana, Ouro Preto</p>	 <p>Fonte: Instagram (2023)¹²⁴</p>	<p>Inquérito Civil n.º 0400.15.000306-1.</p>	<p>Dano ambiental contra a companhia Vale S.A. pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, em 2015.</p>
<p>Igreja Matriz São Caetano, distrito de Monsenhor Horta, Mariana</p>	 <p>Fonte: Juliana Parreiras, 2022.</p>	<p>Inquérito Civil n.º 0400.15.000306-1</p>	<p>Dano ambiental contra a companhia Vale S.A. pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, em 2015.</p>
<p>Igreja Matriz Senhor Bom Jesus do Monte, distrito de Furquim, Mariana</p>	 <p>Fonte: Juliana Parreiras, 2022.</p>	<p>Inquérito Civil n.º 0400.15.000306-1</p>	<p>Dano ambiental contra a companhia Vale S.A. pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, em 2015.</p>

¹²⁴ Disponível em <https://www.instagram.com/p/CvQR1pOJIM/> Acesso em 20 out 2023.

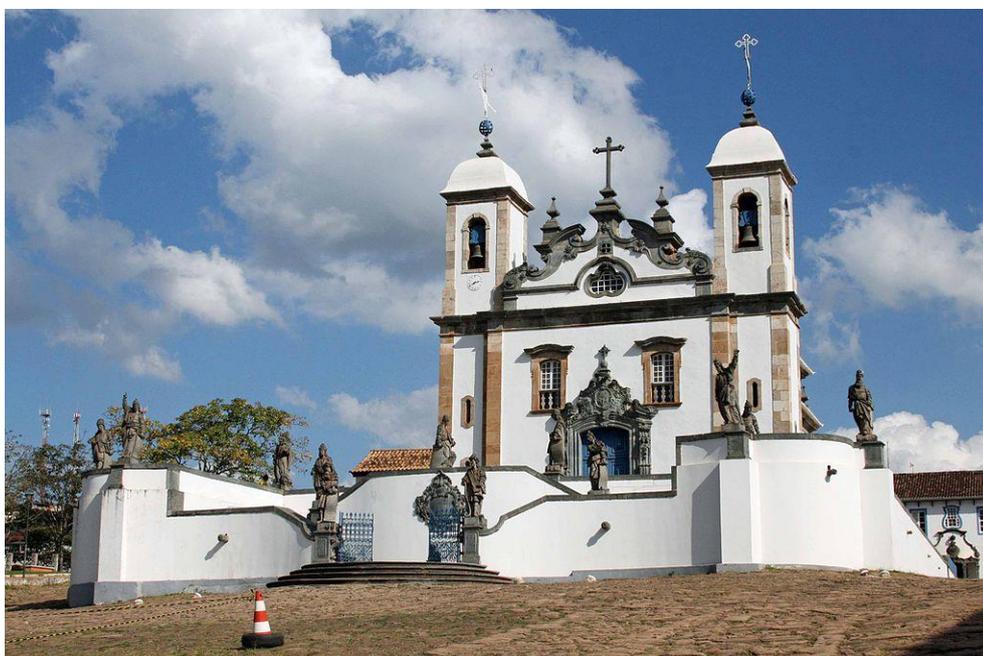
GRUPO II – MINERAÇÃO, UM MAL NECESSÁRIO

O grupo II destaca um conjunto de bens que estão localizados dentro dos territórios minerários. Com a consolidação da ideia de “vocação mineral” resulta-se nos territórios um cenário de minério-dependência onde as atividades de explora o são priorizadas. Assim, as a es das mineradoras provocam impactos de várias naturezas nos territórios ajuzante aos bens patrimoniais. Dentre as muitas possibilidades de interferência no território, podemos listar: fluxo de veículos de carga e vibra o intensificada; amplia o da polui o atmosférica; transforma o na paisagem natural e cultural; mudança demográfica, seja pela chegada de grande número de trabalhadores, seja pelo deslocamento compulsório ou *in situ* da popula o local; ou casos onde   imposto a limita o de acesso ao bem patrimonial.

Todos esses cenários geram prejuízos físicos e simbólico ao patrimônio cultural, todavia, não se observa a es espontâneas das empresas causadoras para mitigar ou compensar dos danos causados.

Santuário Bom Jesus do Matozinhos, Romaria e Passos, Congonhas.

Figura 61: Santuário Bom Jesus do Matozinhos, Congonhas.



Fonte: *iPatrimônio* ([20--])¹²⁵

¹²⁵ Disponível em <https://www.ipatrimonio.org/congonhas-santuاريو-do-senhor-bom-jesus-de-matosinhos/#!/map=38329&loc=-20.508178875915668,-43.86182069778442,16> Acesso em 05 jun 2023.

Construído no século XVIII com bens artísticos atribuídos ao Mestre Aleijadinho, o santuário é reconhecido internacional como uma obra-prima do barroco, é composto pela Basílica, Passos, e bens integrados e esculturas. Possui tombamento como Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Escultórico, pelo IPHAN, em 1939 e 1980, inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes, e pelo município em 2002 e 2004. O conjunto também possui o título de Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, desde 1985. Separadamente a Romaria é tombada pelo IEPHA, desde 1981, inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, devido a sua importância arquitetônica e a relação com a peregrinação e a festividade do Jubileu.

Ainda que o bem tenha uma relevância mundial, também experimenta conflitos proveniente da proximidade com a mineração. Além do impacto a paisagem cultural, existe ainda uma contestadora situação que relaciona os danos a materialidade dos bens a poluição atmosférica advinda da presença da mineração no município, quadro esse que se repete com outros patrimônios culturais, mas sem a grande repercussão gerada em torno do Santuário e suas esculturas.

Figura 62: Romaria, Congonhas.



Fonte: IEPHA (2017)¹²⁶

Figura 63: Passo, Congonhas.



Fonte: IPHAN (2010)¹²⁷

¹²⁶ Disponível em <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/legislacao/14-patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/156-conjunto-arquitet%C3%B4nico-e-paisag%C3%ADstico-das-romarias> Acesso em 05 jun 2023.

¹²⁷ Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/congonhas_passos_de_congonhas_restauracoes.pdf Acesso em 05 jun 2023.

Como já destacado neste trabalho, as atividades minerárias são classificadas como potencialmente poluidora, segundo a Lei 6.938/1981, e inegavelmente, há uma demanda de constante trabalho de conservação preventiva, principalmente no tange as esculturas dos Doze Profetas. O IPHAN, ao apresentar uma dessas ações de conservação das esculturas, pelo Programa Monumenta, destaca que “as estátuas talhadas em blocos de pedra apresentavam sinais de deterioração causados pela poluição atmosférica e pela ação de agentes biológicos.” (PORTAL DO IPHAN, 2006)¹²⁸.

Os impactos são tão graves que em 2003 foi cogitado de remoção e musealização das esculturas originais, instalando réplicas no local. No ano de 2011 foram produzidas réplicas em gesso como base documental, através de financiamento do PAC Cidades Históricas e ICMS Cultural. Como ação mitigadora de danos, o município sancionou o Decreto nº 2584/2011 que proíbe veículos articulados acima de 30 toneladas nas proximidades do bem.

Diante dos debates, há também a perspectiva comunitária sobre a situação

"Essas obras hoje estão perdendo as suas características originais, degradando por causa da poeira que além de atacar fisicamente, quimicamente a estrutura da pedra sabão, provoca inúmeros males à saúde das pessoas aqui em Congonhas", disse à GloboNews o professor do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Daniel Neri." (COSTA, 2023)¹²⁹

“Eles fazem essa poeira toda e o vento carrega para cá. Aí, depois, cada um de nós é que tem de varrer e limpar a terra vermelha do chão, das paredes e das mercadorias” - comerciante Ana de Paula, de 45 anos [...] “Em Ouro Preto, as usinas de minério deixaram um cheiro terrível. Não combina com a beleza do cenário. As mineradoras de lá e de Congonhas tinham de ser fechadas. Isso aqui (patrimônio histórico) não tem preço” – turistas paulistas Julio Monteiro, 54 anos, e Emília Monteiro, de 53 anos [...] “Chega uma hora em que a cidade precisa escolher se vai preservar seus tesouros ou vai faturar. Não dá para ganhar dos dois lados” – turistas cariocas Matilze de Jesus, de 68 anos, Luiz Henrique e Maria Edenir D’Ávila, de 38 e 43, respectivamente”. (PARREIRAS, 2011)¹³⁰

Em respostas a questionamentos referente a possíveis danos causados por poluição atmosféricos a empresa CSN se pronuncia

¹²⁸ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1732/monumenta-conclui-limpeza-dos-doze-profetas-do-aleijadinho> Acesso em 12 out 2023

¹²⁹ Disponível em https://www.terra.com.br/byte/estatuas-de-aleijadinho-por-que-poeira-de-mineracao-e-risco-para-elas,93d9ef2f147e7310c21ac53dd5c8cfe5rq5ski7w.html?utm_source=clipboard

¹³⁰ Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/08/05/interna_gerais.243468/congonhas-luta-para-preservar-santuario-de-bom-jesus-do-matosinhos.shtml

“A CSN Mineração reforça que o cuidado com o meio ambiente e o respeito às comunidades são valores inegociáveis para a Companhia. Neste sentido, possuímos um rígido controle para mitigar eventual emissão de poeira decorrendo inclusive dos efeitos sinérgicos relacionados à presença de outras mineradoras da região. Todas as nossas ações de mitigação são periodicamente apresentadas ao “Comitê Comunidades”, fórum criado para apresentar e debater o que é feito pela empresa com representantes das comunidades e sociedade civil.

Já sobre a questão da conservação dos profetas, refutamos qualquer impacto das nossas operações sobre estas. Cabe destacar que são esculturas históricas expostas à ação do tempo, agentes biológicos, como fungos e líquens, que sem a devida conservação podem sofrer um desgaste natural. Cabe ao poder público a preservação destes bens. (GLOBONEWS, 2023)¹³¹

Figura 64: Santuário Bom Jesus de Matozinhos, Romaria e Passos, Congonhas, a aproximadamente 2000m da Barragem de rejeitos Casa de Pedra, zona de autossalvamento do PAEBM.



Fontes: Google Maps (2023)¹³²

Em investigação sobre os impactos dos empreendimentos minerometalúrgico no município de Congonhas, a pesquisadora Paula Cristina Castro Andrade (2013) concluiu, contradizendo a narrativa da mineradora, que

Ao compilar os dados (relevo, pluviosidade, velocidade, direção e sentido do vento, densidade de atividades geradoras de particulados numa determinada região) pode-se notar que é evidente a falta de uma gestão que controle a geração e a dispersão da poeira na cidade de Congonhas. [...] As principais fontes produtoras de poeira (associando PTS e PI) estão atreladas a três tipos de ocorrências, todas elas associadas à atividade minerária: levantamento de

¹³¹ <https://g1.globo.com/globonews/cidades-e-solucoes/noticia/2023/08/23/estatuas-de-aleijadinho-sao-danificadas-por-poeira-provocada-pela-mineracao-moradores-reclamam-da-qualidade-do-ar.ghtml>

¹³² Disponível em <https://www.google.com/maps/@-20.5043076,-43.8735321,2220m/data=!3m1!1e3?entry=ttu>
Acesso em 05 jun 2023.

poeira pelos caminhões que transportam minério de ferro em estradas sem pavimentação, a poeira trazida das minas à zona urbana pela ação do vento e a poeira das estradas pavimentadas sujas de pó, em parte, pelo tráfego de caminhões que saem das minas. O setor metalúrgico também possui parcela de contribuição no que se refere à poeira que se instala em Congonhas, porém em pequenas proporções, quando comparado às emissões dadas pela mineração. [...] Ao longo do estudo, a empresa CSN afirmou tomar medidas mitigadoras que visam controlar a emissão de material particulado. Logo, essa e outras ações similares se tornam inválidas devido à falta de um direcionamento geral das empresas. Talvez se todas as empresas locais seguissem um plano de gestão a fim de controlar, neste caso, a emissão de particulados, o problema poderia ser controlado. (ANDRADE, 2013, p. 83)

Dentre os imóveis que se enquadram neste Grupo II, lista-se:

<p>Capela de Nossa Senhora do Rosário, Mestre Caetano/Sabará.</p>	 <p>Fonte: IEPHA (2014).¹³³</p>	<p>Atualmente encontram-se em propriedade da Mineradora AngloGold Ashanti, a 200m da mina Cuiabá, não podem ser acessados pela comunidade, que segundo o IEPHA (2014, p. 114) “impedida de frequentar a capela, deixou de realizar os seus ritos tradicionais e suas festas religiosas”.</p>
<p>Ermida de Santa Efigênia, Mestre Caetano/Sabará.</p>	 <p>Fonte: IEPHA (2014).¹³⁴</p>	<p>Atualmente encontram-se em propriedade da Mineradora AngloGold Ashanti, a 200m da mina Cuiabá, não podem ser acessados pela comunidade, que segundo o IEPHA (2014, p. 114) “impedida de frequentar a capela, deixou de realizar os seus ritos tradicionais e suas festas religiosas”.</p>
<p>Fazenda Carreiras, Ouro Branco.</p>	 <p>Fonte: Juliana Parreiras (2023).</p>	<p>Aproximadamente 1200m da produção da Gerdau Açominas S/A.</p>

¹³³ Disponível em: IEPHA/MG. *Guia de Bens Tombados – Volume I. Belo Horizonte, 2014. p.111.*

¹³⁴ Disponível em: IEPHA/MG. *Guia de Bens Tombados – Volume I. Belo Horizonte, 2014. p.115.*

<p>Capela de Nossa Senhora da Soledade, distrito de Lobo Leite, Congonhas.</p>	 <p>Fonte: IEPHA ([20--]).¹³⁵</p>	<p>Aproximadamente 3000m da mineração da empresa LGA (a sudoeste).</p> <p>Aproximadamente 3000m do complexo siderúrgico da Gerdau Açominas S/A (a sudeste) e a jusante de uma barragem de água, também da Gerdau Açominas (a nordeste).</p>
<p>Capela de Nossa Senhora do Rosário, distrito de Cocais, Barão de Cocais.</p>	 <p>Fonte: iPatrimônio ([20--]).¹³⁶</p>	<p>Aproximadamente 2000m da mina do Brucutu, de propriedade da empresa Vale S.A, com perímetro de mineração muito superior ao distrito de Cocais.</p>
<p>Capela de Santana, distrito de Cocais, Barão de Cocais.</p>	 <p>Fonte: iPatrimônio, ([20--]).¹³⁷</p>	<p>Aproximadamente 2000m da mina do Brucutu, de propriedade da empresa Vale S.A, com perímetro de mineração muito superior ao distrito de Cocais.</p>

¹³⁵ Disponível em <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/33/bens-tombados-capela-de-nossa-senhora-da-soledade> Acesso em 25 jan 2024.

¹³⁶ Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2017/04/Bar%C3%A3o-de-Cocais-Capela-de-Santana-Imagem-Google-Street-View.jpg>. Acesso em 23 set 2023.

¹³⁷ Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2017/04/Bar%C3%A3o-de-Cocais-Capela-de-Santana-Imagem-Google-Street-View.jpg>. Acesso em 23 set 2023.

<p>Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, Nova Lima.</p>	 <p>Fonte: iPatrimônio ([20--]).¹³⁸</p>	<p>Aproximadamente 2000m da mina Planta do Queiroz, da mineradora Anglo Gold Ashanti.</p>
<p>Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, distrito de Santa Rita Durão, Mariana.</p>	 <p>Fonte: Google Maps (2023).¹³⁹</p>	<p>Aproximadamente 2000m da mina de Fabrica Nova, das mineradoras Samarco, Vale S.A e BHP Billinton, empreendimento este que ocupa território superior a área urbanizada do distrito.</p>
<p>Capela de Nossa Senhora do Rosário, distrito de Santa Rita Durão, Mariana.</p>	 <p>Fonte: Google Maps (2023).¹⁴⁰</p>	<p>Aproximadamente 2000m da mina de Fabrica Nova, das mineradoras Samarco, Vale S.A e BHP Billinton, empreendimento este que ocupa território superior a área urbanizada do distrito.</p>

¹³⁸ Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/nova-lima-igreja-matriz-de-nossa-senhora-do-pilar/#!/map=38329&loc=-19.98536800000033,-43.847073,17> Acesso em 23 set 2023.

¹³⁹ Disponível em: www.google.com/maps/@-20.1822739,-43.4155327,3a,36.8y,236.77h,99.62t/data=!3m6!1e1!3m4!1sXyE8h4pO_w36iL5Yww5fpw!2e0!7i16384!8i8192?entry=ttu Acesso em 24 set 2023.

¹⁴⁰ Disponível em: https://www.google.com/maps/@-20.1879609,-43.4157455,3a,75y,87.23h,95.04t/data=!3m6!1e1!3m4!1s_K3vjhgRJSeumfV_rDHNDA!2e0!7i16384!8i8192?entry=ttu Acesso em 24 set 2023.

GRUPO III – MINERAÇÃO, UM RISCO IMINENTE

O grupo III reúne patrimônios culturais que não só se encontram próximo a empreendimentos minerários, mas também dentro de Zonas de Alto Salvamentos de barragens de rejeitos, as ZAS. A característica da rigidez locacional dos minérios é usada como justificativa para implantação dos complexos minerários, mesmo quando há presença de comunidades, sítios arqueológicos, patrimônios culturais, reservas florestais e outros. Através da aprovação de Licenciamentos Ambientais que são regulados pelo Estado, mas fiscalizados pelas próprias empresas, observa-se um alarmante cenário que soma um risco potencial, planejamentos desarticulados e ausência de garantias de manutenção da vida e preservação dos recursos a jusante, sejam eles materiais e imateriais.

Igreja de Santo Amaro, Santa Bárbara.

Figura 65: Igreja de Santo Amaro, Santa Bárbara.



Fonte: Mapio ([20--])¹⁴¹

A igreja setecentista é tombada pelo IPHAN. Se encontra a aproximadamente 1.500 m da barragem CDS da Anglo Gold Ashanti, no vale do Rio Santa Bárbara, em Zona de Autossalvamento – ZAS do PAEBM. A igreja que se encontra interdita pela Defesa Civil e

¹⁴¹ Disponível em <https://mapio.net/pic/p-45553322/> Acesso em 05 jun 2023.

sua obra de restauração foi contemplada por recursos provenientes de verbas compensatórias por danos ambientais, a serem repassados via Plataforma Sementes e Ministério Público de Minas Gerais. Contudo, apesar da divulgação da aprovação do recurso a igreja aguarda assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta entre Anglo Gold Ashanti e MPMG para realização das obras emergenciais de restauração. Entretanto, como já citado anteriormente, os danos provocados no território pela mineradora Anglo Gold Ashanti, já foram caso de outras ações judiciais que resultaram em pagamento de indenizações que foram destinadas a salvaguarda de patrimônios culturais em outras localidades, como são os casos da Casa de Afonso Pena, na sede de Santa Bárbara, e o Santuário do Caraça, que se encontra no município vizinho, Catas Altas.

Figura 66: Igreja Matriz de Santo Amaro, Santa Bárbara a 1.500 m da barragem CDS da Anglo Gold Ashanti, no vale do Rio Santa Bárbara, zona de salvamento do PAEBM.



Fontes: Google Maps (2023)¹⁴²

¹⁴² Disponível em <https://www.google.com/maps/place/Matriz+de+Santo+Amaro/@-19.9839586,-43.4702008,2572m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0xa447884bec68ab:0xffbb5756ac6e3d53!8m2!3d-19.9902762!4d-43.456124!16s%2Fg%2F11h09hw2s.?entry=ttu> Acesso em 05 jun 2023.

Ermida Nossa Senhora do Rosário, Itabira.

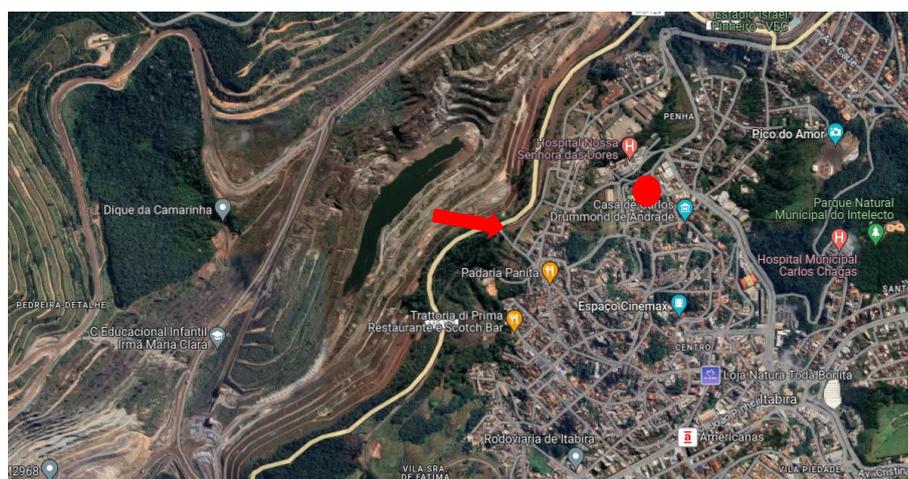
Figura 67: Ermida Nossa Senhora do Rosário, Itabira.



Fonte: Minas Gerais ([20--])¹⁴³

A pequena capela datada do século XVIII foi tombada pelo IPHAN em 1949, registrada no Livro do Tombo Belas Artes. Se localiza a aproximadamente 900m ajuzante da Mina do Cauê, de propriedade da empresa Vale S.A, dentro da zona de autossalvamento do PAEBM.

Figura 68: Ermida Nossa Senhora do Rosário, Itabira, aproximadamente 900m abaixo da Mina do Cauê.



Fontes: Google Maps (2023)¹⁴⁴

¹⁴³ Disponível em <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/itabira/igrejinha-do-rosario-rosarinho> Acesso em 05 jun 2023.

¹⁴⁴ Disponível em <https://www.google.com/maps/place/Itabira,+MG/@-19.6472793,-43.2693495,13z/data=!4m6!3m5!1s0xa5a113d676be4b:0xa1b1df8c51582d7!8m2!3d-19.6243501!4d-43.2235848!16zL20vMGc0czZ5?entry=ttu> Acesso em 05 jun 2023.

Igreja de São Vicente Ferrer, distrito de Acuruí, Itabirito.

A localidade conhecida como Morro de São Vicente possui as ruínas da antiga igreja oitocentista. Tombada em 1952 pelo IPHAN teve seu acautelamento cancelado em 2021 pela então presidente da instituição, Larissa Peixoto, através do SEI nº 01428.000173/2020-2. Entretanto, segundo a Justiça Federal o “destombamento” não restringe ou retira sua relevância cultural (BRASILIA, 2023)¹⁴⁵.

Figura 69: Tempo construído na década de 60 sobre a ruína primitiva.



Fonte: Facebook (2023)¹⁴⁶

Figura 70: Registros da matriz primitiva do século XVIII.



Fonte: Facebook (2023)¹⁴⁷

¹⁴⁵ Enunciado 18: Eventual nulidade do processo administrativo de tombamento não prejudica o reconhecimento da relevância cultural do bem. (BRASÍLIA, 2023, p.10)

¹⁴⁶ Disponível em <https://www.facebook.com/photo?fbid=3621159211495222&set=pcb.3621159294828547> Acesso em 05 jun 2023.

¹⁴⁷ Disponível em <https://www.facebook.com/photo?fbid=3621159211495222&set=pcb.3621159294828547> Acesso em 05 jun 2023.

Segundo a historiadora Carolina Pedro Soares, em entrevista ao jornal O Tempo, "trata-se de um flagrante ilegalidade do ato de destombamento, promovido de forma unilateral pelo Iphan e sem comunicar o juízo ou as partes desta demanda, em manifesta litigância de má-fé pela conduta, no mínimo, temerária"¹⁴⁸.

O local que já foi um polo minerador possui vestígios arqueológicos importantes da história, incluindo as ruínas que se encontram sob a Barragem Paciência, de propriedade da empresa Jaguar Mining Inc. Especificamente, a igreja se localiza a jusante da barragem, a aproximadamente 1km, dentro da Zona de Autossalvamento – ZAS. A barragem se encontra em manutenção e sem atividades desde 2012, contudo, em julho de 2022, houve o acionamento “acidental” da sirene de emergência, o que provocou uma investigação do Ministério Público, via Inquérito Civil nº 0319.22.000183-2, para apuração da segurança da barragem, assim como, dos danos provocados pelo episódio.

Figura 71: Igreja de São Vicente Ferrer, Itabirito, localizada a aproximadamente 1000m da mineração Jaguar Mining CPA, zona de salvamento do PAEBM.



Fontes: Google Maps (2023)¹⁴⁹

¹⁴⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/02/iphan-cancela-tombamentos-em-serie-em-aco-es-vistas-como-ilegais-e-acende-alerta.shtml>

¹⁴⁹ Disponível em <https://www.google.com/maps/search/igreja+de+s%C3%A3o+vicente+ferrer+itabirito+mg/@-20.2103084,-43.6927463,2703m/data=!3m1!1e3?entry=ttu> Acesso em 05 jun 2023.

Ruínas do Gongo Soco, Distrito de Socorro, Barão de Cocais.

As ruínas do Gongo Soco, antiga vila inglesa pretendente a companhia inglesa *Imperial Brazilian Mining Association*, foi tombada em 11 de maio de 1995 e inscrita no Livro de Tombo n.º I, do tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Tombo n.º III, do tomo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos.

Figura 72: Ruínas de Gongo Soco sem manutenção adequada.



Fonte: IEPHA ([20--])¹⁵⁰

Figura 73: restrito as ruínas, pela empresa Vale.



Fonte: Google Maps (2023)¹⁵¹

Localizada em terreno de propriedade da Companhia Vale S.A a ruína possui acesso impedido para comunidade civil. Além disso, a Barragem Superior Sul da mina Congo Soco, esteve em nível de emergência NE2¹⁵² ampliando o grau de vulnerabilidade do território. Houve

¹⁵⁰ Disponível em <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/22/bens-tombados-conjunto-das-ru%C3%ADnas-de-gongo-soco>. Acesso em 05 jun 2023.

¹⁵¹ Disponível em https://www.google.com/maps?sca_esv=564034831&rlz=1C1JZAP_pt-BRBR942BR943&output=search&q=ru%C3%ADnas+gongo+soco&source=lnms&entry=mc&sa=X&ved=2ahUKEwizr7LNR56BAxUzD7kGHYqVAc4Q0pQJegQIEBAB Acesso em 05 jun 2023.

¹⁵² Segundo a Resolução ANM N° 95/ 2022, define-se Nível de emergência - NE: “convenção utilizada para graduar as situações de emergência em potencial que possam comprometer a segurança da barragem; [sendo o nível 2 classificado como] a) quando o resultado das ações adotadas na anomalia referida no inciso I for classificado como “não controlado”, de acordo com a definição do § 1º do art. 31 desta Resolução; ou b) quando o Fator de Segurança drenado estiver entre $1,10 \leq FS < 1,30$ ou Fator de Segurança não drenado de pico estiver entre $1,00 \leq FS < 1,20$.

recomendações do IEPHA para remoção dos bens móveis afim de proteger os elementos em caso de rompimento. Todavia, o sítio fica à mercê em caso de colapso da barragem.

Além disso, não foi identificado nessa pesquisa nenhuma ação de preservação das ruínas, seja por fatores de degradação estrutural, biológica ou atmosférica.

Figura 74: Ruínas de Congo Soco, distrito de Socorro, Barão de Cocais, a aproximadamente 1000m da Mina Congo Soco.



Fontes :Google Maps (2023)¹⁵³

Igreja Matriz de São João Batista, Barão de Cocais.

A Igreja Matriz de São João Batista, localizada no centro urbano de Barão de Cocais, possui tombamento pelo IPHAN e tem registros do início do século XVIII. Assim como as ruínas de Gongo Soco, o templo atualmente encontra-se em risco devido a sua localização, aproximadamente 10km abaixo da mina de Congo Soco, de propriedade da empresa Vale S.A.

¹⁵³ Disponível em <https://www.google.com/maps/place/ru%C3%ADnas+do+Gongo+Soco/@-19.9633621,-43.6019396,4357m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0xa43bcec7f1151f:0x2ec59661d0979c35!8m2!3d-19.9588255!4d-43.5824843!16s%2Fg%2F11j320tw3j!5m1!1e4?entry=ttu> Acesso em 05 jun 2023.

A Barragem Sul Superior foi classificada como NE2 e coloca a igreja em sua Zona de Autossalvamento.

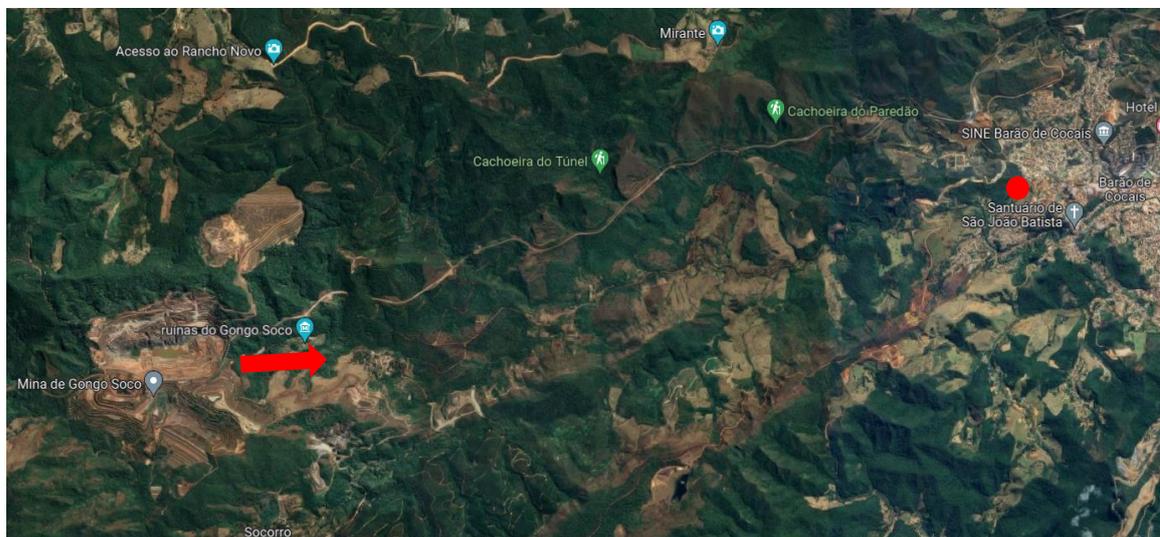
"Só na Semana Santa é retirada. Agora, precisou ser retirada por causa do risco de rompimento da barragem, para uma segurança maior da imagem, que faz parte do patrimônio histórico. Então, ela foi retirada daqui e colocada em um local mais alto para proteção da imagem, assim feito pelo próprio Iphan", disse o diácono. O religioso disse não se lembrar de nenhuma outra ocasião em que o Senhor Morto tenha deixado a urna fora do período da Quaresma. (<https://www.otempo.com.br/cidades/risco-de-rompimento-de-barragem-ameaca-igreja-matriz-de-barao-de-cocais-1.2186298>)

Figura 75: Igreja Matriz de São João Batista, Barão de Cocais.



Fonte: Juliana Parreiras, 2022.

Figura 76: Igreja Matriz de São João Batista, Barão de Cocais, dentro da Zona de Autossalvamento - ZAS do PAEBM da Mina Congo Soco, no vale do Rio Santa Bárbara.



Fontes: Google Maps (2023)¹⁵⁴

Igreja de Nossa Senhora da Conceição, distrito de Camargos, Mariana.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, datada de 1707, com características típicas das primeiras matrizes barrocas está localizada a jusante de duas barragens em risco de rompimento, dentro da Zona de Autossalvamento – ZAS, segundo seus respectivos PAEBM, sendo elas: Barragem de Germano, da mina da Fábrica Nova, de propriedade das empresas Vale S.A, Samarco e BHP Billiton, localizada em Bento Rodrigues, a aproximadamente 6km da igreja; e a Barragem do Doutor, da mina Timbopeba, de propriedade da Vale S.A, localizada no distrito de Antônio Pereira, Ouro Preto, a aproximadamente 9km da igreja que se encontra-se em risco de rompimento.

¹⁵⁴ Disponível em <https://www.google.com/maps/@-19.947642,-43.5434643,9560m/data=!3m1!1e3!5m1!1e4?entry=ttu> Acesso em 05 jun 2023.

Figura 77: Acesso a Igreja de Nossa Senhora da Conceição feito pelo cruzeiro e escadaria.



Fonte: Galile ([20--])¹⁵⁵

Igreja aguarda restauração desde 2019, sendo a Fundação Renova responsável pela obra que foi aprovada pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Mariana – COMPAT. A ação faz parte do através do Inquérito Civil n.º 0400.15.000306-1 para reparação de danos causados pelo Rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, que também atingiu a comunidade.

Figura 78: Localização da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, distrito de Camargos, Mariana, a jusante de duas barragens de mineração.



Fonte: Google Maps (2023)¹⁵⁶

¹⁵⁵ Disponível em <https://galile.com.br/wp-content/uploads/2022/12/igreja-de-nossa-senhora-da-conceicao-camargos-scaled.jpg> Acesso em 10 out 2023.

¹⁵⁶ Disponível em <https://www.google.com/maps/@-20.2564205,-43.4577363,13731m/data=!3m1!1e3!5m1!1e4?entry=ttu> Acesso em 10 out 2023.

GRUPO IV – MINERAÇÃO, O FIM DE TUDO

O grupo IV representa um cenário extremo provocado pela mega mineração. Os casos de Mariana (2015) e Brumadinho (2018), apresentam a concretude de destruição nos territórios minerários. Um processo físico, político, psicológico, econômico de arruinamento que avança para além dos eventos catastróficos do rompimento das barragens de rejeito minerário. Os danos continuados dos desastres impactam toda a dinâmica de vida nesses territórios, e não obstante, fragilizam ou até aniquilam o patrimônio cultural (material e imaterial) e suas territorialidades.

Bento Rodrigues e o rompimento da Barragem de Fundão, Mariana.

Figura 79: Capela de São Bento, destruída pelo rejeito da Barragem de Fundão.



Fonte: Vitruvius (2019)¹⁵⁷

Figura 80: Capela de Nossa Senhora das Mercês, aguardando restauração após o desastre.



Fonte: Luiz Felipe Lisboa Quirino, 2023.

A comunidade de Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão, está localizada a 23km a sul da sede do município de Mariana, Minas Gerais. Era um povoado com aproximadamente 600 habitantes que apresentava resquícios de diferentes ciclos da mineração no Estado de Minas Gerais, e morfologia característica dos arraiais setecentistas (SEDRU, 2016). Com origens do final do século XVII, que data da chegada de bandeirantes em busca de ouro na região, apresenta um traçado irregular com muros e pavimentação de pedra, conjunto de catas de mineração e trecho da malha viária proveniente da Estrada Real, que narram o histórico da busca aurífera na região (MPMG, 2016). Além disso, possui um significativo conjunto

¹⁵⁷ Disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7423> Acesso em 05 jun 2023.

arquitetônico e arqueológicos de valor cultural, incluindo a Capela de São Bento, Capela das Mercês, Cruzeiro da Capela das Mercês, Cemitério da Capela de São Bento, ligados pelo caminho tronco da Estrada Real utilizada por tropeiros em busca de ouro (ICOMOS, 2019). Contava também com uma paisagem natural marcada por uma natureza exuberante com a presença de matas, cachoeiras e pelos ribeirões Santarém e Ouro Fino, com vista para a Serra do Caraça que emoldura o vilarejo a noroeste. Além das significantes características naturais e edificadas, também são elementos importantes na construção da excepcionalidade de Bento Rodrigues, as relações comunitárias, as celebrações religiosas, as festas populares, a produção de alimentos típicos e a sabedoria popular detida pela população local.

A decadência de Bento Rodrigues não percorreu um caminho natural de “mudanças contínuas de uma cidade”, que segundo a Carta de Atenas (CIAM, 1933), pode acontecer sobre “circunstâncias de desenvolvimento a partir de descobertas de nova tecnologia, transformação da população, da política, variações em rotas e abastecimentos”. No dia 05 de novembro de 2015, Bento Rodrigues foi destruído pela lama proveniente do rompimento da barragem de rejeitos minerários, denominada Barragem de Fundão, de propriedade das Mineradoras BHP Billiton, Vale S.A e Samarco S.A. O “desastre sócio-técnico-ambiental” (ICOMOS, IEDS, 2019) ocasionou uma ruptura trágica entre a comunidade e o território.

Figura 81: Distrito de Bento Rodrigues, Mariana, aproximadamente 2000m da barragem de Germano, mina de Fabrica Nova.



Fonte: Google Maps (2023)¹⁵⁸

¹⁵⁸ Disponível em <https://www.google.com/maps/@-20.2113818,-43.4545045,8570m/data=!3m1!1e3?entry=ttu>
Acesso em 05 jun 2023.

A aproximadamente 2000m da barragem de Germano, mina de Fabrica Nova, das mineradoras Samarco, Vale S.A e BHP Billinton, dentro da zona de autossalvamento do PAEBM, a comunidade foi o início do percurso dos 55 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro despejados. A lama alcançou o Rio Doce, 6º maior bacia hidrográfica do Brasil, chegando ao Oceano Atlântico através de 38 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santos. Além dos impactos sociais a uma comunidade com mais de trezentos anos de história, e que hoje “se encontra abrigada de forma dispersa na sede do município de Mariana (...) rompendo-se os laços familiares e de convivência longamente cultivados” (CASTRIOTA, 2019, p.6).

“A lama proveniente do rompimento da barragem matou 19 pessoas, deixou mais de 600 famílias desabrigadas (...) matou 11 toneladas de peixe, ameaçou a extinção de algumas espécies, impactou a fauna, flora, áreas marítimas e de conservação, além de causar prejuízo ao patrimônio, às atividades pesqueiras, agropecuária, turismo e lazer na região (...) A ONU enquadrou o desastre como um evento violador dos direitos humano”. (GOVERNO DE MINAS, 2016)

Figura 82: Escola Municipal de Bento Rodrigues destruída pela lama.



Fonte: Conectas (2022)¹⁵⁹

Figura 83: Imaginárias e entalhamentos da Capela de São Bento carregados pela lama.



Fonte: Jornal A Sirene, primeira edição (2015).

Entre os muitos processos abertos contra as mineradoras, destaca-se o Inquérito Civil n.º 0400.15.000306-1 que prevê a restauração da Capela de Nossa Senhora das Mercês, tombada

¹⁵⁹ Disponível em <https://www.conectas.org/noticias/tragedia-em-mariana-sete-anos-depois-attingidos-continuam-sem-reparacao/> Acesso em 08 dez 2022.

pelo IEPHA após o desastre, no ano de 2018. Diferentemente da Capela de São Bento, destruída pela lama, a Capela de Nossa Senhora das Mercês foi poupada da destruição física devido a sua localização em terreno mais elevado, e é hoje local emblemático para a manutenção do território e suas territorialidades. Bento Rodrigues, classificado por Castriota (2019) como “sítio histórico sensível” devido sua “memória de eventos traumáticos e dolorosos” ainda é reivindicada pela comunidade local, que tem como representante significativo o grupo dos “Loucos por Bento” que autor descreve como um agente de “disputa de caráter político e simbólico”, fundamental para o resgate e manutenção do patrimônio cultural.

Figura 84: Organização popular para preservação do território e das práticas culturais e sociais.



Fonte: *Racismo Ambiental* (2020)¹⁶⁰

Figura 85: Procissão no território atingido – Bento Rodrigues.



Fonte: *SciELO* (2016)¹⁶¹

Essa paisagem de destruição encontrada em Bento Rodrigues é hoje compreendida, pelo grupo Loucos por Bento como símbolo do desastre da Barragem de Fundão. E a ‘reapropriação’ do território devastado é uma maneira de preservar o valor afetivo compartilhado pela comunidade.

“A necessidade de lembrar muitas vezes entra em conflito com a forte pressão para esquecer (...) a não reconciliação e o apagamento do passado pode impedir que as novas gerações aprendam lições importantes, além de comprometer para sempre as oportunidades de construir um futuro pacífico.” (ICSC, 2017)

¹⁶⁰ Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2020/02/13/samarco-perde-no-tjmg-e-atingidos-de-mariana-podem-definir-valor-de-indenizacao/> Acesso em 08 dez 2022.

¹⁶¹ Disponível em <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/gDHGy3dDQz7qFfLxgZbNSP/?lang=pt> Acesso em 08 dez 2022.

Brumadinho e o rompimento da Barragem de Córrego do Feijão

O histórico da ocupação colonializada do município de Brumadinho se deu no final do século XVII, através do avanço da bandeira de Fernão Dias Paes Leme pelo Espinhaço Meridional. A expansão do adensamento se deu com a chegada da estrada de ferro, no início do século XX, e abertura para as primeiras atividades minerárias ligadas a exploração do minério de ferro. A chegada das mineradoras no território de Córrego do Feijão ocorreu a partir do Decreto nº 7442 de 25 de junho de 1941, com a implantação da Companhia de Mineração de Ferro e Carvão S/A, que posteriormente passou a chamar-se Ferteco Mineração S.A. No ano 2001 as atividades passaram a ser conduzidas pela Companhia Vale do Rio Doce S.A, que em conjunto com as demais mineradoras no município somam cerca de 60% da arrecadação fiscal municipal (BECHLER E BECHLER, 2019).

No dia 25 janeiro de 2019 ocorreu o desastre socioambiental no território, devido ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IVA na mina de Córrego do Feijão, do Complexo Paraopebas II, de propriedade da Vela S.A. Segundo a equipe do Comitê Gestor Pró-Brumadinho (PEREIRA, SANTOS e CHAVES, 2022) o desastre provocou o despejo de mais 12 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro, que alcançou 26 municípios com prejuízos ambientais ainda imensuráveis, além da morte de 272 pessoas.

Figura 86: Equipe de Bombeiros no resgate dos corpos das vítimas.



Fonte: Andes (2022)¹⁶²

Figura 87: Área destruída pela passagem da lama de rejeitos.



Fonte: Andes (2022)

¹⁶² Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/tres-anos-apos-o-rompimento-da-barragem-de-brumadinho-mG-atingidos-ainda-cobram-justica1> Acesso em: 10 out. 2023.

Figura 88: Ato de denúncia contra o desastre no município.



Fonte: Aloísio Morais (2022)¹⁶³

O acordo de reparação prevê um orçamento de R\$37.689.767.329,00 (trinta e sete bilhões, seiscentos e oitenta e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e nove reais), valor a ser administrado pelo poder público através da Fundação Getúlio Vargas, no período de 2021 a 2025.

Na proposta de reparação pelos danos, SEI n. 0122201-59.2020.8.13.0000 TJMG / CEJUSC 2º GRAU¹⁶⁴, homologada em fevereiro de 2021, se explicita a necessidade de “restauração, recuperação ou remediação socioambiental integral. Dentre as propostas de medidas compensatória do “Relatório de Acordo Judicial de Reparação – resumo das atividades realizadas no 1º ano de execução 2021/2022”, estão previstas:

Anexo I.3¹⁶⁵ – projetos para os municípios atingidos: restauração de estações ferroviárias protegidas, cabeamento subterrâneo em núcleos históricos e áreas de interesse cultural,

¹⁶³ Disponível em <https://jornalistaslivres.org/mp-denuncia-vale-e-16-pessoas-por-crime-socioambiental-de-brumadinho/> Acesso em 03 jan 2024

¹⁶⁴ Disponível em: <https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/Minuta%20versao%20final.pdf.pdf>

¹⁶⁵ Os municípios atingidos listados no Anexo I.3 são: Abaeté, Betim, Biquinhas, Brumadinho, Caetanópolis, Curvelo, Esmeraldas, Felixlândia, Florestal, Fortuna de Minas, Igarapé, Juatuba, Maravilhas, Mário Campos, Mateus Leme, Morada Novas de Minas, Paineiras, Papagaios, Pará de Minas, Paraopeba, Pequi, Pompéu, São Gonçalo do Abaeté, São Joaquim de Bicas, São José da Varginha e Três Marias.

segurança contra incêndio e pânico em edificações protegidas com acesso ao público além de propostas relacionadas ao patrimônio imaterial, arqueológico e espeleológico;

Anexo I.4 – projetos para Brumadinho: projetos não específicos para patrimônio material destacados nas macroestratégias;

Com o estabelecimento dos termos do acordo se formaliza o Comitê Gestor Pró-Brumadinho que tem como missão acompanhar e análise o desenvolvimento das propostas acordadas judicialmente. Assim, através do SEI nº 2200.01.0001209/2022-17, o IEPHA passou a incorporar o Comitê com objetivo de realizar de vistorias, produção de laudos técnicos e termos de referência para contratação de projetos voltados a recuperação e proteção do patrimônio cultural.

“O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição da República de 1988, baseada na Lei nº 23.750/2020, no Decreto nº 48.097/2020, na celebração do Acordo Judicial para reparação integral relativa ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IVA / Córrego do Feijão - Processo de Mediação SEI nº 0122201-59.2020.8.13.0000 TJMG / CEJUSC celebrado no dia 04/02/2021 e na Lei nº 23.830, de 28 de julho de 2021 e, na autorização concedida pelo Comitê de Orçamento e Finanças - COFIN - Ofício Cofin n.º 0498/2021 e pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Ofício SEPLAG/RAM - CONTRATOS TEMP. nº. 11/2022, conforme previsão do art. 6º, do Decreto nº 48.097/2020, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS - objetivando contratação temporária para o cargo da carreira equivalente de Analista de Gestão, Proteção e Restauro - Lei nº 15.467/05”. (IEPHA, 2022, p.1)

Concluindo, observa-se que os eventos de Mariana e Brumadinho, assim como seus referidos impactos, em virtude de sua complexidade, permite leituras diversas em distintos campos de análise. As catástrofes, no campo da Ecologia Política são compreendidas como Conflitos Ambientais Territoriais

marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial [...] Nesse sentido, os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção dos seus territórios, o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais. [...] Os conflitos ambientais territoriais surgem, então, quando este sistema de apropriação do espaço, com suas consequências sociais e ambientais, se choca com os territórios gerados por grupos cujas formas de uso dependem, em alto grau, dos ritmos de regeneração natural do meio utilizado. Com frequência, tais formas de uso são vinculadas a uma socialização do grupo em princípios de reciprocidade e coletividade mais do que competitividade. O território é entendido como patrimônio necessário para a produção e reprodução

que garante a sobrevivência da comunidade como um todo. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.7)

Mas também assumem escala como Conflitos Ambientais Espaciais de caráter difuso, “quando os efeitos ou impactos ambientais ultrapassam os limites entre os territórios (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.9). Laschefski (2020) também denuncia que os desastres recorrentes são processos de negligência e meios para a acumulação das mineradoras por desposseção

Esses eventos são o auge dos desastres, que começaram com o licenciamento ambiental e continuaram com uma ineficiente gestão de reparação de danos, causando ainda mais sofrimento social. Após os desastres, as instituições públicas, além de não fortalecerem o marco regulatório, aceleraram sua flexibilização. Como resultado, as empresas de mineração puderam introduzir a cultura do neocoronelismo nos sistemas de governança, ou seja, não somente fortaleceram seus interesses frente às demandas das vítimas, como também aumentaram o controle territorial das áreas afetadas pelos desastres por meio de "grilagem oculta de terras" (hidden landgrabbing) (LASCHEFSKI, 2020, p.98)

Pela perspectiva das RGP de Milanez (2019), a atuação das empresas incorpora: 1. Estratégias de Mercado, com um posicionamento corporativo positivo; 2. Estratégia Institucional com ampliação do poder de decisão e influência; 3. Estratégia Social com gerenciamento dos grupos e das narrativas; e 4. Estratégia Territorial, com o controle do ordenamento do território, deslocamentos e domínio de recursos.

Conseqüentemente, como resposta, os Efeitos Derrames (GUDYNAS, 2016) são: 1. Ambiental, que flexibiliza normativas e coloca o patrimônio em risco em virtude da mercantilização dos recursos; 2. Territorial, que contam com processos de deslocamentos *in situ* ou compulsório agravados pelos acionamentos de PAEMB's, modificação dos fluxos no território que podem provocar rompimento dos laços entre a comunidade e os referidos bens; 3. Social, com silenciamento dos grupos envolvidos e narrativas distorcidas, processos de desinformação e reforço nos imaginários da mineração como resposta para o desenvolvimento socioeconômico do Estado; 4. Excedente, que se apropria dos recursos humanos e não humanos locais sem devidas compensações pelas mesmas. 5. Compensação e justiça, que abre possibilidades para financeirização do patrimônio em troca da continuidade da exploração, onde qualquer dano em potencial pode ser negociado com aval do Estado através de contrapartida ou medidas mitigatórias, ou quando não, podem ser ‘reparados’ como medidas de compensação.; 6. Política e democracia, que articula as normativas sob um alicerce de boa governança e Porta-giratória.

Já na perspectiva da Geografia Cultural podemos interpretar os eventos como um quadro de Topocídio, quando há a “aniquilação deliberada de lugares” (AMORIM FILHO, 1999). O

processo de reparação pelos rompimentos das barragens e a destruição dos territórios, até a presente data, não foram concluídos, o que potencializa uma ruptura dos laços afetivos e desterritorialização dos atingidos, que segundo Tuan (1983) rompe com a perspectiva experimental do espaço/lugar.

6. CONCLUSÃO

“Um número não é tão importante quanto o processo para se chegar a esse número (em referência ao processo das vítimas do holocausto contra Bancos Suíços nos anos 90).” (Citação do Promotor de Justiça do MPF, Dr. Edilson Vitorelli, durante a audiência pública do dia 07 de dezembro de 2020 sobre o processo de reparação de Brumadinho – a audiência não contou com a participação do réu Vale S.A.)

Antes de apresentar as percepções feitas nesta pesquisa, destaca-se novamente que o impulso por respostas sobre o quadro do patrimônio cultural em territórios minerários se deu a partir de um conjunto de experiências pessoais. A formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo, os trabalhos realizados como assessora técnica de comunidades atingidas por barragens e a vivência no Quadrilátero Ferrífero, contribuíram na observação das fragilidades territoriais que expõem esses bens culturais, assim como na própria sensibilização sobre o tema. Entretanto, as análises construídas a partir desse arcabouço e das observações empíricas, apesar de importantes para o processo, não foram suficientes para esclarecer o arranjo de forma ampla e satisfatória. Por se tratar de uma estrutura historicamente construída sob amarrações geopolíticas, foi necessário um amparo interdisciplinar. Sendo assim, o trabalho se pautou nas perspectivas da Geografia Cultural e da Ecologia Política, buscando uma interlocução entre os campos, que, respectivamente, trabalham na compreensão do mundo vivido a partir das relações socioculturais, e na análise da atual crise ambiental e necessidade de debates de emancipação e desconfiguração dos modelos hegemônicos de poder. Essa abordagem, que também incorporou a arquitetura e o urbanismo em segundo plano, se configurou com objetivo de ampliar a leitura sobre o tema e formular dados que exponham os riscos sofridos pelo patrimônio cultural edificado em territórios minerários.

Diante dos dados apresentados na pesquisa, observamos a reformulação contínua de uma estrutura colonizada de poder que corrompe e vulnerabiliza os territórios desde as primeiras bandeiras colonizadoras. Laschefski (2021, p. 107-108), ao denunciar o atual modelo extrativista exercido no país, classifica os sistemas de governança como um “regime ambiental coronelista” em que, no “modelo de desenvolvimento permeado pela lógica colonial, [...] apenas uma pequena elite se beneficia, enquanto as classes mais pobres anteriormente exploradas já não são mais necessárias”.

Neste contexto, em Minas Gerais, especificamente no Quadrilátero Ferrífero, observamos um cenário de minério-dependência que se consolida nos campos econômicos, políticos e imagéticos. As empresas mineradoras, prioritariamente de capital estrangeiro, avançam sob os

territórios com a legitimação do Estado, constroem um significativo capital social que se baseia em narrativas e ações arbitrárias, geram grandes receitas para investidores, mas não devolvem à comunidade benefícios compatíveis com seus lucros. Pelo contrário, o que se observa com as atuações minerárias são processos de reprimarização e enclaves econômicos, potencializados com os processos de automação da produção, sem promoção de trabalho e renda local (GUDYNAS, 2015); dependência governamental tanto por sua receita financeira superior a muitos municípios quanto por arranjos políticos, chamado de “porta-giratória” (MILANEZ, 2019); desterritorialização por meio de deslocamento compulsório, em virtude de acionamento de PAEBMs, ou deslocamento *in situ*, devido a significativas mudanças das condições de vida, gerando em ambos os casos vazios demográficos e apropriação do território pelas mineradoras (TEIXEIRA, ZHOURI; MOTTA, 2020). Isso tudo respaldados por estratégias que Milanez (2019) descreve como Rede Global de Produção (RGP), que se estruturam sob abordagens que geram para as empresas Valor (mais-valia ou renda econômica), Poder (corporativo, institucional e coletivo) e Enraizamento (territorial, social e material).

Paralelamente, o exercício histórico de poder hegemônico sobre os territórios também pode ser observado nas escolhas e reconhecimentos institucionais do patrimônio cultural brasileiro. Como apresentado nesta pesquisa, a maior parte dos bens acautelados dentro do Quadrilátero Ferrífero¹⁶⁶ são ligados a instituições de poder, como os templos católicos ou edifícios públicos, ambos atendendo padrões estéticos e construtivos eurocêntricos. Esses bens se encontram relativamente em bom estado de conservação, principalmente quando localizados em regiões de interesse político ou de visibilidade midiática, como é o caso das cidades históricas e da capital do Estado. A priorização em financiar os edifícios nesses territórios ajuda a consolidar o imaginário popular de “empresas benfeitoras e fundamentais” para manutenção do desenvolvimento e emancipação. Entretanto, quando os bens se encontram em territórios já vulnerabilizados, ou de interesse da exploração mineral, o quadro se modifica, muitas vezes configurando topocídio e zonas de sacrifício.

O que se observa no Quadrilátero Ferrífero são conflitos territoriais que envolvem a rigidez locacional dos minerais, onde o patrimônio cultural fica à mercê, refém, dos interesses do capital e de seus acordos políticos. Assim, o patrimônio cultural pode ser privilegiado por programas de incentivo que envolvem prioritariamente a financeirização dos bens (Grupo I),

¹⁶⁶ E também nos demais territórios no Brasil...

exposição as mazelas produzidas pelas atividades minerárias (Grupo II e III), ou ações negligentes que podem provocar a sua destruição, aniquilação, seja física ou simbólica (Grupo IV). Ademais, salienta-se que nesses territórios podem – e devem – haver muitas outras situações de conflito e danos ao patrimônio cultural. Esses diversos danos e conflitos podem, inclusive, aparecer de forma sobreposta entre si e sobre outras categorias de patrimônio cultural (a exemplo dos patrimônios natural, paisagístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico, imaterial) que sofrem impactos muitas vezes imensuráveis. Esses dados se tornam mais graves quando compreendido que o patrimônio cultural é fonte de identidade, coesão social e desenvolvimento sustentável, especialmente em momentos de estresse, podendo contribuir para a recuperação psicológica das vítimas de catástrofes (UNESCO, 2015).

Concomitantemente, podemos observar e questionar a pouca autonomia das comunidades para manutenção do patrimônio cultural, assim como a seleção para o acautelamento formal. Essa relação de dependência, seja administrativa ou financeira, poderia ser compreendida como uma forma de controle e subalternização do território? Zhouri (2019), ao descrever os processos de licenciamento ambiental que são utilizados para regularização da mineração, elucida que a participação social é meramente ritualística e que a retórica da técnica se apresenta como única possuidora de saberes, deslegitimando do pleito comunitário. O mesmo se dá prioritariamente com o patrimônio cultural.

Toda essa estrutura de manipulação vai na contramão dos enunciados 5 e 9¹⁶⁷ sobre o direito ao patrimônio cultural, emitidos pelo Conselho de Justiça Federal (BRASÍLIA, 2023, p. 7), que esclarecem ser vetado a um qualquer a possibilidade de destruir, inviabilizar “a ratio original de sua proteção” – assim, a fruição, o acesso e a construção relacional que possibilita o sentimento de pertencimento, as narrativas próprias e a transmissão para futuras gerações –, além de prever os princípios da “vedação de salvaguarda deficiente [...] da proibição do

¹⁶⁷ Enunciado 5: “O ordenamento brasileiro a ninguém garante direito ou expectativa de direito de – direta ou indiretamente – destruir, inviabilizar, danificar, alterar ou comprometer o patrimônio cultural, monumental ou não, tampouco a degradação com usos incompatíveis com a natureza do bem ou a ratio original de sua proteção.”

Enunciado 9: “Integram a estrutura básica da ordem pública de proteção do patrimônio cultural e natural, entre outros, os princípios da vedação de salvaguarda deficiente; in dubio pro patrimônio público; da proibição do retrocesso cultural e/ou ambiental; da função memorativa da propriedade cultural; da prevenção de dano; da precaução; da responsabilização in integrum; da solidariedade intergeracional; da cooperação internacional; da participação pública; da função ecossocial da propriedade; da fruição coletiva; e do respeito à ancestralidade e à diversidade.” (BRASÍLIA, 2023, p. 7-8).

retrocesso cultural e/ou ambiental; da função memorativa da propriedade cultural; da prevenção de dano”.

Sendo assim, diante de um “desastre anunciado” que se ampara num paradigma da modernização ecológica, em que se normatiza a ideia de que tudo tem um preço (ZHOURI, 2019), versus a construção de orientações claras sobre o direito do patrimônio cultural, chegamos em um gargalo: como preservar as territorialidades, as paisagens culturais e o patrimônio cultural edificados de forma legítima e autônoma nos territórios minerários? Como sessar o topocídio que captura diversas localidades em todo território do Quadrilátero Ferrífero?

Afim de provocar análises futuras se sugere aqui pistas hipotéticas para essas lacunas:

- Aprofundamento dos agentes do Legislativo, Judiciário e Executivo sobre as causas ligadas ao patrimônio cultural e suas abstrações, observando o princípio jurídico de integração da vida e direito fundamental.
- Promoção de programas e políticas que contribua para eficiência econômica e social dos territórios para além das atividades minerárias. Incluindo uma transição para modelo econômico mais sustentáveis que integre os saberes regionais.
- Exercício de fortalecimento e protagonismo efetivo das comunidades nas tomadas de decisão levando em conta os conhecimentos tradicionais e suas relações territoriais.
- Democratização e descentralização de informação e do acesso a editais e financiamentos independentes para promoção de uma gerência comunitária através de redes autônomas e associações desvinculadas das empresas.
- Priorização da destinação de recursos de reparação, mitigação e/ou compensação por danos ambientais para os territórios atingidos pela mineração, garantindo a participação dos grupos já vulnerabilizados pelos processos históricos de exploração mineral no território;
- Garantia da salvaguarda dos bens culturais (na sua mais ampla categoria) entendendo a sua preservação como matriz de manutenção da vida social e coletiva.

Concluindo, o presente trabalho se coloca como parte do debate crítico com a esperança do progresso das resoluções em prol do patrimônio cultural e seus respectivos detentores.

7. REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: Duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 47-83.
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2004. p. 13-35.
- ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves. Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. *In*: ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 34-62.
- ADELMAN, Miriam. Os anos 60: movimentos sociais, transformações culturais e mudanças de paradigmas. *In*: ADELMAN, Miriam. **A Voz e a Escuta**: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo: Blucher, 2016. p. 23-68. ISBN: 9788580391473. DOI: <https://doi.org/10.5151/9788580391473-01>. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/os-anos-60-movimentos-sociais-transformacoes-culturais-e-mudancas-de-paradigmas-20005>. Acesso em: 3 out. 2022.
- ALIMONDA, Héctor. Ecologia Política Latinoamericana y pensamiento crítico: vanguardias arraigadas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [Curitiba], v. 35, p. 161-168, dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.44557>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/44557/27092>. Acesso em: 11 jun. 2022.
- ALMEIDA, Maria Geralda. O geógrafo fenomenólogo: sua oralidade e escrita no/do mundo. **Geograficidades**, [s. l.], v. 10, n. Especial, p. 38-47, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/geograficidade2020.100.a40096>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/40096/pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.
- ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- ALVES, Rahyan de Carvalho; SILVA, Adília Jardim; DEUS, José Antônio de Souza. **Ser na contemporaneidade**: paisagem, lugar e memória. Belo Horizonte: Sagre Editorial, 2019.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. *In*: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (org.). **Percepção Ambiental**: A experiência Brasileira. 2. ed. São Carlos: UFSCar: Studio Nobel, 1999. p. 139-152.
- ANDRADE, Paula Cristina Castro. **Impacto integrado de empreendimentos minerometalúrgicos em Congonhas**. Orientador: José Aurélio Medeiros da Luz e Hernani Mota de Lima. 2013. Dissertação (Mestrado Engenharia de Minas) – Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2013.
- ARCURI, Marcia; LAIA, Paulo Otávio; SUÑER, Rodrigo. Territórios e patrimônios na lama das negociações: desafios para a museologia comunitária na Barragem de Fundão. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1-2, p. 209-244, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnb/article/view/6267>. Acesso em: 11 jun. 2022.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: Formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

ARÁOZ, Horácio Machado. Colonização e mineração: raízes profundas que explicam o presente. Belo Horizonte: **Lei.A**, 2023. Disponível em: <https://leia.org.br/colonizacao-e-mineracao-raizes-profundas-que-explicam-o-presente/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

ARÁOZ, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: O extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. 3. Ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

BERQUE, Augustin. **Poétique de la Terre**: Histoire naturelle et histoire humaine, essai de mesologie. Paris: Editions Belin, 2014. Disponível em: <https://www.belin-editeur.com/poetique-de-la-terre-histoire-naturelle#anchor2> Acesso em: 11 jun. 2022.

BETHELL, Leslie. A presença Britânica no Império nos Trópicos. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107514>. Acesso em: 3 set. 2023.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Privatização da Vale do Rio Doce**: O Estado no lugar certo. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRÁSILIA – Justiça Federal. **I Jornada de Direito do Patrimônio Cultural e Natural: enunciados aprovados**. Brasília: Conselho de Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2023.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC. Comissão Permanente de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Cultural: Diretrizes Gerais**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: IPHAN, n. 31, 1980. Disponível: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf) Acesso em: 11 jun. 2022.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Lisboa Pombalina: em que medida iluminista? **Oculum Ensaio**, Campinas, n. 3, p. 8-21, fev. 2005. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/798>. Acesso em 3 out. 2022.

CANDAU, Joel. A memória e o princípio de perda. **Diálogos**, Maringá (PR), v. 16, n. 3, p. 843-872, set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36074/18680> Acesso em: 11 jun. 2022.

CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas (RS), v. 1, n. 1, p. 43-58,

dez. 2009/mar. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9564/6415> Acesso em: 11 jun. 2022.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **Desenho Contextual**: Uma abordagem fenomenológica-existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem. Orientadora: Odete Dourado Silva. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Paisagens culturais da mineração. Barcelona: **Laboratório Internacional de Paisajes Culturales**, 2016. p. 148-175. Disponível em:

https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/100040/ID6_8_Carsalade.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 11 jun. 2022.

CASTELLS. Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2018.

CASTRIOTA. Leonardo Barci. Lidando com um patrimônio sensível: O caso de Bento Rodrigues, Mariana MG. **Revista Arqutextos**, [s. l.], ano 20, jul. 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arqutextos/20.230/7423>. Acesso em: 11 jun. 2022.

CASTRO, Edna. CARMO, Eunápio do. Desastres e crimes da mineração em Barbacena, Mariana e Brumadinho na perspectiva da Ecologia Política e das comunidades locais. *In*: CASTRO, Edna. CARMO, Eunápio do. **Dossiê desastres e crimes da mineração em Barbacena**. Belém: NAEA: UFPA, 2019. p. 9-18.

CASTRO, Edna. Estratégias de expansão territorial de empresas de mineração na Amazônia, desastres socioambientais e “zonas de sacrifício”. *In*: CASTRO, Edna. CARMO, Eunápio do. **Dossiê desastres e crimes da mineração em Barbacena**. Belém: NAEA: UFPA, 2019. p. 19-34.

CASTRO, Paulo de Tarso Amorim; ENDO, Issamu; GANDINI, Antônio Luciano (org.). **Quadrilátero Ferrífero**: avanços do conhecimento nos últimos 50 anos. Belo Horizonte: 3i Editora, 2020. p. 9-14.

CASTRO, Ruy. Como a Semana de 22 virou vanguarda oficial depois de 50 anos esquecida. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 fev. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/02/como-a-semana-de-22-virou-vanguarda-oficial-depois-de-50-anos-esquecida.shtml>. Acesso em: 8 mar. 2023.

CHAUÍ, Marilena *et al.* Política cultural. *In*: RUBIM, Albino (org.). **Política Cultural e gestão democrática no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 275-340.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2017.

CLAVAL, Paul. “A volta do cultural” na geografia. **Mercator**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 2002.

CMMAD – Comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Tradução: Ourcommun future. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CODEMIG – Campanha de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**. Belo Horizonte: CODEMIG, 2022. Disponível em: <http://www.codemig.com.br/wp-content/uploads/2016/08/dados-financeiros-codemig31122021dfsifrs.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.

COELHO, Tádzio Peters. Mineração e dependência no Quadrilátero Ferrífero. Rio de Janeiro: **Intratextos**, n. Especial 3, p. 128-146, 2012. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2012-Minera%C3%A7%C3%A3o-e-Depend%C3%Aancia-no-Quadri%C3%A1tero-Ferr%C3%ADfero.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2023.

COSGROVE, Denis¹⁶⁸. A Geografia está em toda a parte: Culturas e simbolismos nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia Cultural: uma abordagem ontológica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 219-237.

COSTA, Antônio Gilberto. As Minas de ouro da América Portuguesa e a cartografia dos desertões no século XVII e XVIII. In: FRANÇA, Rocha Adriana. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG**. Belo Horizonte: Museu de História Natural da UFMG, v. 20, t. 1, 2011a. p. 91-112. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnpj/issue/view/918/272>. Acesso em: 11 jun. 2022.

COSTA, Antônio Gilberto. Os chamados caminhos fluviais para a conquista do território das minas e do Brasil e suas representações na cartografia da América Portuguesa. In: FRANÇA, Rocha Adriana. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG**. Belo Horizonte: Museu de História Natural da UFMG, v. 20, t. 1, 2011b. p. 131-142. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnpj/issue/view/918/272>. Acesso em: 11 jun. 2022.

COSTA, Everaldo Batista. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía**, Bogotá, v. 26, n. 2, p. 53-75, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n2/0121-215X-rcdg-26-02-00053.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.

COSTA, Everaldo Batista. **Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. Orientadora: Francisco C. Scarlato. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14032011-104656/publico/2011_EveraldoBatistadaCostan.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

COSTA, Everaldo Batista. Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: LAS UTOPIAS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDADE DEL FUTURO, 14., 2016, Barcelona. **Actas [...]**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016. p. 1-32. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

DEUS, José Antônio Souza. Inventário Toponímico e Abordagem Etnogeográfica do Mundo Agrário e Alimentos Tradicionais no Quadrilátero Ferrífero e Vales do Jequitinhonha e Mucuri/MG. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 6-22, dez. 2015.

¹⁶⁸ Com pequenas adaptações (inclusive, em geral, também os grifos) em termos de linguagem/expressão em relação à tradução original do texto.

DEUS, José Antônio Souza. Linhas Interpretativas e Debates Atuais no Âmbito da Geografia Cultural, Universal e Brasileira. Belo Horizonte. **Cadernos de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 25, 2. set. 2005. p. 45-59

DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliâne de Deus. A Geografia Cultural Contemporânea e os Focos de Tensão no Mundo: Uma Contribuição ao Debate. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 7, p. 63-91, set. 2009.

DEUS, José Antônio Souza; PAIVA, Raquel Cunha; PARREIRAS, Juliana Gomes. A arte urbana e a construção de novas paisagens como caminho para a ressignificação da ecologia política. **Ciência geográfica**, Bauru, v. 27, n. 1, p. 100-117, jan./dez. 2023.

ESCOBAR, Arturo. Constructing Nature: Elements for a poststructural political ecology. *In*: PEET, Richard; WATTS, Michael (ed.). **Liberation Ecologies**: Environment, development, social movements. New York: Routledge, 2002. p. 46-68.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 42, 1968.

FAVERO, Eveline; SARRIERA, Jorge Castellá; TRINDADE, Melina Carvalho. O desastre na perspectiva sociológica e psicológica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 201-209, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/TVrPqXqbCyB436MFBhqLz4B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2022.

FEIBER, Silmara Dias. **Técnicas construtivas tradicionais no Brasil**. Gestão e Prática de Obras de Conservação e Restauro do Patrimônio Cultural. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

FERRAZ, Pedro Company. Tombamento x Mineração: Quem ganha com isso? *In*: AZEVEDO, Marcelo; CASTRO JÚNIOR, Paulo Honório; MATTOS, Tiago; FREIRE, William (coord.). **Direito da mineração**: questões minerárias, ambientais e tributárias. Belo Horizonte: D'Placido Editora, 2017. p. 531-554.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no IPHAN: antecedentes, realizações e desafios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 35, p. 157-170, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahad Editores, 1978.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GILBERT, Martin. **A história do século XX**. São Paulo: Editora Planeta, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos em América del Sur y sus efectos derrame. **La Revista, Boletim Sociedad Siuza Americanistas**, [s. l.], n. 76, 2015. p. 13-23

GRIMONE, Marcos Ângelo. **O conceito jurídico de direito sustentável no Brasil**. Curitiba: Editora Juruá, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em: 11 jun. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial / de(s)colonial na “América Latina”. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2021.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3030/366>. Acesso em: 11 jun. 2022.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Tradução: Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HARVEY, David. **Justicia, naturaleza y la geografía de la diferencia**. Equador: Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador (IAEN) – Universidad de Posgrado del Estado, 2018.

HERZ, Mônica. Teoria das relações internacionais do Pós-Guerra Fria. **Revista DADOS**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/YgDB7pDqDTnKjFYdXvwB9yh/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2022.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

HONKE, Jana. As multinacionais e a governança da segurança nas comunidades. *In*: ACSELRAD, Henri. **Políticas territoriais, empresas e comunidades**: o neoextrativismo e a gestão empresarial do social. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. p.107-130.

IBÁÑEZ, Mario Rodriguez. Resignificando a cidade colonial e extrativista: Bem Viver a partir de contextos urbanos. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 297-333.

ICOMOS – Climate Change and Cultural Heritage Working Group. **The future of our pasts**: engaging cultural heritage in climate action. Paris: ICOMOS, 2019.

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Edital IEPHA nº 01/2022**. Gerencia de recursos humanos. SEI n167 2200.01.0001209/2022-17. Belo Horizonte, 2022.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Lista de **bens tombados e em processos**. Brasília: IPHAN, [atualizado em] 30 set. 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 20 dez 2021.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais**: sudeste e sul. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

INSTITUTO PRÍSTINO. **ATLAS DIGITAL GEOAMBIENTAL**. Sistema WebGis de livre acesso ao banco de dados ambiental. Belo Horizonte: Instituto Prístino, [20--]. Disponível em: <https://institutopristino.org.br/atlas/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

LANDER, Edgardo. Neoestrativismo: debates y conflictos em los países com gobiernos progressistas em Suramérica. *In*: ALIMONDA, H.; PÉREZ, C. T.; MARTIN, F. (org.). **Ecologia Política Latinoamericana**: pensamento crítico, diferencia latino-americana y rearticulación epistémica. Buenos Aires: CLASCO, 2017. p. 79-92.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. O extrativismo 4.0 e o “regime ambiental coronelista”: A articulação de sistemas ambientais brasileiros com esquemas de governança multistakeholder global. **Revista Ambientes**, Francisco Beltrão (PR), v. 3, n. 2, p. 107-161, 2021. DOI: <https://doi.org/10.48075/amb.v3i2.28409>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28409>. Acesso em: 11 jun. 2022.

LEFF, Enrique. Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [Curitiba], v. 35, p. 29-64, dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.44381>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/44381>. Acesso em: 11 jun. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. *In*: GUINSBURG, J. (dir.). **Raça e Ciência**. Trad. João Joel da Silva. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012. p. 231-269 Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1360>. Acesso em: 12 set. 2022.

LIMA, Madalena Costa. NETO, Maria João Baptista. Duas catástrofes históricas: o Grande Incêndio de Londres e o Terremoto de Lisboa de 1755 – efeitos no Patrimônio Artístico e atitudes de recuperação. **Conservar Patrimônio**, Lisboa, n. 25, p. 37-47, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5136/513654154005.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.

LIRA, José Tavares Correia. Arquitetura como bem cultural. *In*: LEMOS, Carlos A. C. **Da Taipa ao concreto: crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2013. p. 11-17.

KÜHL, B. M. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista CPC**, São Paulo, n. 1, p. 16-40, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15579>. Acesso em 13 mai. 2023.

MACHADO, Maria Márcia Magela; RUCHKYS, Úrsula de Azevedo; RENGER, Friedrich Ewald. A evolução do entendimento da geologia do Quadrilátero Ferrífero: uma história registrada em mapas. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, n. 67/4, p. 747-758, jul./ago. 2015. Edição Especial de Cartográfica Histórica. ISSN: 1808-0936.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. VII- XXIII.

MARANDOLA Jr., Eduardo. HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidade do lugar vs. Vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 161-181, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/132>. Acesso em: 11 jun. 2022.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. São Paulo: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-24, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497/73267>. Acesso em: 11 jun. 2022.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Ouro Preto. **Anais [...]**. Brasília: IPHAN, v. 1, 2012. p. 25-39. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Repovoando o patrimônio ambiental urbano. Brasília: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 36, p. 39-60, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

MILANEZ, Bruno; DOS SANTOS, Rodrigo S. P.; MANSUR, Maíra S.; COELHO, Tádzio P. Buscando conexões para o desastre: poder e estratégia na rede global de produção da Vale. **Revista Internext**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 265-285, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18568/internext.v14i3.561>. Disponível em: <https://internext.espm.br/internext/article/view/561>. Acesso em: 11 jun. 2022.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Introdução ao Direito do Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Editora 3I, 2021.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Princípios básicos da proteção ao Patrimônio Cultural. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo. **Mestres e Conselheiros: manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p. 15-24.

MIRANDA, Maria Geralda; FRIEDE, Reis. RODRIGUES, Aline Cordeiro. ALMEIDA, Dafne Sampaio. Cadê a minha cidade, ou o impacto da tragédia da Samarco na vida dos moradores de Bento Rodrigues. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v18i2.1410>. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1410>. Acesso em: 24 jan. 2023.

MURTA, Roberto Luciano Leste. O primeiro mapa geológico de Minas Gerais: Octavio Barbosa e Djalma Guimarães, 1934. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**. Belo Horizonte, Museu de História Natural, v. 20, n. 2, p. 169-185, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnpj/article/view/19191/16274>. Acesso em: 11 jun. 2022.

NADER, Laura. Harmonia Coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 26, out. 1994. p. 18-28. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/26/rbcs26_02.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. **GeoTextos**, [s. l.], v. 6, n. 2, dez. 2010. p. 163-186. DOI: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v6i2.4835>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4835>. Acesso em: 10 mai. 2022.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo: Projeto História, 1993.

OLENDER, Marcos. O afetivo efetivo: sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 35, p. 321-341, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. A gestão dos conflitos e seus efeitos políticos: Apontamentos de pesquisa sobre mineração no Espinhaço, Minas Gerais. **Revista Antropolítica**, Niterói, v. 2, n. 49, p. 42-71, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a42125>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42125>. Acesso em: 11 jun. 2022.

OLIVER-SMITH, Anthony. What is a disaster? Anthropological Perspectives on a Persistent Question. In: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN, S. (ed.). **The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective**. New York: Routledge, 1999.

PAIVA, Carlos Magno de Souza. **A autonomia do Direito do Patrimônio Cultural em relação ao Direito Ambiental**. 2014. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PANTOJA, Igor. **Planejamento privado social: práticas da CVRD (Vale S.A.) em municípios do Maranhão**. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PEREIRA, Andrei Gomes Santana; SANTOS, Áurea Jaciane Araújo. **O processo de reparação socioambiental da Bacia Paraopeba e a participação popular como premissa: o caso Brumadinho**. IX Congresso CONSAD de Gestão Pública - Brasília/DF, 2022. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/artigos-academicos-produzidos-pelo-comite-gestor-pro-brumadinho> Acesso em: 18 dez. 2023.

PIUZANA, Danielle. MENESES, José Newton Coelho. MORAIS, Marcelino. FAGUNDES, Marcelo. Espaços de minerar e caminhos do abastecer: as paisagens, os lugares e o território do Quadrilátero Ferrífero. **Tarairiú – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB**, Campina Grande, ano II, v. 1, n. 2, p. 127-141, mar. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304117730_ESPACOS_DE_MINERAR_E_CAMINHOS_DO_ABASTECER_AS_PAISAGENS_OS_LUGARES_E_O_TERRITORIO_DO_QUADRILATERO_FERRIFERO. Acesso em: 3 jan 2023.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: CUNHA, Cristina Mary Paes. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080> Acesso em: 11 jun. 2022.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder. Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires: CLASCO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROBBINS, Paul. **Political Ecology: a Critical Introduction**. Oxford: John Wiley & Sons, 2012.

RUCHKYS, Úrsula Azevedo; MACHADO, Maria Márcia Magela. Patrimônio geológico e mineiro do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais – Caracterização e iniciativas de uso para educação e geoturismo. **Boletim Paranaense de Geociências**, [Curitiba], v. 70, 2013. p. 120-136. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geociencias/article/view/31541/21551>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SANT'ANA, Márcia. Desafios e perspectivas da política federal de salvaguarda do Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 36, 2017. p. 95-106 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf Acesso em: 11 jun. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. Moçambique: A maldição da Abundância. **Carta Maior**, v. 23, 2012. Disponível em <https://operamundi.uol.com.br/opiniaio/23282/mocambique-a-maldicao-da-abundancia>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra fria: novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 138-169, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/jdGMSbwdymTVM4H9QSV9wcs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SCIFONI, Simone. Patrimônio Mundial: Do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **GEOUSP (online)**, São Paulo, n. 14, p. 77-88, 2003. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2003.123833>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123833>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SEDREZ, Lise. Desastres socioambientais, políticas públicas e memória – contribuições para a história ambiental. *In*: NODARI, Eunice Sueli; CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Migrações e natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 185-202.

SEEMANN, Jorn. Cartografias culturais na geografia cultural: entre mapas da cultura e a cultura dos mapas. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 61-82, jul./dez. 2001.

SILVA, Daisy Rafaela da. **Direito social e patrimônio cultural**. Editora Alínea, Campinas, 2016.

SNDPC – Seminário Nacional de Direito ao Patrimônio Cultural. **Carta de Ouro Preto para a Legislação Brasileira de Patrimônio Cultural**. [Org]. Núcleo de Pesquisa em Direito do Patrimônio Cultural – NEPAC, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Ouro Preto, 2023. Disponível em: <https://www.patrimonioculturalbrasil.org/carta> Acesso em: 28 set. 2023

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CÔRREA,

Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-16.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. Território usado, rugosidade e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 1-17, out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26485/23259>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SUESS, Paulo. O imaginário, o simbólico e o ético-político são essenciais à luta pela transformação social. In: SUESS, Paulo. **Causa indígena e presença missionária: 1945 – 1995. Impactos, mudanças e perspectivas**. São Paulo: Jornal Indigenista PORANTIM, 1996. p. 1-27. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/J1D00008.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración em América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, mar./abr. 2013. p. 30-46. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 11 jun. 2022.

TEBET, Mariana Guarnieri de Campos; AMARAL, Cláudio Silveira. À luz de Jhon Ruskin. **Revista Arquitextos**, [s. l.], ano 22, fev. 2022. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.261/8397>. Acesso em: 15 mar. 2023.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. ZHOURI, Andréa. MOTTA, Luana Dias. Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 36, n. 105, p. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/3610501/2020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/CX94xtKJ5HFt6CWs8psVSXC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 dez 2022.

TINOCO, Jorge Eduardo L. **Noções, conceitos, história e critérios de intervenção de conservação e restauração em edificações de valor cultural**. Curso de Gestão de práticas de obras de conservação e restauração do patrimônio cultural. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2013.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **O homem e a montanha. Introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro**. Organizado por Francisco Eduardo de Andrade e Mariza Guerra de Andrade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Editora Difel: Difusão Editora, 1980.

UNESCO. **Gestão de riscos de desastres para o Patrimônio Mundial: Manual de referência do patrimônio mundial**. Brasília: UNESCO: IPHAN, 2015.

VALÊNCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3631-3644, 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2014.v19n9/3631-3644/>. Acesso em: 11 jun. 2022.

VARINE, Hugues. O museu comunitário como processo continuado. **Caderno do CEOM**, Santa Catarina, ano 27, n. 41, p. 25-35, 2014.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Mineiridade**: Ensaio de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Vila Rica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

WERKEMA, Mauro. **Ouro Preto na história**: protagonismos, paradigmas, revisões. Ouro Preto: Livraria e Editora Graphar, 2018.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do Mundo**: Drummond e a mineração. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

ZHOURI, Andréa. Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil: uma perspectiva da Ecologia Política. *In*: CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio. **Dossiê desastres e crimes da mineração em Barbacena**. Belém: NAEA: UFPA, 2019. p. 43-52.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. *In*: ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens Augustinus (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. P. 11-34.

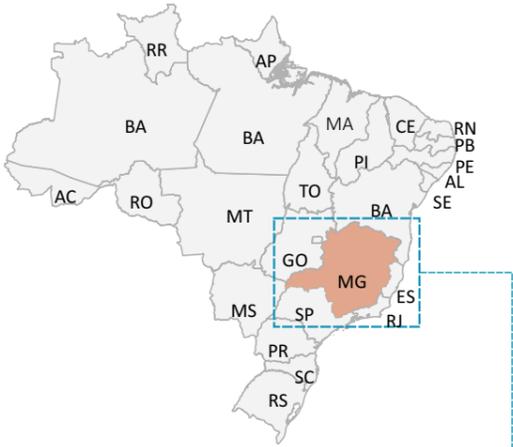
ZHOURI, Andréa. OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. *In*: ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens Augustinus (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 439-462.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **A matemática da gestão e a alma lameada: os conflitos de governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco**. 2018. Tese (doutorado em antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

APÊNDICE A: Mapas de bens patrimoniais acautelados pelo Estado e pela União.

Cartografia Cultural do Estado de Minas Gerais

Localização



48° W

42° W

20° S



Legenda

- Minas Gerais
- Limites Municipais
- Quadrilátero Ferrífero
- Municípios com bens acautelados (IEPHA/IPHAN)
- Caminho do Sabarabucu
- Caminho dos Diamantes
- Caminho Novo
- Caminho Velho

Dados Cartográficos

Projeção Geográfica
Datum Horizontal: Sirgas 2000

Fontes:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA-MG
Infraestrutura de Dados Espaciais - SEMAD-MG / IDE-Sistema
Instituto EStrada Real

Data

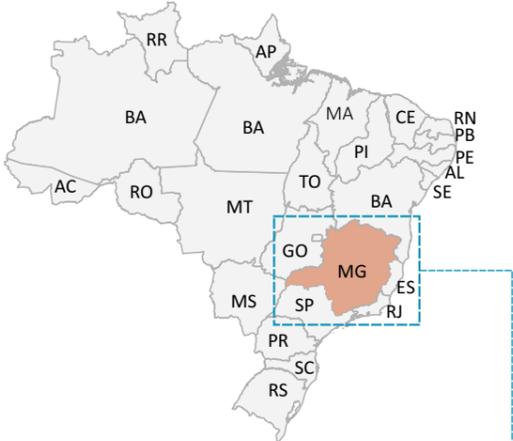
Abr 2022

Escala de Impressão

A3 - 1/1

Municípios com bens culturais acautelados pelo IEPHA/MG – Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Localização



48° W

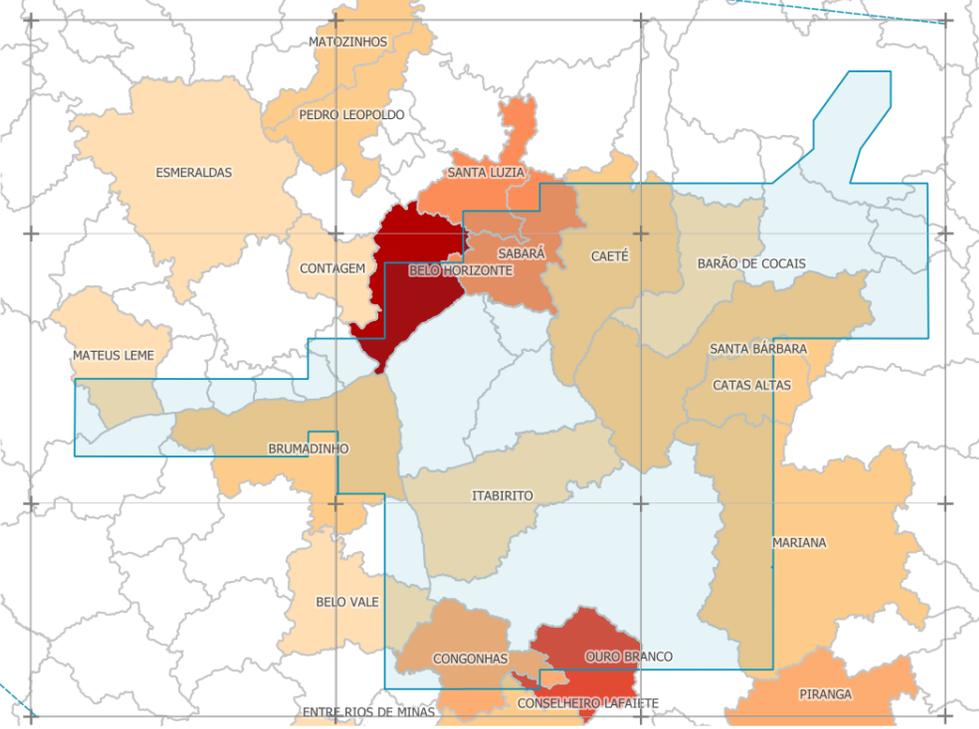
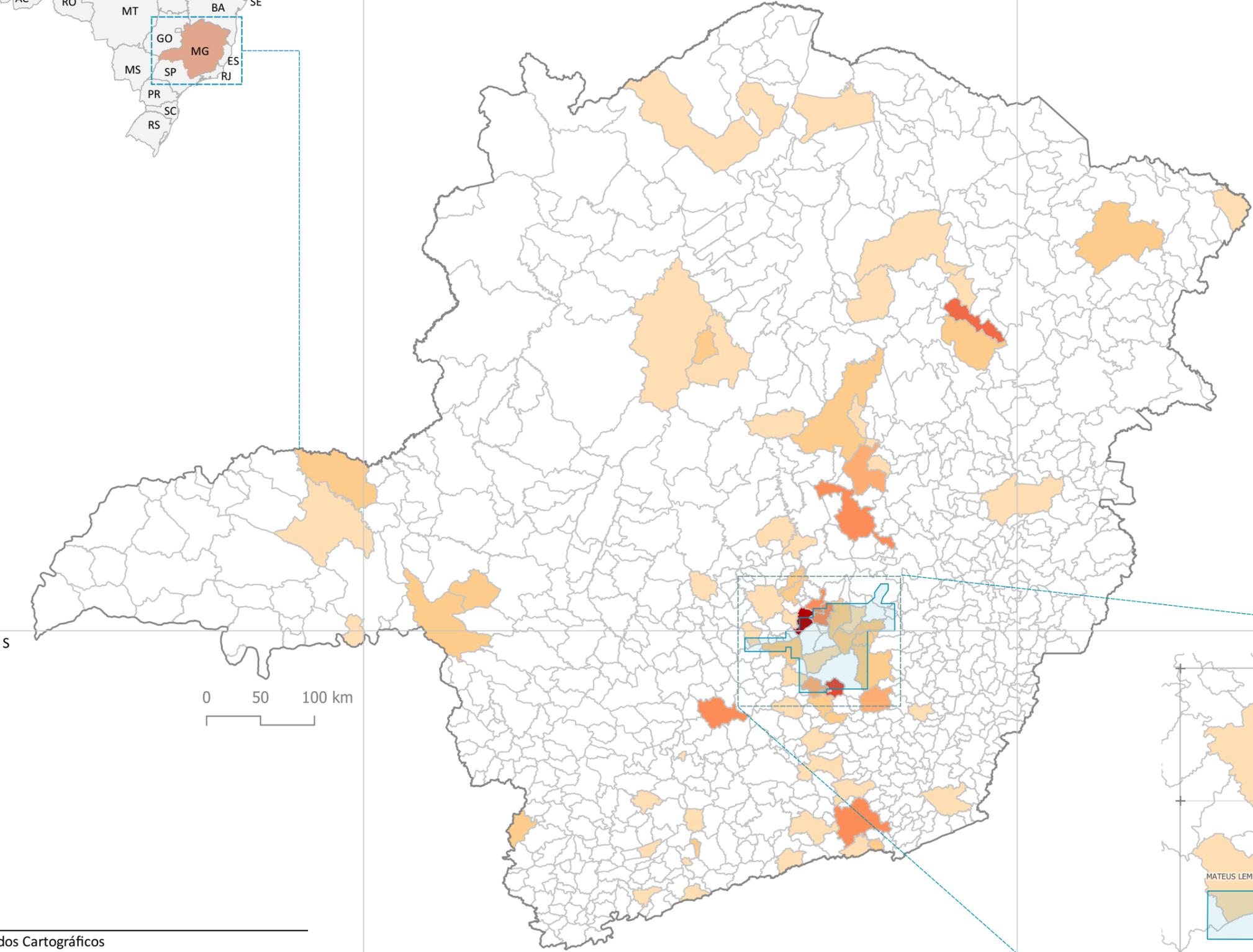
42° W

20° S



Legenda

- Minas Gerais
 - Limites Municipais
 - Quadrilátero Ferrífero
- Bens Acautelados - IEPHA**
- 0
 - 1
 - 2
 - 3
 - 3 - 5
 - 5 - 10
 - 10 - 15
 - 15 - 30
 - 30 - 31

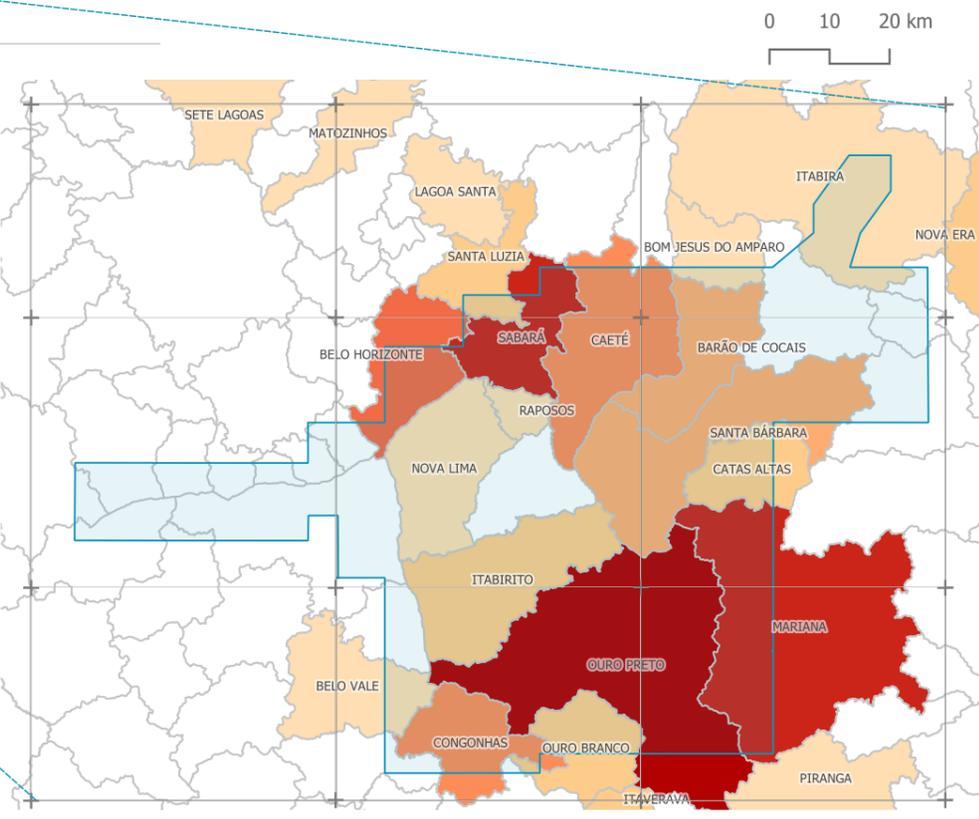
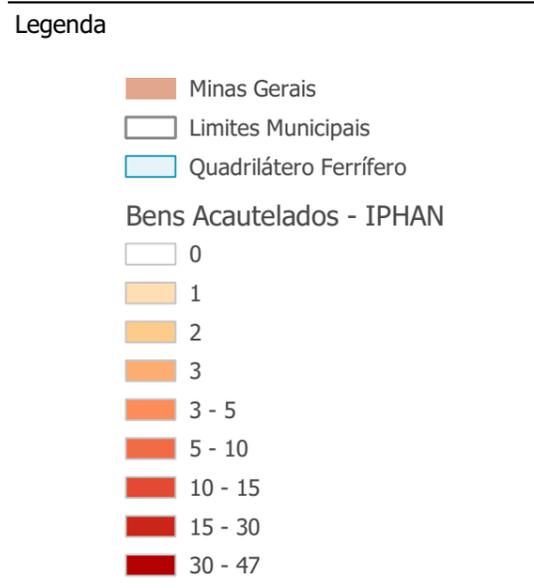
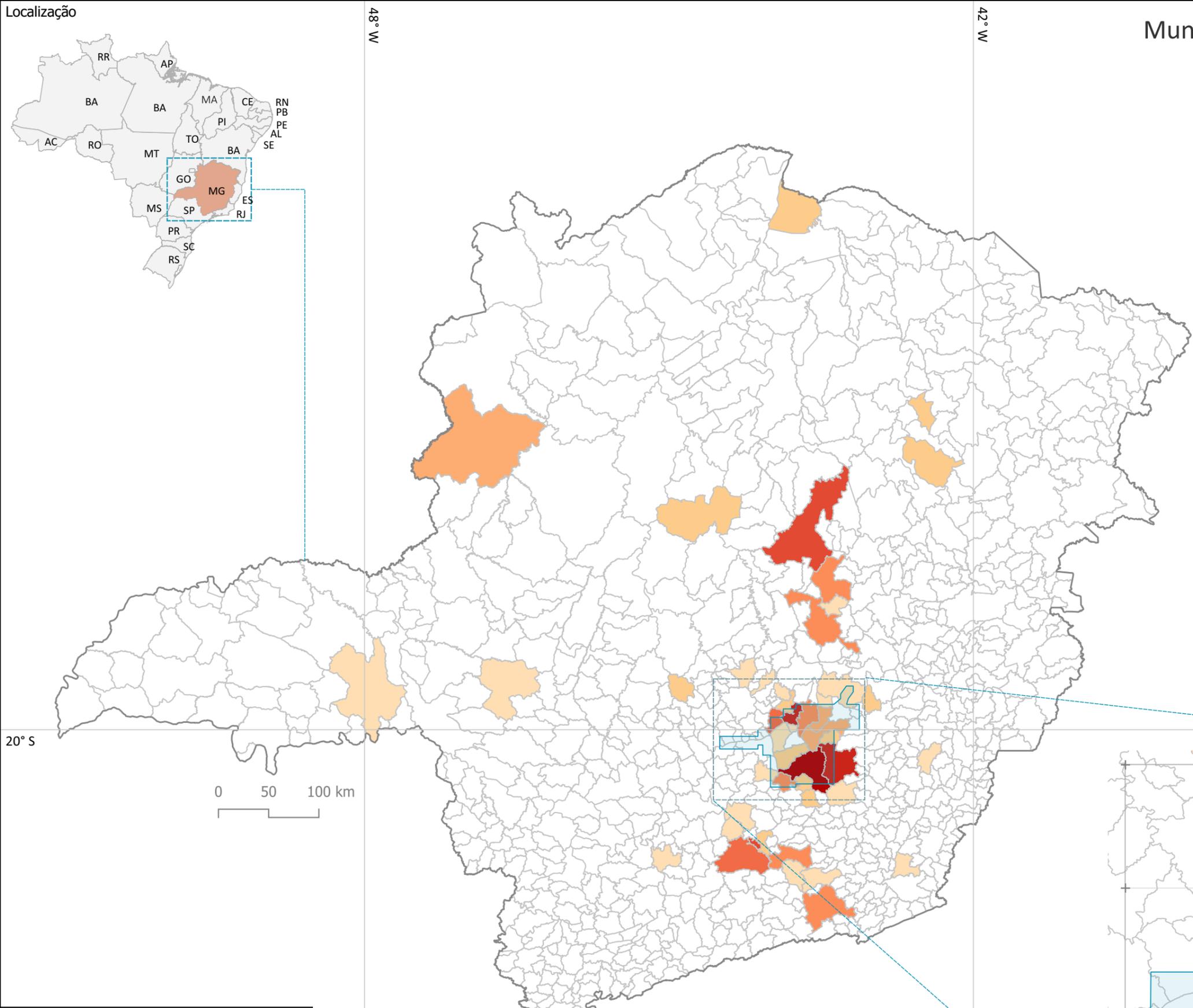
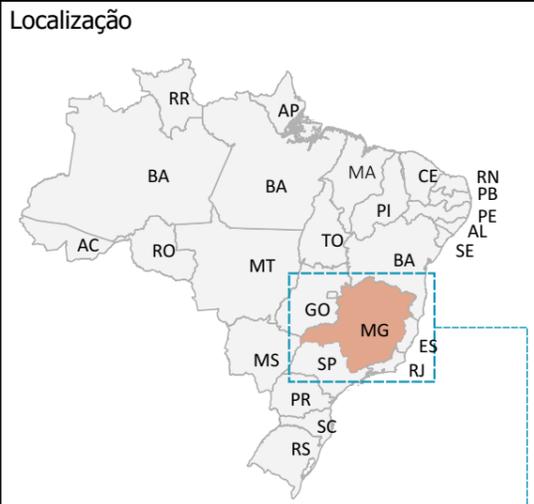


Dados Cartográficos
 Projeção Geográfica
 Datum Horizontal: Sirgas 2000
Fontes:
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
 Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA-MG
 Infraestrutura de Dados Espaciais - SEMAD-MG / IDE-Sistema

Data **Escala de Impressão**
 Abr 2022 A3 - 1/1



Municípios com bens culturais acautelados pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



Dados Cartográficos
 Projeção Geográfica
 Datum Horizontal: Sirgas 2000

Fontes:
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
 Infraestrutura de Dados Espaciais - SEMAD-MG / IDE-Sistema

Data: Abr 2022 Escala de Impressão: A3 - 1/1

APÊNDICE B: Banco de dados do Patrimônio Cultural acautelado pelo IEPHA e IPHAN no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.

Registro de Envio (9 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Capela de Santana
abc	A2. Ano de tombamento?	1938
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 1. Barão de Cocais
☰	A5. Localização?	• 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Largo de Santana, s/n, distrito de Cocais
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.862957075347087, -43.45507081748223
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Igreja só abre em dias de missa
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	pintura em bom estado, com demandas de agenciamento externo. Sem informações sobre o estado do interior da igreja.
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diversos, incluindo PAC Cidades Históricas
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	preserva características originais, mas demanda reparações.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Tráfego intenso de veículos • 9. Barragem de mineração • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento
abc	A.18.4.1 Outros
abc	A18.5 Outros:
☰	<p>A19. Consequências das ocupações e atividades?</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem
abc	A19.2 Danos materiais ao bem
abc	A19.10 Outros
abc	A20. Observações gerais de campo
☰	<p>A21. Fontes de Informação</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site
abc	A21.1 Outros:
🖼️	<p>A22. IMAGEM</p> 

começo	2023-09-24T11:53:59.150-03:00
fim	2023-09-24T12:17:58.335-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	272411464
instancialID	uuid:cb613ee4-08e8-42ee-906d-7edc98ecec55
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (10 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Capela de Nossa Senhora do Rosário
abc	A2. Ano de tombamento?	1939
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 1. Barão de Cocais
☰	A5. Localização?	• 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Praça do Rosário, s/n, distrito de Cocais
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.864943331536296, -43.45680892400379
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Igreja só abre em dias de missa
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 7. Não coletado
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diversos, incluindo PAC Cidades Históricas
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da	

	situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	preserva características originais em bom estado.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 9. Barragem de mineração • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-24T11:39:13.606-03:00
	fim	2023-09-24T12:01:39.611-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	

auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	272407260
instancialD	uuid:23284378-96d9-4139-9fff-e80cf2245c1e
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (11 de 134)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Matriz de São João Batista
abc	A2. Ano de tombamento?	1939
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 1. Barão de Cocais
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Praça Monsenhor Gerardo Magela, nº 12, Centro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.945449825674864, -43.487623489163546
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	recentemente restaurada
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 2. Mineração • 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diversos, incluindo PAC Cidades Históricas e ICMS Cultural
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Compensação (penalidade) 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	acionamento do PAEBM da Barragem do Congo Soco em 2019.
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Infraestrutura urbana e jardins em bom estado.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 9. Barragem de mineração • 12. Estacionamento • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	

abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	Risco de danos em caso de rompimento da barragem Sul Superior de Congo Soco que ficou em nível de alerta tipo 2 entre os anos de 2019 e 2022.
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo	2023-09-24T10:57:33.621-03:00
fim	2023-09-24T11:39:13.565-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	272403812
instancialID	uuid:a0639571-6b3d-47a2-a530-00ff219334e3
Enviado por	



Registro de Envio (12 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Conjunto das Ruínas de Gongo Soco
abc	A2. Ano de tombamento?	1995
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Barão de Cocais
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Rural
abc	A5.1 Endereço	Estrada rural, s/n, distrito de Socorro
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-19.95849067664555, -43.5825953652399
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	área restrita da mineradora Vale S.A.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 7. Não coletado
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 5. Sem Uso
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	área de mineração, não tem informação precisa.
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 2. Mineração
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 2. Mineração
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	6. Obrigação judicial ou extra • judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Medida preventiva no PAEBM da Barragem Superior Sul, da Vale S.A., em Nível de Emergencia 2 - NE2
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 2. Compensação (penalidade)
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	Registro do bem e remoção de elementos móveis
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 5. Restrito – Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 1. Sem acesso
abc	A14.1 Mista - descrição da	

	situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Não se aplica
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Não coletado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 8. Indústria • 9. Barragem de mineração
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujeidade excessiva
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Antiga vila inglesa foi destruída até 1990.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-15T09:00:37.588-03:00
	fim	2023-10-02T09:14:20.124-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	272395341

instanciaID	uuid:12a314ec-36d1-40c6-8638-482e73dc1bf0
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (46 de 133)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	1º Batalhão da Polícia Militar
abc	A2. Ano de tombamento?	1984
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Praça Floriano Peixoto, 18148 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, 30150-360
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Bom estado de conservação geral mas com descolamentos pontuais de pintura demonstrando a aplicação de pintura incompatível com o material original.
abc	A7.2 Médio	

abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A9.1.1 Outros:	Espaço de recreação entidade de classe - Polícia Militar
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	Antigo clube dos sargentos da Polícia Militar desde 1967 (antigamente do clube dos oficiais) antes da capital
☰	A10.2 Instituição Pública	

abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 5. Organização social
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	• 3. Outros
abc	A11.5.1 Outros	associação com serviço Jurídico e lazer
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 1. Contrapartida
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 4. Restrito - Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	• 6. Não se aplica
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	• 2. Realização de festividades
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	• 2. Parte interna da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 3. Entorno abandonado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	Entorno mal cuidado com falta de manutenção nos jardins, canteiros e calçamento. Entorno utilizado como depósito/descarte de materiais de construção com uma grande quantidade de telhas ocupando a calçada sem nenhum tipo de aviso aos transeuntes e sem qualquer tipo de proteção e acondicionamento para telhas francesas. O entorno na Avenida Álvares Maciel é onde o abandono se acentua, com a falta de iluminação e de poda das árvores deixando o calçamento escuro e com pouca visibilidade mesmo durante o dia.
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	

☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Descaracterização do bem
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	O interior da edificação passou por vários tipos de reforma para viabilizar o uso.
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Tombado em conjunto com a Praça Floriano Peixoto pelo IEPHA.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo	2023-05-25T15:02:26.103-03:00
fim	2023-10-08T15:50:35.764-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244438209
instanciaID	uuid:c3f74cb3-a33b-4979-94e1-dbcee6f86d9d
Enviado por	



Registro de Envio (110 de 130)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Academia Mineira de Letras
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	R. da Bahia, 1466 - Centro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Espaço fechado e necessário agendamento
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom 7. Não coletado
abc	A7.1 Bom	Bem conservado do lado externo mas internamente não foi possível analisar
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	3. Restrito - Acesso controlado • (diante solicitação) • 4. Restrito - Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 5. Realização de atividades educativas • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Edificação adjacente bem conservada
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-11T13:36:48.072-03:00
	fim	2023-10-08T15:39:47.664-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	237628249
	instanciaID	uuid:51f722fd-4931-4060-aabb-cef375268d0f

Enviado por



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (112 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Antiga Escola Ordem e Progresso - Detran
abc	A2. Ano de tombamento?	1983
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	R. Bernardo Guimarães, 1468 - Funcionários
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Demanda reparos e manutenção
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 2. Estatal
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 2. Estatal
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 4. Restrito - Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 10. Outros
abc	A15.1 Outros:	Serviços relacionados a trânsito
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Infraestrutura urbana adequada
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Tráfego intenso de pessoas • 4. Tráfego intenso de veículos • 5. Edifícios • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-11T16:01:18.816-03:00
	fim	2023-10-08T15:39:39.812-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa

_id	237598684
instancialD	uuid:f03e865e-67db-4150-92ae-becdc066021e
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (41 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Antiga Secretaria da Fazenda / Memorial Minas Gerais Vale
abc	A2. Ano de tombamento?	1977
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Praça da Liberdade, 640 - Savassi, Belo Horizonte - MG, 30140-010
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Museu fechado no dia da visita.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Edificação em ótimo estado de conservação.
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 2. Mineração
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 2. Mineração
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 5. Realização de atividades educativas 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Parte interna da edificação 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Praça da Liberdade - muito bem cuidado com bom calçamento, árvores podadas e boa sinalização.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Trafego intenso de pessoas 4. Trafego intenso de veículos 5. Edifícios 12. Estacionamento 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento
abc	A.18.4.1 Outros
abc	A18.5 Outros:
☰	<p>A19. Consequências das ocupações e atividades?</p> <ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem
abc	A19.2 Danos materiais ao bem
abc	A19.10 Outros
abc	A20. Observações gerais de campo
☰	<p>A21. Fontes de Informação</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:
🖼️	<p>A22. IMAGEM</p> 
começo	2023-05-26T17:38:19.527-03:00

fim	2023-07-16T12:07:53.533-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244452739
instancialID	uuid:d70d954c-cf57-458b-949e-7a80248fcbca
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J

Registro de Envio (43 de 133)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Antiga Secretaria de Agricultura/ Polícia Civil
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Praça Rio Branco, 56 - Centro, Belo Horizonte - MG, 30160-041
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Edificação com duas fachadas principais, estando uma completamente interditada e na outra o acesso foi negado.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Fachada com danos nas esquadrias mas em bom estado no geral.

abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 7. Não coletado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 5. Não coletado
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	3. Restrito - Acesso controlado • (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 1. Sem acesso

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Entorno utilizado como estacionamento, gradil em péssimo Estados de conservação com escurecimento, no embasamento, pisações, calçamento faltante, mal cheiro e dejetos humanos.
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	

abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Edificação descolada do entorno.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	

começo	2023-05-25T16:09:48.208-03:00
fim	2023-06-08T12:05:58.393-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244445805
instancialID	uuid:fe85f3f2-d659-474d-8b3f-644b2874adb6
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J

Registro de Envio (40 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Antiga Secretaria de Educação / Museu Minas e Metal
abc	A2. Ano de tombamento?	1977
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Praça da Liberdade, 680 - Funcionários, Belo Horizonte - MG, 30140-010
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Museu fechado no dia da visita.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Edificação muito bem cuidada e conservada.
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	• 2. Mineração
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 2. Mineração
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo • 6. Obrigação judicial ou extra judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Contrapartida Minerodutos Conceição do Mato Dentro
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 5. Realização de atividades educativas • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Praça da Liberdade - muito bem cuidado com bom calçamento, árvores podadas e boa sinalização.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Tráfego intenso de pessoas • 4. Tráfego intenso de veículos • 5. Edifícios • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	

	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 5. Ruído excessivo • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-26T17:38:57.700-03:00
	fim	2023-09-24T10:39:29.687-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	

auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244453730
instancialD	uuid:d4a12f29-c06f-4ef9-9ee6-7b136e7cd65b
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J

Registro de Envio (39 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Antiga Secretaria de Obras Públicas / Antiga Secretaria de Agricultura / IEPHA
abc	A2. Ano de tombamento?	1977
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Praça da Liberdade, 470 - Funcionários, Belo Horizonte - MG, 30140-010
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Responsável não estava mais presente. (31) 982102420
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Demanda reparos pontuais - edifício em uso

abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 5. Realização de atividades educativas 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Parte interna da edificação 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Praça da Liberdade - muito bem cuidado com bom calçamento, árvores podadas e boa sinalização.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Trafego intenso de pessoas 4. Trafego intenso de veículos 5. Edifícios 12. Estacionamento 17. Descarte de lixo / entulho 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de	

	abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Edificação recentemente reaberta - há ocupação de pessoas em situação de rua no seu entorno imediato.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-26T17:41:20.939-03:00
	fim	2023-07-16T11:58:25.152-03:00
	hoje	
	nome de usuário	

ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244457886
instanciaID	uuid:0e61d4e8-bfff-4217-8276-bac99c7a991e
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J



Registro de Envio (61 de 132)

Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#)

Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Antiga Secretaria de Segurança Pública e Interior e Justiça / CCBB
abc	A2. Ano de tombamento?	1977
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Praça da Liberdade, 450 - Funcionários, Belo Horizonte - MG, 30140-010
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Ótimo estado de conservação do bem e do entorno com ampla ocupação do seu interior e exterior.
abc	A7.2 Médio	

abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 3. Banco
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 3. Banco
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	

☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo • 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Mobilização Social
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Restrito - Acesso controlado (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	4. Misto (atividades pagas e • gratuitas)
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	Espetáculos pagos e exposições gratuitas
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	5. Realização de atividades • educativas • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	• 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Praça da Liberdade - Calçada e escadaria de aceso bem conservados com apropriação dos transeuntes, utilizando a escadaria como local de encontro e descanso.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	

abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 5. Ruído excessivo • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo	2023-05-26T17:39:46.497-03:00
fim	2023-07-16T12:01:31.205-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	243971001
instancialID	uuid:f3617987-73ae-4d56-b1af-772c1a32cfbb
Enviado por	



Registro de Envio (50 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Antiga sede do BEMGE / UAI Praça Sete
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. Amazonas, 478 - Centro, Belo Horizonte - MG, 30180-001
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Funcionários específicos e disponíveis para atender todo o tipo de demanda relacionada à pesquisa.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Edificação no geral em bom estado de conservação mas com algumas descaracterizações internas marcantes para que fosse viabilizada a ocupação atual.

abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A9.1.1 Outros:	Shopping do cidadão
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	PPP parceria público privado
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Shopping do cidadão
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Restrito - Acesso controlado (horários pré-estabelecidos) 3. Restrito - Acesso controlado (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	7. Realização de atividades <ul style="list-style-type: none"> econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Parte interna da edificação 3. Parte externa da edificação 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Entorno com apropriação dos transeuntes com vários tipos de atividades mas necessitando de manutenção e limpeza pelo grande fluxo de pessoas que transitam e ocupam o espaço.
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Trafego intenso de pessoas 4. Trafego intenso de veículos 5. Edifícios
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	

	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Descaracterização do bem • 5. Ruído excessivo
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	Interior do edifício com adaptações para acessibilidade e instalações de serviço internas descaracterizantes, além de cafeteria e baias para atendimento.
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Edificação com marcas de uso mas no geral bem cuidada e com pessoal disponível com acesso às informações referentes à administração do espaço.
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo	2023-05-25T16:06:35.663-03:00
fim	2023-07-16T12:35:01.925-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244182717
instancialID	uuid:e66da400-82b1-49e9-9cdf-7f78bf0296a8
Enviado por	



Registro de Envio (62 de 132)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Edifício da antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais - DOPS-MG
abc	A2. Ano de tombamento?	2016
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Av. Afonso Pena, 2531 - Centro, Belo Horizonte - MG, 30130-005
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Atualmente o espaço é um "centro integrado de saúde"
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 6. Outros
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	Descaracterizado com placas de ACM cobrindo toda a extensão do segundo pavimento da fachada frontal. Adição de esquadrias de vidro contemporâneas e marca de mofo na friteira da edificação.
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A9.1.1 Outros:	Centro médico
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	PreVacín
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	

☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Grupo PreVacín
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 4. Restrito - Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 6. Não se aplica

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Outros
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	Afastamento frontal utilizado como estacionamento.
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de	

☰	saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Descaracterização do bem
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	Descaracterizado com placas de ACM cobrindo toda a extensão do segundo pavimento da fachada frontal. Adição de esquadrias de vidro contemporâneas e marca de mofo na festeira da edificação.
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	O bem está completamente irreconhecível ao se passar pela Avenida em q se encontra.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-17T15:19:07.659-03:00
	fim	2023-07-16T12:05:23.962-03:00
	hoje	
	nome de usuário	

ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	241991789
instanciaID	uuid:a84afb3d-03a4-4e20-ba99-a2fe3d24107b
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

132 respostas

J

Registro de Envio (25 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Antigo Cassino - Museu de Arte da Pampulha
abc	A2. Ano de tombamento?	1984, 1997 e 2003
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA 2. IPHAN
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. Otacílio Negrão de Lima, 16585
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.851261174309244, -43.9736540879289
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Fechado desde 2019. Aguarda restauro e ampliação.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 7. Não coletado
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Institucional • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município • 5. Estado
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 5. Restrito - Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 6. Não se aplica
abc	A14.1 Mista - descrição da	

	situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	jardins abertos e conservados
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 4. Trafego intenso de veículos 18. Jardins 19. Outros
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	Aeroporto da Pampulha
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Patrimônio Mundial da UNESCO. Restauração aprovada pela FMC e DPCA - aguarda verbas para execução. Sem definição de fonte.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-07-16T10:15:50.028-03:00
	fim	2023-07-16T10:28:32.292-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	

auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	253238664
instancialD	uuid:756b464b-a830-41b7-878a-1eb77d6ff004
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (118 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Antigo Conselho Deliberativo e Câmara Municipal de Belo Horizonte - Museu da Moda
abc	A2. Ano de tombamento?	1975
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	R. da Bahia, 1149 - Centro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Manutenção constante, restaurado em 2016
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 7. Não coletado
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo • 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundação Municipal de Cultura FMC e Programa municipal Adote um bem cultural
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Programa municipal Adote um bem cultural
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Utilização do espaço • 4. Mobilização Social
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Restrito - Acesso controlado (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 5. Realização de atividades educativas 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Parte interna da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Entorno em bom estado 4. Outros
abc	A17.1 Estado em bom estado	Infraestrutura urbana adequada
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Trafego intenso de pessoas 4. Trafego intenso de veículos 5. Edifícios
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-11T14:12:25.973-03:00
	fim	2023-10-08T15:41:07.792-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa

_id	237571002
instancialD	uuid:30777029-cdb7-48f5-a3d8-2fcf8cfbb032
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respuestas

J

Registro de Envio (54 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Antigo Instituto de Química UFMG
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	R. da Bahia, 52 - Centro, Belo Horizonte - MG, 30160-010
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Edificação não cuidada, com pixações em toda a extensão da fachada, vidros quebrados e sujidades.
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Institucional • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Estado
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 8. Outros
abc	A10.2.1 Outros:	UFMG
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo • 6. Obrigação judicial ou extra judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Inquérito Civil 0024.07.000732- 3 via Plataforma Sementes/MPMG
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Compensação (penalidade)
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	Recuperação do Conjunto Praça da Estação
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Restrito - Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Praça e vias revitalizadas
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Tombamento pelo Conjunto Praça da Estação
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-29T13:55:31.554-03:00
	fim	2023-10-08T15:15:29.275-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	

número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244170753
instanciaID	uuid:370d4239-f37e-4a64-9a7d-5999efb69029
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J

Registro de Envio (109 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Arquivo Público Mineiro
abc	A2. Ano de tombamento?	1975
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. João Pinheiro, 372 - Lourdes
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom 7. Não coletado
abc	A7.1 Bom	Bem conservado mas com descolamentos pontuais advindos de umidade ascendente
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Institucional • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Estado
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Mineração
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo 6. Obrigação judicial ou extra • judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	fundos diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Recomendação Conjunta MPMG/CPPC nº 26/2019. Via Plataforma Sementes/MPMG e obra da Vale S.A em parceria com Governo de Minas
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Compensação (penalidade)
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	Preservação do acervo
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Restrito - Acesso controlado (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Realização de eventos e reuniões • 5. Realização de atividades educativas • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Bem conservado com praça no mesmo terreno conectando-o e integrando-o ao Museu Mineiro
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
	A18.3 Infraestrutura de	

	abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-11T12:12:18.364-03:00
	fim	2023-10-08T15:39:18.820-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	

__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	237628642
instancialD	uuid:fa35239b-23ed-40c7-873d-c331e9537c0c
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (114 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Automóvel Clube de Minas Gerais
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. Afonso Pena, 1394 - Centro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Acesso restrito a sócios
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Manutenção constante
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A9.1.1 Outros:	Automóvel clube
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	Automóvel clube
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Cota de apoiadores do clube
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	3. Restrito - Acesso controlado • (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	4. Misto (atividades pagas e • gratuitas)
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	Eventos particulares ou para associados

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Infraestrutura urbana adequada
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
📷	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-11T15:15:03.234-03:00
	fim	2023-10-08T15:40:53.367-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	237586274
	instancialID	uuid:e4a84a83-d54c-4c46-9da6-0fb5c6270024
	Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (130 de 130)



Status de validação: Select...

 Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Casa da Fazenda do Leitão
abc	A2. Ano de tombamento?	1951
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Avenida Prudente de Moraes, 202, Cidade Jardim
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.93650, -43.94787
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Visita livre com orientações da arte educadora Jaqueline.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Edifício restaurado e em pleno uso.
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	Associação dos amigos do Museu Histórico Abílio Barreto / Instituto Mundu CNPJ: 00.129.169/0001-46
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos municipais diversos, inclui Licitação e ata de registro municipais
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 4. Restrito - Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 4. Realização de eventos e reuniões • 5. Realização de atividades educativas • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Jardins, bancos, pavimentação e acervo cuidados. A vida possui asfaltamento e arborização
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Tráfego intenso de veículos • 5. Edifícios • 12. Estacionamento • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	

abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Ruído excessivo • 7. Geração de renda
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	<p>Foi informado pela educadora Jaqueline que houve financiamento privado para restauração no passado. A sede do museu contava com uma área de exposição com nome da Usiminas. Por telefone a museóloga Ana Paula de Souza Portugal informou que não existe mais parceria e financiamento privado que era feito através de sistema de empresas mantenedoras e que a associação AAMhAB está sem atividades desde 2018, todavia a sua atuação era na capitação de projetos e convênios públicos.</p>
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo	2022-09-23T19:35:01.359-03:00
fim	2023-10-02T10:59:27.376-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vMYrPkXkj6QVwoctWXhs3p
_id	187358174
instancialID	uuid:945b5b26-0c23-43be-b21b-7732c91bbbed
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas



Registro de Envio (111 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Casa de Afonso Pena Júnior - Centro Universitário UNA
abc	A2. Ano de tombamento?	1983
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua dos Aimorés, 1451 - Lourdes
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Centro Universitário UNA
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Manutenção constante e grande número de intervenções
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 4. Escola
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 4. Escola
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Grupo Anima
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 4. Restrito – Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 2. Pago • 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Realização de eventos e reuniões • 5. Realização de atividades educativas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Manutenção constante, jardins e adição de edificação verticalização adjacente
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de	

	saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Descaracterização do bem • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	Acréscimo de área dissonante
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-11T16:05:19.345-03:00
	fim	2023-10-08T15:39:43.175-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	237601412

instanciaID	uuid:2d0e766e-b720-48a3-ab2c-630c60ed7a67
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (24 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Casa do Baile
abc	A2. Ano de tombamento?	1984, 1997 e 2003
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA 2. IPHAN
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Av. Otacílio Negrão de Lima, 751
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-19.85430403240006, -43.97006426398831
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	manutenção constante e restauros pontuais
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Institucional • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município • 5. Estado
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município • 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	

☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões • 5. Realização de atividades educativas • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Lagoa da Pampulha
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Tráfego intenso de pessoas • 4. Tráfego intenso de veículos
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	

abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Patrimônio Mundial da UNESCO
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-07-16T10:27:06.538-03:00
	fim	2023-07-16T10:34:48.501-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	

número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	253239510
instanciaID	uuid:22f185cb-4327-4061-bb91-9abab385c304
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (58 de 132)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Casa do Conde de Santa Marinha / IPHAN
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. do Contorno - Centro, Belo Horizonte-MG, 30110-009
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Edificação recentemente restaurada
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 3. Autarquia
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	6. Obrigação judicial ou extra • judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Inquérito Civil 0024.07.000732- 3. Via Plataforma Sementes/MPMG
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 2. Compensação (penalidade)
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	Recuperação do conjunto
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Realização de eventos e reuniões • 5. Realização de atividades educativas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Não se aplica
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	recentemente restaurado - acesso por via sem saída.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Edifícios • 11. Ferrovia • 12. Estacionamento • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Bem tombado pelo Conjunto paisagístico e arquitetônico da Praça Rui Barbosa (Praça da Estação)
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-29T13:48:27.370-03:00
	fim	2023-10-08T11:27:21.707-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	

__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	243979963
instancialD	uuid:1ef0a167-7363-464a-8ef9-f472f414e712
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

132 respostas

J

Registro de Envio (26 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Casa Juscelino Kubitschek
abc	A2. Ano de tombamento?	2009
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. Otacílio Negrão de Lima, 4188 - Bandeirantes
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.854711777155796, -43.98021191477072
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	manutenção contínua e restauro pontuais
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	Construtora (EPO)
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município • 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo 6. Obrigação judicial ou extra • judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diversos, incluindo PAC Cidades Históricas
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Projeto Adote um bem
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Contrapartida
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	Manutenção da edificação
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 5. Realização de atividades educativas 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Parte interna da edificação 3. Parte externa da edificação 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Lagoa da Pampulha
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Trafego intenso de pessoas 4. Trafego intenso de veículos 12. Estacionamento 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Patrimônio Mundial da UNESCO
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-07-15T13:38:06.022-03:00
	fim	2023-10-02T09:17:49.130-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	

auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	253236855
instancialD	uuid:266b2998-a147-43c7-b9b6-34f0ffea6c99
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (116 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem
abc	A2. Ano de tombamento?	1977
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	R. Sergipe, 175 - Funcionários
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Fachada com alguns descolamentos e pichações
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública • 3. Comunidade
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	• 2. Organização livre
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 3. Lei de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	Lei Federal de Incentivo à Cultura
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Entorno utilizado como estacionamento e jardins precisando de manutenção
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios • 12. Estacionamento • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Ninguém presente uniformizado do espaço (tanto na igreja quanto na Secretaria) sabia ou se dispôs a responder sobre a administração do espaço
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-11T11:07:35.058-03:00
	fim	2023-10-08T15:41:00.992-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa

_id	237579863
instancialD	uuid:1e72689e-ad22-42af-bee6-406f63a956f6
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respuestas

J

Registro de Envio (53 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Centro Cultural da UFMG
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. Santos Dumont, 174 - Centro, Belo Horizonte - MG, 30111-040
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Visita em dia que o Centro estava fechado mas havia um segurança no local que passou as informações para que posse possível ser realizada a pesquisa. (31) 3409-8290
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Edificação bem cuidada tanto no exterior quanto no interior, com a presença de elementos originais da edificação sem camadas de revestimento que encubra a passagem do tempo.

abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 5. Não coletado
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	

☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	• 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	• 2. Parte interna da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Entorno mal cuidado com calçadas faltantes, mal cheiro e sem nenhum tipo de ocupação de permanência que traria algum tipo de sensação de segurança.
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 2. Tráfego intenso de pessoas • 4. Tráfego intenso de veículos
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Conjunto tombado no entorno imediato todo sem ocupação dos transeuntes, ou por estarem fechados ou por não ficar claro que é um espaço que pode ser ocupado.
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-29T13:54:52.809-03:00
	fim	2023-06-07T12:29:07.384-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	244174952

instanciaID	uuid:14eca97e-bf5c-4779-82fc-c58fb817b6d3
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J

Registro de Envio (117 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Conservatório de Música da UFMG
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. Afonso Pena, 1534 - Centro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Acesso parcial
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Bom com descolamentos pontuais de pintura na fachada
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 6. União
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 6. União
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Orçamento da União para Universidade
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	

☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 5. Realização de atividades • educativas • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Infraestrutura urbana adequada
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	

☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-11T14:32:52.983-03:00
	fim	2023-10-08T15:41:04.642-03:00
	hoje	
	nome de usuário	

ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	237579722
instanciaID	uuid:bc1ca90c-a1ac-484f-be49-8e79ff380d78
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (57 de 132)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Edifício Chagas Dória
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua Sapucaí, 571, Floresta, Belo Horizonte - MG, 30150-050
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Edificação fechada sem acesso ao público.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 7. Não coletado
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 7. Não coletado
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 7. Não coletado
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	6. Obrigação judicial ou extra • judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Recuperação Praça da Estação
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 2. Compensação (penalidade) • 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	Inquérito Civil 0024.07.000732- 3 para
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 5. Restrito - Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 1. Sem acesso
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Não se aplica
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Infraestrutura adequada
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios • 11. Ferrovia • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Tombamento como conjunto da Praça da Estação
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-29T13:50:36.778-03:00
	fim	2023-10-08T11:39:19.646-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	243980640
	instancialID	uuid:abc3fa7a-71a7-44cc-a86d-15431d8e3391
	Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

132 respostas

J

Registro de Envio (51 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Edifício do antigo banco Mineiro da Produção
abc	A2. Ano de tombamento?	2016
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Av. Amazonas - Centro, Belo Horizonte - MG, 30180-001
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Existe um síndico responsável por cuidar de todas as questões administrativas do edifício: joaquim.guedes@p7criativo.com.br
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Edifício bem cuidado e com vários tipos de ocupações.
abc	A7.2 Médio	

abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 5. Não coletado
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	3. Restrito - Acesso controlado • (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Gratuito • 4. Misto (atividades pagas e gratuitas)
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	Acontecem na cobertura da edificação eventos pagos e gratuitos. Como feiras e eventos corporativos.
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Realização de eventos e reuniões • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Entorno com apropriação dos transeuntes com vários tipos de atividades mas necessitando de manutenção e limpeza pelo grande fluxo de pessoas que transitam e ocupam o espaço.
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	

abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	O edifício além da torre tem um banco no seu térreo que realizou mudanças Gerais para possibilitar esse tipo de ocupação.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo	2023-05-25T15:57:57.548-03:00
fim	2023-06-07T12:44:33.911-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244179256
instanciaID	uuid:caab758f-67d3-47c0-ac37-c80095135e56
Enviado por	





Registro de Envio (21 de 134)

Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Edifício do Necrotério do Cemitério do Bonfim
abc	A2. Ano de tombamento?	1977
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	R. Bonfim, 1120 - Bonfim
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.908244891226563, -43.95150253855962
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	restaurado recentemente
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Instituição Pública 3. Comunidade
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> 4. Município 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> 1. Associação
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo • 6. Obrigação judicial ou extra judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Ação Civil nº 0024.13.267.348-4 - Via Plataforma Sementes/MPMG
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Compensação (penalidade)
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	Restauração do edifício
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da	

	situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 6. Realização de atividades culturais • 10. Outros
abc	A15.1 Outros:	Enterros e visitação
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Infraestrutura urbana regular
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Tráfego intenso de veículos • 5. Edifícios • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 5. Ruído excessivo
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-07-16T10:52:01.034-03:00
	fim	2023-10-08T15:54:38.350-03:00
	hoje	
	nome de usuário	

ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	253246598
instanciaID	uuid:4fa2e47c-c072-41b4-bb33-05384aaf0e1d
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (52 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Pavilhão Mário Werneck
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua Visconde de Maua, R. da Bahia, 106, Belo Horizonte - MG, 30855-200
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Edificação fechada e com tapumes impedindo qualquer tipo de acesso.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Pelo o que se pode notar edificação sem uso e algumas pixações e sujidades.
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 5. Sem Uso
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 5. Não coletado
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 5. Restrito – Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 1. Sem acesso
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Entorno mal cuidado com calçadas faltantes, mal cheiro e sem nenhum tipo de ocupação de permanência que traria algum tipo de sensação de segurança.
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Tráfego intenso de pessoas • 4. Tráfego intenso de veículos
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 10. Não coletado
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Conjunto tombado no entorno imediato todo sem ocupação dos transeuntes, ou por estarem fechados ou por não ficar claro que é um espaço que pode ser ocupado.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-29T13:56:38.039-03:00
	fim	2023-06-07T12:35:54.495-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	244176966
	instanciaID	uuid:d834dc7a-749e-4af4-8168-0a9bcfec52bd
	Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J

Registro de Envio (59 de 132)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Escola de Engenharia
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. do Contorno, 852 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, 30110-017
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Sem pessoal ou acesso para pesquisa com edificação em completo abandono.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 5. Ruína
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	Edificação em estado de ruína com porta entreaberta com barricada de mesa, revelando o interior completamente deteriorado e em abandonado. Vidros quebrados, esquadrias em péssimo estado, pixação em toda a extensão da fachada, assim como escurecimento por formação de líquens e em pontos do embasamento por fuligem decorrente de fogo próximo à edificação.
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 7. Não coletado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 5. Não coletado
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	

abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 7. Não coletado
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	• 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	• 5. Outros
abc	A16.1 Outros	Nenhum tipo de uso claro.
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 3. Entorno abandonado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	Entorno com mal cheiro, escuro, lixo, calçamento faltante e com problemas de drenagem.
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 2. Trafego intenso de pessoas • 5. Edifícios • 17. Descarte de lixo / entulho
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) 4. Sujidade excessiva 6. Mal cheiro excessivo
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	Edificação com todo o tipo de dano decorrente de seu estado de abandono.
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Entorno do bem em estado de abandono tal qual a edificação.
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-29T13:54:01.930-03:00
	fim	2023-06-06T20:40:59.528-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	243978737

instanciaID	uuid:011419ab-ac7d-4cbb-bf16-efe658ed7225
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

132 respostas

J

Registro de Envio (113 de 130)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Escola Estadual Afonso Pena
abc	A2. Ano de tombamento?	1983
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. João Pinheiro, 450 - Boa Viagem
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Há demandas de restauração nas instalações
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 6. Outros
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	Educacional
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 2. Estatal
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 2. Estatal
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundo para educação do estado e do governo Federal
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 4. Restrito - Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	

☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 4. Realização de eventos e reuniões • 5. Realização de atividades educativas • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Pátio e infraestrutura urbana com manutenção adequada
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-11T15:56:27.655-03:00
	fim	2023-10-08T15:40:48.255-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	237596631
	instanciaID	uuid:f4575f98-d259-4ec3-ae5b-6f2c9127f591

Enviado por



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (45 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Escola Estadual Barão de Macaúbas
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua David Campista, 42 - Floresta, Belo Horizonte - MG, 30150-090
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Fachada e interior bem cuidados.
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundo da secretaria Municipal de Educação
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 4. Mobilização Social
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	3. Restrito - Acesso controlado • (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 5. Realização de atividades educativas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Calçadas em bom estado de conservação.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Praça na frente da escola com falta de manutenção.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-25T15:24:40.881-03:00
	fim	2023-07-16T12:33:15.691-03:00
	hoje	
	nome de usuário	

ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244439628
instanciaID	uuid:4433a93c-41c9-4810-ae3a-f3fbfc3e6edb
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J

Registro de Envio (64 de 132)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Escola Estadual Barão Do Rio Branco
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Av. Getúlio Vargas, 1059 - Funcionários, Belo Horizonte - MG, 30112-020
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Responsáveis ausentes mas foi passado um telefone para contato (31 32236564 ou 32213356)
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Edificação com descolamento em blocos de tinta expondo o material original, demonstrando a aplicação de tinta incompatível com o material original.

	Pontos de pintura escurecida próxima ao teto sugerindo umidade descendente.	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 6. Outros
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	Educacional
☰	A9. Quem administra?	• 5. Não coletado
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	

☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 4. Restrito - Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 11. Não coletado
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Calçadas do entorno em bom estado
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Edificação localizada em via movimentada com a presença de uma viatura desocupada estacionada na calçada a frente do edifício.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-11T20:52:06.876-03:00
	fim	2023-07-16T12:33:38.388-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	241990229
	instancialID	uuid:2d81b6cc-21f8-4f01-844c-f01bc3ef95be
	Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

132 respostas

J

Registro de Envio (44 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Escola Estadual Olegário Maciel
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. Olegário Maciel, 422 - Centro, Belo Horizonte - MG, 30180-110
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Horários de secretaria limitados.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	Péssimo estado de conservação com escurecimento em vários pontos da fachada e pixações.

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	3. Restrito - Acesso controlado • (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 5. Realização de atividades educativas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Entorno em péssimo estado com enorme sensação de insegurança, mal cheiro, dejetos humanos, lixo e calçamento faltante em diversos pontos.
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de	

	saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<p>2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5. Ruído excessivo • 6. Mal cheiro excessivo
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	Edificação sem a manutenção devida.
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Edifício descolado do entorno sem conexão alguma com o que o rodeia.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-25T16:08:28.703-03:00
	fim	2023-06-08T11:52:41.378-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	244441308

instanciaID	uuid:6c776881-5ca5-4f8c-adf1-ba607755bb1e
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J

Registro de Envio (48 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Escola Estadual Pedro II
abc	A2. Ano de tombamento?	1982
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. Prof. Alfredo Galera, 523 - Centro, Belo Horizonte - MG, 30130-130
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	e-mail: escola.1970@educacao.mg.gov.br Flávia Cristina
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	No geral em bom estado de conservação com problemas no gradil, que apresenta oxidação, descolamento de tinta e escurecimento em seu embasamento. No interior a edificação tem alguns pontos de descolamento de tinta.

abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 5. Não coletado
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	3. Restrito - Acesso controlado • (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Entorno em bom estado no geral, com ponto de calçamento faltante.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de	

☰	saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Edificação com acesso apenas por entrada específica mesmo com mais uma entrada robusta na fachada e ruas do entorno usadas extensivamente como estacionamento.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	

começo	2023-05-24T15:39:28.866-03:00
fim	2023-06-08T11:20:34.210-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244431455
instancialID	uuid:f520d5b8-af25-4555-9cf6-3d29db41da32
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J

Registro de Envio (49 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Hospital Borges da Costa
abc	A2. Ano de tombamento?	1984
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Praça Hugo Werneck - Santa Efigênia, Belo Horizonte- MG, 30120-010
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Edificação não identificada.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 7. Não coletado
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 7. Não coletado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 5. Não coletado
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 7. Não coletado
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 1. Sem acesso
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	

	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	• 11. Não coletado
abc	A15.1 Outros:	
	A16. Local de uso?	• 6. Não coletado
abc	A16.1 Outros	
	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 5. Não coletado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 20. Não coletado
	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	• 10. Não coletado

abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	No endereço se encontra um sobrado que teve seu entorno tranformando em estacionamento.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
📷	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-24T15:44:32.402-03:00
	fim	2023-06-08T11:08:00.741-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	

auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244427451
instancialD	uuid:2f74a9cc-d060-4462-a6ff-1435608c11d3
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J

Registro de Envio (23 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Iate Tênis Clube
abc	A2. Ano de tombamento?	1984, 1997 e 2003
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA 2. IPHAN
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Av. Otacílio Negrão de Lima, 1350
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-19.854154824319448, -43.97560130252697
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Acesso somente com autorização prévia ou associados.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Manutenção contínua
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A9.1.1 Outros:	Clube Esportivo
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	Iate Tênis Clube
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Associados
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 2. Pago
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	

	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 6. Realização de atividades culturais • 10. Outros
abc	A15.1 Outros:	atividades esportivas
	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Lagoa da Pampulha
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento • 18. Jardins
	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Patrimônio Mundial da UNESCO
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-07-16T10:34:48.540-03:00
	fim	2023-07-16T10:39:59.151-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa

_id	253240447
instancialD	uuid:4a69f028-c973-45a4-bc90-01a91140a33a
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (47 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja do Sagrado Coração de Jesus
abc	A2. Ano de tombamento?	1979
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. Carandaí, 1010 - Funcionários, Belo Horizonte-MG, 30130-060
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Padre é o resoinsavel por responder qualquer tipo de questão relacionada à pesquisa. Sem pessoal específico. (31) 32221817
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom 4. Em obra
abc	A7.1 Bom	Fachada em bom estado de conservação.
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	0 interior passa por reforma.
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada • 3. Comunidade
☰	A9.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Outros
abc	A9.3.1 Outros:	fieis
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada • 3. Comunidade
☰	A10.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Organização livre

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Entorno com jardins sem manutenção, com descolamento de cimento em canteiros e piso também faltando manutenção.
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento
abc	A.18.4.1 Outros
abc	A18.5 Outros:
☰	<p>A19. Consequências das ocupações e atividades?</p> <ul style="list-style-type: none"> • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem
abc	A19.2 Danos materiais ao bem
abc	A19.10 Outros
abc	<p>A20. Observações gerais de campo</p> <p>Administrador da paróquia sem qualquer disponibilidade para conversar ou passar informações.</p>
☰	<p>A21. Fontes de Informação</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:
🖼️	<p>A22. IMAGEM</p> 
<p>começo 2023-05-24T15:37:29.662-03:00</p>	

fim	2023-09-24T20:23:47.600-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244433752
instancialID	uuid:db718816-c631-4a43-88e9-95cfefb59da6
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J

Registro de Envio (22 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja São Francisco de Assis
abc	A2. Ano de tombamento?	1984, 1997 e 2003
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA 2. IPHAN
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Avenida Otacílio Negrão de Lima, 3000
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-19.858245311481568, -43.97908793313474
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Acesso controlado - visita guiada com número máximo de visitantes
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Manutenção constante e restauros pontuais
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município • 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 5. Realização de atividades educativas • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Lagoa da Pampulha
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	

abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujeira excessiva • 5. Ruído excessivo • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Patrimônio Mundial da UNESCO
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-07-16T10:39:59.197-03:00
	fim	2023-09-24T20:31:53.401-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	

número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	253241128
instanciaID	uuid:adf671b0-71e6-48df-b8cf-f39da2a332bd
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J



Registro de Envio (63 de 132)

Status de validação: Select...

< ANTERIOR

Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

PRÓXIMO >

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Instituto Estadual de educação de Minas Gerais
abc	A2. Ano de tombamento?	1982
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Rua Pernambuco, 47, Funcionários, Belo Horizonte
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Muros e grades fechados.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
		Péssimo estado de conservação com vidros das esquadrias quebrados, fachada por sujidades, mofo,

abc	A7.3 Ruim	descolamento de pintura, pixações, formação de líquens, instalação de gradil em esquadrias.
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 6. Outros
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	Educacional
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 9. Não coletado
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 4. Outros • 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	

☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	3. Restrito - Acesso controlado • (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	• 11. Não coletado
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado • 3. Entorno abandonado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Calçamento faltante em várias partes no entorno da edificação.
abc	A17.3 Entorno abandonado	Partes do entorno da edificação em estado de abandono com forte cheiro de urina e dejetos.
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 3. Trafego intenso de animais • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento • 17. Descarte de lixo / entulho • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	

abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) 4. Sujidade excessiva 5. Ruído excessivo 6. Mal cheiro excessivo
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	Cobertura sem a devida manutenção e apresentando formação de líquens.
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Jardim frontal utilizado como estacionamento privado da edificação e vegetação sem a devida poda e manutenção deixando a fachada encoberta ao entorno e excessivamente escura mesmo de dia. Nota-se também a falta de iluminação adequada.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo	2023-05-24T15:34:19.970-03:00
fim	2023-05-29T21:31:03.862-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	241991315
instancialID	uuid:faccb262-22de-4394-a4dc-efd364eb8a88
Enviado por	



Registro de Envio (60 de 132)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Maternidade Hilda Brandão
abc	A2. Ano de tombamento?	1984
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Praça Hugo Werneck - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, 30120-010
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Pessoa que trata apenas de questões de patrimônio Michelle (31) 3238-8322
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Edificação em ótimo estado com pintura recente e interior igualmente bem conservado com janelas de prospecção visíveis no hall de entrada.
abc	A7.2 Médio	

abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Privado • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 8. Outros
abc	A9.2.1 Outros:	Santa Casa BH
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	

☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	3. Restrito - Acesso controlado • (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	• 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	• 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Árvores e passeio do entorno em bom estado de conservação e acessível.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 9. Outros
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	Preservação da edificação.
abc	A20. Observações gerais de campo	Visitas guiadas à edificação com marcação prévia e video na internet com visita guiada.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-24T15:42:52.189-03:00

fim	2023-06-06T19:13:38.309-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	243972527
instancialID	uuid:1b1316ae-486e-4dfb-b3d6-4f7d74f79b3d
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

132 respostas

J

Registro de Envio (55 de 132)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Museu Arte e Ofícios
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Praça Rui Barbosa, 600 - Centro, Belo Horizonte - MG, 30160-000
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Museu fechado no dia. sesimao@fiemg.com.br
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Fachada em bom estado com pintura e piso conservados.
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 5. Não coletado
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 5. Realização de atividades educativas 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Parte interna da edificação 3. Parte externa da edificação 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Museu gradeado e sem acesso à sua parte externa. O Museu se encontra na Praça Rui Barbosa que não está bem conservada. Com descolamento de piso, problemas de drenagem e falta de manutenção no geral.
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Trafego intenso de pessoas 4. Trafego intenso de veículos
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	<p>Sempre acontecem visitas guiadas com grupos de estudantes ou interessados pela história do Museu e da fundação de Belo Horizonte, além das visitas sem guia que acontecem no local.</p>
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
📷	A22. IMAGEM	

começo	2023-05-29T13:47:41.864-03:00
fim	2023-06-07T12:05:09.401-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244166101
instancialID	uuid:3be1b23a-e52c-47fa-b38f-0e5fd9495d9c
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

132 respostas

J

Registro de Envio (119 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Museu Mineiro
abc	A2. Ano de tombamento?	1978
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. João Pinheiro, 342 - Lourdes
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Passou por reforma em 2017
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	Concessionária de energia - Companhia Energética de Minas Gerais S.A.
☰	A10.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos de cultura
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 5. Realização de atividades • educativas • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Infraestrutura urbana adequada
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios • 18.Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-11T11:34:02.274-03:00
	fim	2023-10-08T15:41:11.024-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	237531726
	instancialID	uuid:42493e70-1ca0-4b1b-9bb9-ab5ca712de39

Enviado por



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (115 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Palácio da Justiça Rodrigues Campos
abc	A2. Ano de tombamento?	1977
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. Afonso Pena, 1420 - Centro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Equipe de operação de obra não sabem informar sobre o financiamento do restauro.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom 7. Não coletado
abc	A7.1 Bom	Em restauração
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 2. Estatal
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 5. Restrito - Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 1. Sem acesso
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	

☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Não se aplica
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Infraestrutura urbana adequada
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Trafego intenso de pessoas 4. Trafego intenso de veículos 5. Edifícios 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	

☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Michele - equipe de gerenciamento de obra
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-11T15:12:16.242-03:00
	fim	2023-10-08T15:40:57.357-03:00
	hoje	
	nome de usuário	

ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	237585681
instanciaID	uuid:85084ea9-2ce3-448e-b66e-db6a5cd2844e
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (42 de 133)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Palácio da Liberdade
abc	A2. Ano de tombamento?	1977
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Praça da Liberdade, s/nº - Funcionários, Belo Horizonte
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Edificação fechada no dia da visita.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Bens artísticos e telhado demandam reparos.
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 2. Mineração
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo • 6. Obrigação judicial ou extra judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Ação Civil Pública nº 5055004-90.2021.8.13.0024, via Plataforma Sementes/MPMG
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Compensação (penalidade)
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	restauração do imóvel
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Restrito - Acesso controlado (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 4. Realização de eventos e reuniões • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Praça da Liberdade - muito bem cuidado com bom calçamento, árvores podadas e boa sinalização.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios • 12. Estacionamento • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	

☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água
abc	A18.3.1 Outros
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento
abc	A.18.4.1 Outros
abc	A18.5 Outros:
☰	<p>A19. Consequências das ocupações e atividades?</p> <ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem
abc	A19.2 Danos materiais ao bem
abc	A19.10 Outros
abc	A20. Observações gerais de campo
☰	<p>A21. Fontes de Informação</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site
abc	A21.1 Outros:
🖼️	<p>A22. IMAGEM</p> 
começo	2023-05-17T15:40:55.480-03:00
fim	2023-10-08T11:00:20.642-03:00

hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244449446
instanciaID	uuid:bb4ce01b-d35f-4288-8cea-4828a4320c90
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J

Registro de Envio (38 de 133)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Secretaria da Agricultura
abc	A2. Ano de tombamento?	1977
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	R. da Bahia, 1816 - Funcionários, Belo Horizonte - MG, 30160-011
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Funcionários sem compreensão que a edificação era tombada e hostis para passar qualquer tipo de informação. (31) 30696601 - opção 05
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 4. Em obra
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	0 acesso principal interditado por obras no local.
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 7. Não coletado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 5. Não coletado
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	3. Restrito - Acesso controlado • (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Entorno muito bem cuidado com bom calçamento, árvores podadas e boa sinalização.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de	

☰	saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 10. Não coletado
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Edifício com tapumes tampando sua fachada e trânsito intenso de pessoal em seu entorno sem estar conectado ao edifício.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-26T17:40:27.031-03:00

fim	2023-06-08T12:49:23.773-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	244459266
instancialID	uuid:fd1cba52-7ef6-4b5d-a162-8270bfbad798
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

133 respostas

J

Registro de Envio (56 de 132)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Serraria Sousa Pinto
abc	A2. Ano de tombamento?	1988
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 2. Belo Horizonte
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Av. Assis Chateaubriand, 889 - Centro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	19.9191° S, 43.9387° W
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Edificação apropriada apenas em dias de eventos.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Fachada com estado geral de conservação razoável mas com pichações nas esquadrias e vidros.
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Institucional • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo • 4. Investimento privado • 6. Obrigação judicial ou extra judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Locação para eventos
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Inquérito Civil 0024.07.000732- 3. Via Plataforma Sementes/MPMG
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Compensação (penalidade) • 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	Recuperação do conjunto
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Restrito - Acesso controlado (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	4. Misto (atividades pagas e • gratuitas)
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	Edificação com eventos públicos e privados.
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Entorno com gradis quebrados, acúmulo de lixo e calçamento faltante.
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 11. Ferrovia • 12. Estacionamento • 17. Descarte de lixo / entulho
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	

abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 6. Mal cheiro excessivo • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Bem tombado pelo Conjunto paisagístico e arquitetônico da Praça Rui Barbosa (Praça da Estação)
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-29T13:49:41.299-03:00

fim	2023-10-08T11:45:47.869-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	243982549
instancialID	uuid:6317c172-2784-45b4-8a5c-a915182ddb8
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

132 respostas

J

Registro de Envio (103 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Fazenda Boa Esperança
abc	A2. Ano de tombamento?	1959 e 1975
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA 2. IPHAN
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 3. Belo Vale
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Rural
abc	A5.1 Endereço	Estrada rural, s/n.
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-20.41201350564353, -43.98129885991048
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Não houve visita no local.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 7. Não coletado
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 6. Outros
abc	A9.1.1 Outros:	OSCIP - Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes - APPA
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Estado
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 5. Restrito – Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 1. Sem acesso
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Não se aplica
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Mata preservada
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Sem interferências significativas
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	

	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 10. Não coletado
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Imóvel temporariamente fechado a visitação.
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-15T21:30:20.937-03:00
	fim	2023-09-10T15:32:10.875-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	238466536
	instancialID	uuid:1c050f61-04b8-454a-b749-3b4bc016a3fc
	Enviado por	



Registro de Envio (107 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Fazenda do Rio São João
abc	A2. Ano de tombamento?	1973
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 4. Bom Jesus do Amparo
☰	A5. Localização?	• 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Zona rural, sem endereço
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.707691070437733, -43.504685126552346
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Não houve visita no local.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 7. Não coletado
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 7. Não coletado
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 5. Restrito - Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 1. Sem acesso
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	

	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Não se aplica
abc	A16.1 Outros	
	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 5. Não coletado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 20. Não coletado
	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 10. Não coletado

abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	• 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-12T18:08:10.061-03:00
	fim	2023-09-10T15:01:56.888-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	238462176
	instancialID	uuid:b7d6564e-7a83-42e8-9ae2-2acb7295bba0
	Enviado por	



Registro de Envio (104 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Fazenda dos Martins
abc	A2. Ano de tombamento?	1977
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 5. Brumadinho
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Estrada zona rural, s/n, Comunidade de Marinhos, Distrito de São José do Paraopeba
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.263314521497726, -44.03800231318791
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Não houve visita no local.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 7. Não coletado
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A9.1.1 Outros:	Imóvel particular
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 2. Mineração • 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	Proprietários
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	6. Obrigação judicial ou extra • judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Ação judicial 501709.36.2019.8.13.0024 contra Vale S.A. pelo rompimento da Barragem Córrego do Feijão
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 2. Compensação (penalidade) • 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	Financiamento da restauração e implantação do Centro de Referência da Cultura Negra
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 5. Restrito - Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 1. Sem acesso

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Não se aplica
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 5. Não coletado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Sem interferências significativas
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	• 10. Não coletado
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Há previsão de mudança do uso particular para coletivo, com a implantação do Centro de Referência da Cultura Negra.
☰	A21. Fontes de Informação	• 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
📷	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-15T21:22:11.523-03:00
	fim	2023-10-02T10:23:34.176-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	238465660
	instanciaID	uuid:795848d6-1bbf-4ee4-898d-66a505b5c126
	Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (98 de 130)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Casa à Rua Israel Pinheiro, 32 ou Casa à Rua Comendador Viana, 6, ou Casa Setecentista / Museu regional de Caeté
abc	A2. Ano de tombamento?	1949
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 6. Caeté
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua Israel pinheiro, 176
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.896923275496377, -43.67021267476055
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Recebido pelo porteiro do Museo
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	IBRAN auxilia na manutenção, muito bem cuidado, pisos originais em pedra, pequenas rachaduras em paredes
abc	A7.2 Médio	

abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Institucional • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 6. União
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município • 6. União
abc	A10.2.1 Outros:	

☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundo de cultura diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Realização de eventos e reuniões • 5. Realização de atividades educativas • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Entorno parte do conjunto arquitetônico do centro histórico.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 4. Trafego intenso de veículos
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	

abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) 3. Poeira excessiva
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	Obras do museu caem dos pedestais devido ao trânsito de veículos pesados e consequente tremor
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Museu recebe eventos como dias de cinemas, excursões escolares e circuitos, tem historiadora que auxilia, recebe e toma conta. Agatha. População local com alto nível de identificação
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> 1. Visita de campo 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-16T13:36:07.422-03:00
	fim	2023-10-02T07:59:05.159-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	

número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	238679551
instanciaID	uuid:c2e91985-9224-43a4-9209-d67afeece375
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (93 de 130)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja de Nossa Senhora do Rosário
abc	A2. Ano de tombamento?	1949
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 6. Caeté
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Rua Bonfim s/n
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-19.894210, -43.672519
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Igreja interditada
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	Grades enferrujadas, mato crescendo entre pedras, postes de iluminação característicos do patrimônio caindo

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 5. Sem Uso
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	Interditada
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundo cultural municipal
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 5. Restrito – Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 1. Sem acesso
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Realização de cerimônias
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Mato crescendo entre pedras do piso, escada quebrando
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem interferências significativas
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 10. Não coletado
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Comunidade denuncia o estado de degradação do bem. Há projeto em construção pela prefeitura para coleta de recursos para restauro.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-17T09:53:03.870-03:00
	fim	2023-10-02T07:59:29.114-03:00

hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	238890312
instanciaID	uuid:2888335f-388e-41fb-a65e-ba8eec0a6d44
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (97 de 130)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso
abc	A2. Ano de tombamento?	1938
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 6. Caeté
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Praça dr João Pinheiro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.898129, -43.671079
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Acesso interno a igreja impossibilitado
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Pintura nova pedras conservadas e limpas, entorno (praça) muito bem cuidada contendo coreto. Torre alta com mato e ervas, mas não descaracteriza nem suja.
abc	A7.2 Médio	

abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	

☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. ICMS • 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	Fundo cultural diverso
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundo cultural diverso
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Restrito - Acesso controlado (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Realização de festividades 3. Realização de cerimônias
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Parte interna da edificação 3. Parte externa da edificação 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Ótimo estado, relatos da comunidade (estudante de arquitetura) que o piso interno estava ruim
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Trafego intenso de pessoas 3. Trafego intenso de animais 4. Trafego intenso de veículos 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
	A18.3 Infraestrutura de	

☰	abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujeidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Muito bem conservado, igreja aberta em horários restritos, uso do entorno para eventos casuais (geralmente com periodicidade anual). Consegui conversar com funcionaria do café do outro lado da rua que por coincidência estudante de arquitetura e realizou trabalho sobre a praça e conjunto arquitetônico da mesma
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo	2023-05-16T13:15:43.942-03:00
fim	2023-09-10T16:58:34.113-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	238884036
instancialID	uuid:380c66e0-31d6-4000-87cf-571ecb655443
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (96 de 130)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Museu Casa de João Pinheiro e Israel Pinheiro
abc	A2. Ano de tombamento?	1980
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 6. Caeté
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Praça Paulo Pinheiro da Silva - 01, R. Dr. João Pinheiro
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-19.903822, -43.666723
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Recebido pela gestora, usado para diversas atividades do município, porém acervo do museu está interditado.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Infiltração nas áreas mais baixas
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Institucional • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 6. Outros
abc	A9.1.1 Outros:	Fundação Israel Pinheiro -FIPE
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	Fipe
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 5. Organização social
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	• 3. Outros
abc	A11.5.1 Outros	Por ser gerido pela FIPE, não recebe verba do fundo municipal
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões • 5. Realização de atividades educativas • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Cerâmicas de João Pinheiro deteriorando, assentos quebrados, jardins com mato
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Tráfego intenso de veículos • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	

☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 5. Ruído excessivo • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	O MP exigiu que a empresa Vibro Engenharia edisse a interferência da rodovia, há menos de um mês. DER incluso naesta determinação
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-16T12:31:35.011-03:00

fim	2023-09-10T17:07:53.566-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	238884647
instancialID	uuid:56daf001-e67b-422c-ad34-35bc94f0ae6a
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (1 de 1)

Status de validação: Select... Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade
abc	A2. Ano de tombamento?	1956, 1989, 2006 e 2015
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA 2. IPHAN
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 6. Caeté
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Alto da Serra da Piedade, s/n
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.823870, -43.671485
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Acesso pago, equipe da van que leva o público em almoço
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom 4. Em obra
abc	A7.1 Bom	Conservação contínua
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	Obras na fachada e manutenção da pintura
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 2. Institucional
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 2. Mineração • 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Investimento privado • 6. Obrigação judicial ou extra judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Mitra e arrecadação com as visitas
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Ação Civil Pública nº 5055004-90.2021.8.13.0024 contra a Vale via Plataforma Sementes/ MPMG
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Restrito - Acesso controlado (horários pré-estabelecidos) • 4. Restrito - Acesso parcial ao bem

abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Pago
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Realização de cerimônias • 5. Realização de atividades educativas • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado • 4. Outros
abc	A17.1 Estado em bom estado	Entorno é uma serra tombada, administrada pela Mitra
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	Mina do Brumado dentro do perímetro de tombamento, a aproximadamente 1600m da Basílica, de propriedade da AGV Empreendimentos minerários. Atualmente desativada por ordem judicial.
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 9. Barragem de mineração • 10. Rodovia
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de	

	telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	<p>Tombado como Monumento Natural, e Conjunto Paisagístico pelo IEPHA e IPHAN em distintos processos administrativos. Área fechada como parque, pago para acesso e administrado por empresa aberta para essa finalidade. Dentro do parque tem o observatório astronômico desativado da UFMG, sem acesso também. Ambiente extremamente burocrático, funcionários relataram que assinam termo de confidencialidade. Patrimônio regido por 5 esferas, incluindo IEF</p>
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo	2023-05-16T11:29:18.370-03:00
fim	2023-10-12T13:44:20.400-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	238886044
instancialID	uuid:29c0fad5-9671-4422-a9f7-7f2aab234cf6
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (123 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#)

Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Colégio do Caraça Conjunto Arquitetônico e Paisagístico
abc	A2. Ano de tombamento?	1949
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 2. IPHAN
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 7. Catas Altas
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Rural
abc	A5.1 Endereço	Estrada do Caraça - km 9, Catas Altas
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-20.131280906622564, -43.50003541172852
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Equipamentos limpos e conservados
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 2. Mineração • 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Investimento privado • 6. Obrigação judicial ou extra judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Hotelaria, visitas e restaurante e produtos alimentícios
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Inquéritos Cíveis nº 0572.10.000016-3 e 0572.12.000039-1 e Ação Civil Pública nº 5055004-90.2021.8.13.0024 via Plataforma Sementes / MPMG
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Restrito - Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Pago

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões • 5. Realização de atividades educativas • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas • 10. Outros
abc	A15.1 Outros:	Criação de animais, horta e produção dos alimentos para venda.
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado • 4. Outros
abc	A17.1 Estado em bom estado	Jardins e floresta preservadas.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	Mineração dentro do perímetro da unidade de conservação.
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	

abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Entrevista Guilherme Costa funcionário.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
📷	A22. IMAGEM	
	começo	2022-10-14T11:55:14.586-03:00
	fim	2023-10-02T11:00:40.324-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	

auditoria	
__versao__	vNGTnHRayW4JQSzKTbc5tZ
_id	192231777
instancialD	uuid:0cf3b046-3969-4549-83f7-e0097f95fbc0
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (122 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição
abc	A2. Ano de tombamento?	1939
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 7. Catas Altas
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Praça Monsenhor Mendes, 1 - Catas Altas
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.074747571694505, -43.40832558900162
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Acesso parcial ao bem
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Características originais preservadas e manutenção constante
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 4. Restrito - Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões • 10. Outros
abc	A15.1 Outros:	Atelier de restauro
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	características originas preservadas e manutenção constante
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Trafego intenso de veículos • 7. Descaracterização da topografia • 9. Barragem de mineração • 11. Ferrovia • 14. Infraestrutura de telecomunicação (torre) • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Torre
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	

abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 7. Geração de renda
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Acesso com Tim, sineiro
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
📷	A22. IMAGEM	
	começo	2022-10-14T15:41:28.871-03:00
	fim	2023-09-10T19:10:03.726-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vNGTnHRayW4JQSzKTbc5tZ

_id	192257239
instancialD	uuid:603fbbda-025a-4aff-9466-7f29d9502715
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respuestas

J

Registro de Envio (14 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Capelas dos Passos da Paixão
abc	A2. Ano de tombamento?	1981
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA 2. IPHAN
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 8. Congonhas
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Praça Bom Jesus, s/n, Centro
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-20.50654177629356, -43.860484392285784
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Conservação constante
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Mineração • 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município • 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diverso, inclui PAC Cidades Históricas e ICMS Cultural
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 5. Realização de atividades • educativas • 6. Realização de atividades culturais 7. Realização de atividades • econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	jardins em constante manutenção
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Tráfego intenso de pessoas • 4. Tráfego intenso de veículos • 9. Barragem de mineração • 12. Estacionamento • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	

abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) • 3. Poeira excessiva • 4. Sujeidade excessiva • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	poluição atmosférica gera danos a cantaria e fluxo de carros aumenta trepidação e poluição
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Patrimônio tombado pela UNESCO - recebe constantemente investimentos para conservação e passa por frequente denúncias dos danos provocados pela mineração. Tombado pelo IEPHA em conjunto com Basílica e Romaria.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo	2023-09-12T19:45:30.225-03:00
--------	-------------------------------

fim	2023-10-08T16:16:59.779-03:00
-----	-------------------------------

hoje	
------	--

nome de usuário	
-----------------	--

ID do dispositivo	
-------------------	--

número de telefone	
--------------------	--

auditoria	
-----------	--

__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
------------	------------------------

_id	268537665
-----	-----------

instancialID	uuid:b1f3ca1f-78ae-45b7-8c02-1fe11c119159
--------------	---

Enviado por	
-------------	--



Registro de Envio (16 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Capela de Nossa Senhora da Ajuda
abc	A2. Ano de tombamento?	1978 e 2004
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA 3. Municipal
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 8. Congonhas
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Rural
abc	A5.1 Endereço	R. Nossa Sra. da Ajuda, nº 1964, distrito de Alto Maranhão
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-20.560948391616815, -43.85377412310191
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Igreja fechada
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	recentemente restaurada, possui sujidade na pintura externa.
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	comunidade rural bem preservada
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Edifícios
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	uso limitado do bem, cerimônias religiosas ocorrem geralmente em outro espaço
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-12T19:20:13.127-03:00
	fim	2023-09-12T19:34:52.061-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa

_id	268535271
instancialD	uuid:1767c062-b336-4882-a856-36481b57c3bb
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respuestas

J

Registro de Envio (17 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Capela de Nossa Senhora da Soledade
abc	A2. Ano de tombamento?	1978
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 8. Congonhas
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Rua dos Ferroviários, s/n, distrito de Lobo Leite
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.519306509318596, -43.80070182174338
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Igreja fechada.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	restauração recente.
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	fundos diversos de cultura - incluindo Funcap, chamado Fundo Profeta.
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da	

	situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	comunidade rural bastante original
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Tráfego intenso de veículos • 8. Indústria
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	o tráfego de veículo pode provocar vibração excessivas - localizada abaixo de uma barragem da Gerdau
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	localizada abaixo de uma barragem da Gerdau e industria
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-12T19:01:53.017-03:00
	fim	2023-09-12T19:20:13.083-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	

__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	268533658
instancialD	uuid:07228515-f738-4267-a359-32b45c9278d2
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (18 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição
abc	A2. Ano de tombamento?	1985
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 8. Congonhas
☰	A5. Localização?	
abc	A.5.1 Endereço	Praça Sete de Setembro, nº 32
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.500328896145447, -43.8579998931727
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	restaurada em 2017
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 6. União
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundo de cultura diverso - inclui PAC cidades históricas
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujeidade excessiva
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-11T19:39:25.873-03:00
	fim	2023-09-12T19:01:52.956-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	268530511

instanciaID	uuid:d8167cf1-9b8c-4ca1-a2ce-e26bd823dbcf
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (15 de 134)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Pavilhão das Romarias / Centro Cultural da Romaria
abc	A2. Ano de tombamento?	1981
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 8. Congonhas
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Alameda cidade de Matozinhos de Portugal, nº 154
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-20.50660820964719, -43.8626218002043
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Tombado em conjunto com Passos e Santuário.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Conservação constante
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 4. Realização de eventos e reuniões • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Conservação constante
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 7. Descaracterização da topografia • 9. Barragem de mineração • 12. Estacionamento • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	poluição atmosférica gera danos a cantaria e fluxo de carros aumenta trepidação e poluição
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-12T19:34:52.106-03:00
	fim	2023-10-08T16:13:52.395-03:00
	hoje	

nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	268536646
instancialD	uuid:9e836de4-6e44-4338-a348-e473dd0677ec
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (19 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Santuário de Bom Jesus de Matozinhos
abc	A2. Ano de tombamento?	1939 e 1980, 1985, 2002 e 2004
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA 2. IPHAN 3. Municipal
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 8. Congonhas
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Praça Bom Jesus, s/n, Centro
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-19.55761094683411, -44.081930274915514
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Conservação constante
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Mineração • 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município • 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	

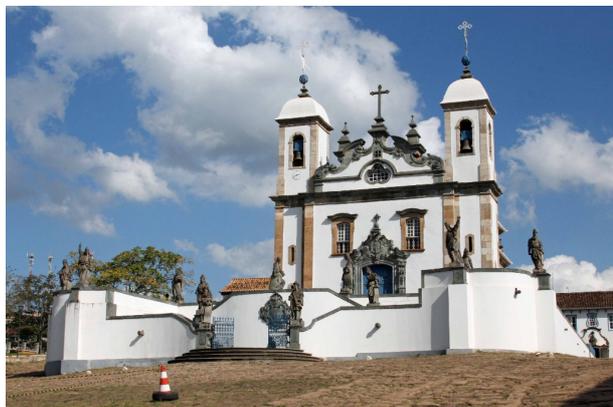
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diverso, inclui PAC Cidades Históricas e ICMS Cultural
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 3. Realização de cerimônias 5. Realização de atividades educativas 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Parte interna da edificação 3. Parte externa da edificação 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	jardins e profetas em constante manutenção
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Trafego intenso de pessoas 4. Trafego intenso de veículos 7. Descaracterização da topografia 9. Barragem de mineração 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	

☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	poluição atmosférica gera danos a cantaria e fluxo de carros aumenta trepidação e poluição
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Patrimônio tombado pela UNESCO - recebe constantemente investimentos para conservação e passa por frequente denúncias dos danos provocados pela mineração. Tombado pelo IEPHA em conjunto com Passos e Romaria.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo	2023-07-17T18:05:58.800-03:00
fim	2023-09-12T19:46:28.962-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	268190327
instanciaID	uuid:240c0872-4e94-4f81-baa5-a1ce259a33f4
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (129 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Fazenda dos Macacos
abc	A2. Ano de tombamento?	1977
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 9. Conselheiro Lafaiete
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Br 040 km 638, Conselheiro Lafaiete
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.75853, -43.80700
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Visita acompanhada por Mateus Dias Camilo, caseiro e funcionário da Distrilaf.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Casa em processo de restauro, ainda em mal estado com problemas na pintura, forro, guarda corpo, presença de cupim em alguns pontos.

abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A9.1.1 Outros:	Distrilaf Distribuidora de Medicamentos Ltda - empresa de distribuição e logística.
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	Distrilaf Distribuidora de Medicamentos Ltda - empresa de distribuição e logística.
☰	A10.2 Instituição Pública	

abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Capital privado - Distrilaf Distribuidora de Medicamentos Ltda
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 5. Restrito - Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	• 1. Sem acesso
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	• 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	• 1. Não se aplica
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Jardim e pomar abandonados aguardando restauro. Quintal utilizado de forma improvisada para atividades domésticas
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 10. Rodovia • 17. Descarte de lixo / entulho
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	Degradação por falta de manutenção
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	A fazenda está sendo reformada para futuro uso comercial. A casa está fechada a 12 anos aguardando novo uso, antes abrigava um restaurante. A três meses comprada pela Distrilaf.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2022-09-25T10:06:32.384-03:00
	fim	2023-09-10T14:46:04.971-03:00
	hoje	
	nome de usuário	

ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vMYrPkXkj6QVwoctWXhs3p
_id	187682869
instanciaID	uuid:2cfd5f20-8cbb-4645-83e1-2baa316a5656
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (128 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Sítio da Varginha do Lourenço
abc	A2. Ano de tombamento?	1989
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 9. Conselheiro Lafaiete
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	MG 129, entre as comunidades de Varginha e Carreira.
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.59696, -43.73508
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Local aberto e abandonado
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	Área em total abandono. plantas invasoras, depredação e indícios de pastagem bovina.

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Sem Uso
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	Abandonado e sem informação sobre o ultimo uso.
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 6. Outros
abc	A9.1.1 Outros:	Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência de Minas (Ocim)
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Mineração
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	6. Obrigação judicial ou extra • judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11.6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Ação Civil Pública n.º 5000668-57.2015.8.13.0183. Gerdau Açominas S/A em parceria com ADESIAP - Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidêntes e Alto Paraopeba.
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 1. Contrapartida • 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	Restauração e requalificação do bem
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	• 1. Sem ocupação comunitária • 10. Outros
abc	A15.1 Outros:	Local abandonado
☰	A16. Local de uso?	• 1. Não se aplica
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 3. Entorno abandonado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	Placas em mal estado, guarita em ruína, mato, indícios de pastagem de boi.
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 17. Descarte de lixo / entulho
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação)
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	Degradação e progressão do arruinamento
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Em entrevista com o presidente (gran mestri) da Ocim, Sérgio Adriano da Silva, foi informado que houve doação do bem para prefeitura de Conselheiro Lafaiete.
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> 1. Visita de campo 5. Entrevista 6. Outros
abc	A21.1 Outros:	MPMG - Ação Civil Pública n.º 5000668-57.2015.8.13.0183 - Processo SEI n.º 19.16.1156.0062159/2021-15
	A22. IMAGEM	
	começo	2022-09-26T11:36:25.827-03:00
	fim	2023-10-02T10:58:53.774-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	

__versao__	vMYrPkXkj6QVwoctWXhs3p
_id	187935783
instancialD	uuid:235195cb-ee13-4349-bbc5-209ec663ae83
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (106 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Ermida de Nossa Senhora do Rosário
abc	A2. Ano de tombamento?	1949
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 10. Itabira
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua Praia do Rosário, 48, Centro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.61762062568094, -43.22780094089236
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Não houve visita no local.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Restaurada recentemente
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública • 3. Comunidade
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	• 2. Organização livre
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundo Municipal de Cultura
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado • 4. Outros
abc	A17.1 Estado em bom estado	Infraestrutura urbana adequada
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	Barragem da Vale imediatamente acima. A proximidade com a industria pode promover resíduos que impactam na materialidade.
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Trafego intenso de veículos
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujeidade excessiva
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	risco de dano.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-15T20:45:39.118-03:00
	fim	2023-09-10T15:10:48.030-03:00
	hoje	
	nome de usuário	

ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	238462686
instanciaID	uuid:f4b849be-8bfc-4c95-af48-ca86a80e8fbc
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (20 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja de São Vicente Ferrer
abc	A2. Ano de tombamento?	1953
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 11. Itabirito
☰	A5. Localização?	• 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Estrada rural, s/n, distrito Morro de São Vicente, Acuruí
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.203404798811746, -43.69847303907426
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Ruina com difícil acesso.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 5. Ruina
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	Edificação totalmente abandonada, sem cobertura e em avançado estado de arruinamento.
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 5. Sem Uso
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 5. Restrito – Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 1. Sem acesso
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Não se aplica
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Entorno abandonado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	Sem acesso devido a falta de manutenção e acúmulo de mato. A comunidade tem histórico de deslocamento devido as ocupações minerárias.
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Trafego intenso de veículos • 8. Indústria • 9. Barragem de mineração • 17. Descarte de lixo / entulho
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Descaracterização do bem • 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) • 4. Sujidade excessiva
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	Perda dos elementos artísticos e estruturais.
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	Arruinamento.
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Tombamento cancelado em 2021 (SEI nº 01428.000173/2020-2) por Larissa Peixoto, então presidente do IPHAN. Segundo a historiadora Carolina Pedro Soares, em entrevista ao jornal O Tempo, "trata-se de um flagrante ilegalidade do ato de destombamento, promovido de forma unilateral pelo Iphan e sem comunicar o juízo ou as partes desta demanda, em manifesta litigância de má-fé pela conduta, no mínimo, temerária"
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-07-16T11:18:25.383-03:00
	fim	2023-09-15T08:53:18.345-03:00

hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	253572066
instanciaID	uuid:31c5cdc5-ee09-4ce4-a574-1a33f8c845f6
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (13 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja de Nossa Senhora do Rosário
abc	A2. Ano de tombamento?	1955
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 11. Itabirito
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	R. Três de Outubro, nº 28, Tombadouro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.251841740630308, -43.80913195730225
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Igreja fechada.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	recentemente restaurada
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Muito descaracterizado
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Tráfego intenso de veículos
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	

☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-12T19:55:59.598-03:00
	fim	2023-09-15T09:00:37.551-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	269477926

instanciaID	uuid:c74304f8-beb6-4090-aff5-394a79c66206
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J



Registro de Envio (84 de 130)

Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#)

Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco i
abc	A2. Ano de tombamento?	1938
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua Dom Silvério,304-mariana 35420-000
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.380994, - 43.419257
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Bom
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	Urgência do estado de conservação
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 3. Lei de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	Pac- cidades históricas
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 5. Restrito - Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 6. Outros
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	Sem informação
		• 3. Realização de cerimônias

☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Íntegro com características boas boas de conservação
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 7. Geração de renda
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Sem entrevistas
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-17T14:26:08.280-03:00
	fim	2023-05-17T14:46:39.736-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	

auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	238973990
instanciaID	uuid:110e11c5-42e3-445a-9e72-9709feb04067
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (27 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Capela de Nossa Senhora das Mercês
abc	A2. Ano de tombamento?	2018
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Rua São Bento, s/n, Bento Rodrigues
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.232960149698563, -43.41865752556567
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	área de risco. comunidade destruída por rompimento de barragem com acesso restrito
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 2. Mineração
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 2. Estatal
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo 6. Obrigação judicial ou extra • judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	diversos fundos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Inquérito Civil n.º 0400.15.000306-1 para reparação devido ao rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, contra Vale S.A.
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Compensação (penalidade)
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	Restauração da capela
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Restrito – Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem acesso

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Não se aplica
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 7. Descaracterização da topografia • 9. Barragem de mineração
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação)
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Site • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-07-15T11:52:59.229-03:00
	fim	2023-10-02T09:19:13.216-03:00
	hoje	

nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	253101216
instancialD	uuid:64a1c7f8-e1b1-4590-be67-5a2a523df7c9
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (7 de 134)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Capela Nossa Senhora do Rosário
abc	A2. Ano de tombamento?	1996
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Rua da Glória, s/n, distrito de Santa Rita Durão
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.187801700947066, -43.415576161265705
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Igreja temporariamente fechada
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	Igreja temporariamente fechada, precisa de restauro para abertura ao público.

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 5. Sem Uso
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 6. Não coletado
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 5. Restrito - Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 1. Sem acesso
abc	A14.1 Mista - descrição da	

	situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem ocupação comunitária
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Não se aplica
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	mato, sujeidade e danos no muro e piso
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Trafego intenso de veículos • 9. Barragem de mineração
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujeidade excessiva
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Tombado como conjunto Núcleo Histórico do Distrito de Santa Rita Durão, fica a aproximadamente 2km da mina Fábrica Nova, Vale, Samarco e BHP.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
📷	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-26T07:20:02.058-03:00
	fim	2023-09-26T07:31:39.057-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	

__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	272888619
instancialD	uuid:2ba7119c-9868-44a7-91ce-c97d10ae42ae
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (86 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Capela Santana
abc	A2. Ano de tombamento?	1938
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua Santana s/N, bairro :São Pedro, Mariana- 35420-0000
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.376689, - 43.413709
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Bom
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	Urgente de conservação e restauração
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 3. Lei de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	PAC, cidades históricas
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	

☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Bom
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Sem entrevista
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-17T13:32:36.715-03:00
	fim	2023-05-17T13:54:58.778-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	238962467

instanciaID	uuid:1a2e3f1a-0d50-4683-87c5-e1e0e59a6de4
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (87 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Casa barão de pontal
abc	A2. Ano de tombamento?	1954
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua direita, 50, centro -mariana,35420-0000
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.377635, -43.417014
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	Casarao com urgência de restauração
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Arquidiocese
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 6. Outros
abc	A13.1 Outros:	Algumas partes do casarão ocupados
☰	A14. Forma de acesso?	• 6. Outros
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	Misto, partes ocupadas por microempreendedores

	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 7. Realização de atividades • econômicas • 8. Depósito e armazenamento
abc	A15.1 Outros:	
	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Bom
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	

☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 7. Geração de renda
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Com entrevista
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-17T12:30:08.036-03:00
	fim	2023-05-17T13:32:36.099-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	

auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	238955562
instanciaID	uuid:07a3e751-b589-42bf-a2d2-9c94f7d1e19f
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (79 de 131)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Casa capitular
abc	A2. Ano de tombamento?	1949
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua frei Durão, centro 49-mariana, 35420-000
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.378719, -43.416533
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Bom
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Íntegro com sujidade
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Arquidiocese de Mariana
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	4. Misto (atividades pagas e • gratuitas)
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	Turistas a entrada paga e moradores gratuito

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 5. Realização de atividades educativas 6. Realização de atividades culturais 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Parte interna da edificação 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Bom
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Trafego intenso de pessoas 4. Trafego intenso de veículos 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 7. Geração de renda
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Entrevista
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-18T12:47:52.452-03:00
	fim	2023-05-18T13:44:57.049-03:00
	hoje	
	nome de usuário	

ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	239236587
instanciaID	uuid:5a7c7f8e-3f8a-4671-98c1-bd59b014c01d
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

131 respostas

J

Registro de Envio (124 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Casa Câmara e Cadeia
abc	A2. Ano de tombamento?	1949
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua Professor Waldermar de Moura Santos, 144
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.378042688340866, -43.418299201811635
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Edificação em obra de restauro.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Processo de restauro arquitetônico e estrutural
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Institucional • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 6. União
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	PAC Cidades Históricas
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	3. Restrito - Acesso controlado • (diante solicitação) • 4. Restrito - Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Restaurado preservado
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 7. Geração de renda
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Entrevista com Ana Paula Pereira - A3
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	
	começo	2022-10-13T15:58:36.784-03:00
	fim	2023-10-02T11:00:16.138-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vNGTnHRayW4JQSzKTbc5tZ
	_id	191967614

instanciaID	uuid:857c5d51-70af-4adc-aa46-91d3dd34ad6a
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (125 de 130)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja da Sé
abc	A2. Ano de tombamento?	1939
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	R. Direita, 8
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-20.378045496891062, -43.41639288917321
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Obra de restauro em finalização. Ainda fechada para o público, acesso permitido sem fotos internas.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Recém restaurada em excelente estado.
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 6. União
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	PAC Cidades Históricas
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	4. Misto (atividades pagas e • gratuitas)
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	Eventos litúrgicos são ao públicos, visitação espontânea é cobrada.

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Entorno preservado e com infraestrutura adequada
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 7. Geração de renda
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Entrevista com Artur - Anima.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2022-10-13T13:58:11.788-03:00
	fim	2023-10-02T11:00:04.229-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vNGTnHRayW4JQSzKTbc5tZ
	_id	191961919

instanciaID	uuid:318c6f82-51cd-48cb-b7a2-7b134fb123ff
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (6 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição
abc	A2. Ano de tombamento?	1949
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 2. Rural
abc	A5.1 Endereço	Rua do Cruzeiro, s/n, distrito de Camargos
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-20.271712729642694, -43.4025888885819
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Temporariamente fechada
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	Aguardando obra de restauro

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 2. Mineração • 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo • 6. Obrigação judicial ou extra judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Inquérito Civil n.º 0400.15.000306-1 para reparação devido ao rompimento da Barragem de Fundão, contra Vale S.A., Samarco e BHP Billinton
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Compensação (penalidade)
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	restauração da edificação
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Restrito - Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	• 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	• 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	aguardando obra de restauração
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 4. Trafego intenso de veículos • 9. Barragem de mineração • 18.Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujeidade excessiva
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Obra de restauro aprovado em 2019 como compensação pela construção do assentamento de Paracatu, devido ao rompimento da Barragem de Fundão. Obra sob responsabilidade da Fundação Renova não foi iniciada.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-26T07:31:39.099-03:00
	fim	2023-10-02T09:11:06.521-03:00

hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	272904689
instanciaID	uuid:7422b2e1-f9a6-49cc-ad99-b82808b3f328
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (8 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré
abc	A2. Ano de tombamento?	1996 e 1945
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA 2. IPHAN
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 12. Mariana
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Rural
abc	A5.1 Endereço	Praça da Matriz, s/n, distrito de Santa Rita Durão
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-20.18234345568936, -43.416109626830085
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	igreja só abre para missa
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 5. Não coletado
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	praça e vias bem conservadas, preserva estilo original
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Tráfego intenso de veículos • 9. Barragem de mineração • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Tombada pelo IEPHA como conjunto Núcleo Histórico do Distrito de Santa Rita Durão, fica a aproximadamente 2km da mina Fábrica Nova, Vale, Samarco e BHP.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-24T12:17:58.384-03:00
	fim	2023-09-26T07:33:53.848-03:00
	hoje	
	nome de usuário	

ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	272884587
instanciaID	uuid:0f6124e5-7dc9-4bd7-8de0-c324ae4876b8
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (127 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Matriz São Caetano
abc	A2. Ano de tombamento?	1953
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Rua Monsenhor Horta, s/n.
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.344058297235605, -43.29203355977647
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Acesso a obra de Restauro Arq. Estrutura e bens integrados - obra emergencial - S
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	

abc	A7.3 Ruim	Estrural, telhado e fundação ruins recalque, humidade, cupim ruim. bens integrados regular necessitando manutenção.
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 2. Mineração
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	

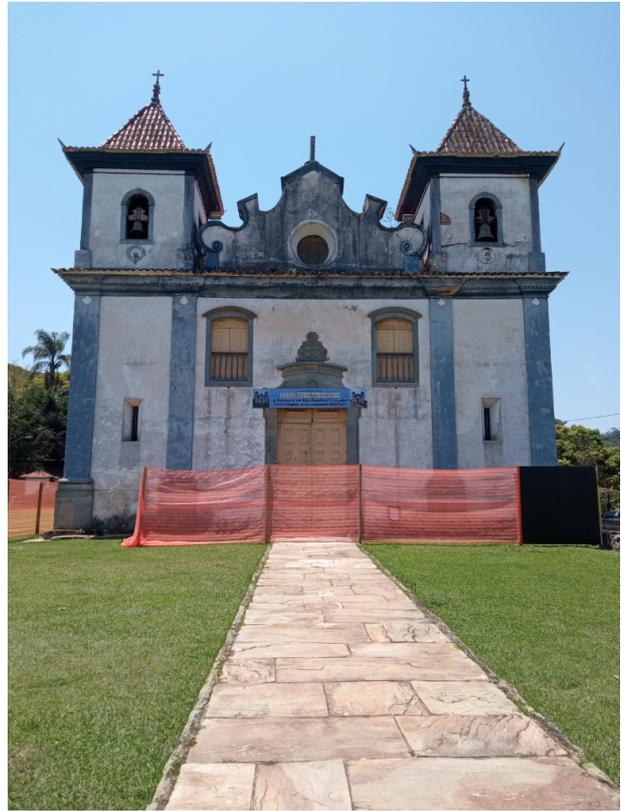
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	6. Obrigação judicial ou extra • judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Inquérito Civil n.º 0400.15.000306-1 para reparação devido ao rompimento da Barragem de Fundão das empresas Samarco Mineração e Vale S.A
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 1. Contrapartida
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	Restauração da igreja
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	

☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Realização de festividades 3. Realização de cerimônias 4. Realização de eventos e reuniões 6. Realização de atividades culturais 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Parte interna da edificação 3. Parte externa da edificação 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Gramado, pavimentação, cemitérios, muro de pedra, cerca eucalipto e barraca para evento em bom estado
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 4. Trafego intenso de veículos 5. Edifícios 14. Infraestrutura de telecomunicação (torre) 19. Outros
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	

abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Torre
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	Monocultura eucalipto
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Descaracterização do bem • 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação)
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	Ocupação irregular de moradias no entorno descaracterizando as visadas e a paisagem. Impactos na estrutura pelo fluxo intenso de caminhões
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	Fragilização da estrutura
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Entrevista com Sandra Godoy - Isabel Campos Praxis, execução de obra.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo	2022-10-13T11:40:51.955-03:00
fim	2023-10-02T10:39:12.594-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vNGTnHRayW4JQSzKTbc5tZ
_id	191900671
instanciaID	uuid:470ed2c1-8bba-4208-b76f-98f0612cfa28
Enviado por	



Registro de Envio (126 de 130)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Matriz Senhor Bom Jesus do Monte
abc	A2. Ano de tombamento?	1949
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	R. Padre Jose Caetano Santos Faria, 279, distrito de Furquim
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.35830794635641, -43.21014395989639
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Igreja em restauração
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	Restauração de altar, telhado, bens integrado. Pintura externa ruim

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 2. Mineração
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	6. Obrigação judicial ou extra • judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Inquérito Civil n.º 0400.15.000306-1 para reparação devido ao rompimento da Barragem de Fundão pelas empresas Vale S.A, Samarco e BHP Billinton
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 1. Contrapartida
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	Restauração da igreja
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Entorno preservado e com manutenção constante
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<p>14. Infraestrutura de telecomunicação</p> <ul style="list-style-type: none"> • (torre)
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Torre
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Entrevista Lucíola moradora.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	

começo	2022-10-13T12:13:15.348-03:00
fim	2023-10-02T10:46:49.207-03:00
hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vNGTnHRayW4JQSzKTbc5tZ
_id	191956340
instancialID	uuid:fff311b5-1f38-45c1-b1ec-e4cc4bd433c5
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (81 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Nossa Senhora da Glória
abc	A2. Ano de tombamento?	1954
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 2. IPHAN
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 12. Mariana
☰	A5. Localização?	
abc	A.5.1 Endereço	Praça, beco de Nossa Senhora da Glória s/n- mariana-35421-000
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.394113, -43.446208
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Bom
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Íntegro com sujidade
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	

☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Com presente de edifício moderno
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios • 10. Rodovia • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de	

	saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Descaracterização do bem • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 7. Geração de renda
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	Edifícios modernos
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Com entrevista de campo
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-17T15:24:57.512-03:00
	fim	2023-05-18T11:17:39.300-03:00
	hoje	

nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	239195759
instancialD	uuid:09ee0e4b-965e-4531-b975-829825a155c1
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (85 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Nossa Senhora das mercês
abc	A2. Ano de tombamento?	1938
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua das Mercês s/n centro , Mariana-35420-000
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	_20.381813, -43.418876
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Bom
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	Urgência em sua conservação
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 3. Lei de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	Pac- Cidades Históricas
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 6. Outros
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	Sem informação

☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Características conservadas e íntegras
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Sem informações a entrevista
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-17T13:54:59.207-03:00
	fim	2023-05-17T14:26:07.702-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	238969492

instanciaID	uuid:22bc77d6-1665-4547-aefa-faad723781df
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (82 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Nossa Senhora do Carmo
abc	A2. Ano de tombamento?	1939
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Praça Minas Gerais s/n, Mariana- 35420-000
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Bom
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Íntegro com sujidade
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 3. Lei de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	Pac- cidades históricas
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	4. Misto (atividades pagas e • gratuitas)
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	Ponto turísticos

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 5. Realização de atividades educativas • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Bom
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujeidade excessiva • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Com entrevista
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-17T15:19:24.085-03:00
	fim	2023-05-17T15:24:57.068-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	238981429

instanciaID	uuid:183dbdad-47ca-4df6-acde-5faac04e647f
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (89 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos pretos
abc	A2. Ano de tombamento?	1949
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua Monsenhor Horta, mariana-35420000
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.373191, -43.420288
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Bom
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Conservação íntegra
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 3. Lei de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	PAC- cidade histórica
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	4. Misto (atividades pagas e • gratuitas)
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	Ponto turístico

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Íntegro com poucas sujidade
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de	

	saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 7. Geração de renda
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Sem entrevista
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-17T11:45:09.650-03:00
	fim	2023-05-17T12:30:07.379-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	238937184

instanciaID	uuid:8b484a2d-7f49-4216-b001- eb17ca52553a
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (83 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja São Francisco de Assis
abc	A2. Ano de tombamento?	1938
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 2. IPHAN
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 12. Mariana
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Praça Minas Gerais s/n, Mariana 35420-000
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.378537, -43.417936
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Bom
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom 4. Em obra
abc	A7.1 Bom	Integro
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	Fase final de restauração

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Institucional • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Igreja • 6. Outros
abc	A9.1.1 Outros:	Instituto pedra
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	Instituto pedra
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 3. Lei de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	Pac- cidades históricas
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 4. Restrito - Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 6. Outros
abc	A14.1 Mista - descrição da	

	situação	
abc	A14.2 Outros:	Acesso restrito em obra
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Íntegro
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Entrevista de campo
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-17T14:46:40.410-03:00
	fim	2023-05-17T15:19:23.598-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa

_id	238980452
instancialD	uuid:770beb52-c4e6-4ae7-8ab2-d037e3ceb834
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (91 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Passo da ladeira do Rosário
abc	A2. Ano de tombamento?	1949
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua da glória,63- Mariana 35420000
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.376877, -43.419161
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Bom
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Íntegro e com sujidade
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	3. Restrito - Acesso controlado • (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	

☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 5. Realização de atividades educativas • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Mantém com características originais
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 7. Geração de renda
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Sem entrevista
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-17T11:22:27.119-03:00
	fim	2023-05-17T11:45:09.022-03:00

hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	238923871
instanciaID	uuid:33148f63-9b24-4243-afc5-71910c2be16b
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (92 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Passo da ponte de areia
abc	A2. Ano de tombamento?	1948
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 12. Mariana
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua da glória,63- Mariana, 35420000
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.376988,43.418657
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Acesso feito por parte externa do monumento
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Íntegro com sujidade
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	

☰	A11. Fonte de financiamento?	• 8. Não coletado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	3. Restrito - Acesso controlado • (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	

☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Estado conservado mantendo suas características
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Sem entrevista
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-10T12:35:28.141-03:00
	fim	2023-05-17T11:22:26.526-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	238922369
	instancialD	uuid:2c39dd2d-f056-4da3-960f-c628a3c2c30e

Enviado por



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J



Registro de Envio (80 de 131)

Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#)

Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Seminário menor e capela de Nossa Senhora da Boa Morte
abc	A2. Ano de tombamento?	1949
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 2. IPHAN
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 12. Mariana
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Rua do seminário, 36, Mariana- 35420-000
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-20.381052, -43,414511
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Bom
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Íntegro com sujidade com necessidades de reparos em seu entorno
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 4. Escola
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Lei de incentivo • 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	Pac - cidades históricas
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Universidade Federal de Ouro Preto
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 5. Realização de atividades • educativas 7. Realização de atividades • econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Necessidade de reparos
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 7. Geração de renda
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Com entrevista
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-18T12:11:26.332-03:00
	fim	2023-05-18T12:47:52.057-03:00
	hoje	
	nome de usuário	

ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	239223065
instanciaID	uuid:9825388f-9ceb-468c-a0dc- ce39dbadc7b6
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

131 respostas

J

Registro de Envio (105 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Matriz de Santo Antônio
abc	A2. Ano de tombamento?	1977 e 2002
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA 3. Municipal
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 13. Mateus Leme
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Praça da Matriz, s/n, Centro.
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-19.986699434744896, -44.42829966391794
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Não houve visita no local.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 7. Não coletado
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 3. Comunidade
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	• 2. Organização livre
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Investimento privado • 5. Organização social
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Diocese de Divinópolis
☰	A11.5 Organização social	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Doações
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Jardins e infraestrutura urbana adequados
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Tráfego intenso de pessoas • 4. Tráfego intenso de veículos • 5. Edifícios • 12. Estacionamento • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 10. Não coletado
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	As análises foram feitas visualmente
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Site • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-15T20:54:42.871-03:00
	fim	2023-09-10T14:44:17.573-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	

número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	238463999
instanciaID	uuid:b05d7a76-be45-4a62-8b03-652cc363b76c
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (37 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar
abc	A2. Ano de tombamento?	2001
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 14. Nova Lima
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Praça Bernardino de lima, s/n, Centro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.985409815320544, -43.84707532189571
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Igreja em reforma, impossibilitado acesso a área interna e externa.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 4. Em obra
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	Obra administrada pela Mitra.

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 2. Mineração • 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

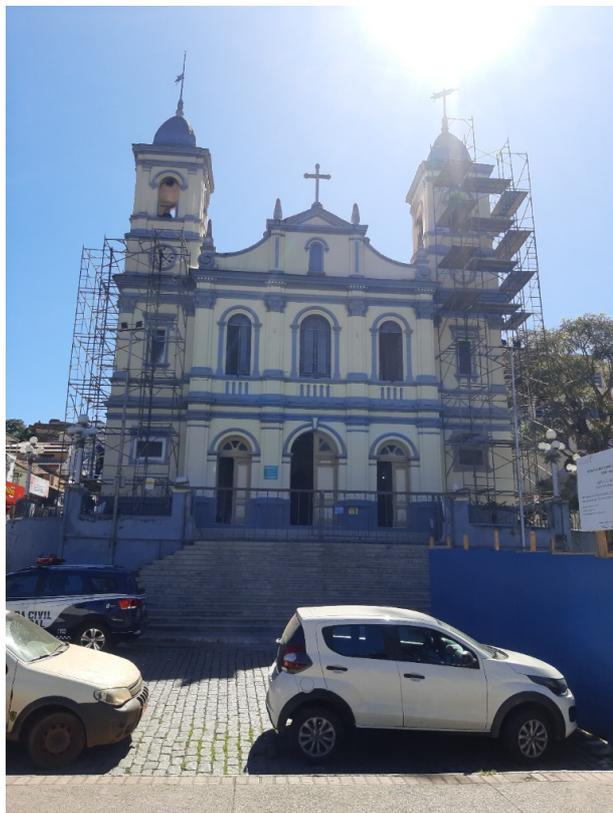
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo • 6. Obrigação judicial ou extra judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundo de Cultura
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Recurso da mineradora Anglo Gold Ashanti administrado pela Mitra. Informação verbal, sem confirmação formal.
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Irrestrito (livre) • 5. Restrito - Nenhum acesso
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Praça conservada com edificações públicas e empreendimentos e comércios ao redor.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Tráfego intenso de pessoas • 4. Tráfego intenso de veículos • 5. Edifícios
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	

☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 6. Mal cheiro excessivo • 7. Geração de renda • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	Paredes racham, pinturas sujam
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Acesso impossibilitado, mas a igreja se localiza em principal ponto da cidade, ao lado da prefeitura, teatro municipal e empreendimentos. Tradicional feira realizada todas as sextas na praça e todos os dias com intenso fluxo e utilização do espaço pela comunidade local.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo 2023-05-21T13:19:46.432-03:00

fim 2023-10-02T09:42:55.494-03:00

hoje

nome de usuário

ID do dispositivo

número de telefone

auditoria

__versao__ vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa

_id 244660926

instancialID uuid:52115684-4fc9-4987-b265-2512a5dd6835

Enviado por



Registro de Envio (28 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Fazenda Carreiras
abc	A2. Ano de tombamento?	2000
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 15. Ouro Branco
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Estrada Real, s/n, distrito de Carreiras
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.55667352556066, -43.71290867614621
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Acompanhado pelo secretário de cultura
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Passa por manutenção, mas ainda apresenta problemas estruturais
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 2. Instituição Pública • 3. Comunidade
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município • 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	• 2. Organização livre

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo • 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Associação de amigos
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões • 5. Realização de atividades educativas • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado • 4. Outros
abc	A17.1 Estado em bom estado	Ambiente externo bem cuidado.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	Barragem da Gerdau imediatamente acima. A proximidade com a indústria pode promover resíduos que impactam na materialidade.
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 8. Indústria • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de	

	abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	risco de dano.
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	aguarda verba para ampliação, possui projeto aprovado. Não houve informações sobre a relação com a empresa Gerdau.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-07-15T11:44:51.234-03:00
	fim	2023-09-10T14:21:39.239-03:00
	hoje	
	nome de usuário	

ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	253077808
instanciaID	uuid:869ab3ab-0ddc-4ed7-a377-3d045e75800a
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (30 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Matriz de Santo Antônio
abc	A2. Ano de tombamento?	1949 e 1999
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. IPHAN • 3. Municipal
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> • 15. Ouro Branco
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Urbano
abc	A5.1 Endereço	Praça da Matriz, s/n, Centro
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-20.520928132014557, -43.69181771616419
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Visita acompanhada do secretário de cultura. Igreja fechada para restauro.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Em processo de restauração. aguarda reparo no piso, cantarias, esquadrias e bens artísticos.
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município • 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo • 6. Obrigação judicial ou extra judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Ação Civil Pública nº 5055004-90.2021.8.13.0024. Danos ambientais Vale S.A - quitação via Plataforma sementes/ MPMG
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Compensação (penalidade)
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	Continuidade da restauração da edificação.
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais • 7. Realização de atividades econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	finalizando recuperação do piso. calçamento, jardins e instalações em bom estado.
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Tráfego intenso de pessoas • 4. Tráfego intenso de veículos • 5. Edifícios • 8. Indústria • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	

abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Finalizando a obra de restauração.
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-07-15T11:22:51.975-03:00
	fim	2023-10-02T09:21:09.529-03:00

hoje	
nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	253075014
instanciaID	uuid:56f08a96-e81d-427e-88be-5e09cd240497
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (29 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Santo Antônio
abc	A2. Ano de tombamento?	1980 e 1999
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 2. IPHAN 3. Municipal
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 15. Ouro Branco
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Rural
abc	A5.1 Endereço	Rua Santo Antônio, s/n, distrito de Itatiaia
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-20.49186272514288, -43.60068417293935
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	visita com secretário de cultura
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Manutenção contínua, aguarda verba para repintura e reparos no telhado com vazamento

abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	

☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	possui áreas verdes, mas também edificações em arruinamento e falta de manutenção e entulhos
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 17. Descarte de lixo / entulho • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	

abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Sujidade excessiva • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	



A22. IMAGEM



começo	2023-07-15T11:37:33.548-03:00
--------	-------------------------------

fim	2023-09-10T14:13:10.545-03:00
-----	-------------------------------

hoje	
------	--

nome de usuário	
-----------------	--

ID do dispositivo	
-------------------	--

número de telefone	
--------------------	--

auditoria	
-----------	--

__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
------------	------------------------

_id	253076197
-----	-----------

instanciaID	uuid:ae735913-f06f-4cb0-bacc-73374c918154
-------------	---

Enviado por



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (121 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Capela Santana
abc	A2. Ano de tombamento?	1985
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 16. Ouro Preto
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	R. São Pedro, s/n - Ouro Preto, MG, 35400-000
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.380644, -43.487653
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Acesso feito na parte externa da edificação. Restauro realizado após a visita.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Recentemente restaurado.
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 2. Mineração • 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo • 6. Obrigação judicial ou extra judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diversos
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	Inquérito Civil n.º 0400.15.000306-1 para reparação devido ao rompimento da Barragem de Fundão. Financiamento Vale S.A - Instituto Pedras para Escola de Ofícios
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Compensação (penalidade) • 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	Obra de conservação curativa e capacitação técnica da população
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Restrito - Acesso controlado (horários pré-estabelecidos)

abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Características originais preservadas e com manutenção
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Edifícios
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	

abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-09T08:01:42.506-03:00
	fim	2023-10-02T11:01:13.361-03:00
	hoje	

nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	236934993
instancialID	uuid:250c77de-903e-4a9c-a419-9ff051fe63fd
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (3 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Capela de São João
abc	A2. Ano de tombamento?	1939
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 16. Ouro Preto
☰	A5. Localização?	• 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	R. Vinte e quatro de junho, s/n, Morro da Queimada
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.37645677201244, -43.485879684204505
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Abre somente para celebrações
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Passou por obras emergenciais e aguarda restauro integral
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diversos, incluindo PAC Cidades Históricas
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito

abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Preserva características originais, conservação constante
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem interferências significativas
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	

abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	• 10. Não coletado
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	• 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-30T06:55:43.681-03:00
	fim	2023-09-30T07:10:30.539-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa

_id	274030855
instancialD	uuid:f658b199-de33-41f1-b59b-fa277dbeb204
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (2 de 134)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Capela de São Sebastião
abc	A2. Ano de tombamento?	1939
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 16. Ouro Preto
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua Rio de Janeiro, s/n, São Sebastião
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.37576107870996, -43.50208912548408
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	demanda de restauro
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos de cultura
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	infraestrutura em bom estado
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem interferências significativas
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	

☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	• 10. Não coletado
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	• 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-30T07:10:30.596-03:00
	fim	2023-09-30T07:17:18.182-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	274032398

instanciaID	uuid:401ccd70-1459-4a74-a0f6-561b755ee1fa
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (1 de 134)



Status de validação: Select...

PRÓXIMO

 Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Fazenda São José do Manso
abc	A2. Ano de tombamento?	1998
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 16. Ouro Preto
☰	A5. Localização?	• 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Estrada rural, Parque Itacolomi
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-20.435251334806487, -43.51057926726729
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Parque Estadual cedido para Fram Capital através consórcio Parques Fundos de Investimentos em Participações em Infraestrutura pelo Governo de Minas
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Conservação constante
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A9.1.1 Outros:	Mercado Financeiro através da concessão de parques estadual
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 3. Banco • 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	FRAM Capital - investimentos, negócios, serviços qualificados ao mercado financeiro, e de administração e recuperação de empresas.
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	

☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	• 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	• 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Parque Estadual do Itacolomi
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 2. Trafego intenso de pessoas • 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Parque Estadual cedido para Fram Capital através consórcio Parques Fundos de Investimentos em Participações em Infraestrutura pelo Governo de Minas
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-30T07:17:18.228-03:00
	fim	2023-10-01T09:42:23.888-03:00
	hoje	
	nome de usuário	

ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	274256894
instanciaID	uuid:bac299bf-3977-4504-b390-7619cb0de806
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (108 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Matriz de São Bartolomeu
abc	A2. Ano de tombamento?	1960
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 16. Ouro Preto
☰	A5. Localização?	• 2. Rural
abc	A.5.1 Endereço	Rua do Carmo, s/n, distrito de São Bartolomeu
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.88703802579504, -43.56791882786131
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Edificação em obra
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 3. Ruim
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	Possui danos estruturais, arquitetônicos e artísticos

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 2. Mineração
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município • 6. União
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Fundos ou Leis de incentivo • 6. Obrigação judicial ou extra judicial
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diversos, incluindo PAC Cidades Históricas
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	<p>Inquéritos Civis número: 0461.09.000006-2, 0461.09.000027-8, 0461.10.000021-9, 0461.10.000036-7, 0461.12.000047-0, 0461.12.10203. 000230-2, 0461.13.000122-9, 0461.15.000333-7, 0461.15.000530-8, 0461.17.000458-8, 0461.18.000181-4. Via Plataforma Sementes/MPMG</p>
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Compensação (penalidade)
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	Restauração emergencial do bem.
abc	A12.3 Outros:	

☰	A13. Acesso comunitário?	2. Restrito - Acesso controlado • (horários pré-estabelecidos)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	• 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	• 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Demanda obras de reparo e drenagem
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 12. Estacionamento • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	

	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) 7. Geração de renda 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	danos ao adro
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	Nenhum resultado encontrado Imagem do WhatsApp de 2023-10-08 à(s) 15.26.04_7eabde84-15_31_43.jpg
	começo	2023-05-12T17:48:07.634-03:00
	fim	2023-10-08T15:31:46.225-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	

auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	237862156
instancialD	uuid:5a3f86d7-5af0-4904-b8f1-e6e328bb6242
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (5 de 134)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Igreja Matriz de Santo Antônio
abc	A2. Ano de tombamento?	1938
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 19. Santa Bárbara
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Praça da Matriz, nº 48, Centro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.959741506524956, -43.41731623948443
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Passa por pequenos reparos pontuais
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	

abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	• 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	
abc	A10.3.1 Outras:	

abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos diversos de cultura
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	

abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Realização de festividades • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	infraestrutura urbana e jardins bem conservados e com características originais preservadas
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 12. Estacionamento • 18. Jardins
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-09-26T08:19:49.504-03:00
	fim	2023-09-30T06:38:02.734-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	

auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	274024577
instancialD	uuid:ab61f8eb-2587-4a16-9545-17a6dd290f08
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

134 respostas

J

Registro de Envio (100 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Basílica de Santa Luzia
abc	A2. Ano de tombamento?	1976
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 20. Santa Luzia
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua direita s/n, Centro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.770242, -43.850670
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Acesso irrestrito, consegui conversar com arquiteto voluntário da paróquia.
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Área externa com pintura manchada e pequenas marcas de infiltração, área interna deteriorando recentemente devido a desvio do trânsito de veículos pesados, Marcos de porta deslocando e infiltração na área central

abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Investimento privado • 5. Organização social
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Alegam que fundo municipal de cultura promete contribuição mas desde janeiro de 2022 que não recebem dinheiro, empresas locais doam.
☰	A11.5 Organização social	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Doações
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Mobilização Social
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> 3. Realização de cerimônias 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Parte interna da edificação 3. Parte externa da edificação 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Chão manchado e guarda corpo rachados, escada manchada
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Trafego intenso de pessoas 4. Trafego intenso de veículos 12. Estacionamento
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	

abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Danos materiais ao bem (estrutura, cobertura, vedação) • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	Rachaduras e manchas, Marcos internos de portas sendo deslocados
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Muito bem recebido, a matriz é referência e acolhida pela comunidade como parte da sociedade local
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-16T10:15:32.235-03:00
	fim	2023-09-10T11:48:21.563-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	

auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	238620015
instancialD	uuid:7fdf11a4-e7c2-46d6-a291-e21ecccc8ea7
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (101 de 130)



Status de validação: Select...

[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Casa da praça da Matriz / Solar Teixeira da Costa / Museu Aurélio Dolabella
abc	A2. Ano de tombamento?	1950
☰	A3. Esfera da tutela?	• 2. IPHAN
☰	A4. Município?	• 20. Santa Luzia
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua direita, nº 785
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.769993, -43.850609
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	2. Acesso impossibilitado
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Edificação em reforma
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 4. Em obra
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	Prédio tapumado para realização da restauração.
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Institucional • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A9.1 Instituição privada	
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Instituição Pública
☰	A10.1 Instituição privada	
abc	A10.1.1 Outros:	
☰	A10.2 Instituição Pública	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Município
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 2. Fundos ou Leis de incentivo
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	Fundos de cultura diverso, inclui Fulpac
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Restrito - Acesso controlado (horários pré-estabelecidos) 3. Restrito - Acesso controlado (diante solicitação)
abc	A13.1 Outros:	

☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	5. Realização de atividades • educativas • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	• 2. Parte interna da edificação • 3. Parte externa da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 2. Entorno em mal estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	
abc	A17.2 Entorno em mal estado	Em reforma, projeto em execução
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 2. Trafego intenso de pessoas • 4. Trafego intenso de veículos • 5. Edifícios
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	

☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 5. Ruído excessivo
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Projeto labR de laboratório aberto em execução, aberto a visitação e com presença marcante em mídias digitais. Muito bem estruturado. Esforço intenso de interação e conscientização da comunidade
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 4. Site • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
🖼️	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-16T09:40:51.158-03:00
	fim	2023-10-08T15:42:44.698-03:00
	hoje	

nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	238614169
instancialD	uuid:7b7fd21d-9230-4da5-a95d-2a2880b22c5d
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (102 de 130)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Casa da rua direita / Escritório de Advocacia Tófani & Costa
abc	A2. Ano de tombamento?	1977
☰	A3. Esfera da tutela?	• 1. IEPHA
☰	A4. Município?	• 20. Santa Luzia
☰	A5. Localização?	• 1. Urbano
abc	A.5.1 Endereço	Rua direita, nº 101, Centro
abc	A.5.2 Coordenadas Geográficas	-19.767915, -43.856219
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Estabelecimento comercial, atendido pelo Renato Tófani Gonçalves Bretas
☰	A7. Estado de conservação do bem?	• 2. Médio
abc	A7.1 Bom	
abc	A7.2 Médio	Piso com madeiras estufadas de umidade, pequenos pontos no forro quebrados. Pintura bem feita paredes sem trincas
abc	A7.3 Ruim	

abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	• 1. Privado
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	• 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A9.1.1 Outros:	Escritório de advocacia que atua no local
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	• 1. Instituição privada
☰	A10.1 Instituição privada	• 6. Outros
abc	A10.1.1 Outros:	Escritório de advocacia
☰	A10.2 Instituição Pública	
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	

abc	A10.3.1 Outras:	
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Escritório de advocacia Tófani & Costa
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	
abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	• 1. Irrestrito (livre)
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	• 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da	

	situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	7. Realização de atividades • econômicas
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	• 2. Parte interna da edificação
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	• 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	rua com boa infraestrutura
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	• 4. Tráfego intenso de veículos • 5. Edifícios
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	
☰	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
☰	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
☰	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	

abc	A18.5 Outros:	
☰	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Poeira excessiva • 4. Sujidade excessiva • 5. Ruído excessivo • 7. Geração de renda
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Ambiente interno mantido caracterizado, inclusive móveis de estilo rústico e de madeira maciça. Alguns cômodos sem uso
☰	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo
abc	A21.1 Outros:	
📷	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-16T09:01:46.434-03:00
	fim	2023-09-10T11:41:24.025-03:00
	hoje	
	nome de usuário	
	ID do dispositivo	
	número de telefone	
	auditoria	
	__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
	_id	238604024
	instanciaID	uuid:bf16d07e-9f06-4c3f-87bb-73afa8ec8bf8

Enviado por



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J

Registro de Envio (95 de 130)

Status de validação: Select...[< ANTERIOR](#) Exibir nomes XML

EDITAR

VISUALIZAR

[PRÓXIMO >](#)

DUPLICAR



Tipo	Pergunta	Resposta
abc	A1. Nome do bem?	Recolhimento do Monte Alegre de Macaúbas e a Ermida de Nossa Senhora da Conceição / Escola Estadual Conego Acacio
abc	A2. Ano de tombamento?	1963 e 1978
☰	A3. Esfera da tutela?	<ul style="list-style-type: none"> 1. IEPHA 2. IPHAN
☰	A4. Município?	<ul style="list-style-type: none"> 20. Santa Luzia
☰	A5. Localização?	<ul style="list-style-type: none"> 2. Rural
abc	A5.1 Endereço	MG-020, Km 38, distrito de Macaúbas
abc	A5.2 Coordenadas Geográficas	-19.681243221535933, -43.79632486030018
abc	A5.3 outros:	
●	A.6 Pesquisa realizada "in loco"	1. Acesso permitido para pesquisa
abc	A.6.1 Nota sobre acesso para pesquisa	Como convento, acesso permitido
☰	A7. Estado de conservação do bem?	<ul style="list-style-type: none"> 1. Bom
abc	A7.1 Bom	Bem cuidado, pintado, jardins com profissional para dedicação exclusiva, assentos financiados por empresas da região

abc	A7.2 Médio	
abc	A7.3 Ruim	
abc	A7.4 Em Obra	
abc	A7.5 Ruina	
abc	A7.6 outros:	
☰	A8. Tipo de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 2. Institucional • 3. Comunitário
abc	A8.1 Uso indevido	
abc	A8.2 Sem uso - ano do fechamento/encerramento das atividades	
abc	A8.3 Outros:	
☰	A9. Quem administra?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada
☰	A9.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Igreja
abc	A9.1.1 Outros:	
☰	A9.2 Instituição Pública	
abc	A9.2.1 Outros:	
☰	A9.3 Comunidade	
abc	A9.3.1 Outros:	
abc	A9.4 Outros:	
☰	A10. Quem financia?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Instituição privada • 2. Instituição Pública • 3. Comunidade
☰	A10.1 Instituição privada	<ul style="list-style-type: none"> • 5. Igreja
abc	A10.1.1 Outros:	

☰	A10.2 Instituição Pública	• 5. Estado
abc	A10.2.1 Outros:	
☰	A10.3 Comunidade	• 2. Organização livre • 3. Outros
abc	A10.3.1 Outras:	Doações à igreja advinda de fieis, recebe da união do ICMS cultural em teoria, freiras alegam que o recurso não chega
abc	A10.4 Outros:	
☰	A11. Fonte de financiamento?	• 4. Investimento privado
abc	A11.1 ICMS - fonte de arrecadação principal no município	
abc	A11.2 Fundo - nome e origem	
abc	A11.3 Lei de incentivo - nome e origem	
abc	A11.4 Investimento Privado - nome e origem	Doações a paróquia e adiministram da paróquia local
☰	A11.5 Organização social	
abc	A11.5.1 Outros	
abc	A11. 6 Obrigação Judicial ou extrajudicial	
abc	A11.7 Outros:	
☰	A12. Motivação para financiamento?	• 3. Utilização do espaço
abc	A12.1 Contrapartida - descrição do acordo	
abc	A12.2 Compensação (penalidade) - descrição do acordo	

abc	A12.3 Outros:	
☰	A13. Acesso comunitário?	<ul style="list-style-type: none"> • 4. Restrito - Acesso parcial ao bem
abc	A13.1 Outros:	
☰	A14. Forma de acesso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Gratuito
abc	A14.1 Mista - descrição da situação	
abc	A14.2 Outros:	
☰	A15. Apropriação comunitária do Espaço?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Realização de cerimônias • 4. Realização de eventos e reuniões • 6. Realização de atividades culturais
abc	A15.1 Outros:	
☰	A16. Local de uso?	<ul style="list-style-type: none"> • 3. Parte externa da edificação • 4. Entorno
abc	A16.1 Outros	
☰	A17. Estado de conservação do entorno imediato?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Entorno em bom estado
abc	A17.1 Estado em bom estado	Fazendas ao redor, pequenas edificações ao redor da edificação central, todas pintadas no estilo barrio branco com Marcos azuis, salão de recepção com fotos de eventos
abc	A17.2 Entorno em mal estado	
abc	A17.3 Entorno abandonado	
abc	A17.4 Outros:	
☰	A18. Interferência/Impacto na paisagem?	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Sem interferências significativas
☰	A18.1 Infraestrutura de energia	
abc	A18.1.1 Outros	

	A18.2 Infraestrutura de telecomunicação	
abc	A18.2.1 Outros	
	A18.3 Infraestrutura de abastecimento de água	
abc	A18.3.1 Outros	
	A18.4 Infraestrutura de saneamento	
abc	A.18.4.1 Outros	
abc	A18.5 Outros:	
	A19. Consequências das ocupações e atividades?	<ul style="list-style-type: none"> • 8. Atividades culturais / educativas
abc	A19. 1 Descaracterização do bem	
abc	A19.2 Danos materiais ao bem	
abc	A19.10 Outros	
abc	A20. Observações gerais de campo	Espaço muito amplo, 5 áreas construídas. Missas realizadas em capela próxima a estrada e convento funcionando na maior edificação. Uso escolar interrompido.
	A21. Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Visita de campo • 5. Entrevista
abc	A21.1 Outros:	
	A22. IMAGEM	
	começo	2023-05-16T07:04:36.327-03:00
	fim	2023-09-10T12:05:21.490-03:00
	hoje	

nome de usuário	
ID do dispositivo	
número de telefone	
auditoria	
__versao__	vSNRJonnwpGQeFaCuvLTQa
_id	238885317
instancialID	uuid:b492c60f-b4af-426d-b290-a9d71b099ad7
Enviado por	



PATRIMONIO CULTURA...

130 respostas

J